

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

ALINE CHALUS VERNICK CARISSIMI

**AÇÃO SINDICAL NA CONSTRUÇÃO DA AGENDA POLÍTICA:
UM ESTUDO SOBRE AS REIVINDICAÇÕES E NEGOCIAÇÕES DA APP-
SINDICATO COM OS GOVERNOS ENTRE OS ANOS DE 2003 E 2015**

CURITIBA

2016

ALINE CHALUS VERNICK CARISSIMI

**AÇÃO SINDICAL NA CONSTRUÇÃO DA AGENDA POLÍTICA:
UM ESTUDO SOBRE AS REIVINDICAÇÕES E NEGOCIAÇÕES DA APP-
SINDICATO COM OS GOVERNOS ENTRE OS ANOS DE 2003 E 2015**

Tese de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Educação, Linha de Pesquisa em Políticas Educacionais, Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná, como parte das exigências para a obtenção do título de Doutora em Educação.

Orientadora: Prof.^a Dra. Andrea Barbosa Gouveia

CURITIBA

2016

Catálogo na Publicação
Cristiane Rodrigues da Silva – CRB 9/1746
Biblioteca de Ciências Humanas – UFPR

C277a Carissimi, Aline Chalus Vernick
Ação Sindical na Construção da Agenda Política: um estudo sobre as reivindicações e negociações da APP-sindicato com os governos entre os anos de 2003 e 2015. / Aline Chalus Vernick Carissimi. – Curitiba, 2016. 203 f.

Orientadora: Profª Drª Andrea Barbosa Gouveia.
Tese (Doutorado em Educação) – Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná.






1. Políticas Públicas – Educação – Relações de Poder.
2. Políticas Educacionais – Sindicalismo. I. Título.

CDD 370.193

PARECER

Defesa de Tese de Aline Chalus Vernick Carissimi para obtenção do Título de DOUTORA EM EDUCAÇÃO. Os abaixo assinados, Prof.^o Dr.^o Andréa Barbosa Gouveia, Prof. Dr. Julian José Gindin, Prof.^o Dr.^o Maria Dilnéia Espindola Fernandes (on-line), Prof.^o Dr.^o Andréa do Rocio Caldas, Prof. Dr. Marcos Alexandre dos Santos Ferraz, arguíram, nesta data, a candidata acima citada, a qual apresentou a seguinte Tese: "AÇÃO SINDICAL NA CONSTRUÇÃO DA AGENDA POLÍTICA: UM ESTUDO SOBRE AS REIVINDICAÇÕES E NEGOCIAÇÕES DA APP-SINDICATO COM OS GOVERNOS ENTRE OS ANOS DE 2003 E 2015".

Procedida a arguição, segundo o Protocolo aprovado pelo Colegiado, a Banca é de Parecer que a candidata está Apta ao Título de DOUTORA EM EDUCAÇÃO, tendo merecido as apreciações abaixo:

BANCA	ASSINATURA	APRECIÇÃO
Prof. ^o Dr. ^o Andréa Barbosa Gouveia		Aprovado
Prof. Dr. Julian José Gindin		Aprovado
Prof. ^o Dr. ^o Maria Dilnéia Espindola Fernandes (on-line)		Aprovado
Prof. ^o Dr. ^o Andréa do Rocio Caldas		Aprovado
Prof. Dr. Marcos Alexandre dos Santos Ferraz		Aprovado

Curitiba, 14 de março de 2016.



Prof.^o Dr.^o Monica Ribeiro da Silva
Coordenadora do PPGE

Prof.^o Dr.^o Monica Ribeiro da Silva
Coordenadora do Programa de
Pós-graduação em Educação
Matrícula: 125750



Em homenagem aos trabalhadores da Educação do Paraná pelo trabalho,
pela luta e pela coragem.

AGRADECIMENTOS

Neste breve texto quero agradecer às pessoas que estiveram presentes em todo o processo de construção da minha tese de doutorado certamente essa tarefa acadêmica teve muita importância em minha vida e por isso expresso minha singela gratidão impregnada dos mais nobres sentimentos de carinho e reconhecimento por vocês.

Em primeiro lugar agradeço imensamente a minha orientadora, Andrea Barbosa Gouveia, por toda a paciência, esmero e sabedoria com que me conduziu nesses quatro anos. Não há palavras que sejam suficientes para agradecer a dedicação, o respeito, a generosidade com que sempre me tratou e pelo aprendizado proporcionado (e que aprendizado!). Obrigada por confiar em mim e fazer-me sua orientanda.

Agradeço em especial aos professores que aceitaram participar da banca de qualificação e defesa, fazendo contribuições relevantes para a pesquisa:

Ao professor Marcos Alexandre Ferraz (Minero) por toda a contribuição teórica, pela acolhida no grupo de pesquisa sobre o sindicalismo docente e principalmente pelas contribuições decisivas no exame de qualificação e defesa.

Ao professor Angelo Ricardo de Souza, pela incansável discussão sobre política e Estado, temas fundamentais em minha tese, e em especial por aceitar o convite para minha qualificação e defesa, fazendo apontamentos relevantes.

Ao professor Julian Gindin, pela disponibilidade em analisar minha tese e indicar aportes importantes para o desenvolvimento do debate teórico.

À professora Andrea Caldas, militante por convicção, por ter aceitado o convite para minha defesa e por me destacar todas as contradições e avanços presentes na disputa sindical.

Aos professores da linha de Políticas Educacionais, do PPGE, que estiveram presentes em todo o processo de construção acadêmica: Maria Tereza Carneiro, Marcos Bassi, Mônica Ribeiro, Paulo Vinícius Baptista de Souza, Rose Meri Trojan (orientadora do Mestrado), Taís Tavares.

Às professoras do Programa de Pós-graduação em Sociologia, especificamente à disciplina de Teoria Sociológica do Trabalho, Cida Bridi e Benilde Motim.

Ao meu orientador do doutorado sanduíche prof. Dr. Alan Stoleroff e ao ISCTE/IUL, em Lisboa, Portugal, pela acolhida e pela condução na orientação dos estudos em terras lusas.

Ao Sindicato dos Professores da Grande Lisboa (SPGL), em especial aos dirigentes, prof.^a Ana Gaspar e ao prof. Antonio Avilãs, pela recepção e disponibilidade em atender-me durante todo o doutorado sanduíche.

À querida Anabella Frazão, por me ajudar com a estada e pela maravilhosa companhia em Lisboa, bem como às minhas colegas luso- brasileiras Fabiane Oliveira, Adriana Loss, Cristiane Coppe e Sirlei Lauxen pelos encontros, cafés, conversas, trocas de conhecimentos, risadas, enfim, pela amizade!

À CAPES e governo federal pelo financiamento e bolsas de estudos que foram fundamentais para minha estada em Lisboa.

Aos homens de minha vida, Roberto (companheiro) e Felipe (filho), que estão comigo diariamente e me dão toda a base necessária para minha evolução humana e também acadêmica. Obrigada por caminharem juntos e por me darem às mãos nessa empreitada!

Filho, você não imagina o quanto do seu sorriso foi minha fonte de inspiração, já é um grande homem!

À minha família pelo apoio incondicional nessa grande tarefa e por toda compreensão necessária em que o desenvolvimento de um trabalho como esse exige, vocês foram e são imprescindíveis em minha vida: Laura (mãe), irmãos (Adriane, Anderson e Aurélio), cunhados (Glória e Emílio), sobrinhos (Flávia, Fernanda e Eduardo).

Aos colegas do doutorado pela partilha de conhecimentos, expectativas e alegrias, em especial às colegas Noemi Ansay, Giselle Correa, Marcia Grochoska, Rivanda Nogueira, Adriana Ramos e ao colega José Marçal.

Às minhas amigas incondicionais e demasiadamente importantes em minha vida: Ana Denise Oliveira, Diana Abreu, Justina de Lara, Ana Paula Pilato, Alessandra Haloten, Veridiana Pellanda e Tamara Andrade.

Aos colegas do movimento sindical que me ajudam a olhar para o horizonte com muita disposição para a luta e coragem: Marlei, Hermes, Janeslei, Maíra, Josete, Veroni, Mario Sérgio e tantos outros e outras.

Agradeço à APP-Sindicato pela disposição de materiais e esclarecimentos de dúvidas relevantes para a construção dessa tese, em especial, aos dirigentes Mario Sergio Ferreira e Luiz Paixão da Rocha, pela disponibilização dos acervos dos jornais 30 de agosto e a prof.^a. Janeslei Albuquerque, também dirigente da CUT Nacional, pelo "tira dúvidas" presentes em toda a elaboração da tese. À assessora da APP Sindicato, Juliana Barbosa, pelos dados sobre sindicalizados.

À Prefeitura Municipal de Curitiba e ao Governo do Estado do Paraná pelas licenças remuneradas concedidas para estudos.

À professora Yvelise Arco Verde (ex-secretária de Educação do Paraná) e ao diretor geral da SEED, Edmundo Rodrigues da Veiga Neto, pelo repasse de informações pertinentes para a pesquisa.

*" Na luta de classes,
todas as armas são boas:
pedras,
noite
e poemas."*

Paulo Leminski

RESUMO

Esta tese apresenta um panorama do sindicalismo docente no estado do Paraná, especificamente a ação sindical da APP-Sindicato, a partir de estudos sobre sua intervenção na construção da agenda política, por meio das reivindicações e negociações com os governos entre os anos de 2003 e 2015. O desafio central é saber como se dão as negociações entre governo e sindicato sobre a pauta educacional do Estado do Paraná. Dessa maneira discute-se as relações de poder presentes nos processos de disputa da agenda política entre a APP-Sindicato e os governos do Estado do Paraná, Roberto Requião do PMDB e Beto Richa do PSDB, especialmente na negociação da pauta corporativa do magistério da educação básica de rede pública estadual do Paraná. Os dados em torno das reivindicações do magistério e os processos de negociação da agenda política foram extraídos a partir do jornal institucional do sindicato o "30 de agosto", pautas de reivindicações e relatórios de governo. No desenvolvimento deste trabalho foram realizados estudos e análises a partir da contribuição de Bourdieu (2012) sobre a disputa pelo poder. Além disso, foram realizados estudos sobre a história do sindicalismo docente no Brasil, em especial o contexto histórico da educação pública no Paraná articulado à trajetória da APP- Sindicato, também foram analisadas a organização estrutural e política da APP- Sindicato. No que se refere às condições de trabalho dos docentes na atualidade, foram realizados levantamentos sobre a conjuntura de carreira e emprego público no Brasil, relacionando-a com as reivindicações da APP- Sindicato, em especial, no que se refere às questões salariais, jornada de trabalho e regime de contratação. Por fim, o trabalho se encerra com a apresentação das negociações, sobre a agenda de reivindicações, estratégias e resultados das principais demandas do magistério público paranaense junto aos governos do Estado do Paraná.

Palavras-chave: Sindicalismo docente. APP- Sindicato. Agenda política. Ação sindical. Relações de Poder.

RESUMEN

En esta tesis se presenta una visión general del sindicalismo docente en el estado de Paraná, específicamente la acción sindical de APP-Unión, a partir de estudios de su intervención en la construcción de la agenda política a través de las reclamaciones y negociaciones con los gobiernos entre los años 2003 y 2015. El principal reto es cómo dar a las negociaciones entre el gobierno y los sindicatos de la agenda educativa del Estado de Paraná. De este modo se analizan las relaciones de poder presentes en el proceso de la agenda política entre la APP-Unión y el gobierno del Estado de Paraná, Roberto Requiao del PMDB y Beto Richa del PSDB, especialmente en la negociación de la agenda corporativa de la enseñanza de la educación estado de la red pública básica Paraná. Los datos en torno a las reivindicaciones Magisterio y los procesos de negociación de la agenda política se extrajeron del periódico sindical institucional "30 de agosto de", los patrones de las reclamaciones y los informes de gobierno. En el desarrollo de este trabajo se llevaron a cabo estudios y análisis de la contribución de Bourdieu (2012) acerca de la lucha por el poder. Además, se realizaron estudios sobre la historia del sindicalismo docente en Brasil, en particular, el contexto histórico de la educación pública en Paraná articula la trayectoria de la APP de unión, también se analizó la organización estructural y política de APP Unión. En cuanto a las condiciones laborales de los docentes de hoy, las encuestas se llevaron a cabo en el ambiente de la carrera y el empleo público en Brasil, relacionándolo con las pretensiones de APP Unión, en particular con respecto a las cuestiones salariales, viaje el trabajo y la situación laboral. Por último, el trabajo finaliza con la presentación de las negociaciones sobre la agenda de demandas, estrategias y resultados de las principales demandas de los maestros de las escuelas públicas de los gobiernos Paraná Paraná.

Palabras clave: Sindicalismo docente. Unión APP. Agenda política. La acción sindical. Las relaciones de poder.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – QUADRO SÍNTESE DOS BLOCOS DE COMPOSIÇÃO DO PSDB ...	42
FIGURA 2 – QUADRO SÍNTESE DOS BLOCOS DE COMPOSIÇÃO DO PMDB	43
FIGURA 3 – MAPA DA AÇÃO SINDICAL E DEMANDAS ESPECÍFICAS	54
FIGURA 4 – DEMANDAS DE CARREIRA E AÇÕES ESPECÍFICAS.....	55
FIGURA 5 – DEMANDAS DE CONDIÇÕES DE TRABALHO E AÇÕES ESPECÍFICAS.....	56
FIGURA 6 – DEMANDAS DE SAÚDE E PREVIDÊNCIA E AÇÕES ESPECÍFICAS	58
FIGURA 7 – DEMANDAS DE QUESTÕES TRABALHISTAS E AÇÕES ESPECÍFICAS.....	59
FIGURA 8 – ANÁLISE DA AÇÃO SINDICAL	61
FIGURA 9 – EIXOS DA TRAJETÓRIA HISTÓRICA DAS ENTIDADES DOCENTES.	69
FIGURA 10 – ORGANIZAÇÃO DA ESTRUTURA SINDICAL	129
FIGURA 11 – MAPA DA DISTRIBUIÇÃO DOS NÚCLEOS SINDICAIS DA APP-SINDICATO PELO ESTADO DO PARANÁ.....	134
FIGURA 12 – ESTRATÉGIAS DA AÇÃO SINDICAL	139
FIGURA 13 – MAPA DE ANÁLISE DO PROCESSO DE NEGOCIAÇÃO	141

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – RAZÃO ENTRE O SALÁRIO MÉDIO DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA DA REDE PÚBLICA (NÃO FEDERAL) E O SALÁRIO MÉDIO DE NÃO PROFESSORES, COM ESCOLARIDADE EQUIVALENTE – BRASIL105

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - PARLAMENTARES POR PARTIDOS: PSDB E PMDB	41
QUADRO 2 - PRINCIPAIS DEMANDAS CATEGORIAS E COMPONENTES DA AÇÃO SINDICAL.....	52
QUADRO 3 - ESTRUTURA DA CARREIRA DO QUADRO PRÓPRIO DO MAGISTÉRIO DO ESTADO DO PARANÁ, DE ACORDO COM A LEI COMPLEMENTAR Nº 7/1976	118
QUADRO 4 - ATRIBUIÇÕES DA DIREÇÃO ESTADUAL DA APP-SINDICATO	127
QUADRO 5 - RELAÇÃO DE NÚCLEOS SINDICAIS, NÚMERO DE FILIADOS E NÚMERO DE ESCOLAS - RELAÇÃO COMPLETA COM TODAS AS CIDADES QUE ABRANGEM CADA NÚCLEO	132
QUADRO 6 – SÍNTESE DAS REIVINDICAÇÕES DA APP-SINDICATO A PARTIR DE RUBRICAS/ GAVETAS E COMPONENTES CORRESPONDENTES:	138
QUADRO 7 - TABELA SALARIAL DOS PROFESSORES DA REDE ESTADUAL DO PARANÁ EM VALORES NOMINAIS ATÉ 31 DE JANEIRO DE 2004	143
QUADRO 8 - TABELA SALARIAL DOS PROFESSORES DA REDE ESTADUAL DO PARANÁ A EM VALORES NOMINAIS PARTIR DE FEVEREIRO DE 2004.....	144

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - SALÁRIO MÉDIO DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA DA REDE PÚBLICA (NÃO FEDERAL) E SALÁRIO MÉDIO DE NÃO PROFESSORES, COM ESCOLARIDADE EQUIVALENTE, EM VALORES CONSTANTES DE 2013 - BRASIL	105
TABELA 2 - SALÁRIO MÉDIO DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA DA REDE PÚBLICA (NÃO FEDERAL) E SALÁRIO MÉDIO DE NÃO PROFESSORES, COM ESCOLARIDADE EQUIVALENTE, EM VALORES CONSTANTES DE 2013 - REGIÃO SUL	106
TABELA 3 - NÚMERO DE FUNÇÕES DOCENTES NA EDUCAÇÃO BÁSICA POR QUANTIDADE DE ESTABELECIMENTOS EM QUE LECIONAM, SEGUNDO REGIÃO GEOGRÁFICA E UNIDADE DA FEDERAÇÃO - 2014.....	108
TABELA 4 - NÚMERO DE FUNÇÕES DOCENTES NA EDUCAÇÃO BÁSICA POR QUANTIDADE DE TURNOS EM QUE LECIONAM, SEGUNDO REGIÃO GEOGRÁFICA E UNIDADE DA FEDERAÇÃO – 2014.....	108

LISTA DE SIGLAS

ABE	–	Associação Brasileira de Educação
ADIN	–	Ação Direta de Inconstitucionalidade
ALEP	–	Assembleia Legislativa do Paraná
APESNOESP	–	Associação de Professores do Ensino Secundário e Normal Oficial do Estado de São Paulo
APLP	–	Associação dos Professores Licenciados do Paraná
APM	–	Associação de Pais e Mestres
APP	–	Sindicato Sindicato Dos Trabalhadores Em Educação Pública Do Paraná
APPMG	–	Associação dos Professores Primários de Minas Gerais
APRN	–	Associação dos Professores do Rio Grande do Norte
ARENA	–	Aliança Renovadora Nacional
ARTSIND	–	Articulação Sindical
CBA	–	Ciclo Básico de Alfabetização
CEB	–	Câmara de Educação Básica
CEE	–	Conselho Estadual de Educação
CF	–	Constituição Federal
CILENE	–	Campanha de Inquéritos e Levantamentos sobre o Ensino Médio e Elementar
CLT	–	Consolidação das Leis Trabalhistas
CNB	–	Construindo Novo Brasil
CNE	–	Conselho Nacional de Educação
CPB	–	Confederação dos Professores do Brasil
CPPB	–	Confederação dos Professores Primários do Brasil
CPP	–	Centro do Professorado Paulista
CPPERS	–	Centro do Professorado Primário do Estado do Rio Grande do Sul
CNTE	–	Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação
CSD	–	CUT Socialista e Democrática
CSP	–	Central Sindical e Popular

CONAE	– Conferência Nacional de Educação
CUT	– Central Única dos Trabalhadores
DIEESE	– Departamento Intersindical de Estatística e Estudos SocioEconômicos
DS	– Democracia Socialista
EJA	– Educação de Jovens e Adultos
FMI	– Fundo Monetário Internacional
FUNDEB	– Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
FUNDEPAR	– Fundação Educacional do Estado do Paraná
INEP	– Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
INPC	– Índice Nacional de Preços ao Consumidor
IPCA	– Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo
IPE	– Instituto de Previdência do Estado do Paraná
LDB	– Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LRF	– Lei de Responsabilidade Fiscal
MARE	– Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado
MEB	– Movimento de Educação de Base
MEC	– Ministério da Educação
MECA	– Mobilização Estadual Contra o Analfabetismo
MPE - PR	– Ministério Público do Estado do Paraná
MS	– Militância Socialista
NRE	– Núcleo Regional de Educação
OT	– O Trabalho
OIT	– Organização Internacional do Trabalho
OLT	– Organização por Local de Trabalho
PARFOR	– Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica
PB	– Prova Brasil
PDC	– <i>Partido</i> Democrata Cristão
PDE	– Programa de Desenvolvimento Educacional
PDRAE	– Plano Diretor da Reforma do Aparelho de Estado

PDT	–	<i>Partido Democrático Trabalhista</i>
PFL	–	<i>Partido da Frente Liberal</i>
PLADEPE	–	Plano de Desenvolvimento de Pessoal
PP	–	<i>Partido Progressista</i>
PROEJA	–	Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Jovens e Adultos
PROEM	–	Programa de Expansão do Ensino Médio
PMDB	–	<i>Partido do Movimento Democrático do Brasil</i>
PNAD	–	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNE	–	<i>Plano Nacional de Educação</i>
PNUD	–	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PSD	–	<i>Partido Social Democrático</i>
PSDB	–	<i>Partido da Social Democracia Brasileira</i>
PSPN	–	Piso Salarial Profissional Nacional do Magistério Público Da Educação Básica
PT	–	Partido dos Trabalhadores
PTN	–	<i>Partido Trabalhista Nacional</i>
QFBE	–	Quadro de Funcionários da Educação Básica
QPPE	–	Quadro Próprio do Poder Executivo do Estado do Paraná
QPM	–	Quadro Próprio do Magistério
RDT	–	Regime Diferenciado de Trabalho
SENAC	–	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAI	–	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SISMMAC	–	Sindicato dos Servidores do Magistério Municipal de Curitiba
STF	–	Supremo Tribunal Federal
TCE	–	Tribunal de Contas do Estado do Paraná
TJ - PR	–	Tribunal de Justiça do Paraná
UDEMOP	–	União dos Diretores e Vice-Diretores do Município de São Paulo
UNESCO	–	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNICEF	–	Fundo das Nações Unidas para a Infância
UPPESP	–	União dos Professores Primários do Estado de São Paulo

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	21
2 OS CAMINHOS DA PESQUISA SOBRE AÇÃO SINDICAL E AGENDA POLÍTICA: CONSIDERAÇÕES PARA O APORTE ANALÍTICO-EMPÍRICO	25
2.1 BASES DOCUMENTAIS E TRATAMENTO DAS INFORMAÇÕES DA PESQUISA.....	52
3 SINDICALISMO DOCENTE	63
3.1 O SINDICALISMO DOCENTE NO BRASIL: UM PANORAMA DA CONJUNTURA ATUAL.....	84
4 O TRABALHO DOCENTE A PARTIR DAS CONDIÇÕES DE EMPREGO NO SERVIÇO PÚBLICO BRASILEIRO	88
4.1 A CONCEPÇÃO DE TRABALHO DOCENTE E CONDIÇÕES DE TRABALHO A PARTIR DA LITERATURA.....	89
4.2 O TRABALHO DOCENTE NO CONTEXTO DO SERVIÇO PÚBLICO BRASILEIRO E NOS DOCUMENTOS OFICIAIS.....	92
4.3 A CONJUNTURA DO TRABALHO E DA CARREIRA DOCENTE A PARTIR DAS CATEGORIAS: VENCIMENTO, JORNADA DE TRABALHO E REGIME DE CONTRATAÇÃO.....	103
5 CARACTERIZAÇÃO DA APP-SINDICATO E A ARTICULAÇÃO COM A TRAJETÓRIA DO SISTEMA PÚBLICO DE ENSINO NO PARANÁ	112
5.1 ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO POLÍTICA DA APP-SINDICATO.....	127
6 ANÁLISE DAS AÇÕES DA APP-SINDICATO ENTRE 2003 E 2015: AGENDA, ESTRATÉGIAS E NEGOCIAÇÃO	138
6.1 CONJUNTURA POLÍTICA E MOVIMENTO GREVISTA NO ESTADO DO PARANÁ EM 2015	159
6.2 ANÁLISE DAS NEGOCIAÇÕES ENTRE SINDICATO E OS GOVERNOS ROBERTO REQUIÃO E BETO RICHA.....	165
CONSIDERAÇÕES FINAIS	171
REFERÊNCIAS	184
ANEXO 1 - COMPOSIÇÃO DOS PARTIDOS, A PARTIR DE SUAS LIDERANÇAS PARLAMENTARES NO PARANÁ POR MEIO DAS OCUPAÇÕES PROFISSIONAIS E TRAJETÓRIAS POLÍTICAS	193

ANEXO 2 - RELAÇÃO DE NÚCLEOS SINDICAIS, NÚMERO DE FILIADOS, CIDADES DE ABRANGÊNCIA E NÚMERO DE ESCOLAS	201
---	------------

1 INTRODUÇÃO

O trabalho a seguir tem a intenção de apresentar um panorama do sindicalismo docente no estado do Paraná, a partir de estudos e análises acerca da ação sindical e sua intervenção na construção da agenda política, tomando como condição para tal o estudo sobre as reivindicações e negociações da APP- Sindicato com os governos entre os anos de 2003 e 2015.

Dessa forma, esta tese toma como desafio saber como se dão as negociações entre governo e sindicato, tendo como elemento de sustentação dessa relação que culmina na construção da agenda política, a disputa pelo poder sobre a pauta educacional do Estado do Paraná.

Sobre a construção da agenda política nos ancoramos em Muller & Surel (2002) que destacam que o caminho para se chegar até a agenda política passa por processos de configuração dos atores, neste caso sindicato e governo, em “espaço de trocas e espaço dos possíveis”, aquilo que seria o espaço de litígio, da disputa, que são em grande parte espaços institucionais e de produção de alternativas, e é a partir dessa disputa que o objeto em litígio ascende à agenda política.

Esse litígio expõe a disputa pelo poder, a partir de classes, e pólos distintos (Bourdieu, 2012), que neste caso, é dada pela relação sindicato e governo, no entanto, os interesses políticos presentes na disputa, revelam a dominação política de determinados grupos, de doutrinação direita e esquerda, sendo que o projeto do sindicato de docentes do serviço público se revela no campo da esquerda, enquanto o de governo, se revela nesta pesquisa, ora mais próximo, ora mais distante do projeto da categoria do magistério público.

Para proceder com a investigação da relação da ação sindical e disputa pela agenda política, tomamos como objeto de investigação a APP-Sindicato, que agrega os trabalhadores da educação pública do Estado do Paraná e os governos do estado do Paraná, entre os anos de 2003-2015, sendo que de 2003 a 2010 foi governado pelo PMDB, na figura de Roberto Requião, e entre 2011 a 2015 pelo PSDB, de Beto Richa.

É importante informar que o trabalho aqui proposto contribuirá para o desenvolvimento de uma pesquisa nacional comparativa sobre sindicalismo, especialmente sobre as ações (iniciativas e mobilizações) dos sindicatos em torno

do Piso Salarial Profissional do Nacional do Magistério Público (PSPN), mobilizado pela CNTE, em cinco estados brasileiros, a saber: Paraná, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Paraíba e Pará.

Cabe mencionar que a pesquisadora é militante do movimento sindical docente, tendo sido dirigente do Sindicato do Magistério Municipal de Curitiba (SISMMAC) de 2008 a 2011 e também do Núcleo Sindical Curitiba-Sul da APP-Sindicato no período de 2011 a 2014, de forma que as temáticas das condições de trabalho dos docentes e a valorização profissional têm se constituído objeto de pesquisa e defesa, seja nas articulações com o movimento sindical e nos estudos efetivados ainda durante o Mestrado que resultou na dissertação intitulada: Perfil profissional e condições do trabalho docente: um estudo sobre os professores dos anos iniciais da RME (Rede Municipal de Ensino) de Curitiba.

Como fonte de dados para a configuração das demandas e negociações no espectro da agenda política, tomamos como referencial e compilação de dados, a partir do Jornal institucional da APP-Sindicato, o 30 de Agosto, principalmente entre os anos de 2003 a 2011, a partir de 2011 também foram utilizadas as pautas de reivindicações protocoladas pela entidade com o governo.

Diante da proposta apresentada, o trabalho fundamenta-se, inicialmente, na apresentação do aporte teórico-metodológico, tomando como eixo de sustentação teórica e de análise a disputa pelo poder, trazendo as contribuições de Bourdieu (2012).

Na sequência, apresenta, ainda no capítulo inicial, a metodologia para as análises dos documentos que destaca a forma de organização do trabalho em torno do material empírico, portanto faz-se análise documental do Jornal 30 de Agosto das pautas protocoladas pela entidade no governo a partir de 2011, utilizando-se para tanto dos eixos trazidos por Bardin (1977) que são: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados – inferência e interpretação.

A pré-análise trata da apresentação das ações desencadeadas pela entidade, e neste processo, optou-se pela descrição analítica, de forma a garantir certo tratamento às informações contidas nos documentos, classificando os diferentes elementos encontrados, em categorias e rubricas significativas, seguindo critérios de aproximação e inferência entre os elementos encontrados, organizando-os e colocando ordem na aparente desordem. (BARDIN, 1977, p.39).

Em outro momento, a classificação dos dados encontrados no Jornal 30 de Agosto seguiu a seguinte ordem: categorias/ rubricas, componentes e exemplos. (BARDIN, 1977, p.59).

A classificação das rubricas ficou organizada nos seguintes eixos/ gavetas: Carreira; Condições de Trabalho; Saúde e Previdência; Questões Pedagógicas; Questões Trabalhistas e Política Educacional.

Nesta pesquisa, optou-se pela coleta de boa parte das informações referentes às reivindicações a partir das publicações contidas no Jornal 30 de Agosto, fonte institucional do sindicato, porque na história de mais de 60 anos da entidade, a APP- Sindicato organizou sua demanda de modo peculiar e com uma dinâmica própria, enquanto alguns sindicatos, como o SISMMAC, organizam ano a ano suas reivindicações em documentos específicos que são protocolados anualmente nos setores do governo. A dinâmica da APP- Sindicato até poucos anos atrás era outra, ou seja, a entidade organizava suas reivindicações, de forma a preparar as próprias ações da entidade, partindo na sequência para o processo de negociação, sem necessariamente documentar oficialmente e protocolar suas demandas.

Outra característica que marcava essa forma de organização eram as diversas demandas que surgiam no decorrer do ano, fazendo com que o movimento das reivindicações fosse frequentemente modificado com inserções de outras novas demandas. No entanto, nos últimos anos, a partir de 2011, a entidade passou a formalizar suas reivindicações em documentos protocolados, portanto a partir desse período também se incorporam as pautas no trabalho de coleta de dados.

No capítulo dois, são desenvolvidas duas discussões: a conformação do sindicalismo, desdobrado na interface do sindicalismo docente, sua trajetória histórica e cenário atual. Este capítulo é essencial para a compreensão da trajetória do sindicalismo docente e os principais processos históricos que desenharam o comportamento do movimento sindical docente.

No capítulo três, tem-se a apresentação das principais categorias referentes às condições de trabalho e carreira dos docentes no panorama nacional, tais como remuneração, jornada de trabalho e ingresso na carreira, de tal modo que esses primeiros capítulos busquem situar a pesquisa no que se refere à apropriação da conjuntura em que a tese se constrói.

O capítulo quatro refere-se à parte que oferece os dados necessários para a construção das análises da ação sindical, apresentando, portanto, a caracterização da APP- Sindicato, por meio de sua história, estrutura e organização, tendo como referência o estatuto da entidade, dados institucionais e pesquisas. Ao mesmo tempo, é apresentada a história e caracterização da rede pública de ensino do Paraná, a partir da articulação entre a trajetória da APP- Sindicato e a trajetória do sistema público de ensino no Paraná, a partir de dados institucionais, pesquisas e o relatório Erasmo Pilotto.

Por fim, no capítulo cinco, apresenta-se a conjuntura política e o contexto de negociação da agenda política com os diferentes governos entre os anos de 2003 a 2015, tomando como referência de análise o eixo de negociação, ou seja, toda a pauta que foi passível de negociação com os governos, entre 2003 e 2014, desenvolvendo-se, portanto, a apresentação das demandas e contextos sob o ponto de vista da conjuntura sindical, seguida da apresentação da negociação sob o ponto de vista dos governos a partir dos relatórios de governos e findando com a análise da negociação nos governos Requião (PMDB) e Richa (PSDB), além da apresentação e análise do movimento grevista no Estado do Paraná em 2015, que se revelou em um momento ímpar na história do serviço público paranaense.

2 OS CAMINHOS DA PESQUISA SOBRE AÇÃO SINDICAL E AGENDA POLÍTICA: CONSIDERAÇÕES PARA O APORTE ANALÍTICO-EMPÍRICO

A agenda política tem se constituído tema constante nas pesquisas sobre políticas educacionais, tanto a sua definição como seu desenrolar e sua efetivação. Os estudos em políticas educacionais evidenciam cada vez mais a presença de disputas pelo poder na produção da agenda, principalmente quando diz respeito à articulação das pautas corporativas, neste caso as pautas sindicais e a política educacional.

Dessa forma, podemos observar a importância do sindicalismo docente na construção da agenda política educacional em trabalhos como os de Gouveia e Ferraz (2013) em que discutem a ação sindical docente e sua articulação com os interesses corporativo-trabalhistas e a política educacional. Também verificamos a capacidade de organização do sindicato docente e sua interlocução entre ações, reivindicações e desafios presentes no conjunto da política educativa conforme destacado no estudo de Melo (2013).

Outro trabalho significativo na temática do sindicalismo docente e agenda política é o estudo realizado por Ferraz e Gindin (2014) que destacam o sindicalismo docente no governo Lula, em especial o protagonismo sindical na constituição de políticas corporativas para o magistério público sobretudo a atuação da CNTE e seus sindicatos filiados na luta travada em redor da aprovação da Lei do Piso Salarial Profissional Nacional para os profissionais do magistério público da educação básica (PSPN).

Ao discutirmos a noção de campo político e a relação de poder tal como proposta por Bourdieu (2012), concluiremos que os sujeitos que operam no cenário político disputam o poder, concorrem pelo poder, isso porque o campo político é um campo de forças e de lutas, que visa à transformação da relação de forças. Ainda assim, o autor, destaca que todo campo político tende a organizar-se entre dois polos, progressistas e conservadores, esquerda e direita, entre outros.

Se a disputa pelo poder se revela em luta política, num campo político que opera em polos distintos, podemos entender que os sindicatos são elementos centrais dessa disputa, que operam aparelhados tanto em organizações como em

partidos, utilizando-se deles para defesa e condução dos interesses da classe trabalhadora.

Essa representação de classe traduzida pelos sindicatos constitui-se em capital político dos trabalhadores, também denominado por Bourdieu (2012, p.188) de capital simbólico, poder simbólico, ou seja,

O poder simbólico é um poder que aquele que lhe está sujeito dá àquele que o exerce, um crédito com que ele o credita, uma *fides*, uma *auctoritas*, que lhe confia pondo nele sua confiança. É um poder que existe porque aquele que lhe está sujeito crê que ele existe. (BOURDIEU, 2012, p.188)

Nesse sentido, podemos dizer que a luta política, e no caso dessa pesquisa, a disputa pela agenda política, toma como elemento central, na produção das políticas educacionais, a relação entre sindicalismo docente e governo. Essa relação é determinada pelos princípios políticos presentes em dois polos distintos, tal qual como descrito por Bordieu (2012), polos antagônicos do campo político, que aqui entendemos como campos de esquerda e direita, expressos na dominação política dos grupos.

Para Gouveia (2008) o campo político da esquerda pode ser definido do ponto de vista da transformação social, do comprometimento com os movimentos da classe trabalhadora e contra a exploração do capital. Já o campo da direita está articulado com a conservação social, ligado à burguesia e às classes detentoras dos meios de produção, com vistas à manutenção do sistema social.

Nesse caso, podemos dizer que a dominação política expressa os princípios e ideologias de um determinado grupo político, ou ainda, as aspirações do campo político da direita ou da esquerda, dessa forma o quadro administrativo de um governo, recebe influências determinantes e típicas de sua dominação política, e por isso passamos a compreender que neste trabalho mais que análise da disputa entre sindicato e governo pela agenda política, trata-se de uma disputa de polos políticos distintos, direita e esquerda, que ora convergem e ora distanciam-se, dependendo da dominação política presente nos grupos que compõem o governo.

Ser direita e esquerda num governo implica desenvolver políticas conservadoras e de interesses do capitalismo, no caso da direita, e políticas ou programas de atendimento à população com vistas ao desenvolvimento social e do direito.

As expressões direita e esquerda nesse trabalho servem para designar os pólos políticos antagônicos num dado jogo político, ou seja, quem atua no interesse dos trabalhadores e quem atua no interesse do grande capital, com atuação marcada pelos interesses do empresariado, desenvolvimento de políticas neoliberais, que trazem algum prejuízo à classe trabalhadora em detrimento dos méritos do capitalismo.

É importante destacar que ainda nesse trabalho, tomamos como base para a compreensão da noção de esquerda, o sindicalismo desenvolvido por uma entidade filiada à CUT, central de defesa dos trabalhadores, que em contrapartida é diferenciada de sindicatos ligados à outras centrais, que embora inscritas na defesa dos trabalhadores, conjecturam nos limites dos interesses do empresariado.

Neste sentido, cabe destacar que o poder simbólico dos sindicatos, é portanto a capacidade de representação dos trabalhadores.

Essa disputa entre os campos políticos e de forças, como destaca Bourdieu (2012), é que é decisiva para a compreensão de como ocorre o processo de construção da agenda política e a negociação das pautas corporativas dos trabalhadores do serviço público com o governo.

Diante dos pressupostos apresentados podemos dizer que a sustentação analítica deste trabalho toma como princípio norteador a disputa política, neste caso e *a priori*, a disputa entre o campo da direita e da esquerda, que vai permear as relações entre o governo e o sindicato.

No entanto, não se desconsidera que, nessa disputa política, a luta de classes também se faz determinante, especialmente porque se dá em torno dos direitos dos trabalhadores, ou seja, esse campo que se aproxima da defesa da classe trabalhadora, representado pelo sindicato, que já é historicamente reconhecido como um campo político à esquerda.

Já o campo político dos governos, podem ser identificados tanto na perspectiva de direita ou proximidade com ela ou à esquerda e sua proximidade, podendo também mover-se entre esses dois polos, situando-se em centro, centro-esquerda e centro direita, de forma que no caso da direita podem se aproximar dos interesses do capital, empresariado e de parcelas sociais mais conservadoras e elitistas, e no caso da esquerda, estar mais próximos do compromisso social com a população.

Dessa maneira, compreendendo o papel e atuação da APP-Sindicato, na construção da luta política, e na arena da disputa pelo poder via agenda política, apresentamos esse trabalho, que tem como objeto central analisar a ação sindical do APP-Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná (APP-Sindicato) entre os anos de 2003 a 2015, com a intenção de explicitar como a pauta sindical incide na agenda política educacional do estado do Paraná, especialmente a agenda corporativa e de valorização do magistério público da rede estadual de ensino, destacando as demandas e negociações com os governos.

O recorte histórico apresentado analisa o movimento e estratégias de confrontação política entre sindicato e governo de estado, nas ações que visam à melhoria das condições de trabalho dos professores, uma vez que no período proposto o sindicato se defronta com gestão de governo de estado, ora com proximidade do projeto político do magistério da rede estadual, ora com ruptura do projeto político.

As três perguntas dessa pesquisa encontram-se diretamente articuladas entre si:

- 1) Como a ação sindical incide sobre a agenda política em diferentes governos?
- 2) Quais as demandas e estratégias sindicais utilizadas na disputa pela agenda política?
- 3) Como se dá o processo de negociação da agenda política?

Neste sentido, as hipóteses que sustentam essas questões, são duas: a ação sindical pressiona a formulação da agenda política e os contornos e estratégias de ação sindical e negociação mudam quando os projetos políticos de governos são distintos.

Dessa maneira, os objetivos da pesquisa são:

- apresentar a dinâmica da ação sindical desenvolvida pela APP-Sindicato;
- apresentar as estratégias sindicais para ascensão das reivindicações da categoria para a agenda política;
- verificar como a ação sindical incide na agenda política educacional do Paraná;
- apresentar e analisar o contexto de negociação da agenda política em diferentes governos.

Para atingir tais objetivos, apresentamos o debate de construção e conjuntura do sindicalismo docente no Brasil, a organização do associativismo e do sindicalismo, modelo adotado pós Constituição de 1988, no percurso histórico.

Outro ponto importante para o desenvolvimento desta tese é a discussão dos principais mecanismos que constituem a valorização docente em âmbito nacional e que são trazidos para a luta local e constituem-se elementos centrais da ação sindical.

O contexto da valorização docente agrega em grande medida, as condições de trabalho dos professores do magistério público brasileiro, as quais têm sido marcadas por intenso debate entre sindicatos e governo, especialmente após a década de 1980, quando os sindicatos de professores passaram a constituir-se em entidades combativas de mobilização e luta em torno da melhoria das condições e direitos dos trabalhadores da educação.

Em 1988, com a promulgação da Constituição Federal do Brasil (CF 88), ao se reconhecer no artigo 37, inciso VI, a garantia ao servidor público civil o direito à livre associação sindical, os sindicatos passam a se organizar de modo a representar legalmente os trabalhadores; são os sindicatos que, em sua grande maioria, representam de maneira legítima o coletivo de trabalhadores nas relações com o empregador, neste caso, com o governo.

Cabe ressaltar que a organização do sindicalismo mediante sua configuração na CF 88 constitui-se no marco legal a partir da legislação nacional, porém a funcionalidade das associações com característica sindical combativa já ocorria desde o início da efetivação das associações dos docentes brasileiros, haja vista o poder de intervenção das associações junto aos governos sobre as políticas educacionais e diversas lutas de natureza corporativa do magistério.

No final da década de 1990 e início dos anos 2000, as entidades sindicais, foram cada vez mais especializando suas pautas/demandas, uma vez que durante a década de 1990 o movimento sindical foi basicamente de resistência às políticas neoliberais, na década seguinte o movimento foi de reivindicações em torno de pautas voltadas para a melhoria do trabalho dos profissionais da educação e valorização desses profissionais, especialmente a partir de 2003, com a ascensão do Partido dos Trabalhadores (PT), campo de esquerda, quando se ampliou o diálogo entre o governo federal e as entidades sindicais.

Para exemplificar essa ocorrência, recorremos a Boito Jr. e Marcelino (2010) que, ao explicarem as teses de crise do sindicalismo e declínio histórico do movimento sindical, destacam o crescimento do sindicalismo de funcionários públicos bem como demarcam a recuperação do movimento sindical durante o governo Lula (PT) quando apresentam as possíveis causas de tal recuperação:

- a) uma retomada, ainda que tímida, do crescimento econômico;
- b) ligeira recuperação do emprego;
- c) o fato de a inflação dos alimentos estar atingindo taxas superiores à taxa média de inflação, isto é, há uma taxa de inflação, ocultada pela inflação média, que atinge mais pesadamente os trabalhadores;
- d) a existência de um regime democrático;
- e) o fato de a equipe governamental bem como as presidências e diretorias de empresas estatais serem compostas, no período dos mandatos presidenciais de Lula da Silva, por pessoas oriundas, em grande parte, do movimento sindical – no quadriênio 2004/ 2007, o Governo Federal e as empresas estatais negociaram com mais de 90% das greves deflagradas pelo funcionalismo público federal e pelos trabalhadores das empresas estatais;
- f) o desgaste da ideologia neoliberal que aparece na eleição de Lula e nos novos governos de esquerda e centro-esquerda na América Latina;
- g) a concorrência política entre as centrais sindicais brasileiras, cujo número e variedade de orientações político-ideológicas cresceram como já dissemos, entre 2004 e 2007;
- h) uma década de experiência, por parte do movimento sindical no Brasil, com os chamados “processos flexíveis” da reestruturação produtiva capitalista e a construção de alternativas de ação diante dela. (BOITO JR. e MARCELINO, 2010, p.330)

O último item indicado pelos autores não trata do sindicalismo do serviço público, mas do serviço privado, principalmente do ramo industrial, porém isso reafirma e destaca a importância da recuperação do movimento sindical de trabalhadores em geral.

Nesse contexto, portanto, intensificaram-se as discussões sobre o professor e suas condições de trabalho e carreira, nos espaços sindicais e acadêmicos, como forma de buscar subsídios que viabilizem a construção de uma agenda política sobre o tema, com vistas também à construção das reivindicações que permitissem o avanço das condições de trabalho dos docentes.

No arcabouço desse movimento de construção da agenda política e sindical, encontra-se a Confederação dos Trabalhadores da Educação (CNTE), entidade que historicamente unifica diversos sindicatos de trabalhadores da educação pública no Brasil e que organiza as ações tendo em vista a melhoria do trabalho docente e conseqüentemente a qualidade educacional.

As principais temáticas desenvolvidas pela CNTE nos últimos anos passam pelas reivindicações de melhoria da remuneração docente, pela ampliação do percentual para hora-atividade na jornada dos professores, ampliação dos investimentos financeiros para educação, entre outras, essas reivindicações requerem, portanto, ações sindicais que são traduzidas em mobilizações permanentes do magistério.

Portanto, importante no desenvolvimento desta pesquisa é a própria construção da ação sindical da APP-Sindicato, considerando sua organização estrutural, histórica e política.

A APP- Sindicato é um campo empírico já estudado, por isto é necessário recorrer à revisão da literatura e, desta forma, apresentamos as teses e dissertações cujo foco principal das pesquisas foi o estudo ou análise da APP- Sindicato a partir de levantamento realizado nas plataformas da CAPES e da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD).

A dissertação de Araujo (2013) apresenta uma análise da proposta do programa de formação político sindical e educacional da APP-Sindicato voltado para professores e funcionários da rede pública entre os anos de 2007 e 2009.

O programa de formação da entidade é desenvolvido em parceria com a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação (CNTE), a autora examina os materiais que subsidiaram a formação em seus aspectos filosóficos e ideológicos e conclui que a proposta formativa do programa apresenta pressupostos marxistas, tais como luta de classes, sindicalismo classista, transformação social, unidade da classe trabalhadora, no entanto, apesar de possuir uma gama de assentamento teórico à luz da classe trabalhadora, ainda assim, de acordo com a autora, os materiais de formação convergem para discussões acerca da degradação do trabalho docente e perdas salariais, ou seja, circunda os elementos das lutas mais corporativas da categoria dos trabalhadores da educação.

O trabalho de Gonçalves (2007) faz análise da capacidade de organização política e sindical da APP-Sindicato entre os anos de 1989 a 2005, a partir da apreciação dos materiais produzidos pela entidade cuja finalidade é observar e detectar a existência de caráter político ideológico classista dos trabalhadores nesses materiais para além da publicização das lutas e ideologias típicas da pauta economicista.

Nesse trabalho, o autor concluiu que a concepção de política sindical, retratada nos materiais da entidade, não ultrapassou os limites da luta econômica, em detrimento de uma defesa mais objetiva da concepção classista, inclusive destacou que essa tem sido a posição dos dirigentes da APP-Sindicato, ou seja, desenvolver lutas à margem da disputa e enfrentamento das relações econômicas, demarcadas pelo autor como “imperialismo econômico”, de forma a ficar beirando as questões corporativas, especificamente as salariais.

O autor ainda revelou em seu trabalho uma disputa interna entre as tendências do Partido dos Trabalhadores (PT) pelo domínio da direção da entidade; essas disputas, segundo ele, têm alavancado lideranças entre as tendências, num caráter mais individualista, a ponto de conquistas da categoria ser anunciadas como “frutos” de determinados grupos e lideranças, resumindo a luta corporativa às disputas partidárias e eleitoreiras.

A tese de Piton (2004) trata das reformas educacionais ocorridas no Paraná entre os anos de 1995 e 2002, analisando os efeitos das políticas neoliberais no contexto das escolas da rede estadual de ensino e o impacto sobre o movimento sindical docente, especialmente sobre a APP-Sindicato, na manutenção dos direitos dos trabalhadores em educação, bem como na construção de uma identidade sindical combativa.

Para a autora, mudanças no cenário da globalização mundial tiveram relações com a educação brasileira e paranaense, governos como de Álvaro Dias e Roberto Requião entre os anos 1980 e 1994, produziram ações descentralizadoras para a política pública da educação básica e que foram exacerbadas no governo Jaime Lerner (1994 a 2002) sob o pressuposto da excelência e da qualidade educacional, isso ficou evidenciado na política de descentralização financeira via organismos multilaterais, tais como o Banco Mundial.

Ainda nessa pesquisa, a autora relata que o plano de gestão do governo Lerner destacava como modernização da educação, a Gestão da Qualidade Total, e que o convencimento desse princípio se dava via Universidade do Professor, que era um programa e espaço destinado à capacitação dos professores.

No estado Paraná, as políticas provenientes das reformas educacionais nos anos de 1990, em especial no governo Lerner, ocorreram de maneira mais acentuada, e para a autora, casos específicos se tornaram emblemáticos desse

determinado período histórico, são eles: a criação do ParanaEducação, responsável pela contratação de pessoal para a educação do Paraná e também a criação do PROEM (Programa Expansão e Melhoria do Ensino Médio do Paraná) cujas mudanças foram significativas na oferta do Ensino Médio público e fim da oferta da educação profissional de nível médio.

Nesse contexto, a autora relata que a APP-Sindicato, não conseguiu evitar o avanço das políticas neoliberais no campo da educação pública estadual paranaense, e que sua principal atuação foi observada nos campos da resistência e combatividade em torno da manutenção de direitos dos servidores da educação. Além disso, o sindicato conseguiu pavimentar nesse período um processo de retomada de negociações, que trouxeram conquistas à categoria após o governo Lerner, exemplo disso seria a aprovação do novo plano de carreira dos professores em 2004.

Os trabalhos que trataram da APP-Sindicato de maneira mais periférica, ou seja, absorveram outras temáticas, porém em algum momento analisaram a atuação da entidade podem ser encontrados nas pesquisas de Rech (1998), Souza (2011), Godoy (2014) E Narouski (2014).

Dessa forma, após análise dos trabalhos citados, destacamos a relevância desta pesquisa no bojo das políticas educacionais e em torno da ação sindical da APP-Sindicato, na perspectiva de que o levantamento de pesquisas acadêmicas de mestrado e doutorado sobre a entidade são insuficientes, no entanto, isso não ocorre por conta da limitação acadêmica dos trabalhos, mas em virtude de que os trabalhos examinados não dão conta do objeto central dessa pesquisa que é a análise da ação sindical da APP-Sindicato entre os anos de 2003 e 2015.

No contexto da pesquisa, vê-se a necessidade de explorar a ideia do significado de ação sindical, o que pode ser explicado no desvelar da atuação do sindicato no tocante ao movimento das reivindicações e das negociações com os governos, ou seja, a disputa em torno da agenda política.

Essa ação sindical implica o desenvolvimento de estratégias sobre as demandas da categoria para que enfim ascendam à agenda política e ainda ao contexto da negociação.

Para Ferraz (2012), a ação sindical tem como princípio motor a melhoria futura da condição do trabalhador, porque se torna uma atividade específica da

sociedade capitalista que tem o trabalho e o mercado como elementos fundamentais para a sua existência.

Dessa maneira, podemos dizer que a ação sindical pode se traduzir na ordenação das demandas tanto específicas e corporativas de uma determinada categoria, bem como a produção dos meios de pressão para que essas demandas ascendam à agenda política dos governos, quando é o caso do serviço público.

Ao pensar a construção da agenda política, tomam-se em conta as contribuições dadas por Muller e Surel (2002), esses autores analisam as políticas públicas a partir de três vertentes da noção de política, sendo:

- 1) a esfera da política (*polity*);
- 2) a atividade política (*polities*);
- 3) a ação pública (*policies*).

Nesse sentido, podemos dizer que esse trabalho vislumbra o desenrolar da segunda vertente, ou seja, o campo da atividade política, neste caso a construção da agenda política e a disputa entre sindicato e governo na negociação das demandas.

Muller e Surel (2002) destacam que ao analisar a inscrição de determinado objeto na agenda da política “um problema deve estar integrado de fato às formas e às lógicas de funcionamento do aparelho político-administrativo” (2002, p.66), assim entende-se que as ações sindicais se inscrevem na agenda política por adentrarem esses espaços que exigem decisão política.

O movimento de construção da agenda política considera, portanto, no caso desta pesquisa, a relação sindicato-governo, tendo como parâmetro dois governos distintos e, *a priori*, de projetos políticos diferentes entre os anos de 2003 e 2015.

Diante disso, é importante compreender a função do Estado, enquanto governo, e sua relação com o serviço público, bem como a disputa pelos direitos trabalhistas no contexto da luta de classes, traduzida pela luta e disputa política.

De acordo com Bobbio, Matteucci e Pasquino (2004), a ideia de governo, na esfera estatal, pode ser definida como um conjunto de pessoas que exercem o poder político e que determinam a orientação política em uma sociedade e o poder de governo está associado à noção de Estado.

Do ponto de vista da luta de classes, Poulantzas (2000) destaca que o Estado tem papel de representação e organização na classe dominante, ou seja, o

Estado organiza o interesse político de um denominado bloco de poder. Além disso, o Estado é constituído de várias divisões de classe, onde se encontra também o serviço público, que constitui uma classe ou um lugar de classe.

Sendo assim, os servidores públicos, especialmente os da educação, parcela representada pela APP- Sindicato, formam o conjunto do sistema de serviços públicos, função do Estado, e compõem uma parcela das divisões de classe próprias do Estado. Essa parcela, divisão, disputa o poder pela agenda política que é travada pela luta de classes, aí reside o campo de atuação sindical.

A ação sindical se produz na construção das reivindicações da categoria e nas disputas travadas em torno delas demarcando mecanismos de pressão e luta, a fim de determinar uma agenda política, que se materializa a partir de negociações com o governo.

Para Bordieu (2012), a luta política, no caso deste trabalho, traduzida pela ação do sindicato, tem como fundamento as determinantes econômicas e sociais que são típicas da divisão do trabalho político, realizadas pelos agentes politicamente ativos, nesse caso os dirigentes sindicais, inseridos em campos de forças e campo de lutas.

Dessa maneira, podemos dizer que a luta sindical está cravada no campo político, no qual a vida política encontra desigual instrumentos de reprodução do mundo social e por isso demanda lutas e pressões em torno do poder, no intuito de vislumbrar esforços que possam produzir maior igualdade social, inclusive os direitos dos trabalhadores, pois ainda de acordo com Bourdieu (2012), tudo que é politicamente pensável para uma determinada classe determina-se na relação entre os interesses que exprime essa classe e a capacidade de expressão de seus interesses.

Assim, podemos concluir que aí está o papel do sindicato, ou seja, expressar os interesses de uma classe, a partir de sua organização e ação sindical, de tal forma que podemos dizer ainda que o papel do sindicato está ancorado na luta de classes dada pelo jogo político entre governo e a fração de classe representada pelo sindicato, essa capacidade de organização política e sindical é que constitui o capital político do sindicato.

A participação no jogo político compõe, para Bourdieu (2012), a “vida política” vivenciada nas relações, nesse caso, na relação entre a luta das

organizações políticas e a luta das classes, uma relação simbólica, em que se disputa o espaço ou a estrutura do campo político, a posição na política, isso é possível por conta do campo político organizar-se em dois polos distintos, o do “partido” do movimento, nesse caso o partido predominante na estrutura sindical, e o partido que detém o monopólio do Estado.

Por isso, a princípio, entendemos que nessa tese trataremos da disputa e da ação sindical frente a dois projetos de governo, um que se aproxima dos anseios dos trabalhadores da educação e outra que se afasta desse projeto de valorização do serviço público e, conseqüentemente, dos servidores da educação.

Portanto, corrobora-se com a análise de Gouveia e Ferraz (2003), acerca da importância de que os sindicatos têm para pressionar os governos abrindo brecha para a disputa em torno da educação pública perpassando questões corporativas da categoria. Vejamos:

Existem muitas entradas para o debate sobre políticas educacionais: a legislação, os indicadores de oferta, a ação política dos diferentes atores. Em especial, quando se propõem discutir a política educacional a partir da ação política, a mirada a partir do movimento sindical se apresenta como uma alternativa interessante, tanto em termos da agenda da luta – o que pode revelar os temas conjunturais –, quanto em termos dos espaços institucionalizados ou não para que esses atores influenciem (ou busquem influenciar) a política. (GOUVEIA e FERRAZ, 2013, p.125)

Isso significa que as lutas travadas entre sindicato e governo, revelam as lutas travadas por seus partidos, fazendo do campo político um lugar de “concorrência pelo poder”, cujas ideias são disputadas pela força de mobilização que elas exercem sobre os sujeitos, e conferem aos partidos e seus grupos políticos, aquilo que Bordieu (2012) define como o reconhecimento da potencialidade do “ser”/“grupo”, confiança, crença e obediência, enfim o poder simbólico, extraído da força política.

Segundo Przeworski (1989), o comportamento político das classes pressupõe a identidade coletiva, a solidariedade e o comprometimento político, dos quais partidos, igrejas, sindicatos, entre outros, impõem às massas determinada visão de sociedade, as quais permeiam as relações sociais de conflitos de interesses ideológicos.

Nesse sentido, o autor acrescenta que os partidos políticos - junto com sindicatos, igrejas, escolas – forjam as identidades coletivas e os interesses em

nome de ações coletivas, no entanto, a relação dos partidos e dos trabalhadores, não se faz meramente no contexto da ideologia, mas também no interesse de classe, na coletividade, na luta por suas reivindicações.

Ainda de acordo com Przeworski (1989) numa democracia capitalista, as relações políticas, produzem conflitos e resultados, os quais são determinados por posições de classe. A posição de classe pode ser determinada mediante as relações políticas presentes na sociedade, que acompanham as disputas entre as classes sociais, definindo assim, o posicionamento de classe dos grupos políticos, por meio de seus polos antagônicos, direita e esquerda, patrões e empregados, governos e servidores, situando cada classe em polos políticos distintos.

Na tentativa de buscar explicitar as características políticas que compuseram os governos do Paraná no período de 2003 a 2015, apresentamos os perfis que identificam seus campos políticos: entre 2003 e 2010 temos a gestão de Roberto Requião do Partido do Movimento Democrático Brasileiro - (PMDB) e entre 2011 e 2018 a gestão de Carlos Alberto Richa ou Beto Richa – Partido da Social Democracia Brasileira – (PSDB), lembrando que nesta pesquisa analisaremos a atuação dessa gestão até o ano de 2015.

Pode se dizer que os dois partidos se movimentam nos aspectos mencionados por Rodrigues (2002), que destaca que o câmbio ideológico entre direita, centro direita, centro, centro esquerda e esquerda, ocorre e tem muita relação com as plataformas de governo e também com a composição de suas lideranças.

Essa composição das lideranças pode ser um elemento importante para compreensão dos campos de direita e esquerda e principalmente para entendermos como e quando as pautas sindicais avançam ou não, dependendo da dominação política de cada governo.

Para Rodrigues (2002)

São essas categorias majoritárias que traçam o perfil dos partidos e os localizam ideologicamente no espaço político. Por isso, alguns grupos socioeconômicos não apenas são majoritários numericamente como são dominantes no sentido da determinação da política partidária. (RODRIGUES, 2002, p.40)

Por isso, essa composição é determinante do *modus operandis* de cada partido, pois revela os interesses presentes e predominantes no interior dos partidos, interesses tanto ideológicos como socioeconômicos e dão sentido a determinação da política partidária.

O espaço relativo ocupado por esse ou esses segmentos no interior das bancadas revela a composição social dominante dentro de cada representação parlamentar. O termo designa, pois, a combinação de categorias socioeconômicas majoritárias nas bancadas (ou nas cúpulas partidárias) que têm papel decisivo na determinação da ideologia, do programa, das metas e das estratégias dos partidos. Quando somente uma categoria sociocupacional, pelo espaço que ocupa na bancada, pode ser entendida como dominante, o perfil ideológico do partido é mais nítido. (RODRIGUES, 2002, p.40)

No Paraná, a análise do perfil das bancadas parlamentares, ou partidárias, nos permite entender, enfim, quais seriam as bandeiras e defesas dos parlamentares da Assembleia Legislativa do Paraná (ALEP), a partir de sua composição ocupacional e sua trajetória política.

Apresentamos à seguir um quadro dos parlamentares que ocuparam as cadeiras na ALEP entre os anos de 2003 a 2015, seus partidos, suas ocupações e trajetórias políticas, além de assinalar em quais mandatos estiveram presentes, dentro do período histórico recortado nesta pesquisa, de forma que as composições das bancadas da ALEP entre 2003 e 2015, puderam ser classificadas em mandatos ao observar os elementos e informações que desenharam o perfil das bancadas partidárias, percebemos que a composição dos partidos, a partir de suas lideranças parlamentares no Paraná, se traduz em quatro grandes blocos por meio de suas ocupações profissionais e trajetórias políticas:

- 1) Ramo empresarial;
- 2) Lideranças religiosas;
- 3) Lideranças de movimentos sociais (estudantil, sindical, mulheres, saúde, agricultura, entre outros);
- 4) Relação com a tradição política, que aqui colocaremos como trava a atuação em 2 ou mais mandatos políticos anteriores ao período de quando assumiram as cadeiras de deputados estaduais na ALEP.

Relação com a tradição política familiar, que aqui elenca parlamentares cujos parentes ou familiares já participaram ou participam da vida política do Estado do Paraná, atuando em mandatos legislativos ou executivos.

De maneira resumida, verificamos que as composições são distribuídas da seguinte forma:

- 5 parlamentares do ramo empresarial; desses, 2 advindos da tradição política e 1 de liderança religiosa;
- 11 lideranças sociais, sejam elas, trabalhistas/ sindicais, do campo, de mulheres, estudantis; desses 1 mudou entre liderança estudantil e tradição política;
- 7 lideranças religiosas;
- 55 parlamentares de tradição política; sendo que desses, 3 mudam também no ramo empresarial e 1 advindo do movimento estudantil;
- 24 parlamentares advindos da tradição política familiar, sendo que 1 também é advindo do movimento estudantil;
- 19 parlamentares não foram categorizados, pois são advindos de ramos ou atividades diversas, tais como jornalismo, polícia civil, ativista de ONG, entre outros, ou tiveram apenas 1 mandato ou ainda estão em mandato recente impossibilitando o reconhecimento de seu lastro político.

É possível observar que a maior parte dos deputados que ocuparam a ALEP entre 2003-2015, são em grande maioria de Tradição Política (TP), 55, exercendo cargo parlamentar ou executivo por no mínimo duas vezes, porém não é difícil perceber que a grande maioria tem seu lastro político definido ainda nos anos de 1980, quando da abertura política. Boa parte dos deputados do PMDB que se encontram nessa condição, são também fundadores do MDB, com atuação política de pelo menos 3 a 4 décadas.

Na condição de parlamentares de Tradição Política Familiar (TPF), encontra-se um número significativo de 24 parlamentares, esses são reconhecidos como parentes, filhos, netos e esposas de políticos, cuja condição parlamentar atual lhe é dada como uma espécie de herança política. Para Oliveira (2007), a rede social de herança política no Estado do Paraná se trama em torno do poder, muitos casos de herança política estão conformados em relações econômicas ou políticas de pelo

menos 300 anos, ilustrando assim a manutenção das carreiras políticas nesse Estado por meio de poder político e poder econômico:

Eles ilustram o princípio da reprodução e, por vezes, da conciliação, que permite a manutenção de carreiras políticas e estruturas de poder, independentemente dos regimes políticos, das diferentes composições partidárias e políticas e dos ciclos econômicos. As múltiplas conexões entre poder econômico, poder político e estruturas de parentesco estão sempre sendo renovadas e estão em constante movimento. (OLIVEIRA, 2007, p.167)

Ainda assim, esse espectro de poder político por herança, exprime a visão de poder trazida por Faoro (2001) em que a disputa interna política se dá por meio dos "donos do poder", com ausência das forças populares, neste caso não somente pelos parlamentares de TPF, mas também pelos parlamentares de TP.

Os demais segmentos dos parlamentares, tais como lideranças sociais e religiosas, possuem menor expressão diante das composições, representam parcelas da sociedade, também com menor poder político dentro do cosmo social, tais como sindicatos, movimentos sociais, entre outros. No caso dos líderes religiosos, é perceptível a ascensão dessa parcela na ALEP, sobretudo os evangélicos, demonstrando na prática o porquê dos avanços de pautas conservadoras na atualidade política do país.

Já os declarados empresários, representam teoricamente a menor parcela social, no entanto, cabe ressaltar que muitos dos parlamentares de TP e TPF, possuem fortes vínculos com o ramo empresarial, como por exemplo: Ademar Traiano, Jonas Guimarães, Ney Leprevost, Toninho Wandersheer, Wilmar Reichembach, famílias Litro, Garcia, entre outros. E também o caso de famílias tradicionais do Estado, tais como Artagão Jr., Fábio Camargo, etc.

Dando prosseguimento ao processo de análise do perfil das bancadas, passamos agora a analisar o perfil do PMDB e do PSDB, partidos que governaram o Paraná entre 2003 e 2015.

Verificamos que parte significativa de parlamentares de ambos os partidos pertencem, aos quadros de tradição política ou tradição política familiar. Sendo que a maioria pertence ao quadro político do Paraná há mais de uma duas ou três décadas, ocupando quadros nas câmaras de vereadores e prefeituras, como vimos anteriormente. Vejamos o quadro 1 (o quadro completo de parlamentares está no

anexo 1) com de parlamentares por partido e as cores que destacam seus lastros políticos:

QUADRO 1 - PARLAMENTARES POR PARTIDOS: PSDB E PMDB

	PSDB	PMDB
1	Alceu Maron	Ademir Bier
2	Ademar Traiano	Alexandre Curi
3	Bernardo Ribas Carli	Anibelli Neto
4	Beti Pavin	Antonio Anibelli
5	Cantora Mara Lima	Artagão Jr.
6	Evandro Junior	Caíto Quintana
7	Francisco Burer	Cleiton Kielse
8	Luiz Accorsi	Dobrandino da Silva
9	Luiz Fernandes Litro	Edson Luiz Strapasson
10	Marcos Isfer	Gilberto Martin
11	Mauro Moraes	Jonas Guimarães
12	Nelson Garcia	José Scarpellini
13	Paulo Litro	Luiz Scheida
14	Renato Gaúcho	Nereu Moura
15	Rose Litro	Requião Filho
16	Valdir Rossoni	Romanelli
17		Stephanes Jr.
18		Teruo Kato
19		Waldyr Pugliesi

FONTE: A autora (2016), adaptada de <<http://www.alep.pr.gov.br/deputados>>. Acesso em: 14 nov. 2015.

Legenda:

	Ramo empresarial
	Liderança religiosa
	Tradição Política
	Tradição Política Familiar
	Sem classificação

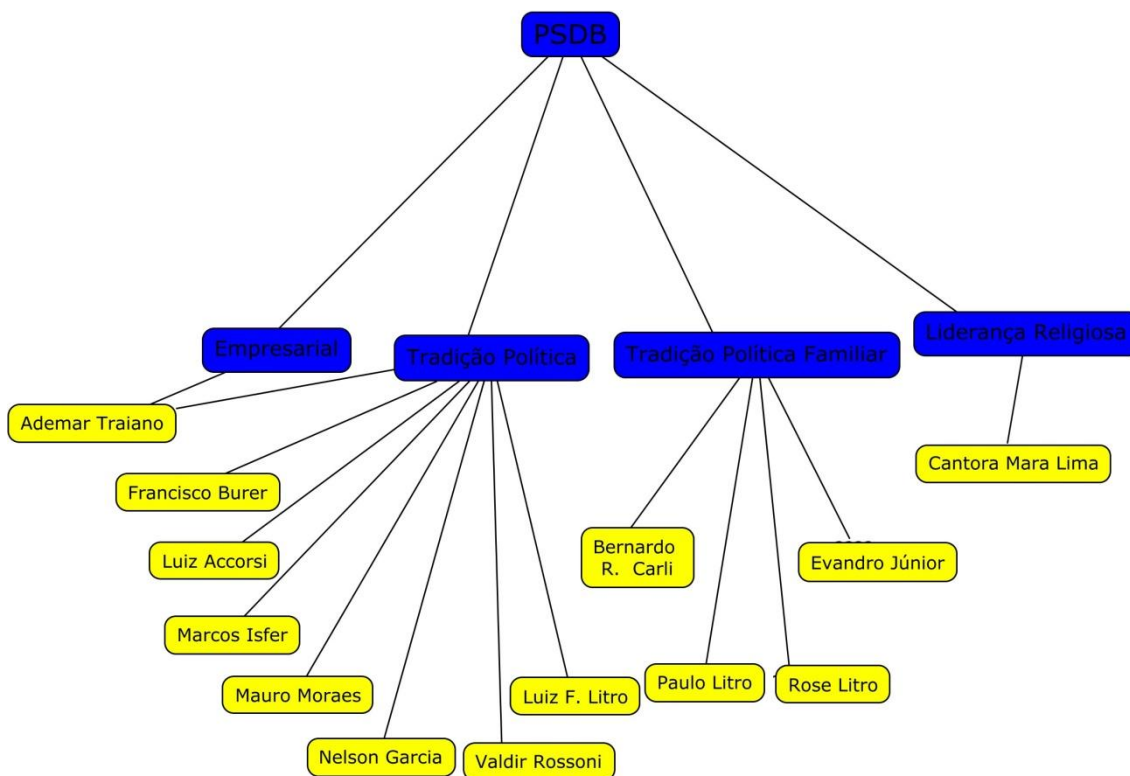
Dessa maneira, ao observar os elementos e informações que desenham o perfil das bancadas partidárias, de 2003-2015, percebemos que a composição dos partidos, PSDB e PMDB, é de predominância dos blocos de tradição política, seguido pelo bloco de tradição política familiar, sendo que 16 parlamentares que estiveram na ALEP pelo PSDB, 8 são de tradição política, 4 de tradição política familiar, 1 de liderança religiosa e 3 que não foram classificados em nenhum dos blocos.

No caso do PMDB, dos 19 parlamentares do período, 13 são advindos do bloco de tradição política, 5 são de lastro de tradição política familiar e 1 do ramo empresarial.

Vejamos como ficou o mapa de distribuição dos parlamentares na ALEP e seus blocos de identificação, pelos partidos PSDB e PMDB, no período de 2003-2015, considerando que ambos os partidos governaram o Paraná no período.

PSDB

FIGURA 1 - QUADRO SÍNTESE DOS BLOCOS DE COMPOSIÇÃO DO PSDB

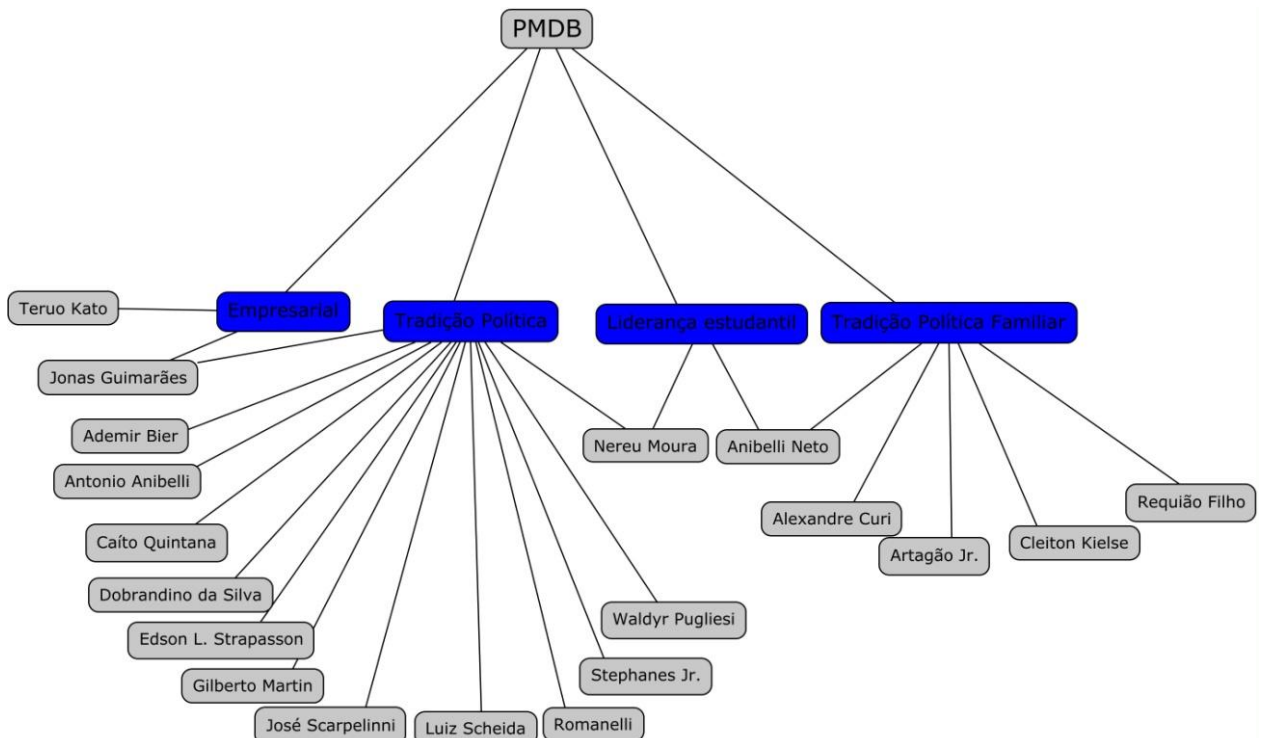


FONTE: A autora (2016).

No caso da distribuição do partido do PSDB, verificamos que o perfil da bancada é formado em maior parte e significativamente, primeiro pelo bloco de tradição política e na sequência pelo bloco de tradição política familiar, podemos dizer que sua formação é, portanto, mais conservadora, distante das reivindicações dos trabalhadores.

PMDB

FIGURA 2 - QUADRO SÍNTESE DOS BLOCOS DE COMPOSIÇÃO DO PMDB



FONTE: A autora (2016).

Novamente observa-se, no PMDB, o domínio dos perfis dos grupos políticos de tradição política, seguido pelo grupo de tradição política familiar. Para Oliveira (2015) a herança política constitui-se em *habitus* de classe e *ethos* político para novas gerações conformando um "familismo" e "nepotismo" em torno do poder:

Trata-se de uma classe social histórica, que transmite e reproduz de várias maneiras seu *habitus* de classe e seu *ethos* político para as novas gerações. A velha classe dominante também transmite as velhas culturas do "familismo" e do "nepotismo" para as novas famílias do poder, muitas das quais possuíram origens migrantes, origens ascendentes e acabam casando com as velhas famílias do poder. Muitas vezes o funcionamento e a lógica das instituições operam mecanismos clientelísticos e formas de patronagem, que beneficiam esquemas políticos familiares. (OLIVEIRA, 2015, p.6)

Essa conformação política do PMDB também constitui-se em uma força política conservadora, porém analisando o expressivo número de deputados advindos da tradição política, pode-se dizer que a composição do PMDB é também formada por parlamentares experientes no ramo político há muitos anos, o que faz com que o partido saiba se movimentar sempre ao interesse daqueles que estão no

poder, portanto podem facilmente se movimentar entre o espectro da direita e da esquerda dependendo da plataforma política e governamental de quem estiver no governo, isso, em certa medida, à existência de um grande quadro de parlamentares que são de tradição política ou seja, que se mantém no poder por mais tempo, independentemente da ideologia do governo.

Para além da perspectiva apresentada quanto ao PMDB, o que faz de fato o governo Requião do PMDB, sujeito político também constituído pela patronagem histórica familiar, de tradição política familiar, herdada de seu pai Wallace Thadeu de Mello e Silva, ex-prefeito de Curitiba, figura política importante no Estado do Paraná nos anos de 1950¹, ser, *a priori*, reconhecido com mais proximidade do projeto político dos servidores públicos e com maior avanço das pautas do magistério?

Pode se dizer que Roberto Requião compõe um bloco dentro do PMDB nacional, e especialmente no Paraná, reconhecido e localizado no espectro centro-esquerda, afinal como vimos até agora, não se pode afirmar a homogeneidade ideológica no interior desse partido.

O senador Roberto Requião, já foi governador do Estado do Paraná por três vezes, de 1991-1994, e as outras duas vezes no período de 2003-2010. Sua trajetória política iniciou-se quando foi eleito deputado estadual em 1982, e na sequência foi prefeito de Curitiba em 1985². Seu discurso e ações são reconhecidamente amparados em posições políticas de esquerda, em seu discurso de posse no segundo mandato, Roberto Requião fez referência a *Carta del pueblo*, como norteador para seu governo, ou seja, um governo para o povo, de opção pelos pobres.³

O PMDB Paraná, certamente é marcado pela característica de um partido de centro, mas Roberto Requião não se define assim, ele se define como um político de esquerda que governa para o povo, mesmo que as características desse governo

¹ Para saber mais da constituição histórica da política paranaense, acessar as obras e pesquisas do professor Ricardo Costa de Oliveira, do Núcleo de Estudos Paranaenses, NEP, da UFPR.

² Para saber mais acesse a página: <<http://goo.gl/EvLbVa>>. Acesso em 02 dez. 2015.

³ É importante destacar que no período recorte dessa pesquisa (2003 a 2015), o governador Roberto Requião (2003- 2010) apresentou uma postura política mais alinhada da ideologia de esquerda, no entanto quando de sua primeira gestão como governador do Estado do Paraná entre 1991 a 1994, a característica de seu governo estava alinhada ao campo de direita, é possível observar que nesse período a própria conjuntura política e econômica do país era de avanço das políticas e reformas neoliberais no país.

sejam de uma esquerda populista. O governador Requião assim se definiu enquanto governador quando registrou seu segundo mandato no relatório de gestão de 2006:

Há quem se constranja, fique encabulado ou até mesmo sinta urticária quando se fala em povo. Os dominantes, essa gente do mercado, os do lado de lá, os que viveram do sangue, do suor, da miséria e da exploração do povo. Os que excluem, esmagam, discriminam, ofendem e humilham o povo. Os que enganam e manipulam o povo. Essa gente torce o nariz quando algum governo declara sua opção, seu amor, sua solidariedade para com o povo. (...) O nosso lado é o lado do povo. (...) E não é um governo de centro-esquerda, não. Não venham com esses centrismos, com esse equilibrismo. Somos, sim, um governo de esquerda. (...) Somos de esquerda, porque ser de esquerda é ser solidário, fraterno e humano. É ser gente. É ter olhos, alma e coração voltados para a miséria e desigualdades desse mundo. (PARANÁ, Relatório de Gestão, 2006)

A partir de seu mandato, Requião implantou uma série de programas sociais e de incentivos à população que visavam à melhoria das condições sociais dos paranaenses, tais como: incentivo para pequenos agricultores, incentivos fiscais às pequenas empresas, programa de redução do valor da energia elétrica às famílias de baixa renda, programa de leite para as crianças para famílias de baixa renda, ampliação de moradias, ampliação de recursos para a saúde, valorização do serviço público, entre outros⁴.

Todas as suas obras e programas estão reunidas num caderno chamado "Dicionário das Realizações de Um Governo Popular de A a Z" do Governo Requião de 2003-2010⁵.

Informações contidas no site⁶ do senador demarca o período de governo de Requião como:

O período ficou marcado com índices históricos, como a geração recorde de empregos com carteira assinada, a redução da miséria e a queda da mortalidade infantil. Investimentos inéditos em educação, saúde e segurança garantiram um novo modo de vida aos paranaenses. A agricultura familiar foi valorizada e as políticas de inclusão social garantiram dignidade e qualidade de vida. Uma reforma tributária e investimentos pesados em infraestrutura prepararam o Estado para o futuro. Coerência, opção preferencial pelos pobres e austeridade foram colocados em prática. (SITE ROBERTO REQUIÃO, 2015)

⁴ Disponível em: <<http://goo.gl/PYoP5n>>. Acesso em: 02 dez. 2015.

⁵ Disponível em: <<http://goo.gl/YQfPHL>>. Acesso em: 02 dez. 2015.

⁶ Disponível em: <<http://goo.gl/HAi1wB>>. Acesso em: 03 dez. 2015.

De acordo com Cunha (1995) de maneira geral, esses programas são característicos do berço do populismo, o qual o Estado do Paraná, especialmente a pasta educacional, viveu de forma mais intensa na década de 1980 com a adoção do populismo pedagógico católico, na qual a comunidade tinha papel protagonista no desenvolvimento local e educacional, a escola deveria ser o modelo da vida do povo e instrumento central na superação da realidade.

Para Weffort (1986) o populismo é um modelo de política de massas, que cambia entre governos tanto de direita (burguesia) como de esquerda (trabalhadores), o campo estratégico do populismo é a angariação das massas, por meio de medidas e políticas dos anseios do povo, a partir de interesses do povo, vejamos, "O populismo brasileiro, em qualquer de suas formas, só pode ser compreendido adequadamente como expressão política de interesses determinados de classe" (WEFFORT, 1986, p. 26)

Portanto é possível dizer que mesmo se aproximando dos interesses das massas, as políticas provenientes do modelo populista somente se efetivam se também se constituírem em interesses da classe política, neste sentido o povo pode ser um parceiro de possibilidades, observando as relações e posições de classe, conforme destaca Weffort (1986) "em todas as crises desde 1945 a intervenção do povo apareceu como possibilidade, mas o jogo dos parceiros reais em avaliar tacitamente, a importância dessa intervenção e blefar sobre este cálculo" (Weffort, 1986, p. 15)

A política educacional na gestão de José Richa/PMDB (pai de Beto Richa), também foram fundamentais para o desenvolvimento da participação comunitária e descentralização de recursos e serviços para as escolas estaduais. Foi nesse governo que ocorreu a ampliação significativa das redes municipais de ensino e que sob a égide da participação comunitária foram realizadas as eleições diretas para diretores escolares.

Nesse tempo também foi ampliada o papel da FUNDEPAR como órgão de descentralização de recursos para as escolas. As bolsas de estudos para estudantes carentes da zona rural também foi a marca do populismo governamental da época. Outros mecanismos como valorização profissional ao conjunto dos trabalhadores da rede estadual de ensino e sobretudo ampliação das matrículas

escolares com o lema "nenhuma criança sem escola", foram programas e projetos com forte apelo popular. (CUNHA, 1995)

Conforme Cunha (1995), no município de Curitiba entre 1985 e 1988, no campo educacional a principal bandeira de campanha do candidato à prefeitura de Curitiba, Roberto Requião/ PMDB, e prefeito no período, foi a adoção da jornada de 8 horas em todas as escolas municipais de Curitiba (jornada integral), medida essa que também convergia com os princípios do populismo presente na alçada estadual, a proposta pedagógica também era de uma "escola aberta" na qual as comunidades transmitissem suas experiências num contexto coletivo e de troca do saber.

Os contextos apresentados para a política educacional do Estado e do Município de Curitiba, não nos permitem fazer uma análise concreta do significado desses programas e projetos na educação paranaense, nesse caso apenas nos permitem apontar que na trajetória do PMDB e do próprio governador Roberto Requião houveram implantação de medidas populistas, ou seja, de apelo popular, de convencimento para o povo, numa perspectiva clientelista, na qual não se pode afirmar a articulação com políticas permanentes de Estado.

A partir daqui passamos a nos concentrar no governo de Beto Richa, no caso o PSDB, o qual Rodrigues (2002, p.42) assim define o campo ideológico do partido:

A composição social dominante do Partido da Socialdemocracia Brasileira resulta da aliança de um setor da alta *intelligentsia* com um setor empresarial importante, mas minoritário. A face intelectual – de classe média alta ou alta, segundo o critério – marcou o partido desde o seu início. (RODRIGUES, 2002, p.42)

Essa composição de intelectuais tradicionais da classe média alta, tais como juízes, advogados, jornalistas, entre outras, formam a grande parcela do PSDB. O autor relata ainda que os familiares dos fundadores do partido já eram de origem política. Esse contexto demonstra, em parte, a envergadura mais elitizada e tradicional do PSDB, que acaba por permear posicionamentos e defesas das classes média alta e alta.

No governo do Paraná, o candidato do PSDB, Beto Richa, recebeu apoio do empresariado, mesmo que de fora do núcleo local, em sua trajetória política, desde

sua candidatura ao cargo de prefeito de Curitiba em 2004, situação essa que se replicou nas suas candidaturas ao governo do Estado.

O atual governador do Paraná, Beto Richa, PSDB, pertence a um quadro de grande tradição política familiar do Paraná. Filho do ex-governador do Estado do Paraná, José Richa, e eleito deputado estadual nos anos de 1990, chega ao governo do estado em 2011 após 3 gestões na prefeitura de Curitiba:

2000-2004 - Como vice-prefeito de Cassio Taniguchi (prefeito do PFL/ DEM);

2005 -2008 - Prefeito de Curitiba (pelo PSDB);

2009- 2010 - Reeleito com 77% dos votos para a prefeitura de Curitiba (pelo PSDB).

Na campanha para a prefeitura em 2004, consegue neutralizar o candidato representante das empresas de transporte coletivo local – Osmar Bertoldi, apoiado pelo prefeito Cássio Taniguchi e constrói sua campanha descolada do então prefeito Taniguchi.

Nesse processo recebe apoio de empresários do ramo de transporte, porém de fora do esquema do transporte coletivo local e apoio de políticos do expoente do PSDB no contexto Nacional. Constrói durante sua campanha e sua gestão sob o estereótipo de “bom moço”, promovendo audiências públicas e visitando comunidades mais pobres da periferia de Curitiba.

A imagem construída do "bom moço" é desenvolvida com o apoio e “braço forte” da Fernanda Richa, sua esposa, e pertencente a uma das famílias mais tradicionais do estado do Paraná, herdeira dos banqueiros proprietários do extinto Bamerindus.

A relação da gestão Beto Richa com os sindicatos de servidores públicos do município, em maior parte, foi baseada a partir de "concessões" com os servidores em greve. Seu contexto de negociação política sempre foi bastante difícil, porém mediante paralisação dos servidores, ocorria os processos de negociação.⁷ Portanto, a conjuntura de negociação sindical com o gestor Beto Richa nunca foi um processo político tranquilo.

⁷ Essas informações são provenientes da experiência da autora como dirigente sindical do SISMMAC (Sindicato dos Servidores do Magistério Municipal de Curitiba) no período de 2008-2011, e também de representante sindical de base entre 2005-2007, período em que participou ativamente de mesas de negociação com o governo municipal.

Após uma reeleição espetacular na prefeitura de Curitiba em 2008, que lhe rendeu uma aprovação de 77% dos votos, o então prefeito e seu grupo político partem para a disputa do governo do estado do Paraná em 2010.

Articulando sua campanha com fortes lideranças do cenário político paranaense, com seletos capital político, exemplo Flávio Arns, outrora pertencente ao quadro do PT, Valdir Rossoni, entre outros, compõe a Coligação NOVO PARANÁ (PSDB - DEM - PSB - PP - PPS - PTB) agregando ainda outros pequenos partidos.

Na época, disputou a eleição com outro forte nome do meio político, Osmar Dias, do PDT, irmão do Senador Álvaro Dias, ambos sujeitos de grande tradição política no Paraná. A candidatura de Osmar Dias recebeu apoio do PT e do governador Roberto Requião do PMDB.

Durante o processo eleitoral, em dado momento, o candidato Beto Richa, vê sua popularidade quanto à candidatura ao governo ameaçada pelas desconfianças dos servidores públicos, em especial os da educação, e prontamente anuncia que seu vice-governador seria o secretário de educação, Flávio Arns, sujeito com prestígio político que recém havia saído do PT e se filiado ao PSDB, além disso o vice-governador era uma pessoa militante e defensora da educação especial, privada e conveniada.

As Metas para Educação, Ciência e Tecnologia, apresentavam propostas interessantes para a qualidade educacional, mas não necessariamente ao espectro da valorização profissional, vejamos:

1. Integrar e promover uma ampla rede paranaense de pesquisa e inovação com inclusão dos setores privados;
 2. Ampliar o acesso às redes digitais de conhecimento;
 3. Ampliar educação de nível médio e técnico;
 4. Melhorar a qualidade da educação;
 5. Desenvolver política integrada para a juventude;
 6. Combater o analfabetismo;
 7. Fomentar o desenvolvimento da ciência e tecnologia a partir das instituições acadêmicas e de pesquisa;
 8. Promover o aperfeiçoamento institucional do ensino superior;
 9. Ampliar o acesso às universidades estaduais.
- (Plano de Governo Beto Richa 2011-2014)

Como se pode notar, sem compromisso explícito com as questões corporativas dos trabalhadores da educação do Paraná, isso no âmbito da valorização desses servidores, deixando espaço significativo para intensa disputa sindical, seja na construção das reivindicações, seja na própria negociação.

Portanto, apesar da grande expectativa dos trabalhadores da educação em torno da implantação de medidas neoliberais, a ocupação da cadeira de secretário de educação pelo vice-governador Flávio Arns, foi um fator importante na disputa pelas questões corporativas, isso porque conseguiu ainda estabelecer um quadro de conquistas e avanços de direitos, não sem intensa mobilização, tais como:

- realização de concurso público;
- finalização do processo de equiparação salarial (compromisso de campanha eleitoral de Beto Richa) com os demais servidores do estado numa articulação entre campanha de equiparação iniciada entre 2006, 2007 e implementação dos índices de reajuste do PSPN;
- implementação total de 35% de hora-atividade.

No contexto da reeleição de Beto Richa, em 2014, fica explicitado um modelo mais elaborado de um projeto governamental em que mecanismos de enxugamento de gastos e investimento público são expostos, mesmo que em alguns momentos se demonstrem contraditórios, e a lógica neoliberal se faz presente de maneira muito intensa, vejamos:

É imprescindível redimensionar a estrutura gestora do Estado, perseguindo algumas metas, a saber:

a. Reduzir as limitações da capacidade de gasto e investimento público, por meio de programas e iniciativas voltadas à **redução estrutural de despesas** e melhoria da eficiência arrecadatória.

b. Aperfeiçoar a máquina pública por meio do incremento em programas de tecnologia de informação, capacitação humana e **enxugamento da estrutura burocrática** – com foco nas atividades - fim que beneficiem a população, e tendo como objetivo a melhoria da eficiência administrativa. (Plano de governo Beto Richa 2015-2018)

Nas duas ocasiões das eleições para governo de Estado, em 2010 e 2014, as alianças/coligações formadas para seu apoio, evidenciaram apoios da maioria de partidos de centro, centro direita e direita, em maior parte deles há representações em massa de empresários, por meio de bancadas do agronegócio, construtoras e transportes, e de uma parcela de envergadura populista em ascensão na política atual, tais como a ala evangélica, o jornalismo popular e ala policial.

A entrada dessa última parcela se deu especificamente em sua segunda candidatura, pois sabido que seria difícil enfrentar dois fortes candidatos de esquerda Requião (PMDB) e Gleisi (PT) optou por compor uma aliança imbatível

para qualquer possibilidade de um eventual segundo turno e, para isso, todo o tipo de parceria que tivesse interesses comuns foi agregada.

Então, diante das trajetórias partidárias, cunho ideológico, capacidade de representação de grupos políticos e por fim capacidade de gestão para esses grupos a que pertencem, é que podemos dizer que no caso do Paraná, o governo do PMDB feito por Roberto Requião se localiza no campo centro e centro esquerda, enquanto o governo do PSDB na figura de Beto Richa encontra-se no espectro político do centro e centro direita.

Portanto, este é ponto em que a APP- Sindicato se defronta com interlocutores de base política diferentes no governo.

2.1 BASES DOCUMENTAIS E TRATAMENTO DAS INFORMAÇÕES DA PESQUISA

Para análise da ação sindical da APP Sindicato nos últimos anos, de 2003 a 2015, foram realizados levantamentos das pautas de reivindicações da entidade a partir das próprias pautas (de 2011 a 2015) e também de análise documental do jornal institucional denominado “30 de Agosto”, de modo que tais levantamentos fornecessem subsídios sobre as demandas da categoria.

Dessa maneira foi realizada análise documental, que segundo Bardin (1977, p.47), pode ser definida:

Como uma operação ou conjunto de operações visando representar o conteúdo de um documento sob uma forma diferente da original, a fim de facilitar, num estado ulterior, a sua consulta e referência. Enquanto tratamento da informação contida nos documentos acumulados, a análise documental tem por objetivo dar forma conveniente e representar de outro modo essa informação, por intermédio de procedimentos de transformação. O propósito a atingir é o armazenamento sob uma forma variável e a facilitação do acesso ao observador, de tal forma que este obtenha o máximo de informação (aspecto quantitativo), com o máximo de pertinência (aspecto qualitativo). A análise documental é, portanto, uma fase preliminar da constituição de um serviço de documentação ou de um banco de dados. (BARDIN, 1977, p.47)

Sendo assim, no processo de exploração dos materiais foi possível organizar as grandes rubricas, em componentes menores e ações desenvolvidas pela entidade para levar as reivindicações para disputa da agenda política.

Num primeiro momento foi possível compilar seis grandes rubricas e componentes correspondentes, conforme o quadro:

QUADRO 2 - PRINCIPAIS DEMANDAS CATEGORIAS E COMPONENTES DA AÇÃO SINDICAL

CATEGORIAS					
Carreira	Condições de Trabalho	Saúde e Previdência	Questões Pedagógicas	Política Educacional	Direitos Trabalhistas
Salário	Redução de alunos por turma	Saúde do servidor	Porte das escolas	Eleições diretas para diretores de escola	Fim dos descontos relativos aos atestados médicos
Gratificações	Infraestrutura das escolas e segurança de trabalho	Previdência	Organização Curricular	Não municipalização das escolas estaduais	Direitos dos PSSs
Benefícios	Hora-	Aposentadoria	Regulamentação	Extinção do	Arquivamento

	atividade		do Sistema de Ensino Estadual de Paraná	Paraná Educação	de processos administrativos
Jornada de trabalho			EJA	Fim da terceirização nos serviços escolares	
Movimentação no Plano de Carreira			Educação Profissional	Financiamento da Educação	
Concursos			Educação Especial		
			Educação no Contraturno		
			Educação Integral		
			Equipe Multidisciplinar		

FONTE: A autora a partir do jornal institucional da APP-Sindicato - 30 de Agosto (2016).

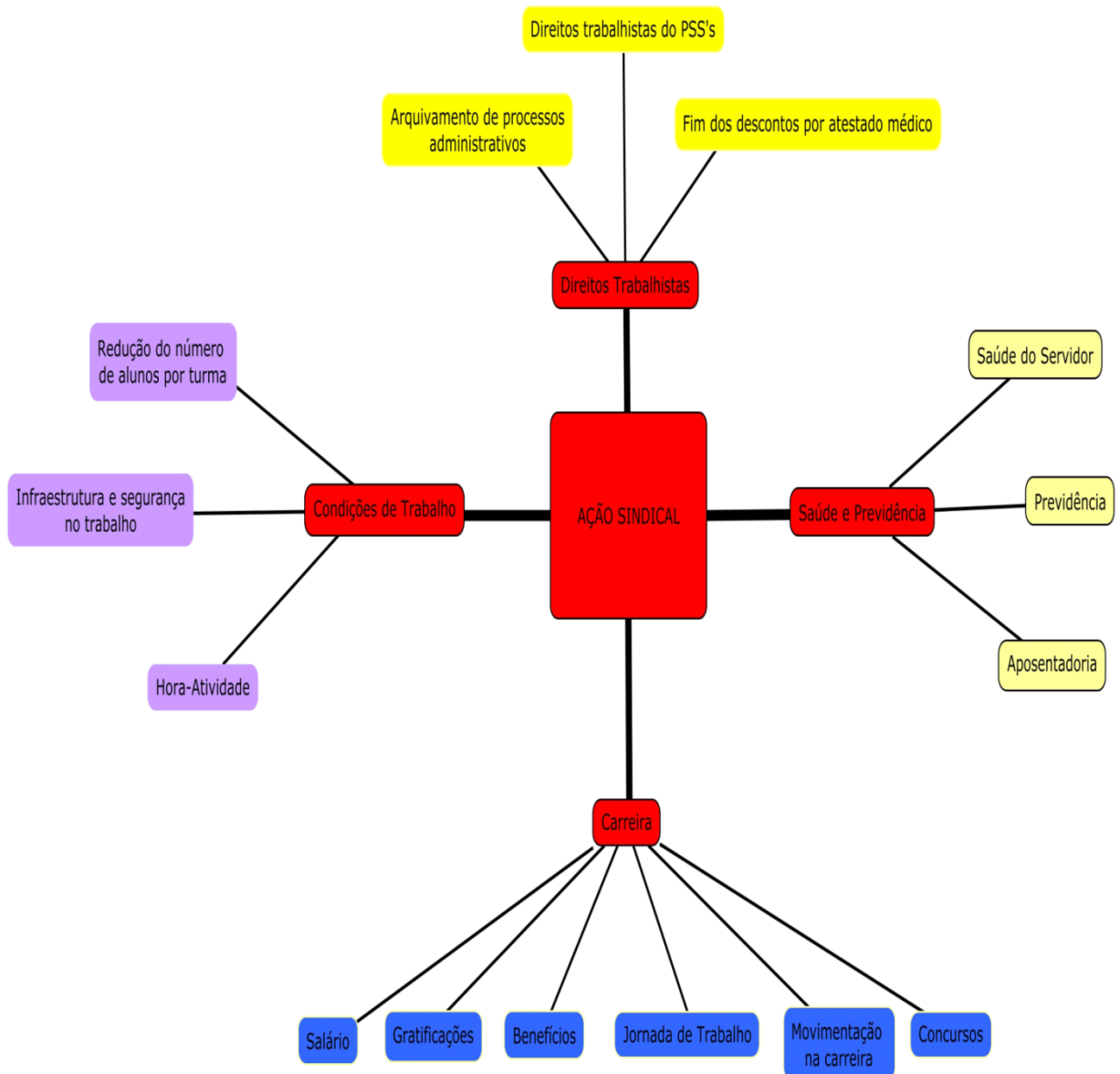
Esse quadro demonstra que as ações da APP-Sindicato ultrapassam a pauta corporativa dos servidores e se desdobram também no enfrentamento e luta pelas políticas educacionais e questões pedagógicas, como fatores determinantes para a qualidade do ensino público.

No entanto, o intuito desse trabalho é lidar e discutir com as pautas corporativas e de valorização do magistério da rede estadual, ou seja, as principais reivindicações corporativas, que foram organizadas a partir categorias principais: carreira, condições de trabalho, saúde e previdência, direitos trabalhistas.

Nesse sentido, analisamos a ação sindical como eixo que produz as reivindicações e as estratégias de ação para cada uma das categorias e seus componentes, as quais são determinadas pela intensa busca dos direitos dos trabalhadores e também marcadas pela disputa política.

No desenho a seguir podemos observar que a ação da APP Sindicato se organizou no período de 2003-2014 em torno de reivindicações corporativas e rubricas que foram desdobradas em pautas específicas (componentes):

FIGURA 3 - MAPA DA AÇÃO SINDICAL E DEMANDAS ESPECÍFICAS



FONTE: A autora (2016).

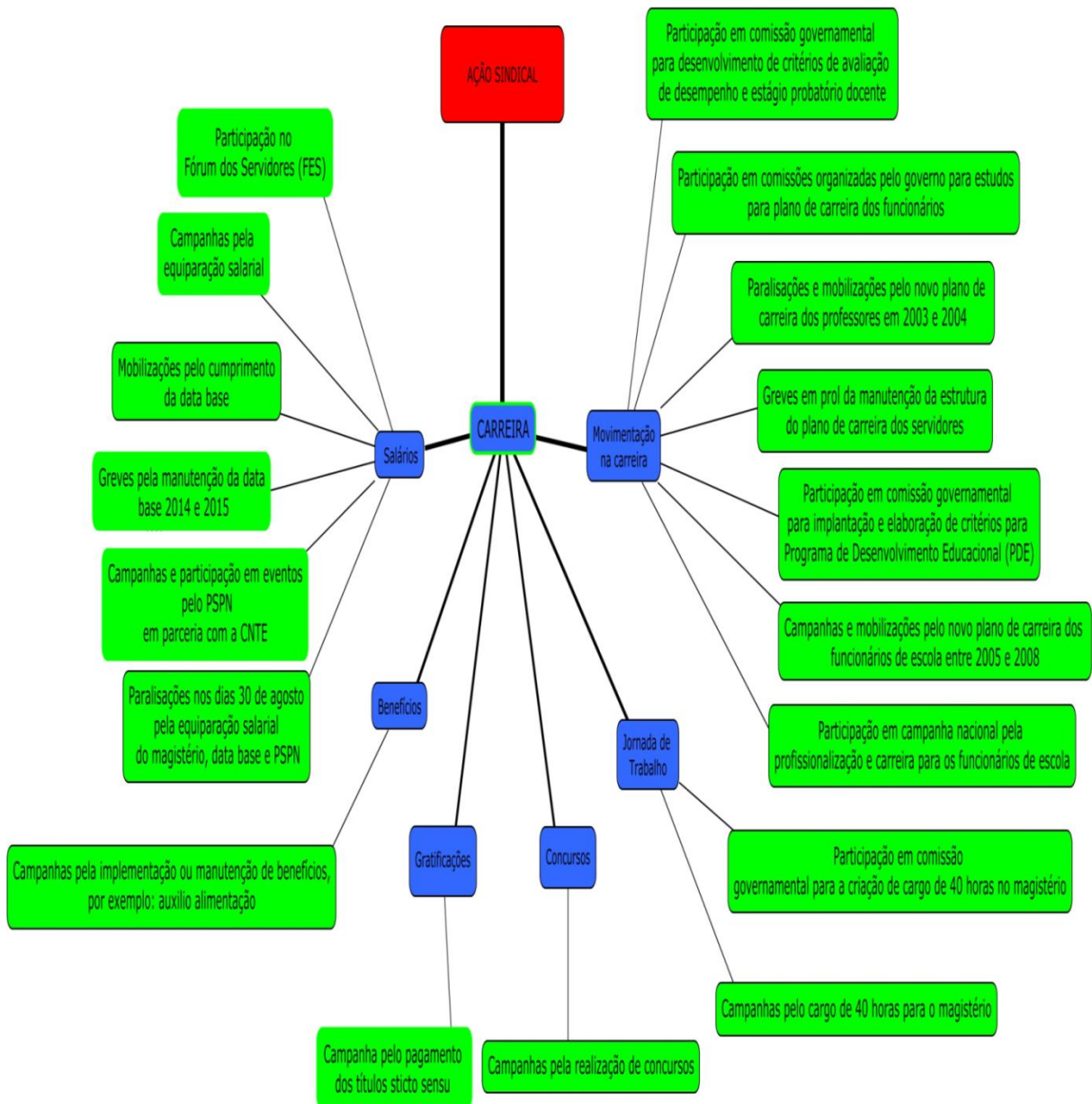
Portanto, o movimento da ação sindical ensaiado na figura anterior mostra que ele produz/catalisa as exigências da categoria em grandes eixos/ temas que se desdobram em necessidades específicas que, por consequência, produzem e demandam ações específicas, de tal modo que esse conjunto de reivindicações e ações se torna elemento fundamental na disputa pela agenda política.

Dessa maneira, apresentamos na sequência uma série de mapas conceituais que apresentam uma hipótese para a leitura das ações desenvolvidas pelo sindicato entre os anos de 2003-2015 para as demandas da categoria. Isso

porque, para as demandas previstas e descritas em cada rubrica, existem mecanismos de pressão para fazer com que elas cheguem à agenda política.

Ações específicas sobre as demandas de carreira:

FIGURA 4 - DEMANDAS DE CARREIRA E AÇÕES ESPECÍFICAS



FONTE: A autora (2016).

O mapa apresentado anteriormente busca explicitar as principais demandas de carreira, de tal maneira que derivam em outros componentes específicos, tais como: salário, benefícios, gratificações, concursos, jornada de trabalho e movimentação na carreira. Cada uma dessas derivações demanda ações sindicais e

estratégias também específicas para que enfim essas rubricas cheguem à agenda política.

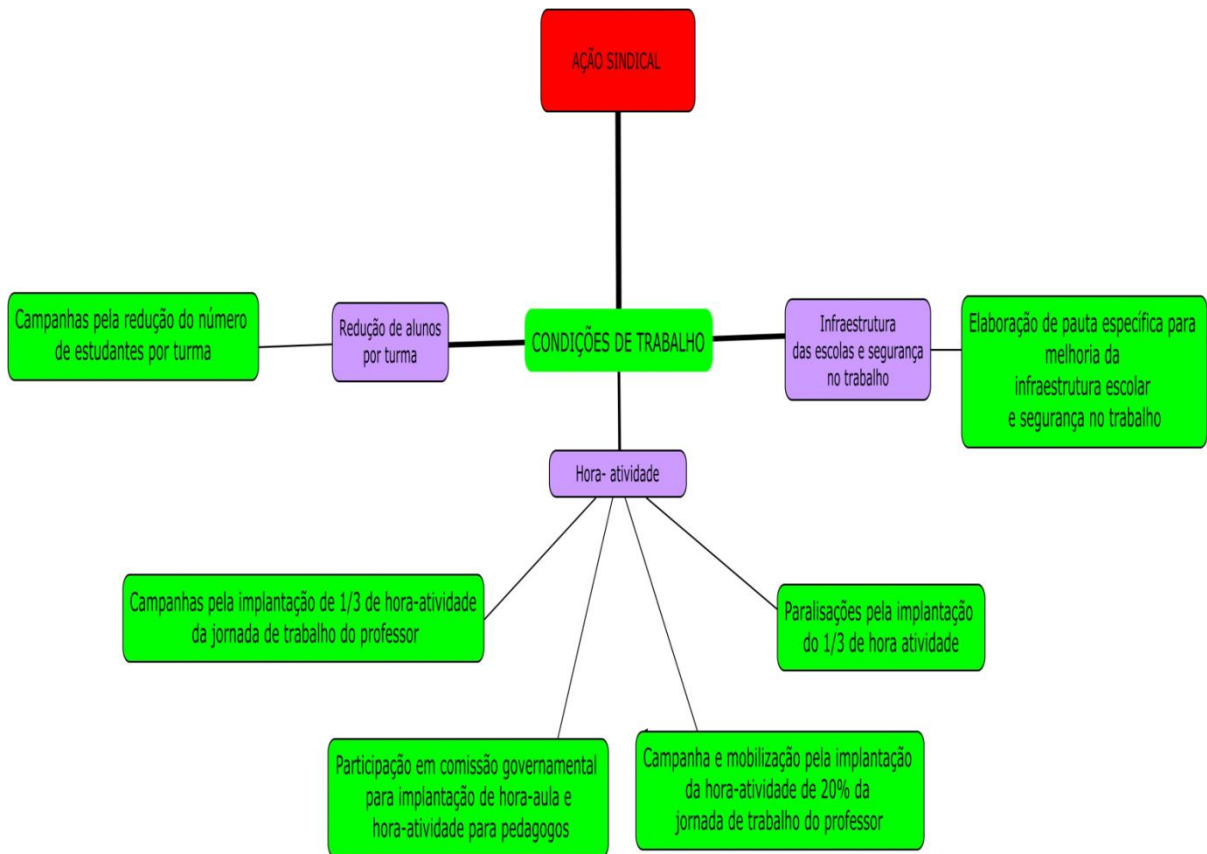
Como pode se observar, as ações em torno da questão salarial e da movimentação na carreira são as que mais derivam estratégias. Na questão salarial também ficam evidenciadas as diversas ações desenvolvidas coletivamente entre sindicato e conjunto de servidores estaduais, como no caso de ações pela data-base e a necessidade de organizar-se em torno do FES.

Também se evidencia a articulação com o coletivo nacional, ou seja, em parceria com a CNTE no caso da defesa do PSPN. Essas categorias são as que mais mobilizam os servidores, uma vez que se traduzem em ganhos salariais efetivos, ou seja, estão no horizonte do direito do servidor e previstos nos planos de carreira.

Percebe-se também que uma estratégia bastante utilizada pelo sindicato são as campanhas que aparecerem recorrentemente nas reivindicações e nos materiais, que passam a ser incrementados com vistas ao aprofundamento da conscientização entre servidores para possível pressão sobre os governos em torno de uma dada pauta, como é o caso dos benefícios, gratificações, concursos e jornada de trabalho.

Ações específicas sobre as demandas de condições de trabalho:

FIGURA 5 - DEMANDAS DE CONDIÇÕES DE TRABALHO E AÇÕES ESPECÍFICAS



FONTE: A autora (2016).

Neste caso, apresentam-se as ações decorrentes da rubrica de condições de trabalho, sendo elas: hora-atividade, redução de alunos por turma e infraestrutura e segurança no trabalho.

Como pode se perceber, a categoria que mais demandou estratégias e ações foi a da hora-atividade, principalmente em relação à implantação de 1/3 de hora-atividade na jornada de trabalho do professor, isso se deu em grande medida por conta da aprovação da lei do piso que trouxe em seu teor o emprego da jornada de hora-atividade.

Essa foi uma das categorias que mais teve ações e potencial de pressão com os governos depois das questões salariais, especialmente por produzir melhores condições de trabalho aos docentes e por possuir força e unidade nacional para pressionar a implantação da lei nacional.

Os demais componentes centrais nas reivindicações das condições de trabalho e recorrentes são as campanhas e defesas do sindicato em torno desses elementos.

Ações específicas sobre as demandas de condições de saúde e previdência:

FIGURA 6 – DEMANDAS DE SAÚDE E PREVIDÊNCIA E AÇÕES ESPECÍFICAS



FONTE: A autora (2016).

O componente que mais apresenta ações no conjunto da categoria saúde e previdência é a questão de saúde do servidor; foram inúmeras campanhas, audiências e mobilizações. No entanto, este é um tema bastante complexo, não esgotado. A manutenção do SAS, por exemplo, de acordo com a compilação de dados documentais da pesquisa, exige um melhor investimento financeiro, e sendo assim, sendo necessário uma reestrutura que demonstra a necessidade de co-participação do servidor, por isso, fica posto a complexidade para se chegar a um modelo razoável tanto para o governo como para o conjunto de servidores.

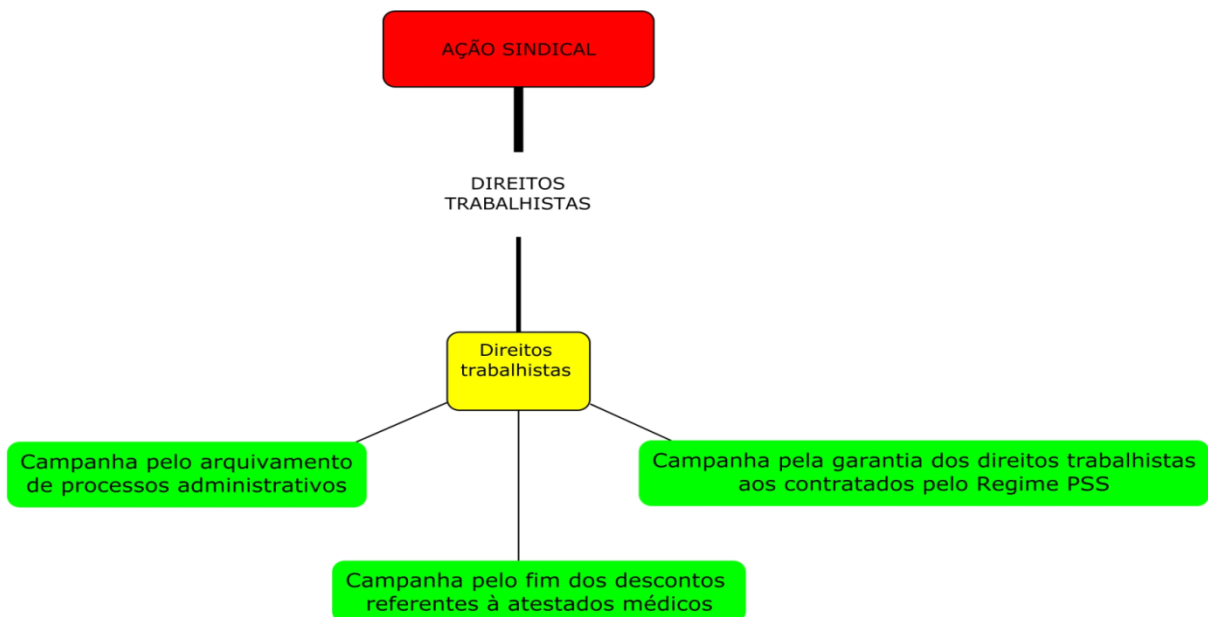
Um dos temas mais polêmicos da pauta de reivindicações dos servidores tem sido a questão previdenciária, especialmente no ano de 2015, que teve como frutos as intensas mobilizações e greve geral dos servidores, em defesa da manutenção da Paraná Previdência, esse é um recorte especial que será feito adiante em virtude de uma conjuntura diferenciada no primeiro semestre de 2015.

Já a questão da aposentadoria especial demonstra a interação de campanhas e ações judiciais, uma vez que tendo sido campanha nacional

organizada pela CNTE, ela sofreu uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIn) no caso de extensão do benefício aos diretores e pedagogos (coordenadores pedagógicos) sendo que julgada a procedência e a legalidade da extensão, essa demanda passou a ser implantada pelo governo do Estado sem grandes dificuldades ou resistência.

Ações específicas sobre as demandas de questões trabalhistas:

FIGURA 7 – DEMANDAS DE QUESTÕES TRABALHISTAS E AÇÕES ESPECÍFICAS



FONTE: A autora (2016).

Essa figura demonstra que, para além das questões de carreira, tem-se ainda a defesa de questões trabalhistas que envolvem os trabalhadores contratados em regime temporário, à margem do plano de carreira do servidor estatutário, os quais demandam ações e estratégias para a manutenção dos seus direitos regidos pela CLT.

A figura demonstra ainda outras ações em torno da defesa de direitos do trabalhador, tal como licença médica sem desconto salarial, tanto para servidores do quadro próprio como para os temporários, e também arquivamento de processos administrativos, que não necessariamente influenciam na carreira do servidor, mas exigiu e exige ações específicas do sindicato.

O contexto apresentado evidencia a ação sindical nas diversas rubricas e seus componentes. Isso norteia a compreensão da disputa da agenda política,

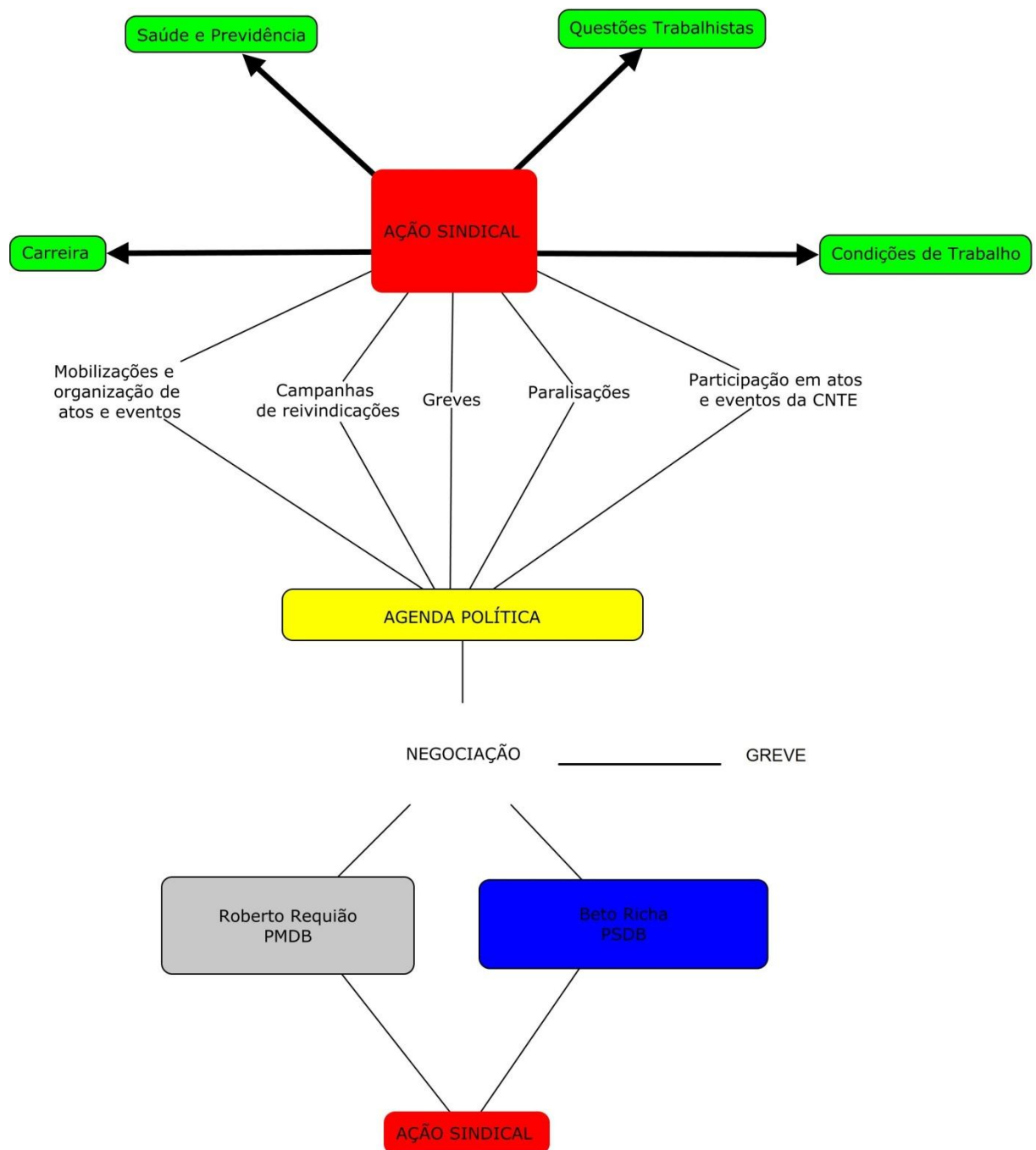
portanto os movimentos de análise devem ser feitos considerando a dinâmica da construção das reivindicações, as estratégias desenvolvidas pelo sindicato e os rumos das negociações nos diferentes governos.

Para Muller & Surel (2002), o caminho para se chegar até a agenda política passa pelos processos de configuração dos atores em “espaço de trocas e espaço dos possíveis” que se estreitam e se redefinem pelos “prismas” institucionais e de produção de alternativas e, assim, ultrapassando a problematização e os atores envolvidos, o objeto ascende à agenda, de tal maneira que a ação sindical produz as reivindicações da categoria, e se tais reivindicações apresentarem potencial de disputa entre categoria e governo, elas enfim ascendem à agenda política para negociação.

Dessa maneira, entende-se que as ações sindicais em torno de suas lutas (problematização do fator) ao alcançarem o processo/ meio dos filtros institucionais, entre sindicato e estado-governo, inserem o objeto de luta na agenda e, no entanto, continuam a demandar as ações e estratégias na disputa.

Sendo assim, o desenho de análise sobre a ação sindical, considera as grandes rubricas significativas do campo das questões corporativas, as estratégias usadas para ascender à agenda política e filtro para o campo de negociação, e pode ser sintetizado no mapa a seguir:

FIGURA 8 - ANÁLISE DA AÇÃO SINDICAL



FONTE: A autora (2016).

Ainda fundamentada na contribuição analítica de Muller e Surel (2002) pode-se dizer que, para as reivindicações alcançarem a agenda política e chegarem ao processo de negociação com o Estado, é importante o desencadear de estratégias e ações, pois é a intensidade e organização dessas ações que poderão demonstrar se as reivindicações possuem potencial para ascender à agenda política ou não.

Dessa maneira, podemos situar que a análise central nessa tese, são as demandas circunscritas na estratégia de negociação, uma vez que é possível afirmar que as reivindicações ali identificadas alcançaram a agenda política, e nos permite verificar como ocorre o movimento da disputa política entre o sindicato e os dois governos sobre as rubricas da valorização profissional dos servidores da educação pública paranaense, porém ressaltamos também a movimentação entre a estratégia negociação e greve.

Nos próximos capítulos trataremos do histórico do sindicalismo docente, história e cenário atual; o trabalho docente a partir das condições de emprego do professor no serviço público brasileiro; caracterização histórica da APP-Sindicato e a articulação com a trajetória do sistema público de ensino no Paraná e, pôr fim, a análise das ações da APP-Sindicato entre 2003 e 2015: agenda, estratégias e negociação.

3 SINDICALISMO DOCENTE

As condições de trabalho dos professores do magistério público brasileiro, principalmente as pautas corporativas tem se constituído em objeto de disputa e defesa do sindicalismo docente, tendo sido marcadas por intenso debate sobre a agenda política entre sindicatos e governos.

A atuação sindical tem servido também para expressar a posição dos trabalhadores diante das políticas educativas. Para Chiroque (2010) o sindicalismo docente pode ser traduzido como:

Forma de organização daqueles que trabalham na docência formal, cuja finalidade central é defender e promover as condições de trabalho e de ensino junto a um empregador. A partir desse propósito, alguns sindicatos docentes também tomam posição diante das políticas educativas e das políticas do conjunto da sociedade. (...)

Tendo o Estado como empregador, os sindicatos docentes devem estabelecer relações diretas com os governantes que administram diversas instâncias do mesmo. A interação com os grupos de governo – do nível nacional até o local – dá-se como formas de expressão política, às vezes a favor ou contra os governantes e suas opções ideológicas. (CHIROQUE, 2010, s/p.)

Essa organização docente na forma sindical se constituiu historicamente como estratégia central do magistério na ampliação de direitos e defesa de melhores condições de trabalho e da educação pública.

A marca de organização sindical do movimento do professorado brasileiro se dá a partir de 1988, com a promulgação da Constituição Federal do Brasil (CF 88), ao se reconhecer no artigo 37, inciso VI, a garantia ao servidor público civil o direito à livre associação sindical, os sindicatos passam a se organizar de modo a representar os trabalhadores; são os sindicatos que, em sua grande maioria, representam de maneira legítima o coletivo de trabalhadores nas relações com o governo.

A história do movimento docente no Brasil remonta o final do século XIX quando das primeiras associações de professores; e de forma mais estruturada somente a partir da organização e criação das primeiras redes de ensino público, isto é, de 1930 em diante.

Dessa maneira, a sindicalização do movimento docente propriamente dita ocorre, como já dissemos, a partir da promulgação da Constituição de 1988,

principalmente porque até então sendo o magistério público parcela do funcionalismo público, estava impedido de se organizar sindicalmente.

No entanto, mesmo com tal impeditivo, as entidades representativas do serviço público, e conseqüentemente do magistério público, atuaram de modo combativo, ainda no processo de redemocratização do país, especialmente após a configuração do “novo sindicalismo”. (FERREIRA, 2010).

Embora o “novo sindicalismo” tenha se organizado a partir das bases do setor privado, tal movimento também influenciou as associações dos servidores públicos, isto porque o momento foi decisivo para que as entidades passassem a distanciar-se das práticas assistencialistas que vigoraram, em grande parte, nas entidades entre 1930 e 1970, pois é esse novo movimento de organização sindical que reinaugura, entre o final da década de 1970 e anos 1980, as ações dos sindicatos, que passam a considerar como demanda principal de atuação, aquelas voltadas especificamente aos fatores relacionados ao trabalho das suas categorias e também passam a atuar de modo mais incisivo na vida política do país.

Para Nogueira (1999)

A história do novo sindicalismo do setor público começa, de fato, a partir de 1978, estabelecendo com o novo sindicalismo do setor privado uma relação direta. O ano de 1978 foi um marco no processo de organização dos servidores públicos porque começam a emergir os primeiros sinais da transição das associações tradicionais para as novas formas de associação de caráter sindical e de oposição política ao Estado militar. (NOGUEIRA, 1999, p.52)

Dessa maneira, podemos considerar que o período de eclosão das grandes greves e mobilizações dos trabalhadores, a partir de 1978, marca de modo significativo, a história do sindicalismo no Brasil, aqui em especial, redefine a identidade dos sindicatos dos empregados do setor público, e, sobretudo a identidade dos próprios servidores públicos, reconhecendo-se assalariados em busca das formas históricas de luta operária. (NOGUEIRA, 1999).

Sendo assim, enquanto os anos de 1980 foram anos de reestruturação do modelo sindical e atuação na vida política do país, os anos seguintes, especialmente os anos de 1990, foram marcados pela luta sindical em torno das pautas corporativas dos professores, principalmente porque os efeitos das reformas

educacionais impactavam diretamente no trabalho docente, tal como expõe Evangelista e Shiroma (2007):

Seria ingênuo acreditarmos que a desqualificação da imagem docente seria suficiente para implementar as reformas neoliberais na Educação. Seria também ingênuo acreditar que é a isso a que se dedicam as agências internacionais, ainda quando em seus documentos essa atuação apareça de modo altamente enfático.

As providências concretas para o exercício do controle político-ideológico sobre o magistério envolvem sua formação e sua atuação profissional. Ou seja, a reforma dos anos de 1990, e seu prosseguimento no novo século, atingiu todas as esferas da docência: currículo, livro didático, formação inicial e contínua, carreira, certificação, lócus de formação, uso das tecnologias da informação e comunicação, avaliação e gestão. (EVANGELISTA; SHIROMA, 2007, p. 538)

Em 2003, com a chegada do governo do Partido dos Trabalhadores (PT) à presidência do Brasil, o qual está presente até os dias atuais, o diálogo com as entidades sindicais se amplia e se aproxima, isso devido ao fato do PT ter nascido no seio dos movimentos sociais, e especialmente ter fundado a CUT (Central Única dos Trabalhadores).

Essa proximidade do projeto político do partido com a pauta dos trabalhadores brasileiros fez o sindicalismo, no nosso caso o sindicalismo docente, encontrar uma condição mais favorável em âmbito nacional no que se refere à apreciação da pauta nacional sobre as condições de trabalho dos professores.

Nesse contexto, o sindicalismo docente que passou praticamente toda a década de 1990 atuando em movimentos que se desdobraram em ações na defesa da educação pública e na defesa dos direitos do magistério público, passou a vivenciar uma situação mais propícia, uma vez que se ampliou o diálogo entre o governo federal com as entidades sindicais, no caso da educação, via Confederação dos Trabalhadores da Educação (CNTE), entidade que unifica diversos sindicatos de trabalhadores da educação pública no Brasil, especialmente em torno das reivindicações de melhoria das condições de trabalho dos profissionais da educação.

Portanto, essa conjuntura política permitiu avançar no debate sobre o trabalho dos docentes da educação pública brasileira, uma vez que reivindicações históricas das entidades sindicais, como instituição do piso salarial, ampliação do

percentual previsto para hora-atividade⁸, ampliação dos investimentos financeiros para educação, entre outras, constituíram-se em pauta central desses trabalhadores e compuseram algumas das principais disputas nos últimos anos pelos sindicatos dos docentes.

No Estado do Paraná, em especial, essa pauta foi bastante presente na luta dos professores, traduzindo grandes mobilizações da categoria e intensas negociações com os governos, como veremos mais adiante neste trabalho.

Ao abordar o papel dos sindicatos na organização da classe trabalhadora consideramos interessante nos debruçar primeiramente sobre a constituição histórica do operariado brasileiro e sua relação com o trabalho, na tentativa de explicitar os principais entraves e conquistas advindas das lutas pelos direitos sociais, especialmente os trabalhistas.

Nesse sentido, pretende-se, neste texto, apresentar a construção da sociedade do trabalho assalariado no Brasil, o processo inicial de organização da classe operária, buscando na continuidade do capítulo articular as relações econômicas e de trabalho no Brasil com a evolução do sistema educacional brasileiro. Por fim, apresentar a forma de organização classista dos docentes num movimento histórico até a conjuntura atual.

No Brasil, o surgimento do operariado é tardio, em comparação com o modelo europeu e, para explicar a formação da sociedade do trabalho no Brasil, em especial, o início do processo de industrialização na República Velha e suas marcas na organização da classe operária em busca de direitos, utilizaremos como referência principal CARDOSO (2010)⁹.

O processo de industrialização na Velha República se deu na transição do século XIX para o século XX e uma de suas características principais, no enredo do trabalho assalariado, foi o grande fluxo imigratório na contratação de mão de obra para o mercado de trabalho, mesmo o país tendo um grande contingente de negros alforriados, os trabalhadores imigrantes eram vistos, pelos empresários, como mão-

⁸ Hora-atividade é o tempo previsto dentro da própria jornada do professor para a realização de atividades de planejamento, estudos, entre outras, sem interação com os estudantes.

⁹ Cabe destacar, que mesmo com o início do processo de industrialização da economia, principalmente no Rio de Janeiro e São Paulo, a produção desenvolvida no setor agropecuário também ocorria, inclusive com contratação de mão de obra de imigrante. Até 1930 (crise do café) esse setor teve grande influência na economia nacional.

de-obra mais qualificada em detrimento da população negra, desprezada e vista como “preguiçosa” e “não confiável”.

Dessa maneira, é possível afirmar que o fim do tráfico negreiro e a abolição não foram capazes de inserir a maior parte da população negra no mercado de trabalho assalariado, ficando expostos às margens da sociedade e na conseqüente marginalização.

Nessa época, os trabalhadores, tanto aqueles que ainda estavam no meio rural, como aqueles que se concentravam nos centros urbanos nas grandes indústrias, tanto os imigrantes, quanto à reduzida parcela negra inserida no mercado de trabalho sofriam, com a ausência de condições de trabalho e com as mazelas sociais urbanas, conforme nos relata Bandeira Jr. *apud* Simão (1981) sobre as condições de vida nas vilas operárias:

Nenhum conforto tem o proletário nesta opulenta e formosa capital. Os bairros em que mais se concentram, por serem os que contêm maior número de fábricas, são os do Brás e do Bom Retiro. As casas são infectas, as ruas, na quase totalidade, não são calçadas, há falta de água para os mais necessários misteres, escassez de luz e de esgotos. O mesmo se dá em Água Branca, Lapa, Ipiranga, São Caetano, e outros pontos um pouco afastados. (SIMÃO *apud* BANDEIRA JR., 1981, p. 61)

Cabe dizer, também, que no contexto das relações econômicas e sociais, o mercado convivia ao mesmo tempo com a produção agrícola e o início do processo industrial, entre uma era senhorial e uma era burguesa. Nesse sentido, o papel do Estado brasileiro era resultado da convivência entre o arcaico e o moderno, consolidando o poder e a dominação das elites justificando uma ordem que continuou a produzir a desigualdade social. (FERNANDES, 2006).

É possível afirmar que a herança escravista foi o padrão para modelo de Estado e da sociedade nesse período de transição, essa conjuntura não permitia a instituição de medidas de proteção às desigualdades sociais e, diante disso, foi conseqüente o surgimento de movimento de trabalhadores descontentes com suas condições trabalhistas e sociais, desencadeando revoltas e greves, principalmente nos grandes centros industriais.

A década de 1920 foi repleta de manifestações e movimentos de contestação; os trabalhadores eram influenciados em boa parte pelo movimento anarquista e pela Revolução Russa. O operariado, sobretudo imigrante, influenciado

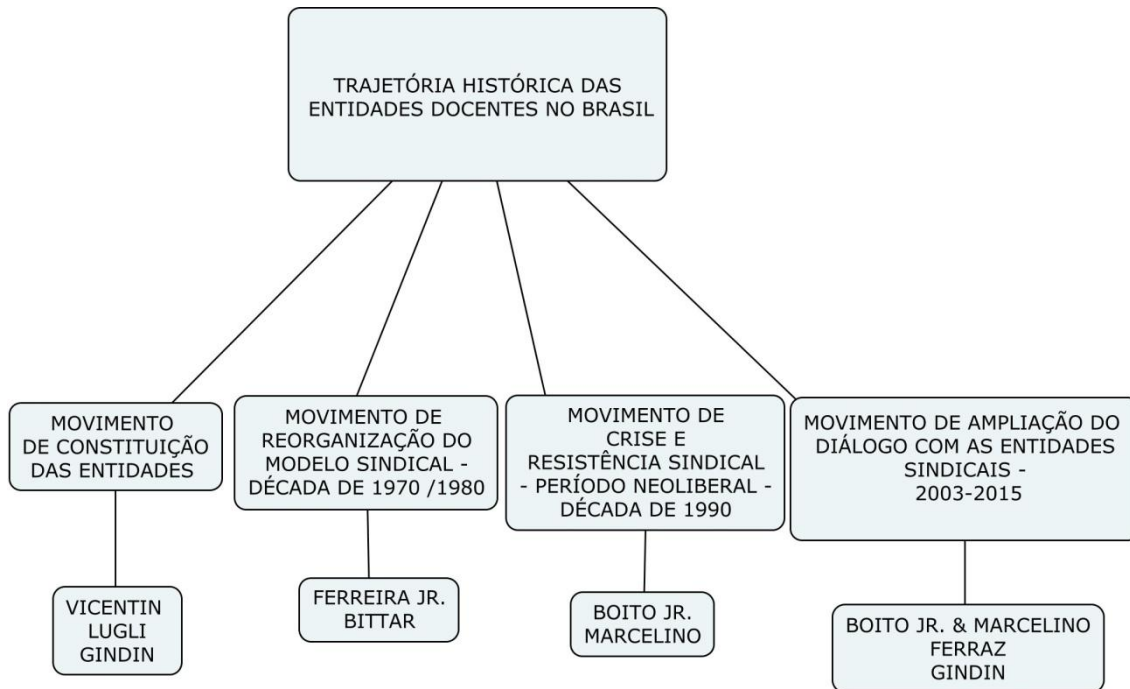
pelo movimento anarquista, organizou os sindicatos a fim de obter algumas leis que os protegessem.

Esse contexto foi fundamental para a organização da classe trabalhadora em redor de associações e entidades, a fim de fazer frentes combativas aos processos de exploração e ausência de direitos, criando-se então os primeiros sindicatos de trabalhadores no Brasil, como podemos observar:

É neste momento que surgem os sindicatos; estes nasceram dos esforços da classe operária na sua luta contra o despotismo e da dominação do capital. Os sindicatos têm como finalidade primeira impedir que os níveis salariais se coloquem abaixo do mínimo necessário para manutenção e sobrevivência do trabalhador e sua família. Os operários unidos em seu sindicato colocam-se de alguma maneira em pé de igualdade com o patronato no momento da venda de sua força de trabalho, evitando que o capitalista trate isoladamente com cada operário. Esta é a função primeira dos sindicatos: impedir que o operário se veja obrigado a aceitar um salário inferior ao mínimo indispensável para seu sustento e o da sua família. (ANTUNES, 1980, p.12)

O cenário de configuração dos primeiros sindicatos de trabalhadores no Brasil é importante para entendermos a caracterização da sociedade do trabalho daquele tempo, de modo que o modelo social e econômico desenvolvido na trajetória histórica do Brasil também influencia a organização das entidades dos professores brasileiros, e neste sentido podemos caracterizar esse fluxo histórico das entidades, a partir de quatro grandes eixos de atuação sindical a partir de informações e análises produzidas por alguns autores do sindicalismo docente, sintetizados pela seguinte figura:

FIGURA 9 - EIXOS DA TRAJETÓRIA HISTÓRICA DAS ENTIDADES DOCENTES.



FONTE: A autora (2016).

Para melhor discorrermos sobre a trajetória histórica das entidades docentes, optamos por correlacionar as diversas características do movimento sindical com a expansão da educação no Brasil, produzindo uma dinâmica que contemple o modelo educacional, econômico e político.

Diante disso, destacamos os diversos períodos históricos, remontando as primeiras legislações que especificavam o tema da educação, portanto trazemos o contexto da transição dos séculos XIX e XX, o período Vargas, o período Pós-Estado Novo, o momento da ditadura militar, o período de redemocratização, a fase neoliberal e a atualidade, de maneira que apresentássemos um apanhado do modelo de movimento sindical em cada período.

Na transição do século XIX e XX a educação vigente era elitista e apenas a classe dominante tinha acesso reproduzindo o modelo social das desigualdades. Vigorava a Constituição de 1891 que pouco versava sobre a educacional nacional, mas trouxe inegavelmente alguns avanços tais como a organização seriada do ensino, além da descentralização dos níveis de ensino.

No âmbito da formação docente, o curso normal foi sendo implementado lentamente nas grandes cidades do país, principalmente em estados como São Paulo, Minas Gerais, Pernambuco e Bahia. No início do século XX, as escolas

normais foram sendo reestruturadas em escolas secundárias e passaram a ser lócus de preparação de professores. Isso não significava o fim da existência de professores leigos, pelo contrário, eles existiam e eram a maioria.

No que se refere à organização de classe do magistério, Vicentini e Lugli (2009) relatam que àquela época tem-se o registro da existência das seguintes entidades: o Grêmio de Professores Primários de Pernambuco (remonta de 1879), Associação dos Professores Paroquiais Católicos Teuto-Brasileiros do Rio Grande do Sul (1898-1930), Associação Beneficente do Professorado Público de São Paulo (1901) e Associação dos Professores do Brasil (1909), que não conseguiu funcionar efetivamente; além da organização do magistério católico em São Paulo (1919) e no Distrito Federal (1928) e outras iniciativas de professores primários em São Paulo, Paraná (Grêmio dos Professores Públicos Primários do Estado do Paraná) em 1906 e Minas Gerais.

Gindin (2011) também relata a existência da Associação de Professores do Rio Grande do Norte (APRN) em 1920, além da Associação Brasileira de Educação (ABE) criada em 1924.

O Grêmio dos Professores de Pernambuco tinha o intuito de promover o bem-estar e a instrução dos associados, mas também influenciava quanto ao desenvolvimento do ensino público, como, por exemplo, à participação em conferências pedagógicas. As demais entidades de cunho religioso tinham como objetivo reunir o professorado em torno dos valores da Igreja Católica e instituírem-se como espaços comunitários. (VICENTINI e LUGLI, 2009).

As características daquelas entidades, naquele tempo, eram em grande parte de agremiação com vistas ao desenvolvimento de atividades culturais e de lazer aos professores.

Nos anos de 1930, já sob o governo de Getúlio Vargas, o Brasil cresce em seu quadro de industrialização e a classe operária salta em importância para o contexto econômico. Como forma de regular o impasse entre trabalhadores e patrões, foi criado o Ministério do Trabalho, a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) e também foram apresentadas na Constituição Federal de 1934 medidas importantes, vigentes até hoje, para o amparo e proteção do trabalhador tais como: implementação do salário mínimo, regulação da jornada de trabalho, férias, aposentadoria, entre outras.

A Constituição Federal de 1934 não só avançou nos direitos trabalhistas como também ampliou a ideia de democratização no país, trazendo avanços como: ampliação do direito de voto, estrutura federativa do país, direito de associação sindical aos trabalhadores da iniciativa privada, educação primária obrigatória, entre outros.

No âmbito econômico, o modelo agrário entrou em crise e buscou-se a partir de um modelo nacional desenvolvimentista com base na industrialização, um novo rumo para a economia do país, exigindo-se uma melhoria no padrão de escolarização da população e trabalhadores.

Foi, portanto, nesse contexto que a Reforma Francisco Campos, em 1931, orientou ações de organização do ensino, tendo sido criados o Conselho Nacional de Educação, o ensino secundário (fundamental e complementar) e o comercial, além de ter sido organizado o Ensino Superior no regime universitário.

Na mesma época foi criado o Ministério da Educação e Saúde. Antes disso, a educação nacional era organizada pelo Departamento de Educação, do Ministério da Justiça. (ARANHA, 2006).

Ainda na história da educação brasileira, em termos gerais, é a primeira vez que uma Constituição, a de 1934, apresenta um capítulo específico sobre a educação: “a educação é direito de todos, devendo ser ministrada pela família e pelos Poderes Públicos” (BRASIL, 1934).

Nessa conjuntura, ampliavam-se os debates em torno da educação entre liberais e conservadores, e foi lançado o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, baseado nos princípios da Escola Nova e nas contribuições de importantes intelectuais da educação nacional, tais como: Fernando de Azevedo e Anísio Teixeira.

No campo da formação docente, o curso normal passou a ser cada vez mais elitizado, devido aos altos custos, professores especializados, aumento do tempo de estudo, entre outros.

No final da década de 1930, já era necessário ter a formação secundária fundamental como condição de entrada. Mesmo com o curso normal não se evitou a imensa existência de professores leigos (sem formação no magistério). Essas escolas também faziam a complementação pedagógica dos formados em cursos de bacharéis. (VICENTINI e LUGLI, 2009).

No âmbito da organização classista dos professores, ocorreu a criação, em 1933, da Confederação Católica de Educação, da qual pelo menos 40 associações do professorado católico fizeram parte.

De acordo com Gindin (2011), destaca-se também nesse período a criação do Centro do Professorado Paulista (CPP) em 1930, a Associação de Professores Primários de Minas Gerais (APPMG) em 1931, a Associação Sul- Rio-grandense de Professores em 1930 e a União dos Professores do Rio Grande do Sul, em meados da década de 1930. Também se enfatiza no bojo da organização dos docentes, a criação dos primeiros sindicatos representativos de professores secundários da iniciativa privada, que na sequência passaram a representar os professores primários.

Nessa época ainda, a organização dos funcionários públicos, e docentes em especial, não passou despercebida no sistema político, tanto é que, na Constituição de 1934, foi estabelecido um sistema de representação corporativa dos docentes no sistema eleitoral. Esse sistema permitiu que parte dos constituintes fosse escolhida por representantes de diferentes associações, inclusive as dos funcionários públicos, conforme descreve Gindin (2011) *apud* Cavalheiro (1989); Vicentini (1997):

(...) com este sistema, 40 dos 254 constituintes foram escolhidos por associações de empresários, operários, profissionais liberais e funcionários públicos. As associações de funcionários públicos escolheram dois constituintes. O citado Centro do professorado Paulista (CPP) nomeou delegados para escolher deputados classistas a nível estadual e federal e Associação dos Professores Primários de Minas Gerais (APPMG) decidiu não promover representante da classe à assembleia constituinte de 1934 (GINDIN *apud* CAVALHEIRO e VICENTINI, 2011, p.141)

No entanto, boa parte do sindicalismo dos professores da educação pública, e do serviço público num todo, se arregimentaria por muitos anos no grande “guarda-chuva” das associações de classe de natureza assistencialista e também corporativista, desagregada de modo geral dos espaços de militância, tanto trabalhadora como social. E nesse sentido, afirma Madeira Neto (2002):

Em 1943, surge a CLT- Consolidação das Leis Trabalhistas - e com esta compilação de leis trabalhistas que, até a promulgação da Constituição Federal de 1988, iria afastar os servidores públicos do direito de liberdade sindical. Esta consolidação ou compilação de leis vai separar servidor público de trabalhador particular, fazendo com que este servidor em questão procure se organizar em associações de classe de natureza

corporativista e assistencialista, seguindo rumos diferentes por quase seis décadas. (MADEIRA NETO 2002, p.22)

No campo dos estudos sobre sindicalismo, a prática do sindicalismo do ramo privado, daquela época, foi marcada por práticas sindicais que favoreciam as negociações com os empresários, numa condição de convivência, e se distanciavam da base trabalhadora.

Esse método foi denominado de “velho sindicalismo”, e ele acontecia porque a estrutura dos sindicatos estava fortemente atrelada pelo reconhecimento do então Ministério do Trabalho, por força da CLT, fazendo com que o Estado tivesse controle das atividades sindicais. Tal como nos relata Campinho (2006):

Os estatutos deverão estabelecer: a sede e os fins do sindicato; as condições para admissão, exclusão e readmissão de sócios; os direitos e deveres dos associados; o processo de escolha, as atribuições e os casos de perda de mandato dos administradores; as condições em que se deverá extinguir o sindicato; o processo da substituição provisória dos administradores destituídos; o modo da constituição e administração do patrimônio social e o destino que lhe será dado, em caso de dissolução do sindicato. Além disso, só entrarão em vigor depois de aprovados pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. (CAMPINHO, 2006, p.131)

Essa prática de vinculação dos sindicatos ao reconhecimento do Ministério do Trabalho tornava as entidades dependentes da burocracia estatal, controlando as demandas do operariado industrial. Para Cardoso (2002):

Vargas montou seu projeto desenvolvimentista a partir de uma ideia de Estado forte, centralizador e empreendedor, capaz de patrocinar a industrialização acelerada ao mesmo tempo em que, no plano social, controlava as demandas do operariado industrial emergente. Dois expedientes regulatórios foram usados com este intuito: de um lado aperfeiçoou-se progressivamente a legislação trabalhista por meio de atos de cúpula, baseados na legislação social e trabalhista dos países ocidentais; de outro lado regulou-se à minúcia o associativismo operário e capitalista, tornando-os fortemente dependentes da burocracia estatal, ao mesmo tempo em que os livrava da necessidade de vínculos entre os sindicatos e bases como condição de sobrevivência da estrutura sindical. (CARDOSO, 2002, p. 13)

Vale destacar que esse arranjo não perdurou de forma igual em todos os governos de Vargas. No processo democrático pós Estado Novo (1946-1964) houve mudanças na forma de intervenção estatal, ampliando a atuação política dos

trabalhadores. Dessa forma, os sindicatos iam pouco a pouco se afirmando como instituições autônomas frente ao aparelho do Estado. (CARDOSO, 2002).

Na década de 1940, o Brasil esteve sob influência do Estado Novo (1937 - 1945), um dos períodos mais autoritários da história brasileira, devido ao golpe arquitetado pelo presidente Getúlio Vargas, setores conservadores das oligarquias e militares, Getúlio foi reconduzido à presidência, sob o pretexto de evitar a influência comunista. Na verdade, o plano se assentava nas disputas políticas e eleitorais da época. E pelo período pós-ditadura em que foi governado por Eurico Gaspar Dutra (1946-1950) sob influência da política de “Reação ao Estado Novo”. (RIBEIRO, 2000).

Foi uma fase explícita de transição e queda da atividade econômica rural em detrimento de uma era urbana industrial. Nesse momento histórico, o mercado de trabalho estava especialmente voltado aos processos de industrialização e estruturação dos centros urbanos, e acompanhavam o movimento de migração do espaço rural para o urbano.

Nos períodos acima citados (Estado Novo e Reação ao Estado Novo), parafraseando Ribeiro (2000), as atividades econômicas no Brasil apresentaram-se fortemente vinculadas às atividades urbano-industriais, modelo típico do Capitalismo Industrial.

No setor educacional, foi dada ênfase ao ensino técnico profissional em diferentes ramos, tais como: industrial, agrícola e comercial; todos eles voltados à preparação de mão de obra para o mercado de trabalho. Coexistia também um modelo educacional voltado para a formação das elites: o secundário clássico e o científico, próprios àqueles que desejassem ingressar no Ensino Superior. O ensino primário era destinado aos estudantes de sete a doze anos, tinha quatro anos de duração no ramo elementar e mais um ano no complementar (não obrigatório) voltado para a preparação para o trabalho.

Nesse mesmo período, foi criado os primeiros serviços do sistema “S”¹⁰ Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e Serviço Nacional de

¹⁰ Termo que define o conjunto de organizações das entidades corporativas voltadas para o treinamento profissional, assistência social, consultoria, pesquisa e assistência técnica, que além de terem seu nome iniciado com a letra S, têm raízes comuns e características organizacionais similares. Fazem parte do sistema S: Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai); Serviço Social do Comércio (Sesc); Serviço Social da Indústria (Sesi); e Serviço Nacional de Aprendizagem do

Aprendizagem Comercial (SENAC), ambos com vistas à preparação profissional da classe trabalhadora.

De forma geral, a então Constituição de 1937, vigente à época, continuava mantendo a divisão de modelos educacionais distintos, um para os pobres e outro para as elites, como destaca Aranha *apud* Romanelli (2006):

Em síntese, a julgar pelo texto da lei, o ensino secundário deveria: a) proporcionar cultura geral e humanística; b) alimentar uma ideologia política definida em termos de patriotismo e nacionalismo de caráter fascista; c) proporcionar condições para o ingresso no curso superior; d) possibilitar a formação de lideranças. Na verdade, com exceção do item b, constituído de um objetivo novo e bem característico do momento histórico em que vivíamos, a lei nada mais fazia do que acentuar a velha tradição do ensino secundário acadêmico, propedêutico e aristocrático (ARANHA *apud* ROMANELLI, 2006, p.308)

No que tange à formação de professores, a reforma Gustavo Capanema buscou regulamentar o Curso Normal, conforme preconizava a Constituição de 1937. O resultado foi uma lei que pretendia regular os aspectos do ensino, tais como: limite máximo de horas semanais de aula, programas das disciplinas, bem como outros aspectos específicos do trabalho docente. (VICENTINI e LUGLI, 2009).

Mesmo assim, Aranha (2006) relata que a Lei sobre o Ensino Normal teve influência do movimento renovador, destacando questões como planejamento, recursos, estruturação da carreira e remuneração do professor. Apesar da expansão das escolas normais, prevaleciam altos índices de professores leigos. Com o passar do tempo, as escolas normais se tornaram redutos das moças de classe média, entendida como profissão feminina.

A relação da formação docente sempre teve estreita afinidade com a profissionalização e com a universalização do ensino público no Brasil, principalmente quando verificamos as diversas transformações e ampliação da oferta de escolarização, sobretudo no período do crescente processo de industrialização.

Nesse sentido, é possível dizer que até 1951, o número de escolas primárias dobrou e o de escolas secundárias quadruplicou, principalmente nas regiões

urbanas. Além disso, as escolas de ensino técnico industrial que eram 133 em 1933, saltam para 1368 em 1945. (ARANHA, 2006).

Quanto à organização classista dos docentes, é possível afirmar que, especialmente após a ditadura Vargas, a constituição de entidades representativas apresentou um impulso significativo com a criação de entidades em diversos estados, inclusive o Paraná. Em São Paulo, onde já funcionava o Centro do Professorado Paulista (CPP) passou a existir também a União dos Professores Primários do Estado de São Paulo (UPPESP).

Em 1945, surgiu também a Associação de Professores do Ensino Secundário e Normal Oficial do Estado de São Paulo (APESNOESP), hoje, atual Associação de Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (APEOESP). Além dessas, ainda foram criadas as Associações dos Professores de Educação Física no Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e São Paulo, que deram origem, em 1946, à Federação dos Professores de Educação Física. (VICENTINI e LUGLI, 2009).

Em 1947 é fundada a APP - Associação dos Professores do Paraná, atual APP-Sindicato, objeto de estudo nesta tese.

Nos anos de 1950, o modelo econômico industrial nacional entrou em crise com as instalações das empresas multinacionais em território brasileiro, marcando o início da internacionalização da economia.

A necessidade de uma lei que regulasse a educação nacional entrou em cena, a partir da premissa contida na nova Constituição de 1946 que dava subsídios legais para a criação de diretrizes para educação nacional, e de 1948 por toda a década seguinte.

O projeto de lei passou por insistentes debates promovidos pelo movimento popular em torno da ampliação do acesso à escola pública e gratuita, isto, porém, não ocorreu sem intensas disputas políticas e ideológicas. As discussões em torno dela chegariam ao final após 13 anos com a promulgação da 1ª Lei de Diretrizes e Bases da Educação em 1961.

No âmbito da organização docente, Vicentini e Lugli (2009) relatam que, entre 1950 e 1960, novas associações de professores primários surgiram como o caso de Pernambuco, Ceará, Piauí, Alagoas, Espírito Santo, Santa Catarina, Goiás e Mato Grosso. Quanto aos professores secundários, diretores e técnicos

educacionais surgiram outras entidades na Bahia, Ceará, Pernambuco, Piauí, Santa Catarina e Guanabara.

Essas associações eram, nesse tempo, reconhecidas como entidades pelos governantes permitindo em alguma medida a participação na regulamentação das condições de trabalho. (GINDIN, 2011).

Segundo Gindin (2011), em 1952, também foi criada a União dos Diretores e vice-diretores (UDEMÓ), que influenciou a criação de outras associações em redes municipais tais como em São Paulo (1956), Porto Alegre (1964) e Curitiba (1971). Ainda de acordo com o autor, em 1953 ocorre a criação da Confederação dos Professores Primários do Brasil (CPPB), atualmente, Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE).

As autoras Vicentini e Lugli (2009) ainda destacam que boa parte dessas entidades resultou em fusões de diversas associações de trabalhadores da educação pública, sobretudo nos anos de 1980, quando a Constituição Federal de 1988 passou a permitir a organização de trabalhadores do serviço público via sindicatos.

Isso demonstra como as diversas associações agregaram ao longo do tempo as diferenças constitutivas de suas bases, muitas optando por sindicatos em ramos de atividades, outras agregando o maior número de docentes, independentemente do nível de atuação, na configuração das lutas do professorado.

Os anos de 1960 dividem-se, politicamente, em um período que antecede a ditadura militar e o início dela em 1964.

No plano econômico, é marcada pela estruturação industrial, com a instalação de inúmeras empresas multinacionais no país, especialmente em São Paulo e região metropolitana. A migração dos trabalhadores do campo para as cidades continuava ocorrendo. No entanto, os problemas inflacionários começam a incidir no aumento do custo de vida, principalmente na zona urbana, afetando a questão salarial dos trabalhadores. As indústrias pressionavam por expansão de créditos. (MEDEIROS, 1993).

No setor educacional, o início da década de 1960 é marcado por uma série de movimentos populares de grande significado para a educação nacional, tais como: Movimento de Educação de Base (MEB), movimentos em prol da alfabetização de adultos.

A aprovação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (4024/1961) também demarcava as finalidades da educação, baseada em princípios de liberdade e solidariedade e do direito à educação como direito de todos, tornando esse momento ímpar para o país, definindo legalmente e objetivamente o papel do Estado, a divisão das responsabilidades entre os entes federados e os princípios da educação.

Quanto aos profissionais da educação, a LDB de 1961, trouxe novas e importantes regras quanto ao exercício da docência, tais como: garantia de remuneração condigna aos professores, estímulo de experiências pedagógicas com a finalidade de aperfeiçoar os processos educativos, formação mínima em curso normal e concurso público.

Em 1964 o Brasil sofreu um golpe político e veio o período da ditadura militar e de modo geral, nesse período extremamente repressivo, as entidades de classe dos professores viveram anos difíceis para a organização de suas lutas.

Na década de 1970, com a Lei 5692/71, a educação de 1º grau (dos 7 aos 14 anos) passou a ser obrigatória e o ensino de 2º grau aprofundou à formação dos estudantes para a qualificação profissional com vistas à articulação com o setor produtivo.

No bojo da formação e profissionalização docente, a lei determinava uma padronização da formação, tal como a formação mínima com habilitação específica de 2º grau para o exercício do magistério de 1ª a 4ª séries (1º grau). E para o exercício de magistério de 1ª a 8ª séries (1º grau), exigia a formação mínima em nível superior em graduação ou licenciatura curta. Em todo o ensino de 1º e 2º graus, habilitação específica obtida em curso superior de graduação correspondente a licenciatura plena.

É importante destacar que alguns aspectos da carreira docente, com vistas à valorização profissional, foram implantados a partir da Lei n.º 5.692/71 e se constituem até hoje como balizadores fundamentais no que tange a ideia de valorização, tal como o ingresso na carreira via concurso público de provas e títulos e a regulação da profissão no serviço público via implementação de estatutos de carreira, além de atualização dos profissionais e remuneração de acordo com as regras dos sistemas de ensino, conforme se apresenta:

Art. 34. A admissão de professores e especialistas no ensino oficial de 1º e 2º graus far-se-á por concurso público de provas e títulos, obedecidas para inscrição as exigências de formação constantes desta Lei.

Art. 35. Não haverá qualquer distinção, para efeitos didáticos e técnicos, entre os professores e especialistas subordinados ao regime das leis do trabalho e os admitidos no regime do serviço público.

Art. 36. Em cada sistema de ensino, haverá um estatuto que estrutura a carreira de magistério de 1º e 2º graus, com acessos graduais e sucessivos, regulamentando as disposições específicas da presente Lei e complementando-as no quadro da organização própria do sistema.

Art. 37. A admissão e a carreira de professores e especialistas, nos estabelecimentos particulares de ensino de 1º e 2º graus, obedecerão às disposições específicas desta Lei, às normas constantes obrigatoriamente dos respectivos regimentos e ao regime das Leis do Trabalho.

Art. 38. Os sistemas de ensino estimularão, mediante planejamento apropriado, o aperfeiçoamento e atualização constantes dos seus professores e especialistas de Educação.

Art. 39. Os sistemas de ensino devem fixar a remuneração dos professores e especialistas de ensino de 1º e 2º graus, tendo em vista a maior qualificação em cursos e estágios de formação, aperfeiçoamento ou especialização, sem distinção de graus escolares em que atuem. (BRASIL, 1971)

Desse modo vemos que a lei foi determinante para implantar medidas que reconhecemos como centrais nas condições de trabalho dos professores, e tratou-se de um grande avanço na história das lutas corporativas do magistério público.

Esse período foi também fortemente marcado pela expansão da educação. Essa expansão do ensino gerou a necessidade de um maior número de professores para atendimento da demanda, ocorrendo grande contratação de contingente de trabalhadores para o setor educacional, ocasionando contratação de professores leigos, formação aligeirada e também arrocho salarial.

É nesse contexto que Ferreira Jr. e Bittar (2006) afirmam ter originado a proletarização da classe docente no Brasil, a partir da expansão do ensino que acarretou na necessidade de uma grande contratação de professores, muitas vezes sem a qualificação necessária e com redução dos salários, isso por consequência levou ao rebaixamento da condição profissional do docente com mudança da característica social dos professores, inclusive agregando novos perfis sociais, conforme destacam os autores:

Se a expansão quantitativa das matrículas era um elemento inadiável para democratizar o sistema, a forma pela qual transcorreu esse traço da educação brasileira contemporânea marcou negativamente a existência material dos próprios professores públicos de 1º e 2º graus. Isto porque, a categoria profissional emergente, surgida para atender a essa nova demanda da escola pública brasileira, foi oriunda de uma situação que combinava o aligeiramento da formação acadêmica com o arrocho salarial.

Assim, a formação da atual categoria passou a contar com várias frações de classes sociais que contribuíram para a sua nova configuração, diferentemente do que ocorria até a década de 1950, quando a sua composição era outra. (FERREIRA JR. e BITTAR, 2006, p.61)

A inserção de novas classes sociais na composição do perfil do professor foi decisiva para a constituição da identidade docente, especialmente desse período em diante, de tal forma que a categoria passa a se reconhecer como massa trabalhadora, com necessidade de lutar para o avanço de seus direitos, proporcionando uma imprescindível reconfiguração da atividade sindical docente, a partir de novas necessidades, ações e organização.

Gouveia e Ferraz (2013) contribuem para melhor visualização desse cenário, argumentando que:

Nessa perspectiva, a reforma do ensino de 1º e 2º graus, configurada na Lei 5692/1971, tem como consequência um crescimento exponencial da oferta de matrículas. Para atender essa nova demanda induzida, vislumbra-se um duplo movimento: de um lado, há um impulso na profissionalização do magistério, representado pela exigência de Estatutos Estaduais e Municipais; mas por outro, a insuficiência de mão de obra capacitada e de fontes regulares de financiamento no interior do Estado produziu a incorporação de um número elevado de leigos no sistema de ensino. Contudo, esse duplo movimento nas condições de trabalho significa, do ponto de vista da organização política de interesses, o horizonte político e simbólico da luta pela valorização profissional, em um contexto objetivo de precariedade das condições de trabalho. Esse cenário, aliado ao contínuo crescimento absoluto do número de professores, configurou um conjunto ideal de condições sociais objetivas para o crescimento da atividade política de cunho corporativo, que resultou nas greves definitivas dos anos de 1970 e início de 1980. (GOUVEIA e FERRAZ, 2013)

Ainda na esfera da organização classista, Vicentini e Lugli (2009) destacam que com a ampliação do primeiro grau de oito anos, eliminou-se, aparentemente, a segmentação entre magistério primário e secundário ginásial, e as associações começaram a organizar-se em torno das reivindicações dos professores de modo geral.

O fim da segmentação do magistério permitiu que a CPPB passasse a representar os demais professores e, em 1979, passou a denominar-se Confederação dos Professores do Brasil (CPB).

Em 1978, já com a existência de inúmeras organizações docentes, as entidades passaram a ser espaços privilegiados de militância social e política, principalmente a partir do “novo sindicalismo” que crescia entre os sindicatos,

sobretudo metalúrgicos, e que orientava para a necessidade de organização da classe trabalhadora a partir de suas demandas trabalhistas e políticas, e também tinha como princípio uma maior aproximação das entidades com suas bases.

Os autores Ferreira Jr. e Bittar (2010) esclarecem que o “novo sindicalismo” se manifestou na ditadura militar, especialmente por meio das greves dos metalúrgicos do ABC Paulista entre 1978 e 1980, isso por que:

A modernização autoritária e acelerada das relações capitalistas de produção, iniciada após 1930, já tinha alçado o Brasil à condição de uma sociedade urbana e industrial. Os corolários econômicos e sociais derivados do processo autocrático de modernização do capitalismo brasileiro foram muitos, mas podem ser destacados: (A) a 8ª posição do PIB brasileiro na economia mundial; (B) a burguesia e o proletariado fabril como principais protagonistas da estrutura de classes da sociedade brasileira; (C) a escolaridade obrigatória de oito séries em processo de expansão quantitativa acelerada; e (D) consolidação social e cultural da nova categoria dos professores da educação de 1º e 2º graus (atuais professores do ensino básico). (FERREIRA JR. e BITTAR, 2010)

Muito embora, no serviço público, a organização sindical ainda não fosse permitida, não se pode negar que a repercussão desse novo movimento atingiu as associações dos professores em todo o Brasil, principalmente após as greves de 1978, e influenciou de maneira significativa, várias greves de professores pelo Brasil em 1979.

Para Gindin (2011) a necessidade de ruptura com as velhas práticas sindicais se deu pela necessidade de organização das bases em seus locais de trabalho, entre outras questões também, conforme destaca:

Os quadros que se identificavam com o novo sindicalismo enfatizavam uma ruptura com as tradições políticas e sindicais do movimento operário brasileiro e se declararam inimigos do modelo sindical instaurado pelo governo Vargas, denunciando que significava a dependência dos sindicatos ao Estado. Além disso, eram contrários ao imposto sindical e à unicidade e denunciavam que se tratava de um sindicalismo porta de fábrica, sem implantação nos locais de trabalho. (GINDIN, 2011, p.166)

Portanto, o contexto que se segue por toda a década de 1980 é um cenário de efervescência do movimento sindical, com ampliação de estratégias de organização das ações, a partir das bases, em luta pelo processo de redemocratização da sociedade e também pelo setor educacional.

Os sindicatos, então articulados com suas bases de profissionais da educação, passaram a atuar de maneira mais contundente, por melhores condições de trabalho, pela democratização do acesso ao ensino e melhoria do setor educacional como um todo; as manifestações se espalharam por meio de greves, atos, marchas e demais ações de mobilização da categoria.

Nesse período após diversas campanhas e pressão popular encerrou-se em 1985 o regime militar, favorecendo as pressões e debates dos movimentos sociais e populares em torno da elaboração da nova Constituição.

Em 1988, lutas históricas em torno da educação passaram a ser afirmadas, tais como: oferta do ensino fundamental obrigatório e gratuita, gratuidade do ensino público, extensão do ensino obrigatório e gratuito, progressivamente, até o ensino médio, atendimento em creches, valorização dos profissionais da educação com planos de carreira para o magistério, ampliação dos percentuais a ser destinados à educação, autonomia universitária, erradicação do analfabetismo, plano nacional de educação, entre outras. (ARANHA, 2006).

O entanto, o contexto político e econômico do período pós-ditadura militar não foi dos melhores, altos índices de inflação aliados à dívida externa, baixo crescimento econômico, herança das políticas do regime militar, levaram aos arrochos salariais da classe trabalhadora.

O presidente da República nesse período foi José Sarney - PMDB (1985-1989), que era vice de Tancredo Neves falecido às vésperas de assumir a presidência. Tancredo havia sido eleito de forma indireta pelo Congresso Nacional.

De 1990 a 1992, tivemos Fernando Collor de Mello (PRN), o primeiro presidente eleito por voto popular, que sofreu *impeachment* após escândalos de corrupção. Fernando Collor foi substituído por Itamar Franco, seu vice, que governou o Brasil de 1992 a 1994, o qual teve Fernando Henrique Cardoso como Ministro de Fazenda em seu governo e este seria presidente do país de 1994 a 2002.

O cenário econômico e político que se seguiu por toda a década de 1990, foi o de adoção de medidas neoliberais de minimização do papel do Estado, com a efetivação de medidas de orientações dos organismos multilaterais, como Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional (FMI). Essas orientações foram implementadas ainda nos governos de Fernando Collor e Itamar Franco e, aprofundadas pelo presidente Fernando Henrique Cardoso de 1994 a 2002 (PFL/

PSDB), por meio de várias reformas na administração pública, para isso foi criado pelo Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado (MARE), um instrumento que foi o Plano Diretor da Reforma do Aparelho de Estado (PDRAE), que consistia em orientar a reforma do Estado.

De acordo com Peroni (2003)

Na proposta de reforma do Estado, o cidadão é adjetivado, é o cidadão cliente, o que, portanto, de acordo com as leis de mercado, não inclui todos os cidadãos, pois os clientes dos serviços do Estado serão apenas contemplados pelo núcleo estratégico e por atividades exclusivas. As políticas sociais não serão contempladas, pois são consideradas, pelo MARE, serviços não-exclusivos do Estado [universidades, hospitais], e assim sendo, de propriedade pública não estatal ou privada (...). (PERONI, 2003, p.60)

Nessa lógica, segundo Peroni (2003), a Reforma do Estado consistia em estratégias de privatização e terceirização com financiamento dos serviços sociais pelo Estado, porém com controle político e ideológico para as organizações públicas não-estatais, esse quadro trouxe muitos desafios aos sindicatos de maneira em geral, face ao exposto anteriormente, e de modo especial aos sindicatos de servidores públicos que se viram em um quadro de avanços de políticas neoliberais que atingiam em grande medida a oferta dos serviços públicos e o trabalho desses servidores, desta maneira, podemos dizer que anos de 1990 foram difíceis para o sindicalismo docente, especialmente porque a grande demanda das entidades esteve voltada para a não perda de direitos, do ponto de vista corporativo.

Para Pochmann *apud* Boito Jr. e Marcelino (2010) os anos 1990 são marcados por, pelo menos, cinco alterações importantes que explicam tal moderação da atuação sindical, são elas: queda na quantidade de greves; redução da taxa de sindicalização; proliferação administrativa do número de sindicatos; fragmentação das negociações e diminuição de cláusulas acordadas.

Para Boito Jr. e Marcelino (2010),

Os motivos da crise ou do declínio podem ser arrolados pela bibliografia que aborda o tema em cinco tipos: motivos ou causas de ordem econômica; motivos ou causas referentes a reorganização dos processos de trabalho e de contratação; que versam sobre o funcionamento da organização e do movimento sindical (burocratização, partidarização, etc.); ordem ideológica e política; composição da força de trabalho. (BOITO JR. e MARCELINO, 2010, p.326)

O que se vê a partir da década de 1990, portanto, é um quadro de crise do sindicalismo, por causa de ordem econômica, pois com o avanço das medidas neoliberais, de enxugamento de gastos públicos, os sindicatos passam a enfrentar a estagnação das pautas corporativas.

3.1 O SINDICALISMO DOCENTE NO BRASIL: UM PANORAMA DA CONJUNTURA ATUAL

Após o período de crise do sindicalismo, e fase neoliberal, a partir de 2003, com a assunção do Partido dos Trabalhadores ao posto máximo do executivo brasileiro, as pautas sindicais e, especialmente as dos sindicatos ligados à Central Única dos Trabalhadores (CUT), berço político e sindical do Presidente Lula, passaram a ganhar espaço na negociação de políticas junto ao governo federal.

Os autores Boito Jr. e Marcelino (2010), defendem a tese de recuperação da atividade sindical nos anos 2000. Para eles, a conjuntura sindical no Brasil de 2004-2008, é de recuperação da atividade, demarcada por intensas atividades grevistas.

Os autores destacam que no período entre o final da década de 1970 e por toda a década de 1980, ocorreu um grande ciclo de greves, e durante os anos de 1990 um período de normalização, no entanto isso ocorreu devido à dimensão da atividade sindical ou a crise sindical, bem como a atividade grevista ocorreu a partir da conjuntura política, econômica, etc.

Boito Jr. e Marcelino (2010) reforçam a tese de que o sindicalismo brasileiro está em recuperação em relação a década anterior, considerando para tanto o perfil do novo ciclo de greves agora nos anos 2000, uma vez que as greves continuaram (a maioria) sendo realizadas pelos setores mais mobilizados do movimento sindical: metalúrgicos, petroleiros, construção civil, bancários e os funcionários públicos, notadamente os setores de saúde e educação. Prevaleceu nesta conjuntura a organização da região sudeste, Estado de São Paulo, especialmente o funcionalismo público – estadual e municipal.

As greves entre 2004 e 2008 foram, em sua maioria, de natureza **ofensiva/propositiva**, ou seja, de ampliação de direitos, principalmente no setor industrial; porém no setor de serviços elas têm sido, notadamente, de natureza **defensiva**, ou seja, para não perder direitos.

Os autores destacam ainda que a maior parte das greves dos anos 2000 teve suas reivindicações total ou parcialmente atendidas. No entanto as características das greves e mobilizações no período de 2004-2008, foram predominantemente de greves localizadas, mas também ocorreram manifestações de massas e outras ações públicas (atos, piquetes, passeatas, acampamento, vigílias), com exceção do ano de 2008, onde ocorreram mais greves no setor público que no privado.

No espectro da educação é perceptível o avanço de pautas históricas dos trabalhadores do segmento tais como a Lei do Piso (PSPN) e a Conferência Nacional da Educação (CONAE) acompanhadas das intensas jornadas de mobilização e campanhas realizadas pela CNTE, confederação filiada à CUT, e de seus sindicatos filiados, que trouxeram essas pautas para debate junto ao governo federal.

A lei do Piso n.º 11.738/2008, é a lei que estabeleceu o Piso Salarial Profissional Nacional (PSPN) para os professores da rede pública de ensino de todo o país. A lei pôde ser considerada um avanço pois, já na CF 88, constava o piso salarial como um dos critérios de valorização do magistério, no entanto foram necessárias duas décadas para que fosse enfim reconhecida como essencial para a carreira docente pelo governo federal.

Ferraz e Gindin (2014) destacam que dentre todas as pautas sindicais a mais marcante no campo sindical, foi a do PSPN, pois a aprovação da lei exigiu permanente trabalho dos sindicatos na luta pela aprovação e agora exige a luta pela efetivação da mesma nos estados e municípios:

Contudo, a batalha mais marcadamente sindical, pois diz respeito direto à representação trabalhista de interesses, foi travada ao redor do PSPN, em 2008. Luta esta, que se torna constante e permanente após a promulgação da lei, para que a mesma venha a ser cumprida em todas as redes de ensino da Federação, e dentro da interpretação legal que a CNTE faz sobre a sua aplicação. (FERRAZ e GINDIN, 2014, p. 288)

Neste sentido, após intensas ações realizadas pelos sindicatos de professores da educação básica por duas décadas, a lei foi enfim sancionada pelo Presidente da República, estabelecendo critérios básicos de valorização profissional, tais como: vencimento mínimo para os professores da rede pública de ensino para uma jornada de trabalho de no máximo 40 horas aos docentes com formação de

nível médio, além da indicação de destinação de 1/3, ou seja, 33,33% da jornada para as tarefas relacionadas à hora/atividade. E ainda, a obrigatoriedade por parte da União, Estados e Municípios de elaborar em seus sistemas os Planos de Carreira e Remuneração do Magistério, conforme se apresenta:

Art. 2.º [...]

§ 1.º O piso salarial profissional nacional é o valor abaixo do qual a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios não poderão fixar o vencimento inicial das Carreiras do magistério público da educação básica, para a jornada de, no máximo, 40 (quarenta) horas semanais.

§ 4.º Na composição da jornada de trabalho, observar-se-á o limite máximo de 2/3 (dois terços) da carga horária para o desempenho das atividades de interação com os educandos.

(...)

Art. 6º A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão elaborar ou adequar seus Planos de Carreira e Remuneração do Magistério até 31 de dezembro de 2009, tendo em vista o cumprimento do piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica, conforme disposto no parágrafo único do art. 206 da Constituição Federal. (BRASIL, 2008)

Desta maneira, é evidente o trabalho de mobilização realizado pela CNTE, a pauta sindical em torno da Lei do Piso que somente obteve avanço, no governo do Presidente Lula (PT), haja vista, sua capacidade política de diálogo com os movimentos sociais e sindicais, Ferraz e Gindin (2014) destacam o esforço da CNTE para construir uma pauta de reivindicações nacional que dialogasse com o governo federal.

Outro ponto essencial considerado um avanço na conjuntura sindical foi a realização da 1ª Conferência Nacional de Educação (CONAE) que trouxe o debate sobre o Plano Nacional de Educação (PNE) entre os diversos segmentos, do executivo, legislativo, sindical, social e outros.

Neste caso, Ferraz e Gindin (2014) ressaltam a capacidade orgânica e de intervenção sindical na construção das conferências, tanto no âmbito estadual como municipal, os autores dão destaque a capacidade de unificação e capilaridade entre os sindicatos da educação ligados à CNTE e da CNTE com outros movimentos do campo educacional.

No contexto de implantação do FUNDEB, segundo Ferraz e Gindin (2014), a CNTE teve participação importante destacando-se, na garantia e exigência da instituição de percentual específico para remuneração dos trabalhadores da educação e na implantação de planos de carreiras nos estados e municípios, ambas

como estratégia de valorização profissional. Embora a política de fundos não se constituísse necessariamente em agenda política dos sindicatos, os espaços dos conselhos, controles e fiscalização do fundo, tornaram-se espaços de disputa das pautas sindicais.

Muito embora, o contexto sindical, aqui apresentado, no caso dos servidores públicos da educação, tenha se mostrado em perspectiva de crescimento, avanço e capacidade organizacional, vale a pena ressaltar que esse segmento (sindicato de serviço público) foi essencial para a perspectiva de avanço de direitos dos trabalhadores, uma vez que estava em movimento de ascensão das pautas dos servidores do serviço público, e nesse sentido esse sindicalismo deu dinamismo para as estruturas consolidadas e acomodadas dos sindicatos e também para a queda da crise do sindicalismo ocorrida na década anterior. (Boito Jr., Marcelino, 2008)

Diante dessa conjuntura é importante destacar a luta da APP- Sindicato enquanto filiada à CNTE, que conseguiu articular a pauta nacional no contexto local, realizando debates e negociações fundamentais para o avanço das questões corporativas do magistério público.

4 O TRABALHO DOCENTE A PARTIR DAS CONDIÇÕES DE EMPREGO NO SERVIÇO PÚBLICO BRASILEIRO

As discussões em torno da questão do trabalho docente constituem-se como assunto de larga importância em distintos estudos e pesquisas sobre as condições de trabalho e também da carreira docente no Brasil, como elementos norteadores de uma concepção de valorização profissional.

A intenção de traduzir a ideia de valorização profissional, elemento de grande importância para a construção da ação sindical e disputa pela agenda política, passa por projeções e características concretas quanto às condições de trabalho docente, significado do trabalho docente e do trabalho docente no setor público. É importante também verificar a conjuntura das condições de trabalho a partir de variáveis como vencimento, jornada de trabalho e regime de contratação, variáveis essas que serão trabalhadas especificamente neste texto por se constituírem em grande medida na pauta corporativa dos sindicatos docentes e, em especial, da APP-Sindicato como veremos adiante.

Para Grochoska (2015), o conceito de valorização docente pode se constituir a partir de elementos como formação, condições de trabalho, vencimento e qualidade de vida, como a seguir:

(...) a valorização do professor é um princípio constitucional que se efetiva por meio de um mecanismo legal chamado carreira, que se desenvolve por meio de três elementos: a) Formação, b) Condições de trabalho e c) Vencimento, tendo como objetivos a qualidade da educação e a qualidade de vida do trabalhador. (GROCHOSKA, 2015, p.79)

Portanto, este trabalho não se afasta de alguns elementos apontados pela autora; pelo contrário, reforça a questão do vencimento e agrega outras discussões, como, por exemplo, a jornada de trabalho e o regime de contratação, que também se fazem pertinentes, conforme demonstraremos a seguir.

Dessa maneira, organizamos a discussão em torno do trabalho docente a partir de três eixos:

- 1) A concepção de trabalho docente e condições de trabalho a partir da literatura;

- 2) O trabalho docente no contexto do serviço público brasileiro e nos documentos oficiais;
- 3) A conjuntura do trabalho e da carreira docente a partir das categorias: vencimento, jornada de trabalho e regime de contratação.

4.1 A CONCEPÇÃO DE TRABALHO DOCENTE E CONDIÇÕES DE TRABALHO A PARTIR DA LITERATURA

Segundo Tardif e Lessard (2013), o trabalho docente é uma atividade que viabiliza a interação com outros seres humanos, num contexto coletivo. A natureza do trabalho docente é, portanto, a atividade sobre e com os outros, e assim, como as outras profissões, carrega um “peso de normatividade”, técnicas e regras burocráticas, tais como: tempo, planejamento, resultados, etc.

Ainda de acordo com esses autores, citando Van Der Maren (1990), o trabalho docente é composto de características muito específicas como: “uma pessoa com saber que tem contatos regulares com um grupo de pessoas que devem aprender e cuja presença é obrigatória para ensinar-lhes um conteúdo socialmente definido através de uma série de decisões”. (VAN DER MAREN, 1990, p.63).

A concepção de uma atividade de interação e relação humana também é encontrada em Lessard; Kamanzi e Larochele (2010):

Nós caracterizamos o trabalho educacional como um tipo de trabalho particular, com, em e para a humanidade, um trabalho interativo ou relacional representado por um número importante de profissões, ditas de relações humanas (trabalho social, terapias diversas, orientação, reeducação e reabilitação etc.). Nesse tipo de trabalho, são os trabalhadores da primeira linha que terminam a missão da instituição, interpretando-a conforme seus valores pessoais profissionais, com os instrumentos que estão ligados por um lado à sua personalidade (capacidade de persuasão, convicção, comunicação, sedução, manipulação, competências pedagógicas e didáticas etc.), e por outro ao difícil êxito em medir e que depende da vontade do outro, o “cliente” ou o usuário, de investir na sua própria realização. (LESSARD; KAMANZI E LAROCHELLE, 2010, p.86):

Nesse sentido, o trabalho docente é revestido de uma capacidade de interação humana, neste caso com os estudantes, que requerem competências

específicas da tarefa de ensinar, como a comunicação, a persuasão, a convicção, além de outras atividades normativas próprias da profissão.

No entanto, para além das competências típicas necessárias para a interação e relação humana e as atividades burocráticas, Oliveira (2010) também destaca que o trabalho docente abrange não somente o trabalho realizado em sala de aula com os estudantes, mas as diferentes funções, atividades e relações presentes nas instituições educativas, tal como relata:

Trata-se de uma categoria que abarca tanto os sujeitos que atuam no processo educativo nas escolas e em outras instituições de educação, nas suas diversas caracterizações de cargos, funções, tarefas, especialidades e responsabilidades, determinando suas experiências e identidades, quanto as atividades laborais realizadas. Compreende, portanto, as atividades e relações presentes nas instituições educativas, extrapolando a regência de classe. Pode-se, assim, considerar sujeitos docentes os professores, educadores, monitores, estagiários, diretores, coordenadores, supervisores, orientadores, atendentes, auxiliares, dentre outros. O trabalho docente não se refere apenas à sala de aula ou ao processo de ensino formal, pois compreende a atenção e o cuidado, além de outras atividades inerentes à educação. De forma genérica, é possível definir o trabalho docente como todo ato de realização no processo educativo. Partindo da definição de que o trabalho se constitui em ato de transformação da natureza pelo homem para sua própria sobrevivência, o que resulta também e, ao mesmo tempo, na transformação do homem pelo trabalho, é possível considerar que o mesmo é detentor de um caráter educativo. (OLIVEIRA, 2010, s/p.)

Diante das concepções de trabalho docente anteriormente apresentadas, é possível afirmar que é constituído de relações interativas, ao mesmo tempo em que se depara com uma série de normatizações para o exercício do trabalho, que ultrapassa o trabalho de sala de aula e abrange as atividades presentes em toda a escola em redor do processo educativo, esse trabalho é de difícil mensuração, uma vez que não depende apenas dos esforços do professor.

No entanto, a realização do trabalho docente requer condições de trabalho aos profissionais, ou seja, oferta de conjunto de variáveis que possibilitam o desenvolvimento da tarefa de ensinar, tais como salário, jornada de trabalho, regime de contratação de trabalho, número de estudantes por sala de aula e formação continuada.

As condições de trabalho são importantes para o desenvolvimento da valorização profissional, dessa maneira tem sido constante o debate e estudos acerca desse tema. Dessa maneira, apresentamos como referências para a

compreensão do tema alguns autores e estudos tais como Tardif e Lessard (2005); Assunção e Oliveira (2010).

Tardif e Lessard (2005) definem as condições de trabalho como dimensões quantitativas do ensino, tais como, o tempo de trabalho diário, semanal, anual, o número de horas, número de alunos, salários, variáveis importantes para o Estados definirem as políticas de avaliação e vencimento do trabalho docente, e que definem a condição legal em que o trabalho é desenvolvido, conforme afirmam:

(...) o que chamamos de condições de trabalho dos professores corresponde a variáveis que permitem caracterizar certas dimensões quantitativas de ensino: o tempo de trabalho diário, semanal, anual, o número de horas de presença obrigatória em classe, o número de alunos por classe, o salário dos professores, etc. Essas variáveis servem habitualmente para definir o quadro legal no qual o ensino é desenvolvido; elas são utilizadas pelos estados nacionais para contabilizar o trabalho docente, avaliá-lo e remunerá-lo. (TARDIF e LESSARD, 2005, p.111)

Do ponto de vista de Assunção e Oliveira (2010), as condições de trabalho podem ser entendidas como conjunto de recursos que possibilitam a realização do trabalho, tais como a forma de contratação, a estabilidade e a carreira, vejamos a compreensão das autoras:

Parte-se do conceito de condições de trabalho em geral, presente na obra de Marx que trata sobre processo de trabalho. A noção de condições de trabalho designa o conjunto de recursos que possibilitam a realização do trabalho, envolvendo as instalações físicas, os materiais e insumos disponíveis, os equipamentos e meios de realização das atividades e outros tipos de apoio necessários, dependendo da natureza da produção. Contudo, as condições de trabalho não se restringem ao plano do posto ou local de trabalho ou à realização em si do processo de trabalho, ou seja, o processo que transforma insumos e matérias-primas em produtos, mas diz respeito também às relações de emprego. As condições de trabalho se referem a um conjunto que inclui relações, as quais dizem respeito ao processo de trabalho e às condições de emprego (formas de contratação, remuneração, carreira e estabilidade). (ASSUNÇÃO e OLIVEIRA, 2010, p.39)

Portanto, nossa compreensão de condições de trabalho docente nessa tese pode ser traduzida como o conjunto de variáveis que estão definidas tanto nas dimensões quantitativas do ensino, apresentadas por Tardif e Lessard, como no conjunto de recursos que possibilitam a realização do trabalho, apresentados por Assunção e Oliveira, de tal maneira que nos debruçaremos especificamente sobre algumas variáveis desse conjunto, sendo elas: vencimento, jornada de trabalho e regime de contratação, uma vez que são esses mecanismos que norteiam

diretamente a agenda corporativa do magistério público em torno das condições de carreira e emprego, condições essas que tangenciam a perspectiva da valorização profissional.

4.2 O TRABALHO DOCENTE NO CONTEXTO DO SERVIÇO PÚBLICO BRASILEIRO E NOS DOCUMENTOS OFICIAIS

O serviço público brasileiro, no qual se inclui o docente das redes públicas de ensino, é demarcado por um conceito amplo que seria toda atividade exercida pelo Estado, sem distinção das atividades jurídicas ou econômicas.

Neste caso, utilizaremos dois conceitos importantes de serviço público, o primeiro ancorado no conceito de Supiot (2008) em que diferencia o serviço público do serviço privado a partir da existência de um estatuto, esse que rege a relação de serviço entre empregador e empregado, tal como: “é o conceito de estatuto que caracteriza o emprego a serviço do público, enquanto que o emprego a serviço do privado caracteriza-se pelo contrato” (SUPIOT, 2008, p.18).

No caso do contrato, a relação é direta entre empregador e o assalariado, já no caso do estatuto ou do serviço público, a relação inclui o público, conforme destaca Supiot (2008):

Quando ao estatuto, as coisas são mais complexas: a relação com o poder não se reduz à relação entre o funcionário e a hierarquia, mas, sim, inclui o público, a cujo serviço ambos se encontram; e a idéia de moral profissional impregna tanto a relação com o público, como a relação com o superior hierárquico. A relação do funcionário público com o usuário é diferente da relação comercial com o cliente; e isso, sob dois aspectos. Primeiro, o usuário é titular de direitos, desses "direitos a ..." que são reivindicados justamente em caso de perturbação do funcionamento dos serviços públicos: direito à imagem, direito à comunicação, direito à saúde, direito de ir e vir, etc. E todos os usuários do serviço público têm igualmente direito a ele. Para o funcionário público esse princípio de não discriminação entre usuários significa concretamente que deve recusar, tanto a exclusão, quanto o favoritismo. (SUPIOT, 23008, p. 19)

Enquanto que no conceito restrito, a partir do olhar sobre a legislação brasileira, teremos a ideia de serviço público como atividade da administração pública e do Estado, conforme Di Pietro (2006), é aquele que caracteriza o serviço público como atividade da administração pública, fazendo as devidas distinções entre atividades jurídicas e legislativas, por exemplo. E para Reale (2004), o serviço

público é descrito como “meios e processos através dos quais a autoridade estatal procura satisfazer às aspirações comuns da convivência.” (REALE, 2004, p.344).

Diante das concepções apresentadas, entende-se como serviço público aquele que viabiliza as ações e atividades do próprio Estado, ou seja, aquele que existe a partir da necessidade do Estado, no qual o serviço público também teria o sentido do vínculo, pois o serviço público é diluído na própria ação do Estado.

Dessa maneira fica evidente a disputa pela agenda política entre sindicato e governo, isso porque, no contexto jurídico, a compreensão de serviço público ajusta-se no bojo da necessidade do Estado.

O serviço público, no caso brasileiro, está devidamente normatizado e disciplinado no artigo 37, da CF/88, que trata da Administração Pública.

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

I - os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, assim como aos estrangeiros, na forma da lei. (BRASIL, 1988)

Para melhor compreensão da definição do que constitui o serviço público, é preciso especificar os sentidos das expressões cargos, empregos e funções públicas apresentadas no artigo 37, da CF/88.

Para Di Pietro (2006), os servidores públicos ocupam cargos ou empregos ou exercem funções. Cada órgão de um ente federado dispõe de um determinado número de cargos, criados em lei, com denominação própria, atribuições e padrão de vencimento.

Segundo a autora, a expressão “cargo” foi idealizada por muito tempo na compreensão de funcionário público sob regime estatutário. A partir do momento em que se abre a possibilidade de contratação dos servidores via legislação trabalhista, a expressão “emprego público” passou a ser utilizada de forma paralela a “cargo público”. No entanto, o que os diferencia é que o “cargo público” seria aquele regido pelo vínculo estatutário, enquanto que, no “emprego público”, o vínculo está sob regência da CLT.

E para finalizar a explicação das expressões, a “função pública” seria o conjunto de atribuições, que não perfazem um cargo ou emprego, tais como quadros

de chefias, assessoramento, direção, entre outros, como por exemplo, funções de confiança ou gratificadas, as quais não indicam necessariamente a criação de um vínculo, seja por cargo ou emprego.

Neste sentido, o quadro do magistério público brasileiro pode ser tanto cargo público como emprego público, no caso do Paraná, segundo Godoy (2014), em 2011 aproximadamente 30% dos professores do quadro da rede estadual de ensino, eram contratados em regime temporário, sob vínculo da CLT e os demais regidos pelo regime estatutário, portanto os dois termos representam parcelas do magistério do serviço público.

É importante destacar que o vínculo do magistério do serviço público também é definido a partir de leis nacionais e que o Brasil está organizado num contexto federativo, portanto as relações de trabalho do magistério também obedecerão às legislações específicas de cada sistema ou rede de ensino, seus estatutos e planos de carreira.

Isso porque cada sistema ou rede de ensino pressupõe e se constitui num ente empregador, fazendo com que a contratação do servidor público seja feita considerando a descentralização das responsabilidades entre os entes federados (estados, municípios e Distrito Federal), ou seja, são esses entes que fazem a contratação e que determinam o vínculo empregatício dos docentes do serviço público.

O regime federativo assim como organiza o atendimento educacional, também interfere na carreira do servidor público e sua valorização, conforme destacam Tavares e Gouveia (2012):

A CF define que a regulamentação da vida laboral dos servidores públicos civis é tarefa de cada ente federado. No artigo 39 encontra-se a seguinte premissa: “a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios instituirão, no âmbito de sua competência, regime jurídico único e planos de carreira para os servidores da administração pública direta, das autarquias e das fundações públicas.” (BRASIL, 1988). Isso tem a consequência primeira e direta de que qualquer alteração na forma de contratação, remuneração, movimentação na carreira, avaliação e outros elementos possíveis da vida funcional sempre depende de regras próprias de cada ente federado. A legislação nacional é mandatória, mas se realiza sempre com a mediação de norma local, o que constrói um cenário contínuo de disputas locais. (TAVARES e GOUVEIA, 2012, p.190)

Na prática, isso significa que se tem distribuídas por todo o território nacional brasileiro, inúmeras formas de contratos e vínculos com os docentes do serviço

público que implicam em diversas jornadas de trabalho, regimes de contratação, vencimento, entre outros.

Nesse sentido, embora a União seja a definidora e indutora das principais políticas e normativas da educação nacional, teremos nos entes federados, diferentes desdobramentos da política pública educacional, e nisso acrescenta-se as definições em torno do trabalho docente e seus estatutos. Sendo assim, nos debruçaremos a partir das principais legislações e diretrizes que definem o trabalho docente e as condições de emprego e carreira:

- Constituição Federal de 1988 (CF/88);
- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) 9394/96;
- Lei do Piso Profissional Nacional do Magistério Público (PSPN) 11.738/08;
- Resolução nº 2/2009 que fixa as Diretrizes Nacionais para os Planos de Carreira e Remuneração dos Profissionais do Magistério da Educação Básica Pública;
- Lei nº 13.005/ 14 que aprova o Plano Nacional de Educação – PNE.

Ao destacar a temática do trabalho dos professores brasileiros observamos o que consta na Constituição Federal de 1988 (CF/88), no artigo 206, acerca dos profissionais da educação:

V - valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas;

(...)

VIII - piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública, nos termos de lei federal.

Parágrafo único. A lei disporá sobre as categorias de trabalhadores considerados profissionais da educação básica e sobre a fixação de prazo para a elaboração ou adequação de seus planos de carreira, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. (BRASIL, 1988)

Dessa maneira, percebe-se que a Constituição Federal prevê mecanismos de valorização aos docentes, principalmente porque presume e antecipa a necessidade de instituição de planos de carreira, contratação via concursos públicos e a implantação de um piso salarial aos profissionais da educação. Diante disso, Leher (2010) compreende a expressão valorização profissional como:

Expressão com larga circulação nos discursos das escolas, dos sindicatos, dos governos, da imprensa e dos partidos políticos, abrange dimensões (1) objetivas – regime de trabalho; piso salarial profissional; carreira docente com possibilidade de progressão funcional; concurso público de provas e títulos; formação e qualificação profissional; tempo remunerado para estudos, planejamento e avaliação, assegurado no contrato de trabalho, e condições de trabalho e (2) subjetivas – reconhecimento social, autorrealização e dignidade profissional. (LEHER, 2010, s/p.)

Diante da concepção trazida por Leher, optamos por trabalhar nessa tese com algumas variáveis pertencentes ao quadro das dimensões objetivas, isto porque as temáticas de vencimento, jornada de trabalho e regime de contratação têm sido objetos de intensa mobilização e negociação entre a APP-Sindicato e os governos, assim, apresentamos como essas três variáveis se apresentam na legislação educacional e na perspectiva de valorização profissional.

A LDB 9394/96 dedica os artigos 61 ao 67, especialmente aos profissionais da educação, definindo o que são os profissionais da educação básica. Neste caso são tanto professores e especialistas (pedagogo, supervisor e orientação), como funcionários de escola, todos abrangidos pelo termo “profissionais da educação”, conforme apresenta:

- I – professores habilitados em nível médio ou superior para a docência na Educação Infantil e nos ensinos fundamental e médio;
- II – trabalhadores em educação portadores de diploma de pedagogia, com habilitação em administração, planejamento, supervisão, inspeção e orientação educacional, bem como com títulos de mestrado ou doutorado nas mesmas áreas;
- III – trabalhadores em educação, portadores de diploma de curso técnico ou superior em área pedagógica ou afim. (BRASIL, 1996)

Do artigo 62 ao 66, a LDB trata especificamente sobre a formação dos profissionais da educação, tanto inicial como continuada. Somente no artigo 67 é que aparece a indicação de mecanismos de valorização dos profissionais da educação, com a afirmação do contido na CF/ 88 sobre a necessidade de implantação dos planos de carreira, ingresso na carreira via concurso público e a instituição de um piso salarial profissional.

Além desses, o artigo 67 apresenta outros mecanismos importantes para a valorização profissional, tais como: licença remunerada para estudos, progressão funcional baseada na titulação, habilitação e avaliação de desempenho, período reservado a estudos, planejamento e avaliação, incluído na carga de trabalho (hora-

atividade) e condições adequadas de trabalho. Este último apresentado de forma bastante genérica e sem indicativo de padrões mínimos para a compreensão do que seriam “condições adequadas de trabalho”.

De grande importância, para o quesito aposentadoria especial de 25 anos ao magistério, é o contido no artigo 67, § 2º, que discorre sobre as funções do magistério, uma vez que a falta dessa definição deixava, até 2008, fora desse parâmetro da aposentadoria especial, aqueles que exerciam as funções de diretor de escola, especialistas (pedagogos, supervisores e orientadores) e apoio pedagógico, de acordo com a LDB:

São consideradas funções de magistério as exercidas por professores e especialistas em educação no desempenho de atividades educativas, quando exercidas em estabelecimento de educação básica em seus diversos níveis e modalidades, incluídas, além do exercício da docência, as de direção de unidade escolar e as de coordenação e assessoramento pedagógico. (BRASIL, 1996)

Um item que aparece, a partir de 2013, com a emenda apresentada pela Lei nº 12.796/13¹¹ e se revela como uma novidade é § 3º do artigo 67, que apresenta a seguinte redação:

A União prestará assistência técnica aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios na elaboração de concursos públicos para provimento de cargos dos profissionais da educação. (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013). (BRASIL, 2013)

A forma de ingresso na carreira constitui-se como elemento importante para o avanço da valorização docente, para as autoras Gatti, Barreto e André (2011), de acordo com análises realizadas por Gatti no ano de 2007, sobre as provas de concursos para ingresso na carreira docente, revelaram uma necessidade de melhor dimensionamento e qualidade nas provas elaboradas para os concursos públicos:

O ingresso na carreira docente nas redes públicas, por lei, deve ser feito por meio de concurso público. Estados e municípios têm realizado com certa regularidade esses concursos compostos de provas e títulos; as provas, de modo geral, referindo-se a conteúdos específicos da área de atuação do(a) professor(a) e conteúdos pedagógicos gerais; os títulos referindo-se ao nível de formação do(a) docente (ensino médio, licenciaturas curta ou plena,

¹¹ Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12796.htm#art1> Acesso em: 10 jul. 2014.

complementação de graduação, aperfeiçoamento, especialização, mestrado ou doutorado); considera-se, também, eventual tempo de exercício docente anterior. Esta é a proposição encontrada nos editais e nos documentos relativos a concursos, sejam municipais ou estaduais. No entanto, sobre as provas dos concursos para professores, como política adotada amplamente, há ponderações a fazer quanto à sua qualidade e à sua validade para selecionar profissionais para as redes. (GATTI; BARRETO; ANDRE; 2011, p.156)

Ainda assim, Torrecilla (2007) ao analisar os sistemas de carreira e de avaliação docente em 50 países, também recomenda:

Partindo do princípio de que a qualidade docente está diretamente vinculada à qualidade do ensino, pressupõe-se que, para o acesso à carreira, se deve contar com um sistema de seleção capaz de escolher os melhores, e que a carreira deve proporcionar a satisfação e a motivação do professor ao longo da sua vida funcional. (TORRECILLA, 2007, p.22)

De maneira geral, as duas legislações, tanto a CF 88 como a LDB 9394/96 indicam diretrizes importantes para o desenvolvimento de políticas de valorização profissional dos docentes, que recentemente, podem ser traduzidas nas orientações previstas na Lei do Piso, nas Diretrizes de Carreira e no Plano Nacional de Educação.

No entanto, o cumprimento da legislação nacional nos sistemas de ensino ocorre em maior parte a partir de constantes mobilizações dos sindicatos docentes, isso demanda ações sindicais específicas, manifestadas por meio de campanhas, greves, ações judiciais, exige também permanente processo de negociação com os governos. Nesse sentido, a persistente ação sindical em torno da lei do piso pode ser considerada um exemplo emblemático do papel das entidades sindicais para que a legislação seja cumprida pelos governos, como podemos verificar a seguir.

A Lei do Piso 11.738/08 (PSPN), entendida nesse estudo como importante mecanismo que rege o trabalho docente e mais especialmente as condições de trabalho, uma vez que sua essência se volta à valorização profissional, especificamente vencimento e jornada de trabalho, incluindo-se aí a questão da hora/atividade.

Essa lei visava regulamentar o vencimento mínimo para os professores da rede pública diante de uma jornada de trabalho de no máximo 40 horas aos profissionais com formação de nível médio; indicava a destinação de 1/3, da jornada para hora-atividade, e também destacava a obrigatoriedade por parte da União,

Estados e Municípios na elaboração dos Planos de Carreira e Vencimento do Magistério.

Não se pode dizer que a implementação da Lei do PSPN ocorreu ou ocorre de maneira tranquila, nem tampouco que ela é efetiva em sua integralidade, em todos os estados e municípios, um pouco de sua trajetória após o sancionamento, e sua situação atual pode explicar essa afirmação.

Após a aprovação da lei do piso em 2008 pelo governo federal, governadores de cinco Estados: Mato Grosso do Sul, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Ceará, ingressaram com ação no Supremo Tribunal Federal (STF) contestando a constitucionalidade da lei gerando a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIN) nº 4.167.

As alegações dos governos fundamentavam-se sobre o que poderia ser compreendido por piso, se o vencimento - apenas a retribuição pecuniária recebida pelo servidor - ou a remuneração que agregava, além do vencimento as demais as vantagens e adicionais.

O entendimento desses governantes era que o piso poderia ser a remuneração recebida pelos professores, ou seja, além do vencimento, seus acréscimos e gratificações. Ainda assim, alegavam que a lei deveria tratar apenas do piso salarial nacional, porém normatizava aspectos da jornada de trabalho como a destinação de 1/3 da carga horária da jornada de trabalho para hora/atividade.

No entanto, em 2008, o STF reconheceu a constitucionalidade do piso e ficaram para serem julgados posteriormente apenas os itens que versavam pela compreensão sobre o vencimento e sobre a jornada de trabalho destinada para a hora/atividade. Em 2011, essas pendências foram julgadas pelo STF, sendo que na ocasião foi reconhecido o piso salarial como os vencimentos recebidos pelos professores e não a remuneração total (gratificações, auxílios, entre outros) e sobre a destinação de 1/3 de hora/atividade houve empate na decisão dos ministros do STF, ficando, portanto, essa situação a ser resolvida judicialmente, ou não, via leis municipais e estaduais, porém não cabendo mais contestação pelos Estados que ingressaram com a ADIN.

Ainda sobre as orientações e legislações oficiais que tratam do trabalho docente e sua carreira, passaremos a apresentar os elementos contidos na Resolução nº 2, de 28 de maio de 2009 (Resolução nº 2/2009) do Conselho

Nacional De Educação (CNE), redigido pela Câmara de Educação Básica (CEB) que versa sobre a carreira e remuneração dos profissionais do magistério da Educação Básica, especialmente sobre as categorias que pretendemos analisar, conforme apresentado no início deste capítulo: vencimento, jornada de trabalho e regime de contratação.

O primeiro artigo enfatiza que os Planos de Carreira e Remuneração para os Profissionais do Magistério Público da Educação Básica, nas redes de ensino da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, deverão observar as Diretrizes fixadas por esta Resolução, elaboradas com base no Parecer CNE/CEB nº 9/2009.

Dessa forma, ela trata como profissionais do magistério aqueles que desempenham as atividades de docência e as funções de suporte pedagógico à docência, isto é, direção ou administração, planejamento, inspeção, supervisão, orientação e coordenação educacionais, exercidas no âmbito das unidades escolares de Educação Básica, nos diferentes níveis e modalidades.

Sobre a remuneração, a resolução sobre as diretrizes de carreira, estabelece a necessidade de que seja condigna, com vencimentos ou salários iniciais, nunca inferiores ao estabelecido na Lei do Piso.

Ainda considera, para efeitos de remuneração, o contido no artigo 22 da Lei 11.494/07 (Lei do FUNDEB), que versa sobre a parcela destinada à remuneração dos profissionais da educação, no mínimo 60%, e também no que está definido na LDB quanto ao percentual da receita arrecadada pelos entes federados no investimento em educação, sendo União não menos que 18% e Estados e Municípios não menos que 25%. Todavia, este último dependerá da capacidade de arrecadação dos diferentes entes federados; portanto, existem casos em que todo o fundo é utilizado para pagar folha de pagamento.

A Resolução destaca ainda, a equiparação salarial do profissional do magistério com outras carreiras do serviço público as quais exigem o mesmo nível de mesma formação no mesmo ente federado. Ela também contempla a ideia de que a progressão salarial na carreira deve articular-se com a titulação, experiência, desempenho e aperfeiçoamento profissional e considera que a valorização por tempo de serviço, deve observar a revisão anual do valor dos vencimentos como forma de preservar o poder aquisitivo dos professores.

Sobre a jornada de trabalho, determina uma jornada de trabalho preferencialmente em tempo integral de, no máximo, 40 (quarenta) horas semanais e com destinação, paulatinamente, de parte da jornada para as ocupações previstas para hora/atividade, tais como: preparação de aulas, avaliação dos estudantes, reuniões escolares, formação continuada, garantindo, no mínimo, os percentuais da jornada que já vêm sendo destinados para estas finalidades pelos diferentes sistemas de ensino.

Nesse sentido, o cumprimento da Lei do Piso atende melhor as expectativas dos docentes. No entanto, cabe salientar que quanto a redação das diretrizes, esse elemento constante na Lei do Piso, estava aguardando julgamento do STF.

O artigo 5º frisa a responsabilidade da União, Estados, Distrito Federal e Municípios em observar as diretrizes da Resolução, nesse caso em especial, em determinar a realização de concurso público para ingresso e contratação de professores. No entanto, em sua redação ressalta a existência, de um quadro de professores temporários, conforme segue:

III - determinar realização de concurso público de provas e títulos para provimento qualificado de todos os cargos ou empregos públicos ocupados pelos profissionais do magistério, na rede de ensino público, sempre que a vacância no quadro permanente alcançar o percentual que possa provocar a descaracterização do projeto político-pedagógico da rede de ensino, nos termos do Parecer CNE/CEB nº 9/2009, assegurando-se o que determina o artigo 85 da Lei nº 9.394/96, o qual dispõe que qualquer cidadão habilitado com a titulação própria poderá exigir a abertura de concurso público de provas e títulos para cargo de docente de instituição pública de ensino que estiver sendo ocupado por professor não concursado, por mais de seis anos. (BRASIL, 2009)

Como podemos observar, as diretrizes de carreira são bastante completas no que se refere à remuneração dos docentes, pois enfatiza o cumprimento da lei do piso, bem como a importância da equiparação salarial com as demais profissões que exigem o mesmo nível de formação. As diretrizes reafirmam ainda a destinação dos percentuais previstos no FUNDEB para pagamento dos salários dos profissionais da educação.

Também há na resolução diretrizes claras quanto à jornada de trabalho de no máximo 40 horas com defesa explícita da destinação de parte da jornada para hora-atividade, bem como a defesa do ingresso na carreira via concurso público, que é considerado um provimento qualificado aos cargos e empregos públicos.

Portanto, todos esses componentes apresentados são requisitos mínimos para valorização profissional e que deveriam ser cumpridos pelos governos, porém as análises que fazemos nos permitem afirmar que para que as diretrizes sejam seguidas, há grande necessidade de pressão do magistério via seus sindicatos.

De acordo com a Lei n.º 13.005/14, que trata sobre o Plano Nacional de Educação (PNE), o artigo 2º versa que são diretrizes do PNE a “IX - valorização dos (as) profissionais da educação” e para tanto desdobra essa diretriz em pelo menos quatro grandes metas, sendo as metas 15 e 16 especificamente sobre a formação dos professores da educação básica e as metas 17 e 18 que tratam das questões salariais e de carreira, tais como jornada e provimento de cargo, nesse sentido, as metas 17 e 18 são essenciais para a compreensão da valorização docente no escopo das variáveis que estamos trabalhando nesta tese, essas metas são:

Meta 17: valorizar os (as) profissionais do magistério das redes públicas de educação básica de forma a equiparar seu rendimento médio ao dos (as) demais profissionais com escolaridade equivalente, até o final do sexto ano de vigência deste PNE.

Meta 18: assegurar, no prazo de 2 (dois) anos, a existência de planos de Carreira para os (as) profissionais da educação básica e superior pública de todos os sistemas de ensino e, para o plano de Carreira dos (as) profissionais da educação básica pública, tomar como referência o piso salarial nacional profissional, definido em lei federal, nos termos do inciso VIII do art. 206 da Constituição Federal. (BRASIL, 2014)

As metas 17 e 18, apresentam estratégias específicas como veremos a seguir.

A meta 17 apresenta quatro grandes estratégias. A primeira versa especificamente sobre o piso salarial e na constituição de um fórum permanente para acompanhamento e atualização do piso salarial. A segunda estratégia refere-se ao papel do fórum de acompanhamento e atualização do piso salarial no acompanhamento da evolução salarial por meio de indicadores da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). A terceira estratégia trata da implementação dos planos de carreira, agora tomando como referência os critérios da lei do piso e versa também sobre a implantação gradual do cumprimento da jornada de trabalho em um único estabelecimento escolar. E por fim, a ampliação da assistência financeira específica da União aos entes federados para implementação de políticas de valorização dos (as) profissionais do magistério, em particular o piso salarial nacional profissional.

Já a meta 18 se desdobra em diversas estratégias, porém as que se debruçam sobre as variáveis da valorização profissional e condições de trabalho que estão sendo estudadas nesta tese são os concursos e a vencimento dos professores via estabelecimento dos planos de carreira e assim elas estão dispostas:

18.3 Realizar, por iniciativa do Ministério da Educação, a cada dois anos a partir do segundo ano de vigência deste PNE, prova nacional para subsidiar os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, mediante adesão, na realização de concursos públicos de admissão de profissionais do magistério da Educação Básica pública. Repasse de transferências federais voluntárias, na área de educação, aos sistemas de ensino que tenham aprovado lei estabelecendo planos de Carreira para os (as) profissionais da educação;

(...)

18.7 Priorizar o repasse de transferências federais voluntárias, na área de educação, para os Estados, o Distrito Federal e os Municípios que tenham aprovado lei específica estabelecendo planos de Carreira para os (as) profissionais da educação. (BRASIL, 2014)

Pelo que se percebe, o PNE buscou reforçar aspectos importantes da valorização profissional, como garantia de aplicação do valor mínimo do piso salarial, bem como ações que incentivam a implantação de planos de carreira. Boa parte daquilo que entendemos por condições de trabalho, como jornada de trabalho, vencimentos, regime de contratação, deverão constar nos planos de carreira de cada sistema de ensino, aspectos esses fundamentais para a melhoria da qualidade educacional e do trabalho docente.

4.3 A CONJUNTURA DO TRABALHO E DA CARREIRA DOCENTE A PARTIR DAS CATEGORIAS: VENCIMENTO, JORNADA DE TRABALHO E REGIME DE CONTRATAÇÃO

A seguir, buscaremos apresentar e refletir sobre algumas variáveis que caracterizam as condições de trabalho e carreira dos professores, tais como: vencimentos, jornada de trabalho e regime de contratação, por considerá-las entre tantas outras, principais elementos para a composição da valorização profissional.

Para a compreensão de vencimento, utilizamos o conceito apresentado por Camargo (2010) no qual o autor faz a distinção entre salário, vencimento e remuneração, vejamos:

O “salário” é definido juridicamente como o montante ou retribuição paga diretamente pelo empregador ao empregado pelo tempo de trabalho realizado – em geral, em relação ao número de horas-aula – nos termos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Já o termo “vencimento” é definido legalmente (Lei nº 8.112 de 11/12/90, art. 40) como “retribuição pecuniária pelo exercício de cargo público, com valor fixado em lei”. Os “vencimentos” dos cargos efetivos são irredutíveis e, para cargos de mesma atribuição ou de atribuição semelhante na mesma esfera administrativa, é garantida sua isonomia. O conceito de “remuneração”, por sua vez, pode ser definido como o montante de dinheiro e/ou de bens pagos pelo serviço prestado (por exemplo, cestas básicas), incluindo valores pagos por terceiros. A “remuneração” é a soma dos benefícios financeiros, dentre eles, o “salário” ou “vencimento”, acordada por um contrato assinado entre empregado e empregador, tendo como base uma jornada de trabalho definida em horas-aula. (CAMARGO, 2010, s/p.)

Dessa maneira, a retribuição pecuniária básica do servidor público é o vencimento e a soma do vencimento mais benefícios ou gratificações compõem a remuneração.

A fim de verificarmos melhor a conjuntura de trabalho e carreira no cenário nacional, utilizamos como fonte os dados do documento Linha de Base elaborado pelo INEP que apresenta um panorama descritivo e diagnóstico da situação atual das metas do PNE. Esse material oferece contribuição para subsidiar o acompanhamento e avaliação do PNE. (BRASIL, 2015).

Também utilizamos a Sinopse Estatística do Professor do ano de 2014, dados esses sistematizados pelo INEP, uma vez que o documento Linha Base não apresenta dados sobre a jornada de trabalho dos professores.

E por fim, para ilustrar a questão do regime de contratação, utilizamos os dados provenientes do questionário do professor da Prova Brasil de 2011.

Na questão salarial dos docentes da educação pública no Brasil, o material do documento Linha de Base traz demonstrativos e comparações entre salário de docentes e não docentes, porém com escolaridades equivalentes, neste sentido o documento faz um diagnóstico sobre a equiparação salarial destacada na meta 17 do PNE.

A seguir verificamos, no gráfico 1, os dados a partir da razão entre salário médio de professores e não professores:

GRÁFICO 1 – RAZÃO ENTRE O SALÁRIO MÉDIO DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA DA REDE PÚBLICA (NÃO FEDERAL) E O SALÁRIO MÉDIO DE NÃO PROFESSORES, COM ESCOLARIDADE EQUIVALENTE – BRASIL

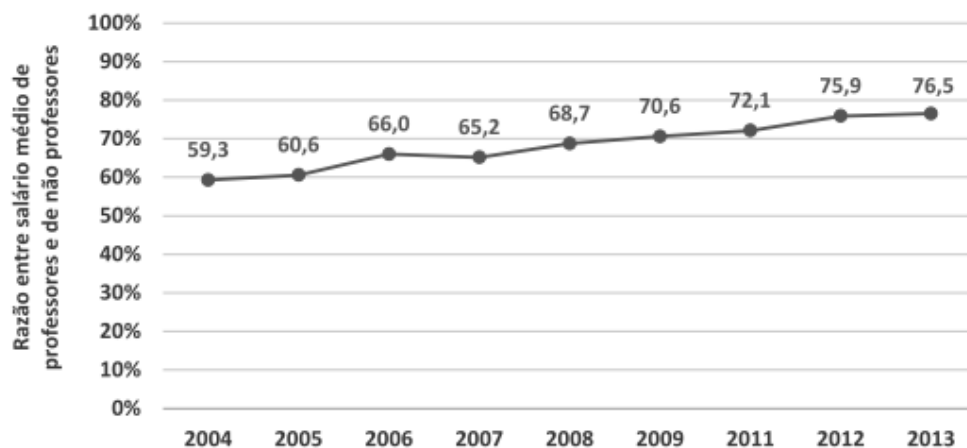


GRÁFICO 1 Razão entre o salário médio de professores da educação básica da rede pública (não federal) e o salário médio de não professores, com escolaridade equivalente – Brasil

Fonte: Pnad/IBGE. Elaborado pela Dired/Inep.

O gráfico anterior nos permite perceber que entre 2004 e 2013 ocorreu uma aproximação de percentual entre os salários de docentes e não docentes, no entanto é evidente que não há igualdade entre os salários dos profissionais com o mesmo nível de formação.

Na tabela sobre salário médio em valores constantes em 2013, entre docentes e não docentes, apresentada no documento Linha de Base mostra que houve significativo aumento salarial dos professores e progressiva aproximação entre os salários.

TABELA 1 - SALÁRIO MÉDIO DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA DA REDE PÚBLICA (NÃO FEDERAL) E SALÁRIO MÉDIO DE NÃO PROFESSORES, COM ESCOLARIDADE EQUIVALENTE, EM VALORES CONSTANTES DE 2013 - BRASIL

Descrição	Ano									
	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012	2013	
Professores	1.856,09	1.887,36	2.049,24	2.025,03	2.128,23	2.102,61	2.330,85	2.419,28	2.464,63	
Não professores	3.131,55	3.116,39	3.105,29	3.108,23	3.096,23	2.978,23	3.233,11	3.188,44	3.221,50	
Indicador 17	59,3%	60,6%	66,0%	65,2%	68,7%	70,6%	72,1%	75,9%	76,5%	

Fonte: Pnad/IBGE. Elaboração: Dired/Inep.

Nota: Valores corrigidos pelo IPCA/IBGE.

Quando analisamos os dados relativos de docentes e não docentes na Região Sul do Brasil, verificamos que o Estado do Paraná apresenta um percentual mais próximo dos salários dos não docentes, vejamos:

TABELA 2 - SALÁRIO MÉDIO DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA DA REDE PÚBLICA (NÃO FEDERAL) E SALÁRIO MÉDIO DE NÃO PROFESSORES, COM ESCOLARIDADE EQUIVALENTE, EM VALORES CONSTANTES DE 2013 - REGIÃO SUL

UFs	Descrição	Ano								
		2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012	2013
PR	Professores	2.036,08	1.989,13	2.058,59	2.131,23	2.233,24	2.429,40	2.564,89	2.633,17	2.723,55
	Não professores	2.757,07	2.829,59	2.722,06	2.806,02	2.771,74	2.780,15	2.773,69	2.976,43	3.031,58
	Indicador	73,80%	70,30%	75,60%	76,00%	80,60%	87,40%	92,50%	88,50%	89,80%
SC	Professores	1.579,73	1.854,19	1.904,14	1.770,28	1.845,82	1.989,31	1.966,55	2.252,93	2.337,39
	Não professores	2.612,66	2.790,16	2.504,20	2.770,60	2.748,78	2.599,64	2.960,38	2.631,17	2.654,11
	Indicador	60,50%	66,50%	76,00%	63,90%	67,20%	76,50%	66,40%	85,60%	88,10%
RS	Professores	1.942,93	1.977,01	2.062,30	2.000,58	2.230,37	2.154,57	2.345,16	2.537,85	2.644,08
	Não professores	3.003,97	2.989,75	2.958,07	2.845,06	3.078,27	2.797,46	3.113,02	3.016,19	3.170,97
	Indicador	64,70%	66,10%	69,70%	70,30%	72,50%	77,00%	75,30%	84,10%	83,40%

Fonte: Pnad/IBGE. Elaboração: Dired/Inep.
Nota: Valores corrigidos pelo IPCA/IBGE.

Os dados apresentados são significativos para a compreensão da política de remuneração docente no Brasil, uma vez que demonstra que houve avanço nos últimos anos em relação à questão salarial dos docentes. No Estado do Paraná, especificamente na rede estadual, a questão da equiparação salarial entre os servidores públicos estaduais com o mesmo nível de formação, foi pauta da APP-Sindicato que levou a ações de campanhas e processo de negociação com os governos, sobre essa reivindicação e o seu processo de negociação junto aos governos trataremos detalhadamente no capítulo 5.

No que se refere à jornada do trabalho docente, ela é compreendida como fator relevante e decisivo na construção de uma política educacional de valorização docente.

Para Dal Rosso (2010), a jornada de trabalho pode ser compreendida como:

Tempo gasto pelo indivíduo em atividade laboral durante o dia, semana, mês, ano ou vida. Estabelecendo o critério de trabalho como parâmetro, a vida de um indivíduo pode ser dividida entre tempo gasto em trabalho e tempo gasto na realização de outras atividades. Conceituar, pois, o que seja trabalho e distingui-lo de outras atividades é um ato cognitivo pleno de implicações. Não basta afirmar que trabalho é atividade remunerada, porquanto, muitas atividades não remuneradas constituem trabalho, tais como a atividade da mãe de família e faina do professor que prepara aulas,

corrige provas, muitas das quais não pagas. Trabalho é toda a transformação da natureza, realizada pelos seres humanos com o apoio de meios e instrumentos e voltada intencionalmente para a perpetuação da vida e a reprodução da sociedade. (DAL ROSSO, 2010, s/p.)

Neste sentido, é todo aquele tempo empregado em trabalho, na definição do autor, não aparece a ideia atrelada a contratos e regimes de trabalho. Podemos dizer que a jornada de trabalho, no caso do professor, não se limita apenas àquele momento em que está desenvolvendo seu trabalho de interação com os estudantes, ou ainda, sem a interação, mas como momento de planejamento, formação e preparação de aulas, a hora/atividade.

Mesmo concordando com o autor quanto à concepção de trabalho e à definição do tempo do trabalho, é necessário empregar, neste estudo, a relação de jornada de trabalho com carga horária semanal destinada ao exercício da docência, de acordo com os preceitos jurídicos previstos nas legislações sobre carreira, conforme relata Schwarz (2011) que corresponde ao período de tempo contratual e legal, diário e semanal, no qual o empregado mediante salário permanece à disposição de seu empregador. Ou ainda, como descreve Teixeira (2010) sobre a carga horária semanal:

Designa a totalidade do tempo de trabalho do professor, em uma ou mais escolas, turmas e turnos escolares, períodos nos quais os docentes assumem uma ou mais disciplinas e conteúdos didático-pedagógicos, tarefas e responsabilidades profissionais. Trata-se do conjunto dos períodos de tempo – reais e virtuais - nos quais o docente desenvolve atividades relativas ao seu trabalho, sejam elas diretamente com os estudantes nas escolas, sejam em outros espaços onde as realizem. (TEIXEIRA, 2010, s/p.)

A partir de dados sobre a quantidade de estabelecimentos de ensino em que trabalham e a quantidade de turnos em que exercem a docência, faremos uma inferência sobre jornada de trabalho dos professores brasileiros.

TABELA 3 - NÚMERO DE FUNÇÕES DOCENTES NA EDUCAÇÃO BÁSICA POR QUANTIDADE DE ESTABELECIMENTOS EM QUE LECIONAM, SEGUNDO REGIÃO GEOGRÁFICA E UNIDADE DA FEDERAÇÃO - 2014

Unidade da Federação	Funções Docentes na Educação Básica					
	Total	Quantidade de Estabelecimentos				
		1 Estabelecimento	2 Estabelecimentos	3 Estabelecimentos	4 Estabelecimentos	5 ou mais Estabelecimentos
Brasil	2.190.743	1.715.650	389.163	65.250	15.021	5.659
Sul	328.871	246.152	65.884	12.966	2.980	889
Paraná	130.659	95.548	26.165	6.625	1.779	542
Santa Catarina	78.106	60.416	14.084	2.768	628	210
Rio Grande do Sul	120.106	90.188	25.635	3.573	573	137

FONTE: SINOPSE ESTATÍSTICA DA EDUCAÇÃO BÁSICA 2014. INEP

Na tabela anterior verificamos que a maioria significativa dos docentes brasileiros trabalham em 1 estabelecimento de ensino, o mesmo ocorre na Região Sul e especificamente no Paraná, mesmo não sendo possível dizer se essa maioria apresenta apenas um ou dois padrões/ jornadas, percebe-se que uma maior parcela leciona em apenas uma escola, demonstrando dessa maneira a possibilidade de uma das defesas histórias da CNTE que é a dedicação exclusiva a uma única rede e estabelecimento de ensino.

No que se refere à quantidade de turnos em que trabalham temos outra tabela que pode nos ajudar a entender um pouco mais sobre a jornada de trabalho dos professores brasileiros, vejamos:

TABELA 4 - NÚMERO DE FUNÇÕES DOCENTES NA EDUCAÇÃO BÁSICA POR QUANTIDADE DE TURNOS EM QUE LECIONAM, SEGUNDO REGIÃO GEOGRÁFICA E UNIDADE DA FEDERAÇÃO - 2014

Unidade da Federação	Funções Docentes na Educação Básica			
	Total	Quantidade de Turnos		
		1 Turno	2 Turnos	3 Turnos
Brasil	2.190.743	1.348.529	710.681	131.533
Sul	328.871	176.197	124.849	27.825
Paraná	130.659	69.401	50.280	10.978
Santa Catarina	78.106	39.409	30.809	7.888
Rio Grande do Sul	120.106	67.387	43.760	8.959

FONTE: SINOPSE ESTATÍSTICA DA EDUCAÇÃO BÁSICA 2014. INEP

É possível afirmar que a maior parte dos professores no Brasil e nos Estados, trabalham em apenas um turno, e inferir que a jornada de trabalho dos docentes da maior parcela seja menor que 40 horas semanais, haja vista, a quantidade de

turnos. No caso do Estado do Paraná vemos uma aproximação numérica de quase 30% entre aqueles que trabalham de um turno e dois turnos.

As formas de contratação pelos sistemas e redes de ensino também revelam, no âmbito da valorização profissional, estratégias de fortalecimento da carreira. No Brasil, é possível indicar três possibilidades de contratação no serviço público brasileiro, ou seja, via concurso público com regime estatutário, via concurso público com regime celetista e contratação temporária via regime celetista. No Estado do Paraná, há duas formas de contratação de professores, a primeira é via concurso público e é regida pelo sistema estatutário, a outra é via processo seletivo, para contratos temporários, esses são regidos pela CLT, neste caso aproximadamente 30% do quadro do magistério é ocupado por contratos temporários. De acordo com Tavares (2010) isso significa que:

O regime celetista submete os trabalhadores do setor público à disciplina jurídica aplicável ao âmbito privado, salvo no que se refere às garantias constitucionais instituídas em favor daqueles, como a impossibilidade de rescisão do contrato de trabalho em decorrência de um juízo de conveniência e oportunidade do empregador. Com efeito, é importante observar que a adoção das normas da CLT para os servidores públicos não afasta dispositivos como o artigo 41 da Constituição, cuja norma assegura estabilidade, após um triênio de efetivo exercício, aos trabalhadores nomeados para cargos públicos de provimento efetivo em virtude de concurso público. Por meio do regime jurídico estatutário, estabelece-se entre Estado e trabalhador um vínculo peculiar em relação às normas trabalhistas atinentes ao setor privado. Antes de uma relação jurídica de ordem contratual, ancorada na clivagem entre capital e trabalho, o liame entre servidor público e a administração, nesse regime jurídico, constitui-se com vistas à consecução de interesses e direitos revestidos de alcance geral, de modo que a ênfase recai sobre normas que protegem o serviço público, antes de mandamentos especificamente associados aos vínculos laborais que se estabelecem entre o servidor e o Estado. (TAVARES, 2010, s/p.)

A maior parte dos dados trazidos pela PROVA BRASIL 2011, destaca que o percentual maior se dá na contratação estatutária, ou seja, 67%, seguido da contratação temporária com 20% e 7% via CLT.

Observamos nesse sentido que além do percentual estatutário ser maior no tipo de contrato dos docentes brasileiros, o que evidencia uma perspectiva de valorização profissional, há também um percentual significativo quanto ao tipo de contrato temporário, o que é por consequência instabilidade no serviço público.

De maneira geral, podemos dizer que a conjuntura do trabalho e da carreira docente a partir das categorias vencimento/salário, jornada de trabalho e regime de contratação, apresentam demandas que exigem um significativo conjunto de ações das entidades sindicais rumo à melhoria das condições de trabalho dos professores brasileiros, vamos evidenciar cada um dos desafios a partir de suas categorias.

No caso da remuneração verificamos que ainda há o que avançar no quesito da equiparação salarial com as outras profissões, para Alves e Pinto (2011) esse patamar salarial ainda está muito aquém do rendimento mensal de outras profissões, com o mesmo nível de formação como advocacia, jornalismo, medicina, odontologia, entre outras.

Nesse sentido, mesmo que a Lei do Piso tenha instituído um piso salarial, o qual impõe que nenhum professor da rede pública de educação básica deva receber menos por uma jornada de 40 horas, o que significa o mínimo de dignidade para aqueles que atuam na profissão, ainda assim, há muito que ser feito, em termos de valorização salarial.

Um indicativo disso é própria a Meta 17 do PNE, que aponta a necessidade de valorizar os profissionais do magistério de educação básica de forma a equiparar seu rendimento médio ao dos demais profissionais com escolaridade equivalente até o final do sexto ano de vigência deste PNE.

Dessa maneira, o desafio dos sindicatos é acompanhar as ações que viabilizem as estratégias que visam à efetivação da meta proposta no PNE.

No que tange à jornada de trabalho, percebemos pelos dados demonstrados que a maior parcela dos professores brasileiros e em especial no Estado do Paraná, atua em apenas uma escola, mesmo que não seja possível afirmar a carga horária de trabalho no estabelecimento, verifica-se ainda, que a maior parte dos professores atua em um turno de trabalho; a partir desses dados podemos inferir que a jornada de trabalho desses professores não pode ser maior que 20 ou 25 horas semanais de trabalho.

Por fim, os dados quanto aos tipos de contratação demonstram que pelo menos 27% dos professores da educação básica pública não são contratados pelo regime estatutário. Assim, fica o desafio para os sindicatos que agregam a representatividade desses trabalhadores, a necessidade de acompanhar com

especial atenção as diferentes demandas de cada tipo de vínculo de sua base, especialmente no que se refere aos direitos trabalhistas.

De modo geral, percebemos a existência, de mecanismos que buscam garantir a valorização docente, muitos se constituem em dispositivos presentes na legislação, o que por si só já representam o resultado de disputas políticas entre as entidades de representação dos trabalhadores da educação e os governos.

No entanto, a disputa pela agenda política e a efetivação dos dispositivos legais não se encerram na instituição de mecanismos legais, pelo contrário continuam a demandar ações sindicais para garantia da efetividade da legislação.

5 CARACTERIZAÇÃO DA APP-SINDICATO E A ARTICULAÇÃO COM A TRAJETÓRIA DO SISTEMA PÚBLICO DE ENSINO NO PARANÁ

Como já registrado anteriormente, os dados foram compilados a partir do Jornal 30 de agosto, fonte documental, haja vista que a entidade, em sua história de quase 70 anos, em boa parte desse tempo, organizou sua demanda de modo peculiar e sem necessariamente, protocolar suas reivindicações no poder público. A dinâmica da APP-Sindicato era coletar juntos aos núcleos sindicais suas demandas, aprová-las em suas instâncias deliberativas e iniciar o processo de negociação.

Outra característica que marcava essa forma de organização eram as diversas demandas que surgiam no decorrer do ano, fazendo com que o movimento das reivindicações fosse frequentemente modificado com inserções de outras novas demandas.

No entanto, nos últimos anos, a partir de 2011, a entidade passou a formalizar sua pauta em documento protocolado no governo do Estado, e estes documentos também foram utilizados nesta tese para reunir os dados.

As reivindicações de cada ano têm uma sistemática organizada pela instituição que segue os seguintes passos e critérios: cada um dos 29 núcleos realiza assembleias com a categoria pertencente a sua jurisdição para coletar e debater as principais necessidades dos trabalhadores a partir de suas realidades; após esse processo, os núcleos enviam para a direção estadual suas contribuições.

Na sequência, o Conselho Estadual (instância de deliberação do sindicato) debate as potencialidades das demandas apresentadas e faz os refinamentos necessários. Após esse trâmite, a pauta de reivindicações segue para a Assembleia Estadual com toda a categoria para debate e aprovação.

A seguir, apresentamos a caracterização da APP-Sindicato, por meio de sua história e estrutura, a partir de dados obtidos em fontes institucionais e da tese de Piton (2004), como forma de situar o campo da pesquisa. Ao mesmo tempo, apresentam-se as características do sistema público de ensino do Paraná no percurso histórico.

A entidade, fundada em 1947, por professores(as) do Colégio Estadual do Paraná e do Instituto de Educação do Paraná, ambos de Curitiba, em 26 de abril foi denominada de Associação dos Professores do Paraná (APP).

A fundação da APP ocorreu na arregimentação dos professores num espaço de agremiação e lazer, segundo PITON (2004, p.177) “A fundação se deu em nome do conagraçamento e do coleguismo, mas o objetivo maior eram as reivindicações políticas e salariais”.

Naquele tempo, entre os finais dos anos de 1940 e durante os anos de 1950 os governadores do Paraná foram: Moisés Lupion (1947-1951), Bento Munhoz da Rocha Neto (1951-1955), Adolfo de Oliveira Franco (1955-1956) e novamente Moisés Lupion/ PSD (1956-1961).

O primeiro momento de enfrentamento político da APP aconteceu em 1951 quando ocorreu uma passeata com mais de mil e quinhentas professoras primárias da rede estadual que reivindicavam a criação de uma lei para regulamentar a profissão já que, na época, na rede estadual, havia apenas leis que regiam o trabalho e carreira dos professores de estabelecimento secundaristas, era a Lei Estadual nº 28/1948 que regulava o trabalho dos professores catedráticos dos estabelecimentos secundaristas e a Lei nº 119/1948 que instituiu a Carreira dos professores dos estabelecimentos dos secundaristas. (anexo 1)

Em abril de 1951, o governo criou a Lei Estadual nº 644 que oportunizou uma nova composição no Quadro do Ensino Primário e Profissional, fazendo as professoras primárias serem enquadradas na função de normalistas e regentes de ensino, além de instituir critérios de ingresso na carreira e formas de avanços e gratificações.

Quanto à organização do Sistema Escolar Público do Paraná, na época supramencionada, recorremos ao relatório elaborado por Erasmo Pilotto para a Campanha de Inquéritos e Levantamentos sobre o Ensino Médio e Elementar (CILENE) do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos do Ministério da Educação em 1954.

No final da década de 40 e década de 50, o sistema escolar paranaense era bastante conservador, principalmente no que se refere aos planos e programas de ensino, conforme relato: “Ao professor é proibido: Saltear, inverter e suprimir a ordem de colocação dos pontos das diferentes matérias consignadas no programa oficializado”. (PILOTTO, 1954, p.69).

O quadro de matrículas no ensino primário registrava que o número geral, isto é, a dos alunos que se apresentavam no início do ano de 1947, para a

matrícula, era de 108.158 alunos, enquanto que a matrícula efetiva daqueles que passavam a frequentar regularmente as classes era de 78.955 alunos. Uma diferença de 29.203 alunos, ou seja, 27,2% sobre o total¹².

O curso primário era bastante precário nas cidades do interior do Estado, sobretudo nas áreas rurais, e uma coleção de cartas enviadas por professoras ao secretário estadual de educação relatava os problemas de manter bons níveis de ensino e aprovação, devido às situações e dificuldades das famílias de comprar materiais, agasalhos, para as crianças frequentarem as escolas, pois precisavam ajudar os pais nas lavouras ou em outros trabalhos, ou ainda, porque a escola era bastante distante das moradias dos estudantes. Ainda assim, o relatório destacava-se por apresentar a existência da falta de vagas para as crianças nas escolas.

O documento também enfatizava que o maior número de professoras com formação adequada (normalista) estava em Curitiba e que na capital os salários das docentes eram mais altos, em detrimento das professoras do interior do Estado. De acordo com o relatório, os cursos normais ofertados no Estado eram bastante elitizados.

Quanto ao ensino secundário, relatava uma significativa expansão da rede de estabelecimentos em todo o Estado. Porém, o primeiro passo teria sido a criação de estabelecimentos particulares, ou seja, a expansão via sistema privado, de forma a atender à solicitação cada vez maior dos pais que desejavam uma escola secundária para seus filhos.

Entre 1949 e 1950, o governo do Estado, ampliou de modo significativo a sua rede de ginásios no interior. Os números, a seguir, dão ideia desse processo:

No ano de 1948, antes de assumirmos a Secretaria de Educação e Cultura, havia no Estado 50 ginásios, dos quais apenas 10 eram ginásios do Estado, e ainda estes sujeitos ao pagamento de taxas escolares. Os 40 restantes pertenciam, 26 a particulares e 14 aos municípios. Em todos eles o regime de taxas era sempre elevado, contribuindo ainda mais para tornar os nossos cursos secundários verdadeiras escolas de classe. Ao deixarmos a Secretaria, dois anos depois, a situação verdadeiramente inverteu-se, havendo então, pelo Estado todo, 70 ginásios, dos quais 24 particulares e 46 estaduais. A isso acrescentamos o fato de que encontramos 6 escolas para a formação do magistério primário e deixamos 41, aumentando as

¹² De acordo com MAGALHÃES E KLEINKE (2000) a população total do estado do Paraná no início da década de 1950 era de 2.115.547.

possibilidades para a adolescência do Paraná de prosseguir a sua formação além da escola primária. Desse modo, conseguimos elevar os alunos que frequentavam cursos oficiais de grau médio, em dois anos apenas, de 5.033, para 10.540. (PILOTTO, 1954, p.89)

Nos anos seguintes, os esforços do Sistema Estadual concentraram-se na oferta e abertura de cursos profissionalizantes, sobretudo àqueles associados ao Sistema “S”.

Em 1955, ocorre a reestruturação da carreira dos professores da rede estadual, por meio da Lei Estadual nº 2481/1955, do magistério primário, profissional, secundário e normal do Estado.

Nos anos seguintes, mais especificamente em 1963, a APP realizou a primeira greve estadual da entidade, denominada de Operação Tartaruga, que tinha como mote principal o aumento salarial, sendo que essa greve se encerrou com a conquista de gratificação para professoras primárias sem habilitação e regentes de 20% e para normalistas de 25%.

No ano de 1968, aconteceu a segunda greve da categoria que foi denominada de Congresso do Magistério, como estratégia para escapar da repressão em plena Ditadura Militar. Nessa greve, a categoria conquistou do governo a promessa de implantar um plano de carreira; porém, tal compromisso não se efetivou. Somente oito anos mais tarde, em 1976, foi criado o Estatuto do Magistério, que indicava um quadro de carreira para os professores.

Na década de 1960 governaram o estado do Paraná, Ney Amintas de Barros Braga, do PDC (1961-1965) e Paulo Cruz Pimentel, do PTN (1966-1971).

De acordo com Valério (2007) *apud* Ratto (1994) o Paraná dos anos de 1960 apresentava crescimento populacional. A população paranaense girava em torno de 4 milhões de habitantes, sobretudo nas áreas rurais, por conta do plantio de café, que atraía pessoas de todo o país. O desafio do Estado era crescer economicamente tanto na agricultura como na industrialização, porém com a crescente demanda social, o número de escolas era insuficiente para o atendimento da classe trabalhadora.

Segundo Valério (2007, p.43), como forma de corrigir essa demanda, o governo do Estado ampliou o número de estabelecimentos escolares, conforme destaca:

Nesse período, estava em vigência a formulação da LDB 4.024/64, que, como já visto, determinava para o ensino primário a duração de seis anos, o que antes ocorria em quatro. Com essa lei, tinha-se o propósito de ensinar, nos dois últimos anos, conhecimentos das atividades agrárias e industriais que preparavam o aluno para o trabalho remunerado. Portanto, para o período de 1965 a 1967, no Paraná, estabeleceu-se um programa de construção de 3.160 salas de aula, das quais 1.139 para o ensino primário rural, 1.146 para o ensino primário urbano e 617 para os outros ramos (PARANÁ, 1965).

Nesse período, também foram criados o programa Mobilização Estadual Contra o Analfabetismo (MECA) e a criação da Fundação Educacional do Estado do Paraná (FUNDEPAR), órgão com o objetivo de colaborar com as condições materiais necessárias a uma rede escolar estadual mais eficiente em parceria com a Secretaria de Educação (SEED) e foi ampliado o programa da merenda escolar. (VALÉRIO, 2007).

Quanto ao ensino de 2º grau, o Paraná possuía a maior rede de estabelecimentos no Brasil, com 115 ginásios e 26 colégios, com um acréscimo de 17 novas unidades entre os anos de 1963 a 1964. O ensino comercial contava com 54 colégios estaduais e três ginásios comerciais. (VALÉRIO, 2007).

Na década de 1970, os governadores do Estado foram todos do partido ARENA que foi um partido de sustentação do regime militar.

No sistema público de ensino do Paraná, permaneceu a política de expansão do ensino, ampliando significativamente o ensino de 2º grau, em conformidade com a Lei 5692/71. Nessa época, a população do Paraná já beirava os 7 milhões de habitantes.

As diretrizes para a educação no Estado seguiram acompanhando a política nacional de formação de mão de obra para o mercado de trabalho e, nesse sentido, o governo do Estado também passou a implementar o ensino técnico.

Dessa maneira, como forma de efetivar as determinações da nova lei e atender a demanda populacional que chegava às escolas, o estado aplicou medidas de racionalização de recursos e formação de professores.

Segundo Valério (2007, p.47):

(...) era necessária uma verdadeira reforma nos quadros administrativos, infraestruturais e de formação de professores, ou seja, “racionalização do uso de recursos humanos, físicos e financeiros, para maximizar a taxa de escolarização. Tratou-se de implementar um ‘planejamento de recursos’ para alcançar fins tomados como dados; isto é, dado o objetivo de atender

100% da população escolarizável agora de oito anos e demandas mais complexas, por ensino de segundo grau. (VALÉRIO, 2007, p.47)

Em 1976, foi criado o Estatuto do Magistério com o objetivo de organizar o Magistério Público do ensino de 1º e 2º Graus, por meio da Lei Complementar 7/1976 que estabeleceu o regime jurídico do pessoal do Magistério Público, Quadro Próprio do Magistério, instituindo assim, o plano de carreira dos professores da rede estadual que vigorou até 2004. O Estatuto do Magistério é vigente até hoje, o que alterou-se foi o plano de carreira.

Por ter sido elaborado em plena ditadura militar, eram perceptíveis as nuances do autoritarismo político militar na forma de orientar ideologicamente a profissão dos docentes, delimitando critérios para o exercício da profissão, tais como: patriotismo, civismo, dignidade, moralidade, entre outros.

No entanto, mais especificamente em termos de carreira, o estatuto definiu as principais categorias da profissão, entre elas, a compreensão de pessoal do magistério:

Art. 2º. Para efeitos desta lei, entende-se:

I - por pessoal de Magistério, o conjunto de Professores e Especialistas de Educação que, nos complexos ou unidades escolares e demais órgãos de educação, ministra, assessora, planeja, programa, dirige, supervisiona, inspeciona, coordena, acompanha, controla, avalia e/ou orienta a educação sistemática, assim como os que colaboram diretamente nessas funções, sob sujeição às normas pedagógicas e às disposições deste Estatuto.

II - Por Professor, genericamente, todo ocupante de cargos de docência;

III - Por atividades do Magistério, aquelas inerentes à educação, nelas incluídas a direção, o ensino e a pesquisa.

Art. 3º. O Pessoal do Magistério compreende as categorias seguintes:

I - Pessoal Docente;

II - Pessoal Especialista. (PARANÁ, 1976)

A classificação e definição dos cargos, classes, grupos e serviços previstos na carreira, conforme:

Art. 9º. Para os efeitos desta lei:

I - cargo é o conjunto de atribuições e responsabilidades cometidas a um Professor ou Especialista de Educação;

II - classe é um conjunto de cargos com vencimento ou remuneração fixados segundo o nível de habilitação, qualificação, volume de trabalho e grau de responsabilidade;

III - série de classe é o conjunto de classes do mesmo gênero de atividades funcionais dispostas hierarquicamente, constituindo a linha vertical da promoção ascensional do Professor ou Especialista de Educação,

escalonados em diferentes níveis, de acordo com o grau de qualificação e atribuições correspondentes, nos termos da Lei Federal nº 5.692/71

IV - grupo ocupacional é o conjunto de atividades correlatas ou afins, quanto à natureza dos respectivos trabalhos ou ao ramo de conhecimento aplicados ao seu desempenho, abrangendo séries de classes ou classes singulares;

V - serviço é a justaposição de grupos ocupacionais, tendo em vista a identidade, a similaridade ou a conexão das respectivas atividades profissionais. (PARANÁ, 1976)

A disposição da carreira dos professores seguia a seguinte organização:

- 1) Níveis de atuação;
- 2) áreas de atuação: 1º grau, 2º grau e especialistas;
- 3) séries de classes;
- 4) níveis de vencimentos;
- 5) referências nas classes;
- 6) carga horária semanal;
- 7) níveis de formação.

Conforme exemplo a seguir:

QUADRO 3 - ESTRUTURA DA CARREIRA DO QUADRO PRÓPRIO DO MAGISTÉRIO DO ESTADO DO PARANÁ, DE ACORDO COM A LEI COMPLEMENTAR Nº 7/1976

QUADRO PRÓPRIO DO MAGISTÉRIO – MP Estruturação da Carreira do Magistério – Grupo Ocupacional: Professor – MPP-100							ANEXO I-A
NÍVEIS DE ATUAÇÃO	CÓDIGOS	ÁREAS DE ATUAÇÃO	SÉRIES DE CLASSES	NÍVEIS DE VENCIMENTOS	AVANÇOS DE CLASSES	CARGA HORÁRIA SEMANAL	NÍVEIS DE FORMAÇÃO (Habilitação Específica)
I	MPP-101	1ª a 4ª Séries do 1º Grau	A	1	A1-A2-A3-A4-A5	22	2º. Grau com três séries.
			B	2	B1-B2-B3-B4-B5	22	2º. Grau com quatro séries ou 2º. Grau com três séries mais um ano de estudos adicionais.
			C	3	C1-C2-C3-C4-C5	22	Superior – Licenciatura de curta duração
			D	4	D1-D2-D3-D4-D5	22	Superior – Licenciatura de Curta Duração mais um ano de estudos adicionais.
			E	5	E1-E2-E3-E4-E5	22	Superior – Licenciatura Plena.
II	MPP-102	1ª a 6ª Séries do 1º Grau	B	2	B1-B2-B3-B4-B5	22	2º. Grau com quatro séries ou 2º. Grau com três séries mais um ano de estudos adicionais.
			C	3	C1-C2-C3-C4-C5	22	Superior – Licenciatura de Curta Duração.
			D	4	D1-D2-D3-D4-D5	22	Superior – Licenciatura de Curta Duração mais um ano de estudos adicionais.
			E	5	E1-E2-E3-E4-E5	22	Superior – Licenciatura Plena.
III	MPP-103	1ª a 8ª Séries do 1º Grau	C	3	C1-C2-C3-C4-C5	22	Superior – Licenciatura de Curta Duração.
			D	4	D1-D2-D3-D4-D5	22	Superior – Licenciatura de Curta Duração mais um ano de estudos adicionais.
			E	5	E1-E2-E3-E4-E5	22	Superior – Licenciatura Plena.
IV	MPP-104	1ª a 8ª Séries do 1º Grau e 1ª a 2ª Séries do 2º Grau	D	4	D1-D2-D3-D4-D5	22	Superior – Licenciatura de Curta Duração mais um ano de estudos adicionais.
			E	5	E1-E2-E3-E4-E5	22	Superior – Licenciatura Plena.
V	MPP-105	1ª e 2ª. Graus completos	E	5	E1-E2-E3-E4-E5	22	Superior – Licenciatura Plena.

FONTE: Anexo da Lei Complementar 7/1976.

Quanto ao regime de contratação, o Estatuto previa o enquadramento no Quadro Próprio do Magistério, com ingresso na carreira via por concurso público:

Art. 19. A realização de concursos públicos para provimento de cargos cabe ao órgão competente do Poder Executivo.

Art. 20. O provimento de cargos em cada nível de atuação será feito mediante concurso público de provas e títulos.

Parágrafo único. Os concursos deverão realizar-se de dois em dois anos, salvo necessidade do ensino, pela ocorrência de vagas, e serão de caráter regional ou Municipal, nos termos do respectivo regulamento.

Art. 21. Das instruções para o concurso, entre outros elementos julgados oportunos, deverão constar: o limite de idade dos candidatos, o número de vagas a serem providas, distribuídas por áreas, especialização e alocação, e o prazo de validade do concurso.

Art. 22. Encerradas as inscrições para concurso destinado ao provimento de qualquer cargo do Quadro Próprio do Magistério, não se abrirão novas antes de sua realização. (PARANÁ, 1976)

Em relação aos vencimentos para uma jornada de 20 horas semanais, o Estatuto previa que:

Art. 62. Haverá uma única tabela de valores e classes, proporcional à carga horária semanal, correspondendo iguais classes de vencimento, independentemente do nível em que atuar o Professor ou Especialista de Educação. (PARANÁ, 1976)

No mais, o Estatuto do Magistério tratou do processo de promoção dos professores, dos requisitos para cumprimento do estágio probatório, dos direitos e vantagens do tempo de serviço, da estabilidade, das licenças, das aposentadorias, entre outras categorias importantes para a carreira docente.

No âmbito sindical, na mesma época, em 1978, verificou-se a eclosão de inúmeras greves, e os professores da cidade de Londrina, de outra entidade da Associação dos Professores Licenciados do Paraná (APLP) decidiram paralisar as atividades e rumaram a Curitiba, pressionando a APP a aderir ao movimento grevista. De acordo com Piton (2004), a direção da APP daquela época tinha uma prática colaboracionista com o Regime Militar.

Em 1980, aconteceu mais uma greve e novamente a APP aderiu ao movimento que surgiu a partir de sua base. No ano seguinte, ocorreu, além da quinta greve da sua base, a unificação de outras associações do Estado, em torno da APP, sendo elas: a Associação dos Professores Licenciados do Paraná (APLP) e a Associação do Pessoal do Magistério do Paraná (APMP).

Esse contexto da unificação das entidades, ocorreu dentro de uma nova realidade sindical, a do “novo sindicalismo”, que apontava para a necessidade de uma nova prática sindical, fazendo com que vários sindicatos no Brasil deixassem de atuar majoritariamente nas questões ligadas à assistência e lazer de sua categoria, em detrimento de organização das ações em torno das demandas trabalhistas da base. Esse movimento ganhou força ao final dos anos 1970 e por toda a década seguinte devido ao processo de redemocratização do país.

Nessa década, os governantes do Estado do Paraná foram: Ney Braga/ARENA (1979/1982), José de Novais/ARENA (1982-1983), José Richa/PMDB (1983-1986), João Elísio Ferraz de Campos/PMDB (1986-1987) e Álvaro Dias/PMDB (1987-1991). A conjuntura do sistema público estadual era permeada pelo discurso da abertura política e democratização da educação (PITON, 2004).

No campo da educação, houve um grande avanço na participação comunitária e democrática, a partir do momento de transição democrática do país, que se deu no governo de José Richa, que propôs um modelo político de atendimento à educação que agregasse os aspectos quantitativos (expansão do ensino) aos aspectos qualitativos (qualidade educacional) e na contrapartida de melhores condições de trabalho aos educadores se colocava o compromisso político pela qualidade educacional. Outra característica do modelo educacional da época, era permitir uma maior participação popular e democrática na escola (PITON, 2004).

De acordo com Cunha (1995) a proposta eleitoral de José Richa/ PMDB para o governo do Estado era bastante heterogênea e defendia a "tarefa da escola numa educação libertária" com participação de toda a comunidade escolar nos destinos dos estabelecimentos de ensino.

A descentralização administrativa, foi uma das marcas do governo de José Richa, bem como a da transição política entre o regime militar e a redemocratização dos anos de 1980, portanto, importantes instrumentos foram criados, tais como os núcleos regionais de educação do Estado (NREs), a instituição de eleição para diretores de escola e a reformulação da função da FUNDEPAR que passou a ter como objetivo central apoiar a SEED na construção, reforma e reparo dos prédios escolares, aquisição de materiais e assistência técnica e financeira às prefeituras para manutenção das redes municipais de ensino, que eram fundamentais no projeto de expansão do ensino de 1º grau. (CUNHA, 1995).

No campo dos benefícios trabalhistas, Cunha (1995) relata que por força das lutas dos professores e da proposta do governo estadual, foi instituída a política de reajustes periódicos de salários, quando isso não era prática corrente, bem como a progressiva elevação da remuneração do magistério.

No entanto, o discurso populista era uma realidade no governo de José Richa que segundo Cunha (1995):

Surpreendentemente, o discurso de valorização da escola pública e gratuita convivia com a prática de distribuição de bolsas de estudo na rede privada, com destaque para o patrocínio da Associação de Educação Católica e, pelo menos no início do governo, com a cobrança do ensino nas escolas da rede estadual para os alunos maiores de 14 anos, até mesmo nos cursos supletivos. (CUNHA, 1995, p.256)

Em 1986, a APP realizou outra greve por melhores salários que estavam achatados por causada inflação descontrolada naquele período histórico. Essa greve terminou com o acordo do pagamento de um piso salarial de três salários mínimos aos professores.

No governo seguinte de Álvaro Dias/PMDB, iniciou-se o processo de municipalização da educação, a partir da transferência de responsabilidade com a oferta do ensino de 1ª a 4ª série do 1º grau (equivalente aos anos iniciais do ensino fundamental) para os municípios. (PITON, 2004),

Sob o discurso de Escola Competente, o mesmo governo desenvolveu o Currículo Básico de Alfabetização, a implantação do Ciclo Básico de Alfabetização (CBA), a definição dos conteúdos básicos para o ensino de 1º e 2º grau; além da valorização das ações dos NREs, Associações de Pais e Mestres (APMs) e demais órgãos colegiados a partir de medidas compensatórias como os programas: Tempo Criança, Pró-Município, Os Livros Criam Asas, entre outros, que consistiam em repasses financeiros e de materiais às escolas.

Em torno das questões corporativas da educação pública no Paraná, em 1988, o governo descumpriu o acordo salarial firmado em torno dos três salários, resultante da negociação da greve de 1986, e os professores novamente entraram em greve. Essa seria uma das greves mais emblemáticas da categoria, uma vez que o magistério foi reprimido com violência pelo governo numa data que seria tombada pela entidade como “Dia de Luta e Luto” para sempre, o dia de 30 de agosto.

Em 1989, com o advento da Constituição Federal de 1988, os servidores públicos conquistaram o direito de constituírem sindicatos e a APP deixou de ser uma associação e adotou o modelo sindical de organização, passando a denominar-se APP-Sindicato.

Na avaliação de Piton (2004), de maneira geral, as políticas desenvolvidas pelos governos do PMDB foram importantes para a democratização do ensino e para a organização do sistema educacional no estado do Paraná.

Entre 1994 a 2002, o estado do Paraná foi governado por Jaime Lerner PDT/PFL, cujo modelo de político de gestão foi marcado pelo desenvolvimento de práticas, majoritariamente, financiadas pelos organismos multilaterais, de forma que as políticas, programas e estratégias desenvolvidas por esses organismos tinham extrema relação com redução de gastos e “melhor” gerência dos serviços e dinheiro público.

A lógica da racionalização dos custos do serviço educacional foi, sem dúvida, a tônica da maior parte das reformas e propostas produzidas no período para a educação paranaense.

Para Tavares (2004), o contexto educacional paranaense, principalmente a partir do governo Jaime Lerner PDT/PFL (1994 a 2002) é marcado por novidades na gestão educacional, via SEED e NREs, e conseqüentemente na gestão escolar, e que se sustentaram por meio do modelo de Gestão de Qualidade Total (GQT), com instituição de diversos mecanismos para execução da qualidade na educação pública do Paraná, instrumentos estes que nasceram no bojo do discurso de inovação na “Qualidade no Ensino Público”, com o incremento deste projeto via Banco Interamericano de Desenvolvimento (BIRD).

No plano da oferta dos níveis de ensino, adotaram-se medidas que visavam o encerramento dos cursos profissionalizantes de nível médio, em detrimento do ensino médio regular. O Programa de Expansão do Ensino Médio (PROEM) foi implantado e apenas as escolas que encerraram o Ensino Médio técnico receberam recursos e materiais provenientes do programa como forma de fortalecer o Ensino Médio regular.

As políticas educacionais, eram reflexo do modo capitalista de produção, em que o estado apresentava reduzido papel e responsabilidade social, fortalecendo estruturas de controle e regras de mercado.

Essa conjuntura educacional permeada por políticas neoliberais, exigiam parcerias e empréstimos de organismos multilaterais, que de acordo com Piton (2004) fez do Estado do Paraná um dos pioneiros nas reformas neoliberais e até mesmo na privatização de alguns setores da educação:

(...) o Paraná foi um dos estados brasileiros pioneiros e que mais intensamente realizou as reformas necessárias às demandas socioeconômicas da reestruturação produtiva que atingiu a América Latina, as quais se deram no Estado em nome de uma suposta modernidade que foi implantada entre os anos 1995 a 2002, pois o Paraná não só seguiu as indicações dos empréstimos, mas, foi além em alguns aspectos privatizantes da educação. (PITON, 2004, p.71)

A instituição de estratégias como o Guia de Gestão Escolar, não deixava dúvidas sobre o papel da gestão escolar e da comunidade nos ideários da racionalização e otimização dos recursos públicos no chão da escola, tal como apresenta Tavares (2004, p.50) *apud* SEED (2001):

Estamos incentivando a participação cada vez maior dos pais na gestão escolar (...) incentivo à organização de Associações de Pais e Mestres que assumiram o gerenciamento dos recursos e participaram do processo de compra. (TAVARES, 2004, p.50 *apud* SEED,2001)

As propostas com base na racionalização dos recursos financeiros não pararam por aí, pelo contrário, se aprofundaram numa gama de novos projetos e novas políticas com ênfase no modelo gerencial empresarial que foram cruciais para o desenvolvimento de uma lógica privatista e de mercado no âmbito de um serviço público social, a educação.

Essas propostas, aliadas à presença de mecanismos do setor de serviço privado no setor educacional, como por exemplo, o PARANAEDUCAÇÃO¹³, empresa terceirizada no processo gerencial das atividades da SEED, foram elementos de constante disputa entre a APP-Sindicato com o governo. Esse foi um período de intensa mobilização contra as políticas neoliberais que tinham por

¹³ De acordo com seu estatuto trata-se de: **Art. 1º** O PARANAEDUCAÇÃO, Serviço Social Autônomo, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, de interesse coletivo, criado pela Lei Estadual nº 11.970, de 19 de dezembro de 1997, goza de autonomia administrativa e financeira e vincula-se, por cooperação, à Secretaria de Estado da Educação – SEED. Disponível em: <<http://goo.gl/BqK6GO>> Acesso em: 09 ago. 2014.

objetivo desenvolver atividades que até então eram típicas do Estado, no entanto se dariam via terceirização dos serviços, conforme nos relata Tavares (2004):

Outra forma de privatização foi a da terceirização dos serviços através da qual serviços antes ofertados diretamente pelo Estado passaram a ser realizados por empresas privadas contratadas para tal. Na educação, isto atingiu setores ligados à manutenção e limpeza de prédios escolares e à merenda, em redes municipais. Na rede estadual, tentativas neste sentido foram feitas com a transferência, para as Associações de Pais e Mestres, da administração de reformas nos prédios escolares. Além disso, fez-se a contratação de empreiteiras e, também, a contratação de pessoal para serviços gerais e administrativos da escola, e de professores para realização de atividades extraclasse. (TAVARES, 2004, p.67)

A questão de contratação de pessoal atingia em cheio a luta corporativa do magistério público, ou seja, demandava permanente ação sindical da APP-Sindicato em busca do enfrentamento dessas questões que poderiam prejudicar os trabalhadores e lhes retirar direitos, isto porque um dos principais objetivos do PARANAEDUCAÇÃO era fazer a contratação terceirizada dos profissionais, vejamos:

Realizar ações de seleção, qualificação e acompanhamento de recursos humanos que busquem prover pessoal que atenda às necessidades específicas do Sistema Estadual de Educação, inclusive, àquelas voltadas a suprir demandas de infraestrutura em educação.

Essas questões ligadas à terceirização da contratação de pessoal foram principais objetos de luta da APP-Sindicato nesse período, isto porque não só os meios de contratação saíam das atividades do Estado e passariam para a PARANAEDUCAÇÃO, como também as formas de contratação levariam à desregulamentação de direitos, e conseqüentemente fim do regime estatutário, levando à flexibilização dos regimes de trabalho, ou seja, a uma precarização da condição docente.

Outra situação que trouxe intensas mobilizações da APP-Sindicato foi a tentativa de implantação do Plano de Desenvolvimento de Pessoal (PLADEPE) em 2001, que visava a extinção do regime estatutário em detrimento da adoção do regime jurídico celetista e que por conseqüência também destruiria a luta dos trabalhadores da educação por um novo plano de carreira, que estava sendo construída desde 1998.

Ainda sobre as políticas do período Jaime Lerner para o magistério vemos outro caso emblemático das políticas para a educação paranaense nesse governo que foi a instituição da Universidade do Professor.

A Universidade do Professor era responsável pela formação continuada dos professores da rede estadual, e tinha como horizonte proporcionar aos professores estratégias de motivação, ficando evidente que o discurso da educação de qualidade era demarcado não pela ampliação de investimentos e recursos financeiros, mas simplesmente pela melhoria do desempenho docente a partir de sua condição humana interior, a partir de cursos que proporcionassem, além da motivação, a autoestima e conhecimento interior em cursos organizados por empresas de consultoria empresarial. (CARISSIMI, 2011).

De acordo com Gentili (1998):

O modelo adotado na Universidade do Professor é emblemático na medida em que sintetiza uma tendência característica das políticas educacionais implementadas pelas administrações neoliberais: replicar no campo pedagógico experiências formativas ou organizacionais próprias do campo empresarial. [...] O raciocínio que justifica semelhante decisão é simplista, e enganador: mecanismos de treinamento, avaliação, controle, medição, disciplinamento e estímulo à produtividade que funcionam com eficácia no campo empresarial devem funcionar com a mesma eficácia no campo escolar. (GENTILI, 1998, p.89)

Diante desse contexto, o movimento sindical atuou em maior parte do período na resistência ao modelo gerencial adotado como política de governo. Isso fica evidente quando Piton (2004) coletou dados de reportagens de jornais de grande circulação e matérias produzidas pelo sindicato, e relatou que a maior parte das atividades realizadas pela APP-Sindicato, entre 1995 e 2002, foi de mobilização contra e em torno de ações realizadas pelo governo do Estado por meio de denúncias quanto à distribuição de cargos de confiança a ex-políticos, de políticos nomeados como inspetores de ensino, arranjos contábeis que incluíam gastos previdenciários na conta da educação, representações no Ministério Público quanto à terceirização dos serviços escolares, a diversas irregularidades no uso do FUNDEF, ao descumprimento da reposição anual dos salários, contra a reforma previdenciária, entre outros.

Sem dúvida, os anos de 1990 exigiram um fortalecimento da luta sindical e dos direitos dos trabalhadores, e assim em 1995 a APP-Sindicato se filiou à Central

Única dos Trabalhadores (CUT) e em 1997, ocorreu a unificação sindical entre as entidades dos professores e dos funcionários de escolas públicas da rede estadual do Paraná, e a atuação do sindicato deslocou-se do sindicalismo de profissão, para o sindicalismo por ramo de atuação, neste caso o educacional, passando a denominar-se APP-Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná¹⁴.

A organização sindical por ramo de atividade consiste no processo em que os trabalhadores de um mesmo ramo trabalhista, no caso da APP Sindicato, aparelhem-se em torno de um único sindicato, permitindo uma menor fragmentação das lutas em torno das demandas trabalhistas do ramo, favorecendo uma maior capacidade de representação e negociação dos trabalhadores em educação frente as suas demandas, para Ferraz:

Para ampliar ainda mais esse quadro, o ramo pode ser tanto interpretado como o ramo educacional, como o ramo do serviço público; e a categoria pode levar em consideração, ou não, a organização do empregador. Assim, considerar o passado organizativo dos professores significa compreender, tanto sua capacidade dialógica com outros setores do campo educacional, quanto sua profunda heterogeneidade genealógica ou de estrutura representativa. (FERRAZ, 2012, p.35)

No ano 2000, a categoria realizou uma grande greve entre maio e junho, enquanto outro grupo realizou greve de fome. Os movimentos se encerram com as seguintes conquistas: 10% de hora-atividade e vale transporte para os funcionários de escola. Na greve de 2001, a categoria novamente organizada pelo sindicato consegue derrubar o projeto do PLADEPE e reafirmar a necessidade de construção de um novo plano de carreira com os candidatos ao governo do Estado em 2002.

O contexto apresentado até aqui é importante para compreender a trajetória sindical da APP-Sindicato articulada com a trajetória do sistema de ensino paranaense. A conjuntura da política educacional e corporativa do magistério nos anos de 1980 e 1990, são imprescindíveis para o conhecimento da luta histórica do sindicato, suas principais defesas e os enfrentamentos realizados, de forma que se possa melhor compreender a ação sindical atual, suas reivindicações e contextos de negociação.

¹⁴ Em entrevista realizada com um dirigente da APP-Sindicato a opção pelo termo "Trabalhadores em Educação" ao invés de "Da Educação" ou "Na Educação" se deve a compreensão da ideia de que se trata de uma construção sintática, no sentido de dar mais expressividade ao termo, portanto, trabalhar "em" é diferente de trabalhador "da", que dá ideia de posse. Trabalhar "em" indica, ofício, profissão.

5.1 ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO POLÍTICA DA APP-SINDICATO

A estrutura da APP-Sindicato estadual está organizada por uma direção estadual composta pela presidência e 16 secretarias, e também se subdivide em 29 núcleos distribuídos por todo o Paraná, cada qual com a mesma organização diretiva da estadual (presidência e secretarias). As funções e atribuições da direção estadual, bem como dos núcleos sindicais, são assim descritas de acordo com o Estatuto da entidade:

QUADRO 4 - ATRIBUIÇÕES DA DIREÇÃO ESTADUAL DA APP-SINDICATO

Função	Atribuições
Presidência	Coordena politicamente o sindicato, representa o sindicato nos interesses da categoria, pode delegar poderes a outros diretores; Convoca e instala Assembleias e o Conselho Estadual do Sindicato.
Secretaria Geral	Coordena a integração das demais secretarias; articula as informações entre os núcleos.
Secretaria de Finanças	Tem sob sua responsabilidade toda a tesouraria e contabilidade da entidade.
Secretaria de Administração e Patrimônio	Coordena a gestão e movimentação de pessoal e gestão do patrimônio, utilização dos bens móveis e imóveis e instalações do Sindicato.
Secretaria de Organização	Coordena a execução em nível estadual, através dos Núcleos Sindicais, dos planos e campanhas definidos pelas instâncias do Sindicato.
Secretaria de aposentados	Promove encontros que visem à integração dos aposentados às instâncias e lutas do Sindicato; analisar e propor medidas necessárias à defesa e ampliação dos direitos trabalhistas e previdenciários dos aposentados.
Secretaria de Assuntos Municipais	Acompanha o encaminhamento das questões trabalhistas, das pautas de reivindicações e das campanhas salariais dos trabalhadores em educação municipais; promove a integração das lutas e campanhas dos trabalhadores em educação municipal com as dos trabalhadores em educação estadual; implementa a política de organização dos trabalhadores em educação da rede municipal onde não houver entidade que os represente.
Secretaria Educacional:	Organiza seminários e cursos para a discussão de propostas pedagógicas que possam contribuir para a melhoria do ensino e a defesa da escola pública; realiza estudos, pesquisas e análises sobre as políticas educacionais; cria mecanismos para a formação de propostas pedagógicas que contribuam na busca de uma educação que interesse à classe trabalhadora.
Secretaria de Formação Política Sindical:	Promove seminários e cursos objetivando a politização e a conscientização de classe e a organização da categoria. Subsidia, com material de apoio, a formação política dos Diretores do Sindicato, qualificando a sua intervenção .
Secretaria de Comunicação:	Coordena a execução da linha de comunicação da APP-Sindicato de acordo com as definições das instâncias do Sindicato, produzindo materiais de divulgação, convocação e campanhas do Sindicato.
Secretaria de Sindicalizados:	Coordena o serviço de cadastramento e a gestão do banco de dados de sindicalizados/as junto ao setor de tecnologia da informação.
Secretaria de Assuntos Jurídicos:	Acompanha e coordena os trabalhos do Departamento Jurídico da entidade, sobre as ações trabalhistas e administrativas.
Secretaria de Política Sindical:	Organiza relações sindicais externas, promove atividades e encontros e ações de solidariedade às lutas dos trabalhadores de todas as categorias profissionais.
Secretaria de Políticas Sociais:	Estabelece e coordena a integração do Sindicato com as organizações e entidades da sociedade civil e movimento sociais.
Secretaria de Funcionários:	Promove a integração das lutas e campanhas dos trabalhadores em educação.
Secretaria de Gênero, Relações étnico-raciais e Direitos LGBT:	Articula coletivos e movimentos sociais em torno das questões LGBT.
Secretaria de Saúde e Previdência:	Organiza dados e promove campanhas para melhoria do atendimento à saúde e previdência.

Como visto anteriormente, cada secretaria organiza setores do sindicato que são fundamentais tanto para o funcionamento da entidade, como para a articulação e formação política, como para a negociação com os governos. Cada secretaria possui um significado para a luta docente e para as disputas que se dão no interior do sindicato, com os diversos movimentos, coletivos e tendências políticas, e fora do sindicato que se dão na disputa pela agenda política e nas negociações com o governo.

Nesse sentido, para melhor ilustrar o papel de cada secretaria na organização da luta dos trabalhadores, organizamos uma figura que as distribui de acordo com suas atribuições e os blocos de organização sindical, que denominamos:

- 1) Operacional: cuja finalidade reside no funcionamento da entidade, a partir de estruturas burocráticas e administrativas;
- 2) Articulação política: que tem a finalidade de articular politicamente os diversos setores do sindicato, seus coletivos, base e a comunicação entre sindicato e base;
- 3) Negociação Sindical: são as secretarias que possuem dados e informações sobre as pautas corporativas e participam ativamente das mesas de negociação;
- 4) Formação Sindical: responsável pela formação política e sindical de sua base.

FIGURA 10 - ORGANIZAÇÃO DA ESTRUTURA SINDICAL



FONTE: A autora (2016).

De acordo com seu Estatuto, artigo 1º, a APP Sindicato é uma entidade que representa os seguintes segmentos:

§ 2º A representação da categoria profissional abrange todos/as os/as Trabalhadores/as em Educação: Professores/as, Funcionários/as, Professores/as Pedagogos/as, Orientadores/as Educacionais, Supervisores/as Escolares, Administradores/as Escolares e demais funções análogas, das redes públicas estaduais e municipais da educação básica (educação infantil, ensino fundamental e médio), em todas as suas modalidades, da ativa e aposentados, independente do regime jurídico.

§ 3º A APP Sindicato poderá deixar de representar os professores e funcionários da rede municipal de educação onde exista ou for criado o Sindicato Municipal da categoria, desde que aprovado em Assembleia Geral no município da categoria. (APP-SINDICATO, 2012)

A base da APP-Sindicato é constituída pelos trabalhadores em educação da rede estadual de ensino do Paraná e também por demais trabalhadores municipais de aproximadamente 140 municípios do mesmo Estado, o qual tem 399 municípios.

A APP-Sindicato é uma entidade que apresenta demandas bastante diversificadas, por um lado devido sua organização por ramo de atuação, agregando professores e funcionários, e por outro lado devido ao grande número de representados com diferentes vínculos de contratação, estatutários e temporários, exigindo diversos esforços e ações diferenciadas face à especificidade de cada um deles.

Em 2015¹⁵ o quadro de trabalhadores da educação básica do Paraná era de 69.327 professores estatutários e 21.867 professores contratados pelo regime temporário, ou seja, aproximadamente 70% estatutários e 30% temporários. Quanto aos funcionários em 2015¹⁶ eram 19.007 estatutários e 10.786 temporários, ou seja, destes aproximadamente 65% eram estatutários e quase 35% temporários. Portanto o resultado do número de profissionais da rede estadual representados pela APP-Sindicato em 2015 era de 120.987.

O número total de sindicalizados até outubro de 2015 era de 74.350 trabalhadores em educação do Paraná, distribuídos em: 34.526 professores, 12.539

¹⁵ Fonte: organizado pela autora a partir de dados da SEED em números. Disponível em: <<http://goo.gl/zX8gGw>> Acesso em: 28 dez. 2015.

¹⁶ Fonte: organizado pela autora a partir de dados da SEED em números. Disponível em: <<http://goo.gl/pRz3Uk>> Acesso em: 28 de dez. 2015.

funcionários de escola, 9.322 sindicatos filiados municipais e 17.963 professores aposentados.

A gestão da entidade é composta pela direção estadual executiva da APP-Sindicato, que desenvolve suas ações orientadas pelas deliberações de assembleia estadual, do Congresso Estadual e do Conselho Estadual, é composta por 17 membros eleitos via chapa pelo voto direto a cada três anos.

As atividades da direção estadual são fiscalizadas por meio de Conselho Fiscal eleito de forma independente e nominalmente, isso significa que seus candidatos não fazem parte das chapas que concorrem à direção estadual, no entanto a escolha desses conselheiros ocorre durante o pleito eleitoral para a direção estadual.

O conselho fiscal é composto por nove membros, tem o papel de examinar e fiscalizar a cada dois meses os livros contábeis, registros e balancetes financeiros da diretoria estadual e dos Núcleos Sindicais.

A APP-Sindicato possui uma sede estadual, um clube de lazer, quatro Casas dos Trabalhadores em Educação, duas colônias de férias, tanto as casas quanto as colônias de férias possuem a finalidade de hospedagem temporária de seus sindicalizados.

Parte dessa estrutura patrimonial da APP-Sindicato tem grande relação com a concepção de associativismo docente dos anos de 1930 e 1940 quando a organização docente ocorria via práticas assistencialistas de promoção de lazer, agremiação e cultura aos docentes fazendo com que a entidade investisse nesse tipo de patrimônio.

No entanto, a identidade assistencialista dos sindicatos de professores foi sendo substituída historicamente e de forma mais intensa nos anos de 1970, com o reconhecimento da proletarização da profissão pelo magistério público, o que fez as prioridades serem substituídas paulatinamente em torno das questões corporativas e de valorização profissional.

A APP-Sindicato possui 29 núcleos sindicais que funcionam em cidades sedes que agregam outras cidades da mesma região. A setorização dos núcleos leva em consideração aspectos tais como: proximidade das cidades com a cidade do núcleo sede, o número de escolas existente em cada região e a relação com a

setorização dos Núcleos Regionais de Educação do Estado do Paraná vinculados à SEED. De acordo com seu Estatuto, os núcleos sindicais constituem-se:

Art. 63. Os Núcleos Sindicais constituem-se em núcleos regionais da APP-Sindicato, estando a esta vinculados.

§ 1º. Suas atividades serão exercidas dentro de uma microrregião integrante da jurisdição da Entidade, definida pelo Conselho Estadual, “ad referendum” da Assembleia Estadual.

§ 2º. Os Núcleos Sindicais terão assegurada a sua autonomia política e financeira em nível local, desde que não contrariem as disposições estatutárias e as deliberações do conjunto da categoria. (APP-SINDICATO, 2012)

Esses núcleos se encontram espalhados pelo Estado, em cidades sedes, em todas as regiões do Paraná. No quadro a seguir, o quadro completo constando as cidades de abrangência encontra-se no anexo 2, apresentamos os números de filiados por núcleo, as cidades de abrangência de cada núcleo sede e número total de escolas por núcleo:

QUADRO 5 - RELAÇÃO DE NÚCLEOS SINDICAIS, NÚMERO DE FILIADOS E NÚMERO DE ESCOLAS ¹⁷

¹⁷ Dados de setembro de 2014.

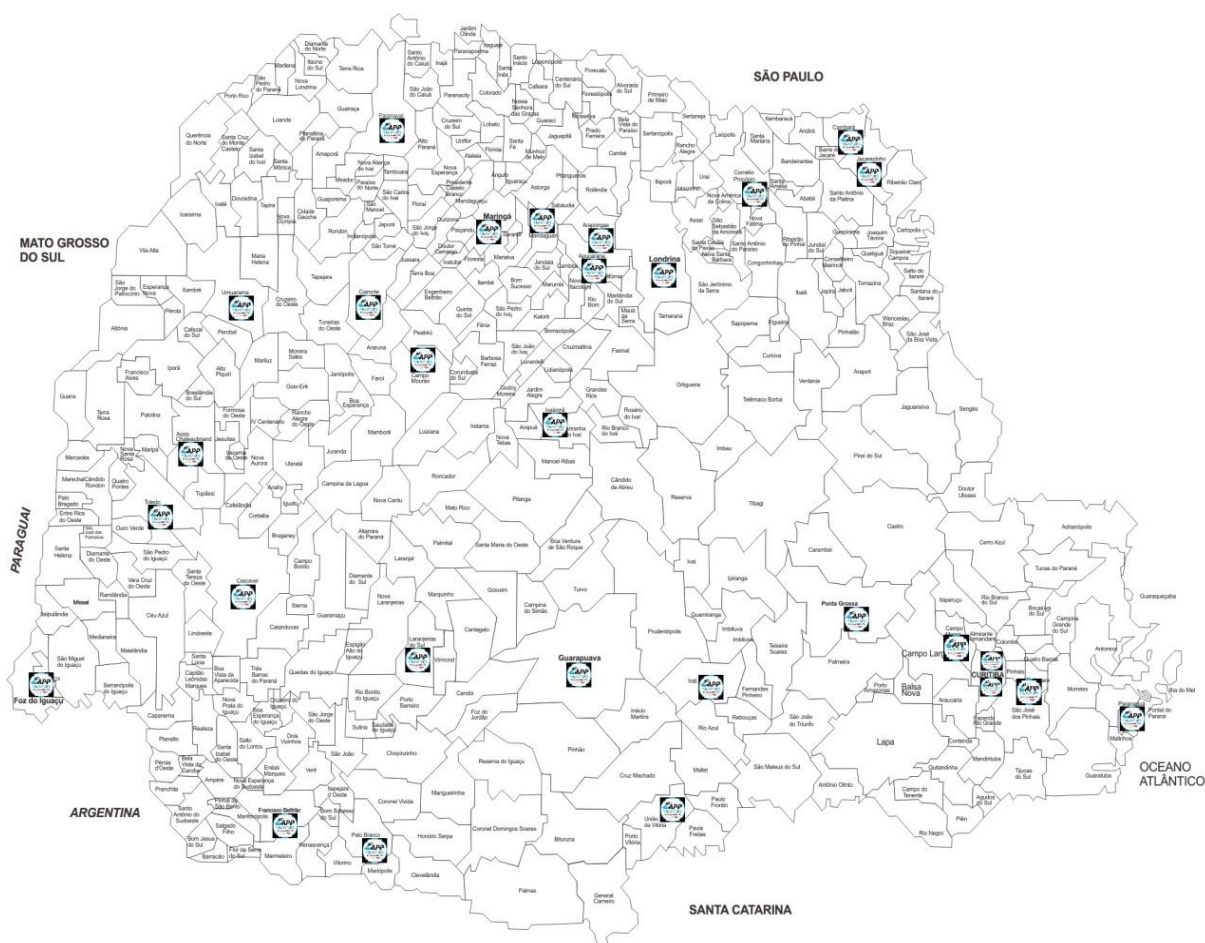
Núcleos sindicais	Número de filiados	Número de escolas
Apucarana	1458	37
Arapongas	1762	34
Assis Chateaubriand	1495	57
Cambará	1392	30
Campo Mourão	3093	97
Cascavel	3161	94
Cianorte	1456	35
Cornélio Procópio	1728	46
Curitiba Norte	5791	71
Curitiba Sul	3776	91
Foz do Iguaçu	2193	66
Francisco Beltrão	3052	129
Guarapuava	1663	75
Irati	1893	63
Ivaiporã	1482	53
Jacarezinho	2085	61
Laranjeiras do Sul	998	68
Londrina	5831	147
Mandaguari	1298	23
Maringá	4301	85
Região Metropolitana de Curitiba Norte	2526	112
Região Metropolitana de Curitiba Sul	3000	134
Paranaguá	1993	64
Paranavaí	2917	67
Pato Branco	1636	76
Ponta Grossa	4908	166
Toledo	1509	69
Umuarama	2627	71
União da Vitória	1387	53

As direções dos núcleos sindicais são formadas por chapas que nem sempre são constituídas pelo mesmo grupo político que dirige a APP-Sindicato estadual, em alguns casos os grupos diretores dos núcleos são formados justamente por grupos de oposição à direção estadual.

A ocupação dos cargos de diretores tanto da direção estadual como dos núcleos sindicais ocorrem por meio de chapas, via eleição entre sindicalizados e a cada 3 anos. Os sindicalizados votam em chapas que concorrem à direção estadual e também para as chapas de respectivos núcleos a que pertencem.

Para se ter uma ideia da distribuição dos núcleos, em todas as regiões do Estado Paraná, elaborou-se o mapa a seguir:

FIGURA 11 – MAPA DA DISTRIBUIÇÃO DOS NÚCLEOS SINDICAIS DA APP- SINDICATO PELO ESTADO DO PARANÁ.



FONTE: A autora (2016).

É uma entidade cujo atendimento dos filiados e organização de atividades ocorrem de forma descentralizada à guisa das orientações da direção estadual, o Estatuto da APP-Sindicato prevê a finalidade das direções regionais dos núcleos sindicais como de executora das deliberações no âmbito de sua jurisdição, devendo obrigatoriamente encaminhar as deliberações das assembleias estaduais e das demais instâncias de nível estadual.

As instâncias de deliberação da entidade são quatro, sendo: Assembleia Estadual, Congresso Estadual, Conferência Estadual e Conselho Estadual, todas organizadas pela entidade.

A Assembleia Estadual é instância soberana de deliberação, em que todos os integrantes da base podem participar, no entanto apenas os sindicalizados têm direito a voto, nesta instância são aprovadas as pautas de reivindicações, as

decisões da categoria sobre as diversas demandas e as prestações de contas do sindicato.

O Congresso Estadual também é deliberativo, ressalvadas as competências da Assembleia Estadual, que acontece bianualmente nos anos pares, com a participação de delegados congressistas eleitos em assembleias nos Núcleos Sindicais. Nele são aprovados os planos de lutas da categoria para os próximos anos e as pautas que o sindicato defenderá no âmbito das políticas corporativas e de movimento sociais.

A Conferência Estadual de Educação é uma instância deliberativa nas questões pedagógicas e educacionais, com a livre participação dos sindicalizados e ocorre bianualmente nos anos ímpares.

O Conselho Estadual é uma instância deliberativa que se reúne sempre antes de cada assembleia e mobilização, com a competência de propor, apreciar, acompanhar e avaliar as campanhas diversas, inclusive as reivindicatórias, as decisões políticas e administrativas da diretoria estadual, além de regulamentar os congressos e as eleições do sindicato, apreciar pareceres e relatórios do Conselho Fiscal e Plano de Aplicação Orçamentária. É composto pela Diretoria Estadual, pelos presidentes dos Núcleos Sindicais, representantes da APP-Sindicato na CNTE, presidente do Conselho Fiscal e os representantes de base eleitos em assembleias regionais, na proporção de um para cada um mil sindicalizados (ou fração) no Núcleo Sindical.

Este espaço se constitui em território de grande disputa entre as diferentes posições partidárias e ideológicas, bem como das correntes sindicais das centrais de trabalhadores presentes na categoria representada pela APP-Sindicato.

No que tange à negociação com o governo e representação da categoria, somente a direção estadual, conforme estatuto do sindicato, responde por essas tarefas, portanto não se pode dizer que os núcleos sindicais possuem autonomia de negociação e mobilização, no entanto é grande disputa política ideológica sobre os trabalhadores que representam, no sentido de fortalecer e arregimentar sujeitos da base para os grupos políticos presentes entre a categoria.

As disputas que ocorrem por dentro do sindicato são marcadas sobretudo nas percepções políticas, presentes em disputas partidárias e também entre as centrais de trabalhadores.

Atualmente, há dois grupos políticos que disputam as bases da APP-Sindicato. A disputa entre os partidos é polarizada entre o PT e o PSTU, este último tem direção sindical em apenas um núcleo da APP-Sindicato, que é o de Foz do Iguaçu. No entanto, ainda no interior do PT, há disputas entre as três tendências aliadas na direção estadual da APP-Sindicato, sendo elas: a Democracia Socialista (DS), CNB (Construindo Novo Brasil) e O Trabalho (OT) com a Militância Socialista (MS). No âmbito das centrais a disputa ocorre entre CUT e CSP- Conlutas (Núcleo Sindical de Foz do Iguaçu).

Entre os anos de 2003 a 2015 a direção da APP-Sindicato foi composta por cinco direções diferentes, desde 2002 a 2008 o presidente da entidade foi o atual deputado estadual prof. José Lemos (PT); entre 2008 a 2011 e 2011 a 2014 a presidente foi a Prof.^a Marlei Fernandes Carvalho; entre 2014 até o momento o presidente foi o Prof. Hermes Silva Leão.

Entre os anos de 2002 a 2011, a entidade foi dirigida pela tendência petista DS. Em 2011, parte da direção rompeu a unificação e agrupou-se em torno da MS. A CNB que dirigiu a entidade por quase toda a década de 1990, retornou à direção num intuito de contemplar todas as forças do campo da CUT. E em 2014 a MS passou a disputar também a entidade.

A DS e CNB fizeram alianças com a tendência petista O Trabalho (OT) e PMDB, essa aliança venceu a eleição para a direção estadual e hoje compõe a atual direção. Até o momento todas as tendências petistas presentes na direção estadual, DS, CNB e OT fazem parte de segmentos da CUT, subdivididos entre DS-CUT Socialista Democrática (CSD); CNB - Articulação Sindical (ArtSindi); OT - OT. A MS que já compôs a direção da entidade compõe outra tendência sindical na CUT.

Atualmente, o grupo CUTista majoritário na direção estadual é a corrente da CSD, ocupando a presidência e 9 secretarias, das 17 que compõe a direção estadual, sendo: finanças, administração e patrimônio, organização, aposentados, educacional, formação política sindical, comunicação, política sindical, funcionários, ou seja, totaliza 10 cargos. Outras 5 secretarias são ocupadas pela Articulação Sindical (ArtSindi), 1 pela corrente O Trabalho e outra pelo PMDB, que não faz parte da composição CUTista.

Diante do conjunto apresentado, é possível dizer que se trata de uma entidade complexa no campo político, embora exista certo consenso nos campos

partidário (PT) predominantemente e de organização da classe trabalhadora (CUT), não significa que não haja disputas ideológicas e, conseqüentemente, de poder, ou seja, por dentro da estrutura sindical também há disputa pelo poder. Para Bourdieu (2012) essa disputa também pode ocorrer dentro do próprio campo político, pois é lugar de concorrência pelo poder.

São essas disputas pelo poder que demarcam a questão da centralização da entidade em determinados grupos políticos, como efeito na busca de certa hegemonia na condução do aparelhamento e no domínio do poder, uma vez que o poder, elemento em constante disputa nas relações do sindicato, ficando de posse de algumas pessoas ou alguns grupos que dirigem a entidade, fazem com que as ações do sindicato sejam altamente centralizadoras, tanto no que tange à autonomia dos núcleos, como na condução dos processos da ação sindical pela direção estadual da entidade e os caminhos ideológicos da entidade.

6 ANÁLISE DAS AÇÕES DA APP-SINDICATO ENTRE 2003 E 2015: AGENDA, ESTRATÉGIAS E NEGOCIAÇÃO

A ação sindical é toda atividade desenvolvida pelos sindicatos com o intuito de articular as demandas sindicais, desde a sua organização até as estratégias utilizadas para que as reivindicações ascendam ao debate sobre a política pública, no caso desta tese, ao debate entre sindicato e governos, a negociação.

Sendo assim, é fundamental buscar a leitura da disputa por essa negociação, a partir das reivindicações (rubricas e gavetas) e da conjuntura política-educacional.

Apresentamos, na sequência, para melhor compreensão da conjuntura de análise, o quadro que sintetiza as reivindicações da APP-Sindicato no período de 2003 a 2015 e as principais estratégias da ação sindical.

No bojo das demandas corporativas, que estiveram presentes nas estratégias de negociação e greves, apresentamos o quadro síntese que identifica e distribui as reivindicações do magistério paranaense a partir das seguintes rubricas: carreira, condições de trabalho e saúde e previdência, de forma que assim, evidenciamos as principais demandas do magistério no período de 2003 a 2014, enquanto as reivindicações do ano de 2015 estão apresentadas no contexto do movimento grevista, subitem específico deste capítulo.

QUADRO 6 – SÍNTESE DAS REIVINDICAÇÕES DA APP-SINDICATO A PARTIR DE RUBRICAS/ GAVETAS E COMPONENTES CORRESPONDENTES:

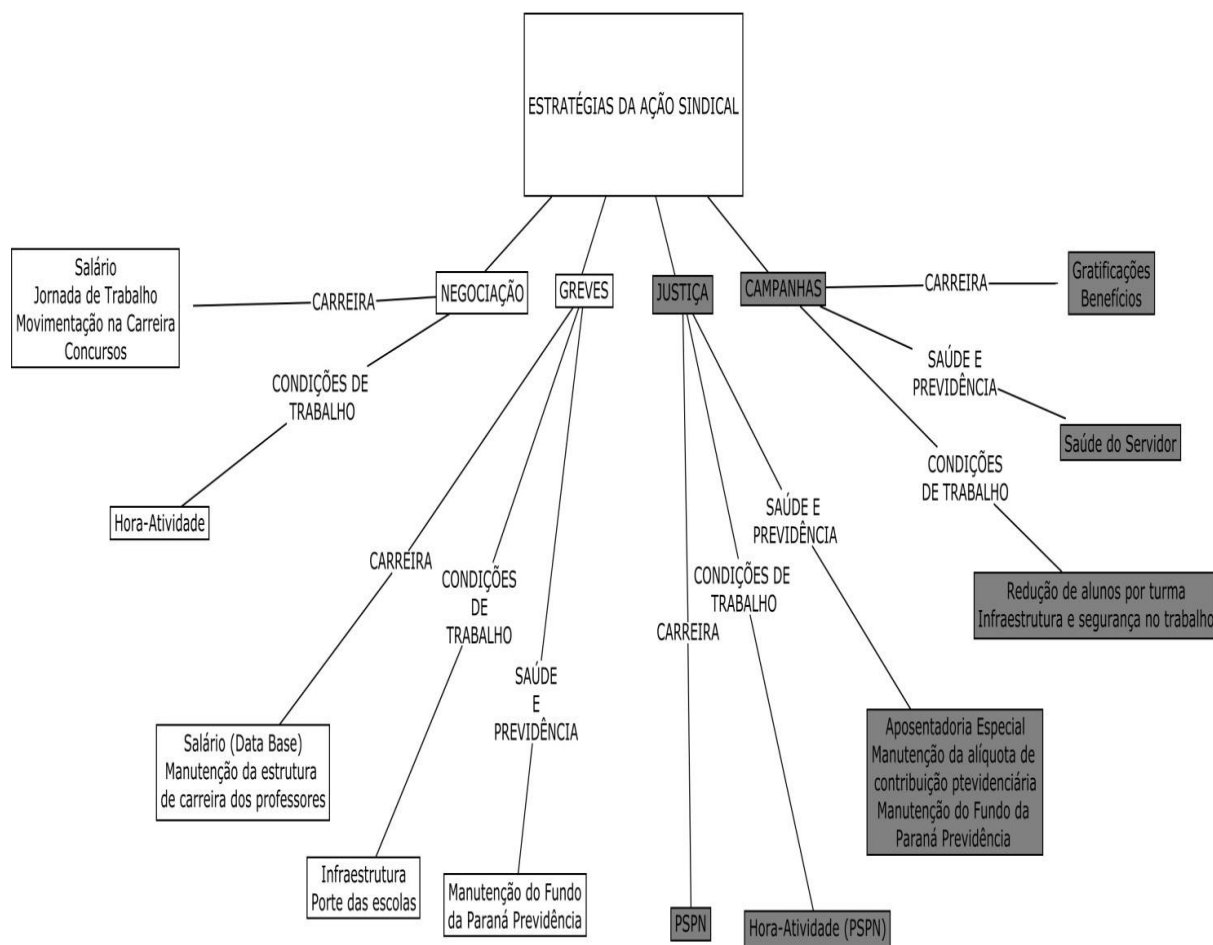
Carreira	Condições de Trabalho	Saúde e Previdência
Salário	Redução de alunos por turma	Saúde do servidor
Gratificações	Infraestrutura das escolas e segurança de trabalho	Previdência
Benefícios	Hora-atividade	Aposentadoria
Jornada de trabalho		
Movimentação no Plano de Carreira		
Concursos		

FONTE: A autora, de acordo com o Jornal 30 de agosto. (2003 a 2015)

É importante destacar que algumas reivindicações da APP-Sindicato exigem estratégias de ação sindical diferenciadas na disputa pela agenda política.

Dessa maneira, ainda durante a coleta de dados empíricos dessa pesquisa, foram observados quatro grandes grupos de estratégias da ação sindical, efetivadas pela APP-Sindicato, sendo eles: negociação, justiça, greves e campanhas, conforme verificamos na figura a seguir:

FIGURA 12 – ESTRATÉGIAS DA AÇÃO SINDICAL



FONTE: A autora (2016).

Legenda:

	Estratégias que serão analisadas
	Estratégias que não serão analisadas por não se constituírem objetos de negociação com os governos.

Nesse sentido, podemos entender o conjunto de estratégias, neste trabalho, como ações sindicais sobre as diversas demandas da categoria. Dessa maneira, entendemos como estratégia de negociação aquela atividade na qual,

potencialmente, sindicato e governo podem chegar a algum consenso na disputa pelas demandas, efetivando, portanto, a agenda política.

A estratégia de greve refere-se à atividade pela qual não há consenso entre sindicato e governo durante a disputa da agenda de reivindicações, no entanto é possível que após a realização dessa atividade, a demanda sindical retorne para a estratégia de negociação.

A estratégia de justiça pode se traduzir naquela demanda que não apresenta consenso na disputa pela agenda entre sindicato e governo, e que pode ou não apresentar potencial de greve, no entanto significa o esgotamento do processo de negociação.

E por fim, a estratégia de campanhas, que se refere à produção do potencial da disputa de uma dada demanda, de maneira com que o sindicato busca construir conscientização entre a categoria para uma possível mobilização, no entanto por se tratar de um processo de construção da reivindicação, requer a constante avaliação de estratégias para fazer com a demanda alcance a negociação.

Nesse sentido, este capítulo apresenta o debate em torno das principais demandas corporativas do magistério público paranaense, tomando como eixo de análise as demandas presentes na estratégia de negociação, isto porque, um dos principais objetivos dessa tese é acompanhar o processo de negociação das reivindicações num movimento entre a entrada das demandas na agenda política, as estratégias e os resultados, diante de diferentes governos.

Assim, optamos por analisar, somente as demandas que estão situadas nas frações de negociação e aquelas que resultaram em confronto direto com os governos, potencializadas na estratégia de greves, nos permitindo verificar como ocorre o movimento da disputa da agenda política entre o sindicato e os governos do estado do Paraná.

As demais estratégias sindicais, justiça e campanhas, embora de grande relevância para as análises da ação sindical, não se constituem, necessariamente, campos de disputa com os governos, principal elemento de análise desta tese, seja por ainda não terem alcançado o processo de negociação, como é o caso das campanhas, ou por já terem sido esgotadas no campo da negociação, como é o caso da judicialização das demandas.

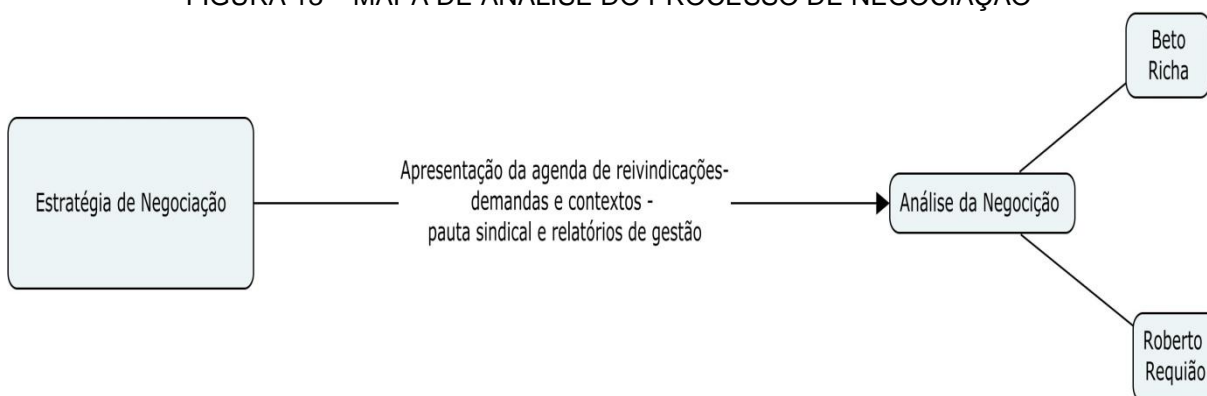
Observando a figura anterior, percebemos, a partir da contribuição analítica de Muller e Surel (2002), que para as reivindicações alcançarem a agenda política é importante o desencadear de estratégias, filtros, nesse caso, eles podem demonstrar se as reivindicações possuem potencial para ascender à agenda política ou não.

Diante disso, verificaremos o movimento das demandas no espectro da estratégia de negociação entre APP-Sindicato e os governos Roberto Requião (PMDB) e Beto Richa (PSDB).

A linha de análise que será apresentada tomará como subsídios de apreciação as seguintes relações: a apresentação das demandas e o contexto político das demandas a partir da conjuntura sindical; o ponto de vista dos governos sobre o atendimento das demandas a partir dos relatórios de gestão, que são as prestações de contas dos mandatos em cumprimento ao artigo 87 da Constituição Estadual do Paraná e, por fim, a análise das negociações das demandas inscritas nessa estratégia em cada um dos governos.

A figura que sintetiza esse movimento de análise pode ser interpretada abaixo:

FIGURA 13 – MAPA DE ANÁLISE DO PROCESSO DE NEGOCIAÇÃO



Assim, o primeiro campo de análise da estratégia sindical que será apresentado é o da negociação, e o primeiro bloco que vamos apresentar é o da carreira composto por: salário, jornada de trabalho, movimentação na carreira e concursos; o segundo bloco será o de condições de trabalho composto pelo debate sobre a hora-atividade. O segundo campo de análise da estratégia sindical é o de greves.

Salário:

O contexto salarial dos professores paranaenses no início dos anos 2000, foi bastante crítico. Uma das grandes marcas da luta sindical no início do governo Requião, 2003, foi a implantação do novo plano de carreira dos professores, pois a conjuntura daquele momento registrava que o magistério já estava há mais de sete anos sem aumento nos salários e acumulava, de acordo com a APP-Sindicato, um índice de defasagem salarial entre 60% a 91%, herança do governo Jaime Lerner (1995-2002).

Segundo dados do jornal 30 de agosto, em 1988 o poder aquisitivo de um professor em início de carreira era equivalente a 3,26 salários mínimos; em 1995 equivalia a 2,3 salários mínimos e, no início de 2003 representava 1,05 do salário mínimo. (30 de agosto, abril de 2003)¹⁸.

A luta em torno de um novo plano de carreira iniciou-se em 1998, período em que a entidade intensificava as ações contra o Paraná Educação, que se tratava de uma empresa terceirizada que fazia a contratação de professores, e a implantação do PLADEPE (Plano de Desenvolvimento de Pessoal), situações que causariam prejuízos ao magistério estatutário, reduzindo benefícios como férias, fim das licenças e o enquadramento pela CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas).

No ano 2000, a categoria realizou uma grande greve entre maio e junho, houve também greve de fome, tendo como pauta central a implantação da hora-atividade e o aumento salarial. Esses movimentos se encerraram com as seguintes conquistas: 10% de hora-atividade, porém sem avanços na questão salarial.

Entre 2002 e 2003, a demanda proposta pela APP-Sindicato era a de correção salarial para os professores em torno de 90%, boa parte da demanda seria resolvida com a implantação de um novo plano de carreira, como desejado pela categoria, como medida de valorização profissional.

A tabela salarial vigente na época apresentava os salários pagos ao magistério público paranaense. O salário inicial de um docente com licenciatura plena estava localizado no nível PF-6, classe 1, com o valor de R\$ 334,82, para uma jornada de trabalho semanal de 20 horas semanais. Já os professores com pós-graduação estavam situados no nível PG-7. Os níveis PC-3, PD-4 e PE-5,

¹⁸ No período citado não estávamos sob o efeito da política de valorização do salário mínimo.

correspondiam às seguintes formações, respectivamente: magistério de nível médio, licenciatura curta e licenciatura curta com adicionais em habilitações específicas.

As tabelas a seguir mostram os valores executados no mesmo ano, antes e depois da implantação do plano de carreira e evidenciam o impacto salarial presente no comparativo entre as duas tabelas salariais, neste caso uma tabela de janeiro de 2004 e outra de fevereiro de 2004, vejamos:

QUADRO 7 - TABELA SALARIAL DOS PROFESSORES DA REDE ESTADUAL DO PARANÁ EM VALORES NOMINAIS ATÉ 31 DE JANEIRO DE 2004

Níveis	Classes										
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
PC-3	253,17	266,83	279,12	293,08	307,03	323,12	339,27	356,24	374,05	392,75	412,39
PD-4	291,15	305,7	320,99	337,04	353,89	371,58	390,16	409,67	430,15	451,66	474,25
PE-5	334,82	351,56	369,14	387,59	406,97	427,32	448,69	471,12	494,68	519,41	545,38
PF-6	385,04	404,29	424,51	445,73	468,02	491,42	515,19	541,79	568,88	597,32	627,19
PG-7	442,80	464,94	488,18	512,59	538,22	565,13	593,39	623,08	654,21	686,92	721,27

FONTE: Jornal 30 de agosto de março de 2004.

De 1998, início da campanha da APP-Sindicato pelo plano de carreira, até 2002, período eleitoral para governo de estado, a entidade realizou inúmeros seminários e conferências para categoria com debate sobre um novo plano de carreira, bem como apresentaram para os candidatos ao governo a proposta da categoria para essa demanda.

Portanto, com a chegada de Requião ao governo do Estado, o principal desafio posto em negociação entre a APP-Sindicato e o governo do Estado, em torno da questão salarial, foi a elaboração e implantação de um novo plano de carreira aos professores.

A proposta da APP-Sindicato era a constituição de um plano de carreira único para os trabalhadores da educação da rede pública estadual do Paraná.

Nesse contexto, a ideia era de um plano unificado, composto de dois cargos: o primeiro, de professor; e o segundo, de agente da educação, que seriam os funcionários de escola, divididos em funções administrativas e serviços gerais. Essa composição se tratava de defesa histórica da CNTE em torno da valorização de todos os trabalhadores da educação.

No ano de 2003, a categoria conquistou, após muita pressão, via realização de debates, seminários, audiências públicas, atos e passeatas, a criação de uma comissão com integrantes da SEED e da APP-Sindicato, essa assessorada pelo DIEESE e CNTE, para debater uma proposta de plano de carreira.

Após três grandes assembleias, a categoria enfim aceitou a proposta do novo plano apresentada pelo governo, proposta que somente atendia o cargo de professor.

Em fevereiro de 2004, foi implantado o novo plano de carreira do magistério, regulamentado pela Lei Estadual 103/2004, que dispõe sobre o Plano de Carreira do Professor da Rede Estadual de Educação Básica do Paraná e que apresenta uma estrutura em torno da concepção de cargo único de provimento efetivo de Professor, estruturado em 06 (seis) Níveis, cada um deles composto por 11 (onze) Classes, conforme tabela salarial:

QUADRO 8 - TABELA SALARIAL DOS PROFESSORES DA REDE ESTADUAL DO PARANÁ A EM VALORES NOMINAIS PARTIR DE FEVEREIRO DE 2004

NÍVEIS	Classe 1	Classe 2	Classe 3	Classe 4	Classe 5	Classe 6	Classe 7	Classe 8	Classe 9	Classe 10	Classe 11
NÍVEL III (PDE)	1101,03	1156,08	1213,69	1274,58	1338,31	1405,23	1475,49	1549,26	1626,72	1708,06	1793,46
NÍVEL II (pós-graduação)	643,75	675,94	709,73	745,22	782,48	821,61	862,69	905,82	951,11	998,67	1048,60
NÍVEL I (licenciatura plena)	515,00	540,75	567,79	596,18	625,99	657,29	690,15	724,66	760,89	798,93	838,88
NÍVEL ESPECIAL III (lic. curta)*	437,75	459,64	482,62	506,75	532,09	558,69	586,63	615,96	646,76	679,09	713,05
NÍVEL ESPECIAL II (lic. curta)*	386,25	405,56	425,84	447,13	469,49	492,96	517,61	543,49	570,67	599,20	629,16
NÍVEL ESPECIAL I (magistério)*	360,50	378,53	397,45	417,32	438,19	460,10	483,10	507,26	532,62	559,25	587,22

FONTE: Jornal 30 de agosto.

NOTA: (*) níveis em extinção. O acesso à carreira, a partir de 2004, somente ocorre com a formação em graduação – licenciatura plena.

Os seis níveis apresentados na carreira são denominados Especial I, Especial II, Especial III, Nível I, Nível II e Nível III, aos quais estão associados critérios de Titulação ou Certificação. Os níveis especiais I, II e III encontram-se como níveis em extinção no plano e tratam daqueles casos em que os profissionais apresentavam formação em magistério de nível médio e licenciatura curta.

Os níveis I e II referem-se àqueles que apresentam formação de nível superior em licenciatura plena e pós-graduação, respectivamente. E o nível III é para aqueles profissionais que ingressaram no Programa de Desenvolvimento Educacional (PDE), programa de formação continuada concebido pela Secretaria Estadual de Educação em parceria com universidades públicas.

Como é possível observar, no comparativo entre as tabelas salariais anteriores, quadros 11 e 12, o vencimento inicial do professor aumenta significativamente quando com formação em licenciatura plena de R\$ R\$ 334,82 (PF-6, classe 1) passa para R\$ 515,00 (Nível I classe I). E do professor com pós-graduação em nível de especialização também sobe consideravelmente, no inicial varia de R\$ 442,80 (PG-7, classe 1) para R\$ 643,75 (Nível, classe 1) e ao final varia de R\$ 721,27 (PG- 7, classe 11) passando para R\$1.048,60 (nível II – classe 11), em todos os casos para professores com jornadas de 20 horas-aula semanal.

O ingresso do docente no plano de carreira da rede estadual ocorre mediante concurso público de provas e títulos, e o ingresso se dá no nível I, classe 1, da Carreira. Ao ingressar na carreira, o docente deve obrigatoriamente cumprir o estágio probatório que é o período de 03 (três) anos de efetivo exercício, a contar da data do seu início, durante o qual é avaliado para atingir a estabilidade no cargo para o qual foi nomeado.

A promoção na carreira se dá por meio da titulação do nível I ao nível II, para aqueles que apresentarem certificação/titulação em pós-graduação, após o cumprimento do estágio probatório e tão logo obtenha o certificado, o avanço é automático. Já para participar do processo do PDE que viabiliza a promoção para o nível III, o professor deverá passar pelo processo de seleção interno que tem critérios como tempo de serviço, horas de cursos e titulação e deverá estar no mínimo na classe 8 do nível II, no entanto a promoção somente se efetivará quando ele chegar a classe 11 do nível II.

A progressão na carreira é a passagem do professor de uma classe para outra, dentro do mesmo nível, e ocorrerá mediante a combinação de critérios específicos de avaliação de desempenho, com normas disciplinadas mediante lei, e participação em atividades de formação e/ou qualificação profissional relacionadas à Educação Básica, sendo a primeira após o cumprimento do estágio probatório e as demais a cada 2 anos, podendo avançar até 3 classes na carreira.

Quanto à jornada de trabalho, o plano de carreira determina que o regime de trabalho do Professor seja de 20 (vinte) ou 40 (quarenta) horas semanais, por cargo, podendo ser de 10 horas semanais para aquele professor que ministrar aula no ensino profissional e o vencimento será a metade do vencimento do professor com regime de 20 horas semanais.

E dispõe ainda, que pode haver alteração do regime de trabalho de 10 (dez) para 20 (vinte) e de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, por cargo, até o limite máximo de 40 (quarenta) horas semanais, ou o inverso, por acordo que contemple o interesse da Educação, definido pela Secretaria de Estado da Educação, e a opção do Professor, mediante adequação proporcional de seu vencimento à carga horária trabalhada.

E também há os casos em que o professor com regime de trabalho de 10 (dez) ou 20 (vinte) horas semanais poderá prestar serviço ou ministrar aula extraordinária, até o limite máximo de 40 (quarenta) horas semanais, percebendo, para tanto, remuneração proporcional à carga horária trabalhada, sobre o valor correspondente ao Nível e à Classe em que se encontra na Carreira. A lei garante que a hora-aula do professor em exercício de docência será de até cinquenta minutos.

As gratificações previstas no plano de carreira são de 20% (vinte por cento) sobre o valor correspondente ao Nível e à Classe em que se encontra na carreira, ao professor, segundo a carga horária, para o exercício no período noturno, compreendido a partir das 18 (dezoito) horas. Gratificação de 50% (cinquenta por cento) sobre o valor correspondente ao nível e à classe em que se encontra na carreira, ao professor com habilitação específica na área de Educação Especial, quando no exercício de docência e atendimento pedagógico especializado aos alunos com necessidades educacionais especiais.

E também a gratificação de 50% (cinquenta por cento) sobre o vencimento inicial da carreira do professor, correspondente ao Nível I, Classe 1, para o exercício da função de Diretor de Estabelecimento de Ensino enquanto o Diretor Auxiliar de Estabelecimento de Ensino receberá gratificação equivalente a 90% (noventa por cento) da gratificação percebida pelo Professor em exercício da função de Diretor.

O plano de carreira ainda estabelece adicionais por tempo de serviço a cada cinco anos de efetivo exercício, equivalente a um aumento periódico consecutivo, de 5%, 10%, 15%, 20%, 25% e percentuais de 30%, 35%, 40%, 45% e 50% anualmente após completar 30 anos de serviço.

O plano de carreira ainda prevê o pagamento de auxílio transporte aos professores correspondente no mínimo a 24% (vinte e quatro por cento) sobre o

vencimento do Nível I, Classe 5, da carreira, com incidência para todos os efeitos legais, proporcional à jornada de trabalho de 20 (vinte) horas semanais.

De modo geral, a implantação do novo plano de carreira representou um avanço histórico nas condições salariais dos professores paranaenses, principalmente se considerarmos o período anterior, governo Jaime Lerner, em que uma das grandes marcas foi a achatamento salarial e a ausência de valorização salarial.

No entanto, o novo plano de carreira não foi a única demanda salarial no governo Requião, a equiparação salarial, também foi outro ponto alto no que se refere aos salários dos docentes no período estudado, de tal forma, que em 2006 a APP-Sindicato inicia a campanha pela equiparação salarial do magistério com os demais cargos públicos do Estado com o mesmo nível de formação, a campanha pela equiparação salarial para os professores prossegue até o ano de 2013, quando se efetiva por completo, no governo Beto Richa.

Mesmo com a campanha de equiparação salarial, em 2008, são trazidas novas demandas como a que exigia a recuperação das perdas inflacionárias e o pagamento da reposição salarial de 5% para os professores e funcionários. Em 2009, o magistério reivindica, além da recuperação das perdas inflacionárias, a totalização da equiparação salarial e a implementação do valor do índice do PSPN.

Apesar da grande pressão realizada pela categoria, com mobilizações, paralisações, o governo Roberto Requião se encerrou sem a resolução total da equiparação salarial e implementação do índice do PSPN.

Apresentadas as principais reivindicações na questão salarial, observamos que entre 2003 e 2004, no governo de Roberto Requião, as principais demandas se concentraram na implantação de um novo plano de carreira para o magistério, o que foi conquistado no ano de 2004.

Segundo dados do DIEESE, a nova tabela salarial trouxe aos professores uma reposição em média de 36,98%, variando entre 30,74 e 45,38%, dependendo do nível e classe em que o professor se encontrasse, conforme nos mostraram os quadros 11 e 12. (30 DE AGOSTO, MARÇO DE 2004).

Nos anos seguintes, a pauta salarial do magistério se concentrou na campanha da equiparação salarial com os demais servidores com mesmo nível de formação. Em 2006, durante o governo de Roberto Requião, a diferença percentual

do salário dos docentes com os demais servidores era de 56,94% que foi sendo reduzida ano a ano com implantação de percentuais de ganhos reais anualmente.

Em 2009, a categoria cobrou a diferença salarial entre o valor pago ao magistério e o PSPN. No entanto, o governador Roberto Requião foi um dos autores da ADI da Lei do Piso, conforme já registramos anteriormente.

No primeiro ano do governo Beto Richa, em 2011, a campanha pela equiparação persistiu e a categoria conquistou um primeiro percentual rumo à efetivação da reivindicação que se daria por completo em 2013. A diferença da equiparação salarial era de 25,97%. Como o governador havia se comprometido com o pagamento da equiparação salarial com a categoria em sua campanha eleitoral, fez o pagamento da primeira parcela no mesmo ano, cujo percentual foi de 5,83%.

Em 2006, a entidade iniciou a campanha quanto à equiparação salarial para o magistério com os demais servidores estaduais com o mesmo nível de formação, o percentual de diferença salarial era de 56,94% em 2006, que foi sendo reduzindo gradativamente por meio de negociações com o governo.

Em 2011, quando o novo governador assumiu – Beto Richa (PSDB), a diferença era de 25,97%; em sua campanha eleitoral, ele já havia se comprometido com essa pauta e, após várias negociações e mobilizações da categoria foi apresentado um calendário para pagamento da diferença que ficou distribuído da seguinte maneira: pagamento de 5,83% em 2011; 5,95% em maio de 2012 e 5,95% em julho de 2012; finalizando com o pagamento de 3,94% em 2013. O pagamento da equiparação salarial também possibilitou o pagamento da diferença do valor do piso, o que também ocorria.

Dessa forma, em 2012, foram pagas mais duas parcelas que totalizaram o percentual de 11,9%, com a implantação da equiparação salarial também começou a ser paga a diferença salarial do magistério com os valores e índices de reajuste do PSPN¹⁹. O índice que reajusta a data base dos servidores do estado do Paraná é o IPCA²⁰, o que invariavelmente acarreta diferenças de percentuais entre o índice da data base IPCA e o índice do PSPN - INPC.

¹⁹ O índice utilizado pelo MEC para calcular o reajuste do PSPN é o Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC.

²⁰ IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo.

No ano de 2013, foi paga a última parcela da equiparação salarial no percentual de 3,94%. No entanto, cabe registrar que houve sinalização de recuo por parte do governo quanto ao pagamento da última parcela; porém, após pressão da categoria, paralisações e campanhas na sociedade, foi efetivado.

No entanto, até a conclusão da equiparação salarial e o pagamento da diferença do PSPN, especialmente no ano de 2013, a entidade precisou empreender inúmeras ações para garantir o acordo feito pelo governo, tais como: assembleias estaduais extraordinárias para definição de encaminhamentos quanto à defesa do PSPN e do pagamento da última parcela da equiparação salarial, indicativo de greve em março de 2013, ingresso com ação judicial para garantir o pagamento retroativo da diferença salarial com o PSPN, panfletagens para a sociedade e comunidades escolares sobre as principais pautas da educação; atos regionais em cada núcleo sindical com vistas à preparação da paralisação ao indicativo de greve em 13 de março e paralisação nacional em abril, organizada pela CNTE em defesa do PSPN; além da permanente, contínua e sistemática dinâmica da mesa de negociação entre direção estadual da APP-Sindicato e o Governo.

Nesse período, a entidade se mobilizou em torno de algumas pautas mais emblemáticas na carreira do magistério, tais como a oferta e regulamentação do Plano de Desenvolvimento Educacional (PDE), oferta do cargo de 40 horas, equiparação salarial e implementação da Lei do Piso, praticamente todas as reivindicações ao mesmo tempo.

Nos relatórios de gestão do governo de Roberto Requião, foram apresentadas a prestação de contas de seu mandato, nesse sentido, observa-se no material que houve um reconhecimento da defasagem salarial histórica pela qual passavam os docentes, uma vez que destaca a implantação do plano de carreira como uma antiga reivindicação transformada em realidade, que segundo contido no texto "devolveu aos nossos mestres a dignidade que o descaso roubara e aviltara". (PARANÁ, 2004, p.13).

Para tanto, o governo relatou que a implantação do plano só foi possível graças à ampliação do percentual de investimento em educação que teria sido ampliado de 25%, determinado pela CF88, para 32%.

Ainda assim, por meio desse relatório, o governo destacou que com o plano o aumento salarial dos professores variou entre 61 a 102%, o que em média rendeu

um reajuste de 33% a toda a categoria.No entanto, essa variação não é a mesma indicada pelo sindicato (60% a 91%) o que evidencia supervalorização do governo em torno dessa política. Por fim, enfatizou que o plano proporcionaria possibilidade real de crescimento e avanço pessoal e intelectual ao magistério, a partir de uma proposta de modernização da carreira.

No ano de 2005, o relatório de gestão destacava a implantação do plano de carreira, ressaltando que 12.327 professores obtiveram promoções e 15.864 obtiveram progressões na carreira somente naquele ano.

Outro ponto interessante relatado pelo governo foi a afirmação que a substituição dos contratos de regime CLT, Processo Seletivo Simplificado (PSS) e convênios, por professores concursados no regime estatutário, permitiram "reduzir gastos com a folha de pagamento, podendo-se investir com mais qualidade no ensino público". (PARANÁ, 2005, p.50).

Entre os anos de 2007 e 2010 as progressões e promoções do magistério em decorrência do novo plano de carreira são ressaltados nos relatórios de gestão pelo governo, enfatizando tal instrumento como essencial para a valorização dos profissionais. Especialmente no ano de 2008, o reajuste de 15,5% aos professores é destacado no relatório.

No governo Beto Richa, o relatório de gestão de 2011 aponta como um dos grandes feitos na questão salarial, a concessão (essa foi a expressão utilizada no texto) parcial de equiparação salarial para 58.955 professores e em 2012 a concessão também parcial para 75.021 professores.

Do ponto de vista do material sindical, a questão da equiparação salarial foi resultado de muita luta do magistério organizado pelo sindicato, que se iniciou em 1998 com inúmeros seminários e debates em torno da necessidade de um novo plano de carreira que expressasse a valorização profissional do magistério.

A mobilização da categoria em torno desta reivindicação era bastante intensa, tanto que em 2001 conseguiram derrubar o PLADEPE que visava ao desmonte geral da carreira e substituição do regime estatutário pelo celetista.

Em 2002, o sindicato conseguiu levar esse debate aos candidatos ao governo do Paraná extraindo de alguns o compromisso de discussão e elaboração de um novo plano de carreira, inclusive esse compromisso foi considerado pelo então candidato Roberto Requião (PMDB).

Com a eleição de Requião, as negociações com o sindicato foram instaladas por meio de comissão com representantes da entidade e do governo. Como informado anteriormente, a defesa do sindicato era de um plano de carreira único para professores e funcionários de escola, seguindo orientação de trabalho intensivo pela valorização dos trabalhadores da educação adotada pela CNTE.

No entanto, o resultado do plano de carreira só contemplou a parcela do magistério, mais tarde foi elaborado um plano de carreira somente para funcionários, porém a APP-Sindicato reconhece que esse plano foi fruto de grande negociação e consenso com o governo, que o sindicato teve participação decisiva na elaboração do plano, como por exemplo, o acréscimo do nível III, como resultado de um programa de formação continuada aos professores da rede estadual.

Portanto, o resultado dessa negociação pode ser entendido por Bourdieu (2012) como resultado de uma tomada de decisões políticas, que requerem o conhecimento do universo e o domínio do espaço dessas decisões, posições convenientes, neste caso para ambos os lados, governo e sindicato, resultando na expressão do jogo político.

Jornada de Trabalho:

No que se refere à jornada de trabalho, em 2003, a entidade pautava o governo pela necessidade de ampliação da jornada para 40 horas daqueles professores que tinham 20 horas semanais, ali enfim iniciava outra grande campanha em prol do cargo de 40 horas, ou seja, a dobra de padrão.

Portanto, a reivindicação principal quanto à jornada de trabalho para o magistério foi a pressão, via seminários, audiências públicas e negociação, pela oferta do cargo de 40 horas para os professores que possuíam vínculos de 20 horas, esse formato (20 horas) é o principal parâmetro de contratação da rede estadual no vínculo estatutário, embora tenha existido regimes de contratação de 10 e 30 horas.

Essa reivindicação é uma oferta de modificação no regime de contratação e jornada do magistério daqueles servidores com 20 horas padrão, para 40 horas padrão. Isso porque muitos servidores dessa categoria que tinham 20 horas de contratação estatutária faziam até 20 horas no regime extraordinário.

Nesse sentido, em 2009, após estudos de uma comissão formada por representantes do sindicato e governo, foi publicado o Decreto 4213/2009, que amparou o processo do cargo de 40 horas e teve sua primeira oferta em 2009, final do governo Requião, por meio de uma seleção que pontuava tomando como critério principal o tempo de serviço na rede estadual.

Nos relatórios de gestão de 2009 e 2010, o governo destacava a pauta da alteração do regime de trabalho e jornada do magistério como um grande avanço na política de valorização profissional efetivada pelo governo, no qual 5.410 professores foram beneficiados, de um total de aproximadamente 18 mil inscritos.

Nesse caso, novamente, o que se percebeu foi o resultado de consenso e negociação do sindicato com o governo, essa pauta originalmente apresentava pouco potencial, porém foi crescendo e ganhando força em sua trajetória histórica, com a realização de muitas mobilizações da categoria, incluindo paralisações, o que levou a uma conjuntura de grande pressão ao governo e um contexto favorável de negociação; podemos dizer nesse sentido que o capital político da APP-Sindicato, traduzido na capacidade de mobilização de sua categoria que foi elemento decisivo para fazer com que essa pauta chegasse à agenda política e de negociação.

Assim, concorda-se com Bourdieu (2012) que a capacidade de mobilização do sindicato trata-se de capital político imprescindível para a organização da classe trabalhadora, nesse caso o sindicato, em que seus dirigentes, perceberam o potencial da reivindicação e organizaram a massa.

No governo Beto Richa, a APP-Sindicato cobrava do governo a finalização do processo da primeira oferta do cargo de 40 horas. A reivindicação por oferta de um novo processo de dobra de padrão, persistiu na agenda sindical entre os anos de 2012 a 2014.

No entanto, no ano de 2012, o Ministério Público Estadual do Paraná (MPE-PR) ingressou com uma ADI, alegando que a oferta do cargo de 40 horas era incompatível com a Constituição Estadual que somente permite o ingresso no serviço público após aprovação em concurso público. No início de 2013, o Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR) reconheceu a constitucionalidade do cargo de 40 horas, porém novo processo não foi realizado até o momento.

Mesmo com a finalização do primeiro processo de oferta do cargo de 40 horas no governo de Beto Richa, não há no relatório de gestão qualquer menção a esse processo na prestação de contas da SEED.

Movimentação no Plano de Carreira:

Uma das grandes lutas do sindicato para a movimentação dos professores no plano de carreira foi, sem dúvida, a implantação do Programa de Desenvolvimento Educacional (PDE), mecanismo exclusivo para o ingresso do magistério no nível III do plano de carreira, sua pauta foi bastante recorrente no período de 2004 a 2014.

Entre os anos de 2004 a 2010 - Governo Requião - a entidade atuou em diversas frentes na defesa e implantação do PDE, uma vez que com a aprovação do novo plano de carreira dos professores, em 2004, e a previsão da realização do PDE para ascensão dos docentes ao nível III, as reivindicações do magistério em torno do programa, aparecem com mais intensidade no pedido de implantação e regulamentação do programa.

O objetivo do programa é a formação continuada dos docentes, afastando-os das atividades escolares integralmente pelo período de um ano e 25% de sua jornada no segundo ano, para realização de estudos e atualização profissional em universidades públicas, com a finalidade de implementar na escola de atuação um projeto com vistas à melhoria e inovação de sua prática educativa.

Para concorrer à participação do programa, o docente deve estar no Nível II, mínimo classe 8, porém somente avança após passar pela classe 11, ou seja, após transitar pelos níveis I e estar se aproximando do final do nível II, o docente já pode concorrer à seleção do PDE, no entanto somente ascenderá ao nível III, quando terminar toda a sua movimentação no nível II.

Em 2006, muitas ações da APP-Sindicato se voltaram para pressionar o governo em torno da implantação do PDE, projeto previsto no plano de carreira dos professores e que dá acesso ao nível III do mesmo plano e novamente após composição de uma comissão entre sindicato e governo, ocorreu a primeira oferta do programa em 2007, sendo que na primeira turma ingressaram 1.200 professores.

Em 2008, ocorreu nova oferta para mais 1.200 docentes. Para a seleção dos professores nas duas primeiras turmas (2007 e 2008) foram realizadas provas escritas e de títulos. No mesmo ano de 2008, as reivindicações eram em prol da alteração do decreto do PDE.

Em 2009, o processo de seleção mudou, consistindo na trajetória de carreira do professor, cursos realizados e pré-projeto, para essa turma foram ofertadas 2.400 vagas.

Nesse período, a APP-Sindicato passou a pressionar o governo para que o PDE fosse uma política de formação continuada do estado do Paraná, ações em torno de negociações e mobilizações da categoria foram fundamental para que em 2010, ocorresse a aprovação da Lei Complementar nº 130/2010, regulamentando os critérios de ingresso, professores habilitados para participação do processo e a instituição da garantia de ingresso de pelo menos 3% do efetivo do magistério por ano no programa.

Uma vez conquistada a ideia do PDE enquanto política de estado, nos anos seguintes – governo Beto Richa – a pauta em relação ao PDE passou a ser a garantia de que os professores que tinham aulas extraordinárias quando da seleção também pudessem ter dispensa dessa jornada para a realização do PDE, o que foi garantido até 2011.

Essa reivindicação, no entanto, não avançou e segue sem negociação com o governo, portanto os professores que realizam o PDE apenas são liberados de sua jornada padrão. Cabe ressaltar que no ano de 2015 não houve oferta do programa, pois o Estado atrasou o repasse de recursos que mantêm o programa para as universidades, acarretando no atraso do calendário de oferta do PDE.

No relatório de gestão do governo em 2007, o PDE é descrito como um programa de formação continuada com o objetivo de aprimoramento da qualidade educação básica, o qual articula atividades entre SEED/ Secretaria de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SETI) e universidades públicas estaduais e federais que demandaram investimentos na marca de R\$ 5,8 milhões, em 2008 o investimento passa para R\$ 7 milhões.

Nos anos seguintes até 2011, as prestações de contas dos governos ressaltam a certificação do programa, relatando os valores envolvidos para

implantação do programa e número de professores beneficiados, bem como o número de docentes que fizeram a transição para o nível III da carreira.

A partir de 2012, outro mecanismo de ingresso no PDE é negociado entre sindicato e governo, que é o aproveitamento das titulações de Mestrado e Doutorado dos docentes para transição ao nível III. Esse mecanismo aparece também nos relatórios de gestão, outro ponto interessante é que não há redução significativa de ofertas de vagas aos professores que iriam realizar o programa na íntegra.

Nesse caso, fica evidente o poder de negociação do sindicato, uma vez que essa pauta somente apareceu no plano de carreira devido à capacidade e qualidade técnica dos integrantes da direção sindical em negociar a articulação entre o programa e a ascensão ao nível III.

Também se deve ao poder de convencimento de que a formação continuada dos professores era imprescindível para a melhoria da qualidade educacional e que essa formação deveria ser mais consistente e completa, considerando que os professores com maior tempo de serviço seriam, *a priori*, os que ingressariam no programa.

O reconhecimento por parte do governo de que o programa consistisse numa política permanente de formação continuada, política de Estado, é resultado de um processo intenso de trabalho do sindicato no desenvolvimento da compreensão de um conceito de valorização profissional.

Concursos:

Para finalizar a análise do bloco de carreira, relatamos a seguir as principais reivindicações do componente: Concursos. Esse item foi e é bastante recorrente nas reivindicações da APP-Sindicato.

Nos anos de 2003 e 2004, a entidade reivindicava a oferta de concursos para professores, era necessário, de acordo com o sindicato, aproximadamente 10 mil vagas. O último concurso que o Estado havia realizado foi em 1994, a conjuntura do período Lerner era de contratação via CLT, pelo ParanáEducação.

Nesse contexto a APP-Sindicato entendia que a realização de concursos, de forma a substituir as contratações de regime celetista para o regime estatutário, era fundamental para a valorização profissional, isto porque traz os benefícios da

estabilidade, evita a insegurança dos contratos precários, reafirma os pilares do serviço público e garante o cumprimento do princípio constitucional que determina o ingresso no setor público via concurso. (30 de agosto, março, 2004)

Nos anos de 2005 e 2007, novamente a categoria exigiu novos concursos para professores.

Em 2010, as solicitações foram a posse dos professores aprovados no concurso 2007, a revisão dos casos considerados inaptos dos concursos de 2007 e a ampliação de vagas e chamamento dos funcionários aprovados concurso 2005 - Agente I.

O pedido de novas ofertas de concursos para professores voltou para a agenda de reivindicação sindical em 2012, 2013 e 2014.

Do ponto de vista dos governos, os relatórios de gestão apresentam que no ano de 2004, foi realizado concurso para 9.943 vagas e nomeado 4.000 professores do concurso de 2003. Em 2005 foram nomeados 12.616 professores do concurso de 2004.

Em 2007, novo concurso para professores foi realizado, para preenchimento de 14.287 vagas, além de que nesse ano foi realizada a nomeação de mais de mais de 33 mil servidores dos concursos de 2003 e 2004. No ano de 2009, 10.277 professores foram nomeados em função do concurso de 2007.

Entre 2011 e 2012, governo Beto Richa, o relatório do governo trouxe em sua prestação de contas a nomeação de 2.395 (2011) e 11.565 (2012) professores do concurso de 2007 bem como a análise para abertura de novo concurso entre professores e funcionários.

Embora a contratação PSS não atenda à reivindicação de concursos do sindicato, destaca-se, via relatório de gestão, a contratação de 33 mil servidores em 2011 e 35 mil em 2012 no regime PSS, a título de comparação, em 2010 foram 25 mil no regime PSS. Isso evidencia o crescimento da contratação via PSS neste governo, ressalta-se que até 2012 o governo não havia implantado a ampliação da hora-atividade. No ano de 2013 realizou concurso para 13.771 vagas de professores.

Esta reivindicação pode ser considerada complexa, ao mesmo tempo que o sindicato cobra a realização de concursos, ele também enfatiza a dobra de padrão

por se tratar de uma pauta que exige disponibilidade orçamentária, o que acaba interferindo na negociação sobre concursos.

De modo geral, a defesa que aparece na pauta de reivindicação de 2014 em torno da realização de concurso público é apresentada de forma genérica, vejamos:

Concurso público para professores/as e funcionários/as que supra as necessidades reais das escolas
Realização imediata de novos concursos por Universidades Públicas, que supram as reais necessidades das escolas, com vagas também para as substituições em todas as licenças previstas em Lei.
Acompanhar as demais etapas do concurso em vigência, para professores/as, garantindo que sejam respeitados os direitos de todos/as candidatos/as. (APP-SINDICATO, 2014)

Sendo assim, observamos uma fragilidade de argumento sem necessariamente um diagnóstico real da necessidade, nossa avaliação é que isso acontece em função da pauta do cargo de 40 horas que tem se constituído demanda central ao mesmo tempo que exige a mesma disponibilidade orçamentária e a criação de cargos dentro dos limites e das possibilidades do governo.

O segundo bloco de análise do campo da negociação é o de **condições de trabalho** composto pelo debate sobre a **hora-atividade**.

O contexto da implantação da hora-atividade foi bastante difícil, os primeiros 10% de hora-atividade foram conquistados, em 2000, após intensa greve da categoria na qual ocorreu, inclusive, greve de fome, em 2002, o percentual de hora-atividade passou para 20%.

A pressão pela implantação da hora-atividade teve relação com o previsto no art. 67 da LDB, que expressava como mecanismo de valorização profissional "período reservado a estudos, planejamento e avaliação, incluído na carga de trabalho", portanto podemos afirmar que essa demanda estava na pauta sindical desde a aprovação da atual LDB.

A aprovação do novo plano de carreira, em 2004, reafirmou e regulamentou os 20% de hora-atividade na jornada dos professores paranaenses.

No entanto, o tema da hora-atividade sempre esteve na pauta sindical nacional, em especial em 2008, quando foi promulgada a Lei PSPN, a qual previa a destinação de 1/3 da jornada para a hora-atividade. Na ocasião, a CNTE e suas afiliadas iniciaram intensa campanha nacional pela implantação de 33% de hora-

atividade, portanto, a nesse período a APP-Sindicato passou a reivindicar a ampliação da hora-atividade de 20% para 33%.

A defesa da APP-Sindicato em relação à implantação da lei do Piso, se ateve desde a defesa do valor mínimo a ser empregado nos vencimentos dos professores até a implantação de 1/3 de hora-atividade na jornada dos professores. A campanha organizada pela CNTE foi seguida com avidez pela entidade. Mesmo quando o governador Roberto Requião ingressou com ADI do piso, a entidade persistiu nas tentativas de negociação e na mobilização da categoria em torno da implementação do piso e dos 33% de hora-atividade.

Essa é uma questão que exige uma apreciação mais cuidadosa no sentido de que um governo que vinha negociando com o sindicato realiza uma medida que contraria os interesses da categoria e que provoca uma ruptura na relação entre governo e categoria.

Durante todo o período em que a Lei do Piso estava aguardando a avaliação do STF, a APP-Sindicato permaneceu em permanente mobilização realizando atos, paralisações e até mesmo buscando uma negociação com o governo, ao mesmo tempo em que acompanhava juridicamente a tramitação da ADIN junto ao STF. Portanto, a ação sindical em torno desta pauta permaneceu de forma intensa e insistente na busca de uma possível negociação.

No entanto, não houve ataque direto, por parte do sindicato, ao governo do Estado do Paraná, muito embora tenha sido um dos autores da ADIN, isso porque talvez o próprio sindicato tenha reconhecido que apesar de tal situação, muitos avanços que foram implementados pelo governo, sobretudo na área educacional.

Em 2011, o STF negou a inconstitucionalidade do PSPN e em 2012, após várias mobilizações, o governo Beto Richa assumiu o compromisso em implantar os 33,33% de hora-atividade em 2013. No entanto, recuou e pôs em discussão a jornada dos professores em hora-relógio, dessa maneira o percentual já disponibilizado nos 20% de hora-atividade estaria atendendo o previsto na lei do piso, essa tentativa de modificar a compreensão da jornada de trabalho de hora-aula de 50' para hora-relógio, foi rejeitada veementemente pelos professores.

Em janeiro de 2013, o governo implantou 25% de hora-atividade na jornada dos professores e em julho implantou 30% de hora atividade, prometendo efetivar os 3,33% em janeiro de 2014. Novamente recuou do prometido e, no mesmo ano, os

professores passaram a efetivar a campanha da APP-Sindicato denominada “Hora-atividade Pra Valer”, na qual os professores forçavam, à revelia do governo, a efetivação do restante do percentual, num sistema de rodízio, ou seja, todas as semanas os 3,33% de hora-atividade eram realizados no último horário num determinado dia da semana, em todas as escolas da rede estadual.

Em abril de 2014, a categoria realizou uma greve de uma semana cuja finalidade central era a implantação total do 1/3 de hora-atividade. Dessa maneira, o governo retomou as negociações e propôs a implantação total da hora-atividade para agosto de 2014, porém até que a hora atividade fosse implantada no prazo previsto, o governo ofertou uma compensação em pecúnia para pagamento dos 3,33% faltantes para o cumprimento do 1/3 de hora-atividade. Essa proposta foi aceita pela categoria e até agosto de 2014 os 3,33% faltantes foram sendo pagos na forma de aulas extras. Em agosto de 2014, a reivindicação foi implantada pelo governo, atingindo um percentual de 35% de hora-atividade.

Não há menção nos relatórios de governo de 2013 ou 2014 sobre a ampliação da hora-atividade.

A seguir trazemos as reivindicações da APP-Sindicato, em 2015, tomando como elemento articulador da conjuntura o contexto da reeleição do governador do Estado e o movimento grevista, que fora emblemático para a história do serviço público paranaense e de todo o Brasil.

6.1 CONJUNTURA POLÍTICA E MOVIMENTO GREVISTA NO ESTADO DO PARANÁ EM 2015

O contexto de reeleição do governador Beto Richa foi resultado de ampla aliança com o campo político da direita, o qual trazia para sua campanha sujeitos conhecidos no cenário político pelo forte apelo populista.

Para sua campanha ao Estado, o governador conseguiu aliar-se ao deputado federal Ratinho Júnior (PSC) que foi cooptado politicamente pelo governador após as eleições municipais de 2012, uma vez que o candidato do PSC concorreu à prefeitura de Curitiba e teve uma melhor *performance* eleitoral, em relação ao candidato apoiado por Beto Richa, na época o prefeito de Curitiba,

Luciano Ducci, que ficou de fora da disputa pelo 2º turno, o qual foi pleiteado entre Ratinho Júnior e Gustavo Fruet.

Outra figura de grande peso político no Estado do Paraná, devido também ao forte apelo populista era o deputado federal Fernando Francischini (SD), que tem como capital político a sua atuação como delegado da Polícia Federal e que também veio somar apoio à campanha eleitoral do Beto Richa.

Além da aproximação estratégica com a ala populista, também conseguiu se alinhar com alas tradicionais do Paraná como a família Barros, por exemplo, na qual Cida Borghetti (PP), esposa de Ricardo Barros, ex-prefeito de Maringá, ex-deputado estadual, ex-secretário de governo de Beto Richa e atual deputado federal líder do governo Dilma (PT) na câmara de deputados²¹, ocupa a cadeira de vice-governadora.

Portanto, sua composição de alianças combinou políticos populistas, sujeitos de tradição política e de tradição política familiar, de alinhamento mais tradicional e conservador.

O plano de reeleição organizado com apoio da elite paranaense (DEM, PSB, PROS, PP), parceiros desde 2010 e a ala popular conservadora (PSC, Solidariedade, etc.) garantiu sem grandes dificuldades a reeleição de Beto Richa ainda no primeiro turno, com 56% dos votos.

O plano de governo de Beto Richa para o período de seu segundo mandato reporta-se à valorização profissional dos servidores públicos como elementos já concedidos ao conjunto dos trabalhadores da educação, vejamos:

- Dívidas históricas foram solucionadas, como a equiparação salarial dos professores com os demais técnicos de nível superior do executivo estadual.
- Aumento acumulado de mais de 50% no salário dos professores.
- Ampliação em mais de 50% a hora-atividade.
- 17.261 professores contratados por concurso público e aberto um novo concurso para mais 13.000.
- Qualificação Profissional - cerca de 7 mil professores em cursos de pós-graduação - especialização, mestrado e doutorado. (Plano de governo 2015-2018)

²¹ O deputado federal Ricardo Barros do PP é líder do governo federal do PT por conta da conjuntura de alianças formada em torno da candidatura da Presidenta Dilma, o fato de seu partido fazer parte do governo Beto Richa é uma temática complexa, não vem ao caso nesta pesquisa analisar seu posicionamento no governo federal.

De modo geral apresentou propostas que se resumiram à formação continuada com vistas à melhoria dos resultados de aprendizagem e também apresenta a promessa de manter o diálogo com a APP-Sindicato.

No entanto, já no início do ano de 2015, a promessa é quebrada. Com a crise financeiro no caixa do Estado por causa de um rombo de aproximadamente R\$ 3 bilhões referente ao primeiro mandato, o governador Beto Richa, pede à ALEP a instalação da Comissão Geral para aprovação de um pacote de medidas que tinha como intenção alterar direitos do magistério público, como licença especial; alteração do fundo previdenciário, com extinção do Paraná Previdência, sendo que o saldo seria transferido para o Fundo Financeiro do Estado e haveria a criação de um regime de previdência complementar; implantação da nota fiscal paranaense; parcelamento dos tributos devidos e criação de um cadastro estadual para reduzir a inadimplência dos tributos; alteração no recolhimento de taxas e impostos, entre outros.

Além disso, o endurecimento da linha econômica de gestão do Estado com a posse do Secretário Mauro Ricardo da Secretaria de Fazenda e sua defesa do enxugamento de gastos via serviço público, e também a posse do Secretário de Educação, Fernando Xavier Ferreira, ex-presidente da Companhia Telefônica privatizada ainda nos anos 1990, que foi secretário executivo do Ministério das Comunicações no período FHC, quando auxiliou nos processos de privatização das telecomunicações no Brasil e atualmente pertence ao quadro do Conselho de Administração do Grupo Positivo²², portanto de linha econômica privatista, fez com que o quadro de descontentamento dos servidores fosse significativamente ampliado.

As medidas presentes no pacote do governo aliadas à promoção de uma série de mudanças que afetavam diretamente o porte das escolas, com o intuito de reduzir gastos, cortava em média de 30% a 40% o porte das escolas, retirava os programas especiais desenvolvidos nas escolas, tais como sala de apoio, hora treinamento e inclusive determinava o corte de programas mantidos em parceria com o governo federal, como o Mais Educação, foram fatores determinantes para a eclosão da primeira greve dos servidores da educação no ano de 2015. Esses

²² Informação disponível em: <<http://goo.gl/0d3Pjk>> Acesso em: 10 dez. 2015.

cortes no porte e nos programas especiais evidentemente resultariam em corte de pessoal.

Outros fatores como o não pagamento de um terço de férias ao funcionalismo público e o não pagamento das rescisões contratuais dos professores temporários, também foram de grande relevância para o contexto que se formava.

Diante do quadro de insatisfação geral e aprovação da Comissão Geral para aprovação do pacote de medidas do governo no dia 10 de fevereiro de 2015, os trabalhadores da educação pública do Paraná, que já estavam em greve desde o dia 09 de fevereiro de 2015, ocuparam a ALEP no dia 11 de fevereiro de 2015, impedindo a instalação da Comissão Geral.

Após barrarem a aprovação do pacote de medidas e com a promessa do governo de discutir amplamente a reforma previdenciária com o Fórum dos Servidores (instância que agrega os sindicatos das demais categorias do serviço público do Paraná), as semanas seguintes que sucederam a ocupação da ALEP, foram de negociações entre sindicato e governo, especialmente quanto ao pagamento dos atrasados, como férias e rescisões contratuais e o restabelecimento do porte das escolas com base no ano de 2014, com o retorno dos trabalhadores da educação para as escolas no início de março de 2015.

No mês de abril, os servidores públicos foram surpreendidos com a informação de que o projeto de lei que alterava o regime próprio de previdência dos servidores públicos do Paraná estaria entrando em pauta na ALEP.

De modo geral, os fundos de previdência dos servidores eram constituídos pelos fundos Militar, Financeiro e o Previdenciário, mantido pelo Paraná Previdência, onde estavam alocados, respectivamente, os servidores militares, os servidores que ingressaram antes de 1998 e os servidores que ingressaram após 1998.

A proposta foi de extinção do regime previdenciário via Paraná Previdência, cujo saldo era de mais de 8 bilhões de reais que foram transferidos para o caixa do Estado e a transferência desses servidores para o Fundo Financeiro. Outra situação trazida pela reforma era a instituição do "teto" previdenciário aos novos servidores e criação de previdência complementar.

O receio maior dos sindicatos e suas respectivas categorias era de que provavelmente a médio e longo prazo o Fundo Financeiro não tenha "fôlego" para garantir a aposentadoria de milhares de servidores.

Diante disso, os servidores da educação, que já estavam em estado de greve desde fevereiro, decidiram em assembleia no dia 25 de abril de 2015, retomar a greve da educação como forma de barrar o avanço do projeto de reforma previdenciária.

No entanto, antes da retomada da greve, foram inúmeros os atos e mobilizações organizados pela APP-Sindicato, acampamentos em frente ao Palácio do Governo, eventos que tinham forte sensibilização não só da categoria, mas de toda a sociedade paranaense que ajudava na organização dos professores como podiam, doando alimentos, águas, roupas, colchões e cobertores.

A APP-Sindicato conseguiu organizar grandes marchas em Curitiba que reuniram mais de 20 mil profissionais da educação e outros movimentos sociais como forma de pressionar o governo para o atendimento das reivindicações e mostrar para a sociedade a luta dos trabalhadores.

Ainda nesse período, o conjunto de atividades como palestras sobre a previdência e inúmeras atividades culturais foram realizadas no acampamento dos professores. Além das emblemáticas recepções aos locais e cidades de visitas dos parlamentares da ALEP, visitas às suas casas, incluindo um acampamento com café da manhã e vigília em frente às casas dos deputados líderes do governo e da ALEP, Luiz Cláudio Romanelli (PMDB) e Ademar Traiano (PSDB), respectivamente. Também houve acampamento em frente à casa do governador.

Todas essas ações e mobilizações eram decididas pelo comando estadual de greve e conselho estadual da APP, que reuniam integrantes da direção estadual e das oposições à APP-Sindicato estadual. Essa aliança entre direção estadual e oposições foi fundamental para a organização da classe trabalhadora, uma vez que se uniram em torno das reivindicações dos profissionais da educação, a articulação entre direção estadual e oposições foi marcada por intensa disputa pelas decisões e principalmente pelos encaminhamentos políticos.

No dia 27 de abril, milhares de servidores, em grande maioria os da educação, passaram a protestar na ALEP, onde o projeto se encontrava. No dia 29 de abril, dia em que o projeto entrou em regime de votação, os servidores ainda mantinham a esperança de barrar o projeto ou que ele não fosse votado. Uma comissão constituída por parlamentares da instância federal, como os Senadores Gleisi Hoffmann (PT), Roberto Requião (PMDB), e outros deputados federais do

Paraná, e autoridades parlamentares de outros estados, dirigiram-se até a ALEP para providenciar negociação com os deputados estaduais.

Enquanto isso, do lado de fora, a ALEP estava cercada de forte segurança militar, impedindo nova ocupação da casa pelos servidores públicos, como ocorrera em fevereiro de 2015.

Durante todo dia, os servidores sofreram ameaças, como o sobrevôo do helicóptero do governo em cima do acampamento dos servidores, pela manhã, já havia ocorrido um confronto menor entre servidores e Policiais Militares (PM), quando alguns professores foram agredidos diante de câmeras das redes de TV presentes no protesto.

Por volta das 14 horas, iniciou-se o processo de votação na ALEP, houve indignação geral, e os servidores, que eram em maioria da educação, tentaram novamente ocupar a "Casa do povo", e foram fortemente reprimidos pela PM com bombas, gás de efeito moral, balas de borracha e *spray* de pimenta, houve excesso de repressão policial e centenas de professores e funcionários de escola foram feridos.

O ocorrido causou forte comoção social, tornou-se pauta jornalística de várias emissoras e mídias em todo o Brasil e internacionalmente. O projeto de reforma da previdência foi aprovado na ALEP, composta por ampla bancada governista.

O massacre vivido pelos servidores abalou profundamente a estrutura governista, o secretário de Educação, foi demitido e o de Segurança, Deputado Fernando Francischini, devido à pressão vivenciada no círculo político, pediu demissão.

Na sequência, os trabalhadores da educação em assembleia histórica realizada em um estádio de futebol de Curitiba com mais de 10 mil trabalhadores da educação decidiram pela manutenção da greve, primeiramente, como protesto pelo massacre vivenciado e também por conta da manutenção da data base e o reajuste do índice inflacionário para o período, o que se esperava segundo cálculos do DIEESE era uma reposição de 8,17%, enquanto o governo não apresentou contraproposta.

Durante mais de 30 dias de greve novamente a APP-Sindicato realizou grandes mobilizações, muitas delas com apoio de diversos movimentos sociais, tais

como marchas, acampamentos, recepções, ocupação aos núcleos regionais de ensino e outras duas ocupações muito importantes para a pressão da categoria sobre o governo, que foi a ocupação da Secretaria da Fazenda por quase uma semana e da SEED.

Ao final das negociações, após mais de 30 dias em greve e mediação dos parlamentares estaduais, principalmente do líder do governo, o deputado Romanelli com os sindicatos dos servidores públicos, o governo apresentou como proposta de reajuste inflacionário de 2015 um índice de 3,45% e a promessa do governo do pagamento de outros 8% em janeiro de 2016.

Dessa maneira, a proposta foi levada para outra assembleia histórica também realizada em um estádio de futebol, onde os trabalhadores da educação decidiram pelo retorno ao trabalho nas escolas, não porque aceitaram a proposta dos parlamentares, mas por entenderem que a greve não estava surtindo o resultado esperado.

De maneira geral, nos dois casos, primeira e segunda greves, o que se viu por parte dos trabalhadores foi um enfrentamento às medidas de austeridade que visavam à perda de direitos dos profissionais da educação, portanto tratou-se movimento de resistência, por outro lado o que se viu por parte do governo foi a repressão violenta direcionada aos servidores.

6.2 ANÁLISE DAS NEGOCIAÇÕES ENTRE SINDICATO E OS GOVERNOS ROBERTO REQUIÃO E BETO RICHA

De modo geral, a análise das negociações entre sindicato e os governos no período de 2003 a 2015, levando em consideração as reivindicações presentes na estratégia de negociação, tais como: salário, jornada de trabalho, movimentação na carreira, concursos e hora-atividade; atrelando aos temas presentes na estratégia de greve, nos permite a análise diferenciada sobre os processos de negociação nos diferentes governos.

No governo Roberto Requião (PMDB) de 2003 a 2010, podemos dizer que, em relação ao tema salário, houvera avanços significativos na perspectiva da implantação do novo plano de carreira com a previsão de mecanismos de ascensão profissional.

Não se pode negar que no contexto político anterior ao governo de Requião o que se percebia era uma conjuntura de profunda desvalorização profissional e defasagem salarial, portanto o governo Requião conseguiu se utilizar do resultado do plano de carreira de maneira muito forte politicamente, tanto é que seus relatórios de gestão de vários anos consecutivos à implantação do plano de carreira faziam menção da temática como política de governo que conseguiu "devolver" o respeito ao magistério paranaense. Em outras palavras, Roberto Requião conseguiu governar na "espuma da onda" do plano de carreira nos dois mandatos.

Nesse caso, a conjuntura estabelecida com a aprovação de um novo plano de carreira deu ao governo Requião a legitimidade em torno do discurso perante a sociedade; no entanto, como dito anteriormente, tratou-se de um consenso, uma negociação, entre o governo e o sindicato.

Para Bourdieu (2012), esse jogo político determina a manifestação de um discurso de legitimação, de arrematação e de posse, vejamos:

A intenção política só se constitui na relação com um estado do jogo político e, mais precisamente, do universo das técnicas de ação e de expressão que ele oferece em dado momento. Neste caso, como em outros, a passagem do implícito ao explícito, da impressão subjetiva à expressão objetiva, à manifestação pública num discurso ou num ato público constitui por si um ato de instituição e representa por isso uma forma de oficialização, de legitimação (...) a instituição entendida como o que já está instituído, já explicitado, exerce ao mesmo tempo um efeito de assistência e de licitação e um efeito de arrematação e de mudança de posse. (BOURDIEU, 2012, p. 165)

Então, nesse caso, o que se percebe é uma apropriação do governo, mesmo que no discurso, do resultado de uma luta histórica da classe trabalhadora.

Porém, ao mesmo tempo que o governo Requião se coloca como responsável pela implantação do plano de carreira, outra reivindicação da seara salarial, que foi a equiparação salarial com os demais servidores com o mesmo nível de formação dos professores, somente se efetivou completamente no governo Beto Richa (PSDB), mesmo porque essa pauta havia sido acolhida na campanha eleitoral pelo candidato a governador.

No que se refere à jornada de trabalho, verificamos que o sindicato conseguiu trazer a pauta da jornada de 40 horas, dobra de padrão, para a agenda política, num processo que demandou uma campanha sindical de aproximadamente sete anos, o que demonstra que não houve facilidade para negociar essa pauta com

o governo, mas enfim ela avançou ao final do governo Requião quando se instalou uma comissão para estabelecer os critérios do processo e se realizou a primeira oferta da dobra de padrão entre 2009 e 2010.

No governo Beto Richa, ocorreu o questionamento da legalidade do processo de dobra de padrão pelo Ministério Público, o que impediu a oferta durante seu primeiro mandato, dificultando uma avaliação consistente do movimento dessa demanda na agenda de negociação com o governo.

Sobre a movimentação na carreira, especificamente a oferta do PDE, percebemos a existência de um certo empenho do governo Requião na oferta e regulamentação do processo, considerando que a criação do programa se deu exclusivamente por conta da efetivação do plano de carreira, com a oferta da primeira turma em 2007 e regulamentação do programa como política de formação continuada do governo do Estado, garantindo que o programa se efetivasse como um mecanismo de valorização do magistério independente do governo.

No governo Beto Richa, perceberam-se também avanços nessa temática quando possibilitou o aproveitamento dos títulos de mestrado e doutorado para a transição dos professores do nível II para o nível III, defesa histórica do sindicato desde a criação do PDE. No entanto, verifica-se que a ausência de oferta da turma de 2015, no contexto do movimento grevista de 2015, pode identificar uma política de desvalorização dos professores, uma medida que dificulta a ascensão de milhares de professores, não deixa de ser observado também pelo viés econômico, tanto na economia da oferta do programa, como na substituição dos professores em afastamento, como no impedimento de crescimento profissional, traduzido em salário.

Na conjuntura de concursos, observamos em dois mandatos de Roberto Requião, a realização de quatro processos de concurso para o magistério (2003, 2004 e 2007), configurando dois concursos no primeiro mandato, além de nomeações de professores chegando a mais de 50 mil professores contratados no regime estatutário entre 2003 a 2010.

No governo Beto Richa, ocorreu apenas a oferta de um concurso, em 2013, durante o primeiro mandato. Além disso os relatórios de gestão apontam um aumento expressivo de contratação de servidores PSS, em 2010 foram 25 mil, em

2011 foram 33 mil e 2012 foram 35 mil. Além disso, entre os anos de 2011 e 2014 foram nomeados apenas aproximadamente 14 mil professores.

Para Supiot (2008), é importante a relação de serviço no espectro do serviço público idealizada a partir do estatuto que rege a relação de serviço entre empregador e empregado, no serviço privado a relação se dá pelo contrato, portanto a relação estatutários e temporários é uma relação complexa, pois os últimos embora fazendo parte do quadro do serviço público, não estão cobertos pelo regime estatutário.

No contexto da hora-atividade, o avanço da pauta sindical é nítido no governo Beto Richa, uma vez que o governo Requião foi um dos requerentes do questionamento da Lei do Piso.

No entanto, a implantação dessa demanda exigiu constante empenho e estratégias diversificadas pela categoria, desde mobilizações, cumprimento da integralidade da hora-atividade à revelia do governo e greve, em especial após a avaliação da constitucionalidade da Lei do Piso em 2011, período do governo de Beto Richa, o qual encerrou essa reivindicação com a implantação total de 35% de hora-atividade em 2014.

Diante da análise apresentada, verificamos que houve avanços tanto no governo Roberto Requião quanto no governo Beto Richa. Os avanços do governo Requião são mais significativos na perspectiva da carreira, de forma que a implantação do plano de carreira e a realização de concursos públicos fossem determinantes para o sucesso político desse governo com o magistério. No governo Beto Richa, também houve destaque na questão salarial como a efetivação da equiparação salarial, promessa eleitoral quando então candidato. Já o avanço da ampliação da hora-atividade ocorreu num contexto que demandou extrema organização e luta da categoria apresentando resultado positivo para o magistério.

O que de fato diferencia em grande medida o governo de Requião (PMDB) e de Richa (PSDB) é, sem dúvida, a conjuntura grevista de 2015, na qual em um primeiro momento o governo visava à retirada de direitos dos servidores públicos do Estado.

E em especial a segunda greve, o contexto do massacre de 29 de abril, no qual o governo busca a execução da "apropriação" do fundo previdenciário dos servidores paranaense, quadro composto em maior parcela pelos professores do

sistema público estadual, devido a intensa repressão aos professores por meio da polícia militar com o intuito de resguardar a votação sobre o sistema previdenciário que ocorria na ALEP, que resultou nos ferimentos de centenas de professores, episódio esse que se configurou em extrema barbárie.

As negociações do sindicato com os dois governos, Requião e Richa, ocorreram de modo diferenciado levando em consideração as posições de cada governo. Se por um lado a concepção de negociação do sindicato sempre esteve ao lado da defesa dos interesses dos trabalhadores da educação pública, por outro lado cada governo atuou de acordo com os interesses de seus grupos políticos, de suas dominações políticas.

A disputa pelo poder sempre esteve presente nos processos de negociação, mediadas pelas concepções políticas que defendiam cada grupo político, sindicato e governo.

Houve uma evidente aproximação da defesa ideológica entre sindicato e governo Requião, que ficou em "xeque" quando do ingresso da ADIN pelo Estado do Paraná no caso da lei do piso, no entanto, aparentemente, se percebe um certo reconhecimento por parte da APP-Sindicato quanto aos avanços de sua classe, impedindo enfrentamentos mais incisivos contra o governo, uma vez que não se pode negar uma linha de gestão mais progressista no governo Requião.

Por outro lado, avanços históricos para a pauta corporativa do magistério, tais como a implementação do 1/3 de hora-atividade e a total equiparação salarial, se dão somente no governo Beto Richa, evidentemente que ocorreram em meio a uma intensa mobilização sindical da categoria.

Portanto, de acordo com Bourdieu (2012) é possível dizer que as negociações do sindicato têm muito a ver com o jogo político presente nas relações de disputa pelo poder, neste caso de disputa pela agenda política. Essa força política que advém da organização sindical é a autoridade da entidade presente no campo político.

Para Bourdieu (2012) a disputa pelo poder é operada na relação entre sindicato e governo, portanto, nela estão presentes os interesses políticos daqueles grupos que os constituem, portanto podemos dizer que a proximidade de projetos políticos, postos entre sindicato e o governo Requião, facilitaram os processos de negociação sobre a pauta da classe trabalhadora no período, enquanto os processos

de negociação com o governo Richa exigiram uma maior gama de ações sindicais em torno da pauta corporativa da categoria para que ela chegasse à agenda de negociação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um dos objetivos centrais dessa tese foi verificar como a ação sindical da APP- Sindicato incide sobre a agenda política em diferentes governos, neste sentido é importante destacar que o movimento de negociação com os governos, bem como a dinâmica da ação sindical apresenta estreita articulação com a conjuntura econômica do Estado, ou seja, os fatores de negociação e ação sindical se definem para além dos perfis políticos dos governos.

Dessa maneira, um o processo de negociação, diante de um contexto econômico favorável e de boa arrecadação de recursos, permite a negociação de pautas que exijam investimentos ou ampliação de direitos, resultando em avanços para a categoria. Por outro lado, um contexto de menor arrecadação e crise econômica, resulta em menos avanços da pauta sindical, bem como demanda mais ações de tensionamentos dos sindicatos para com o governo.

Neste sentido, cabe destacar que a conjuntura econômica, nos governos Requião e Richa, são diferenciadas, ou seja, enquanto que Requião governou num período mais propício da economia, tanto nacional, quanto local, com aumento de arrecadação e de transferência de recursos do governo federal, proporcionando um processo de negociação mais positivo para o magistério público, é possível observar que, por outro lado, que o governador Beto Richa conduziu o estado do Paraná num contexto de crise econômica e redução de investimentos do governo federal, o que por consequência interferiu no processo de negociação e avanço das reivindicações da APP-Sindicato.

Cabe destacar que o contexto apresentado, anteriormente, trata de uma forma de análise do processo de negociação da pauta sindical com o governo, no entanto não ele não é a única análise possível haja vista que os perfis ideológicos e plataformas de programas de governo entre Requião e Richa são diametralmente opostas, um se reconhece no campo ideológica da esquerda e outro que apresenta práticas neoliberais de governo.

Nesse sentido, investigamos quais foram as principais demandas do magistério público paranaense entre 2003 e 2015, as estratégias utilizadas pelo sindicato para fazer avançar a agenda corporativa e como ocorreram as

negociações com os governos de Roberto Requião (PMDB) e de Beto Richa (PSDB).

A leitura das principais pautas do magistério público paranaense, as estratégias utilizadas pelo sindicato e os rumos das negociações da agenda corporativa, foram realizados a partir do jornal institucional da APP-Sindicato o "30 de agosto", pautas de reivindicações e relatórios de governo.

Para verificar tal conjuntura, foi necessário compreender o movimento histórico das entidades docentes no Brasil e sua articulação com a trajetória da educação pública, especialmente a trajetória da educação pública paranaense e da APP- Sindicato.

Nesse contexto, pudemos observar que o primeiro modelo de organização das entidades docentes no Brasil que se desenvolveu especialmente entre os anos de 1930 e 1940 se deu na forma de associações de lazer e culturais dos professores, cuja natureza, portanto, estava arraigada às práticas assistencialistas e de agremiação dos docentes.

No entanto, historicamente, algumas entidades foram importantes para o desenvolvimento da política educacional em alguns estados, bem como para a constituição e identidade da carreira docente. A própria APP teve papel fundamental nas primeiras tentativas de regulamentação da profissão docente no Estado do Paraná, seu primeiro enfrentamento político ocorreu em 1951 quando exigiu do governo uma lei que regulamentasse a profissão do magistério primário, conquista atingida em 1955.

Em outro momento, 1963, a entidade realizou sua primeira greve, denominada de operação tartaruga e, novamente, o que estava em debate eram as condições corporativas da categoria, nesse caso envolvia a demanda por aumento salarial. No ano de 1968, a APP começou a trajetória de luta em torno da elaboração do Estatuto do Magistério.

A compreensão de que a luta organizada no modelo sindical era fundamental para a disputa da pauta corporativa foi recente e se desenvolveu nos anos de 1980, sobretudo com o advento da CF de 1988, com a possibilidade de organização sindical dos servidores públicos.

No entanto, ainda no processo de democratização do país foi possível observar a plena ruptura das práticas assistencialistas das associações, em prol das

práticas sindicais, influenciadas pelo modelo do novo sindicalismo, que mesmo nascido nas bases do sindicalismo do serviço privado, influenciou significativamente a organização das entidades representativas dos servidores públicos, com organização por local de trabalho, representantes de base, melhor articulação das reivindicações com as pautas corporativas, o que mostra típica influência do novo sindicalismo.

Durante toda a década de 1990, percebeu-se um período de dificuldades em conquistas do magistério público, possivelmente "engessado" pela conjuntura política e econômica que determinou a convergência das lutas das entidades em torno da não perda de direitos, especialmente no Estado do Paraná.

A conjuntura do período Lerner foi bastante difícil para a categoria docente, envolvendo muitas ações de resistência que se concentraram na manutenção dos direitos dos professores da rede estadual, sobretudo as políticas que visavam ao desmonte da carreira estatutária, como a tentativa de implantação do PLADEPE que objetivava a alteração do regime de contratação estatutária para o regime celetista, ainda assim foram inúmeras as ações em torno da estagnação salarial dos professores, momento em que emerge o debate sobre a necessidade de um novo plano de carreira.

Na pesquisa deste trabalho, observamos que a ação sindical das entidades docentes ocorre de modo mais intenso no que se refere ao trabalho docente e as condições de trabalho dos professores, pois essa temática constitui-se desafio central à ação sindical e organização da agenda corporativa.

Assim, no que se refere ao trabalho docente no serviço público, desenvolvemos algumas discussões importantes para análise da conjuntura brasileira e os desafios dos sindicatos, portanto destacamos, antes de tudo, que as definições do trabalho docente no serviço público se ancoram em duas importantes contribuições, uma apresentada por Supiot (2008) acerca da ideia do trabalho regido por um estatuto; e a segunda pela ideia de execução dos serviços da administração pública e do Estado (Reale, 2004; Di Pietro, 2006).

Ainda no debate sobre o trabalho docente e as condições de trabalho dos professores, destacamos as contribuições teóricas de Tardif e Lessard (2013) e Oliveira (2010) que as definem como um conjunto de condições para o

desenvolvimento da atividade docente, vinculadas à tarefa que se constitui essencialmente nas interações humanas, ou seja, a prática do ensino.

Neste sentido, para melhor aproximação sobre a conjuntura das condições de trabalho dos professores brasileiros e conseqüentemente dos professores da rede estadual de ensino do Paraná, analisamos três condições fundamentais para a constituição da valorização docente, sendo elas: o vencimento, a jornada de trabalho e o regime de contratação - esses elementos compõem inúmeras demandas dentro da ação sindical da APP-Sindicato.

O que se verificou no debate nacional acerca do item vencimento (salário) docente é uma possível agenda política governamental, por meio do PNE, sobre a necessidade de aproximação da equiparação salarial dos docentes com as demais profissões com o mesmo nível de formação.

A equiparação salarial entre os professores e os servidores públicos com o mesmo nível de formação foi uma das grandes pautas da APP-Sindicato nos últimos anos e também uma das principais disputas no campo da negociação entre o sindicato e os governos. A campanha teve início ainda em 2006 no governo de Roberto Requião, porém somente se efetivou por completamente no governo Beto Richa, um governo situado no campo político da direita.

Outra demanda que se constitui em condições de trabalho é a jornada de trabalho, nesse sentido foi possível inferir, a partir de dados da Sinopse Estatística da Educação Básica 2014, que nacionalmente, e também no Estado do Paraná, a maior parcela de professores da educação básica da rede pública atua em apenas 1 escola e em 1 turno de trabalho, ou seja, trabalham menos de 40 horas semanais.

No que se refere ao regime de contratação, de acordo com dados da Prova Brasil de 2011, 67% dos professores brasileiros são contratados pelo regime estatutário, enquanto que 20% são contratados temporariamente e 7% regidos pela CLT. Na rede estadual do Paraná, de acordo com dados de Godoy (2014) aproximadamente 30% dos professores são contratados no regime PSS, em contrapartida, quase 70% são estatutários.

Nesse contexto, a APP-Sindicato agrega tanto os trabalhadores estatutários quanto os do regime temporário, isso significa que sua ação é determinada também pela diversidade de contratos de trabalho de sua base, ou seja, os trabalhadores que compõem sua base apresentam regimes de contratos diferenciados.

Para desenvolvimento da pesquisa também se fez necessário um olhar mais aprofundado sobre a estrutura e organização política da APP-Sindicato.

Nesse sentido, verificamos que é composta de uma direção estadual e mais 29 núcleos sindicais, cada qual com sua própria direção regional, no entanto os núcleos regionais são instâncias executivas das deliberações das assembleias estaduais e das demais instâncias de nível estadual, sem autonomia para negociação com o governo e representação da categoria, tarefas exclusivas da direção estadual.

A entidade foi fundada em 1947 e, primeiramente, representava apenas professores da rede estadual de ensino, com o tempo se fundiu com outras entidades de professores do Paraná e, por fim, realizou a fusão com o sindicato dos funcionários das escolas estaduais do Paraná em meados dos anos de 1990.

Diante disso, a entidade está organizada por ramo de atividade, ou seja, o ramo da educação e, portanto, organiza e atende todos os trabalhadores em educação pública da rede estadual do Paraná, sejam professores ou funcionários de escola.

A APP-Sindicato é filiada à CUT e à CNTE e representa uma base de aproximadamente 120 mil trabalhadores em educação, desses, 74.350 são filiados à entidade, distribuídos em 34.526 professores, 12.539 funcionários de escola, 9.322 trabalhadores de associações municipais e 17.963 professores aposentados.

A direção estadual é composta pela presidência e outras 16 secretarias, cujas atribuições organizamos nesta tese por blocos de organização sindical, os quais denominamos:

1) Operacional: cuja finalidade reside no funcionamento da entidade, a partir de estruturas burocráticas e administrativas;

2) Articulação política: que tem a finalidade de articular politicamente os diversos setores do sindicato, seus coletivos, base e a comunicação entre sindicato e base;

3) Negociação Sindical: são as secretarias que possuem dados e informações sobre as pautas corporativas e participam ativamente das mesas de negociação;

4) Formação Sindical: responsável pela formação política e sindical de sua base.

De acordo com o estatuto da entidade, as instâncias de deliberações estaduais são: a assembleia estadual, o Congresso Estadual e o Conselho Estadual, todas instâncias organizadas pela entidade.

Observamos que as disputas produzidas pelo sindicato não se dão apenas nas relações com o governo, mas também ocorrem no interior do sindicato, ou seja, existem disputas políticas pela máquina sindical. Assim, verificamos que existem dois tipos de disputas políticas: partidária e das centrais sindicais.

No momento, pelo menos dois grupos partidários disputam a entidade e as bases ideológicas do sindicato, polarizadas entre o PT e o PSTU.

No interior do PT, também existem as disputas entre as tendências petistas, sendo elas: a Democracia Socialista (DS), CNB (Construindo Novo Brasil) e O Trabalho (OT) - que formam uma aliança na direção sindical e a Militância Socialista (MS).

A disputa das centrais sindicais é, majoritariamente, entre a CUT e CSP-Conlutas, neste caso, porque um dos núcleos regionais, o de Foz do Iguaçu é dirigido por integrantes que militam nessa central.

A atual direção estadual é resultado de alianças entre as tendências partidárias da DS, CNB, OT e o PMDB, a tendência da MS rompeu com a direção sindical e concorreu de forma independente no último pleito, após anos de composição sindical.

Portanto, as tendências CUTistas presentes na direção estadual, estão subdivididas entre DS- CUT Socialista Democrática (CSD); CNB - Articulação Sindical (ArtSindi); OT - OT. A MS compõe, atualmente, outra tendência sindical no interior da CUT, porém não pertence mais ao quadro da direção estadual.

Para Bourdieu (2012), essas disputas que ocorrem no interior do sindicato são resultado de disputas no interior dos campos políticos em que também ocorre a disputa pelo poder.

Portanto, a disputa política dentro da estrutura sindical reproduz a hegemonia de determinados grupos políticos no aparelhamento e no domínio do poder, ou seja, domínio da condução dos processos da ação sindical e principalmente das bases ideológicas.

Sobre o processo de negociação do sindicato com os governos, verificamos que as relações para a formulação da agenda política são tangenciadas por disputas políticas que se revelam também em disputas pelo poder.

Para Bourdieu (2012), essa disputa política e pelo poder, são próprias das relações presentes em cada um dos blocos de dominação política, que constituem neste caso, os dois polos políticos antagônicos, direita e esquerda, governo e sindicato.

No caso deste trabalho, ficou evidente que a movimentação dos protagonistas pela disputa da agenda política, sindicato e governo, ocorre a partir dos campos políticos da esquerda e da direita, e que são determinantes para a avaliação tanto da ação sindical como da negociação da agenda de reivindicação.

Essas aproximações e distanciamentos dos campos políticos de espectros de esquerda e direita foram fundamentais para a compreensão dos processos de negociação e também para as estratégias da ação sindical, uma vez que as estratégias foram diferenciadas frente aos distintos governos.

A APP-Sindicato se localiza no espectro da esquerda por atuar na defesa e nos direitos da classe trabalhadora, portanto, essa atuação é reconhecida historicamente como campo de esquerda. Já o campo político dos governos se diferenciou no período de 2003 a 2015.

O ex-governador do Paraná, Roberto Requião, se reconhece como um político de base ideológica no espectro da esquerda, além disso sua plataforma de governo revela uma série de políticas nas áreas sociais e de valorização dos servidores públicos.

No entanto, é verificado que as políticas efetivadas em seu governo e voltadas às áreas sociais, à população mais pobre, apresentam fortes raízes na política do populismo.

Outro ponto complexo da análise é a atuação do PMDB pois, durante a elaboração desta tese, pudemos reconhecer -- analisando o perfil de sua bancada na ALEP no período de 2003-2015 -- como sendo um partido cujos integrantes constituem, em maior parte, blocos de tradição política e tradição política familiar, o que revela em alguma medida um perfil mais conservador.

Esse perfil da bancada do PMDB permite, em grande medida, uma atuação governista tanto num governo mais à esquerda, quanto num governo mais à direita. Aliás, essa tem sido a prática política do PMDB no cenário local, ou seja, independentemente da linha política do governo, sua bancada estará na sustentação do governo.

Já o governo Beto Richa, apresenta uma plataforma de governo típica do campo da direita, seu governo também tem o apoio da maior parte da bancada do PMDB.

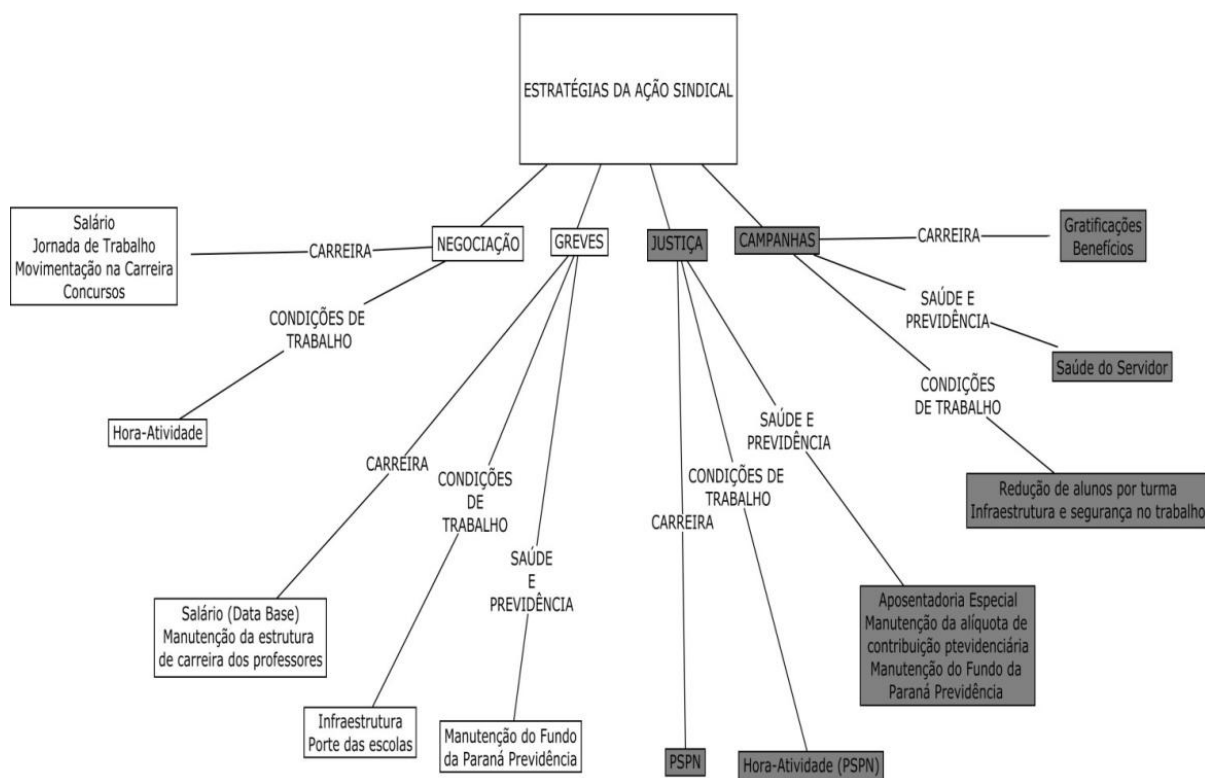
Nesse sentido, pode se dizer que a relação do sindicato com os governos é modificada diante das plataformas políticas governamentais e depende de estar situada com mais proximidade ou não do projeto do magistério público paranaense.

Por conta dessa mudança na relação entre sindicato e governos, pode-se dizer que houve mudanças nas principais estratégias utilizadas pela APP-Sindicato, tanto na construção das pautas, como nas negociações.

De modo geral, as pautas corporativas da APP-Sindicato no período de 2003 a 2015, agruparam-se em 4 grandes rubricas da ação sindical, sendo elas: carreira, saúde e previdência, condições de trabalho e direitos trabalhistas. Que após análises verificou-se que no campo de negociações e greves se restringiram à apenas três sendo: carreira, saúde e previdência e condições de trabalho.

As demandas contidas em cada rubrica exigiram do sindicato estratégias diferenciadas para alcançarem a agenda de negociação, sendo que as estratégias principais foram desde campanhas, mobilizações, atos, até mesmo paralisações e greves.

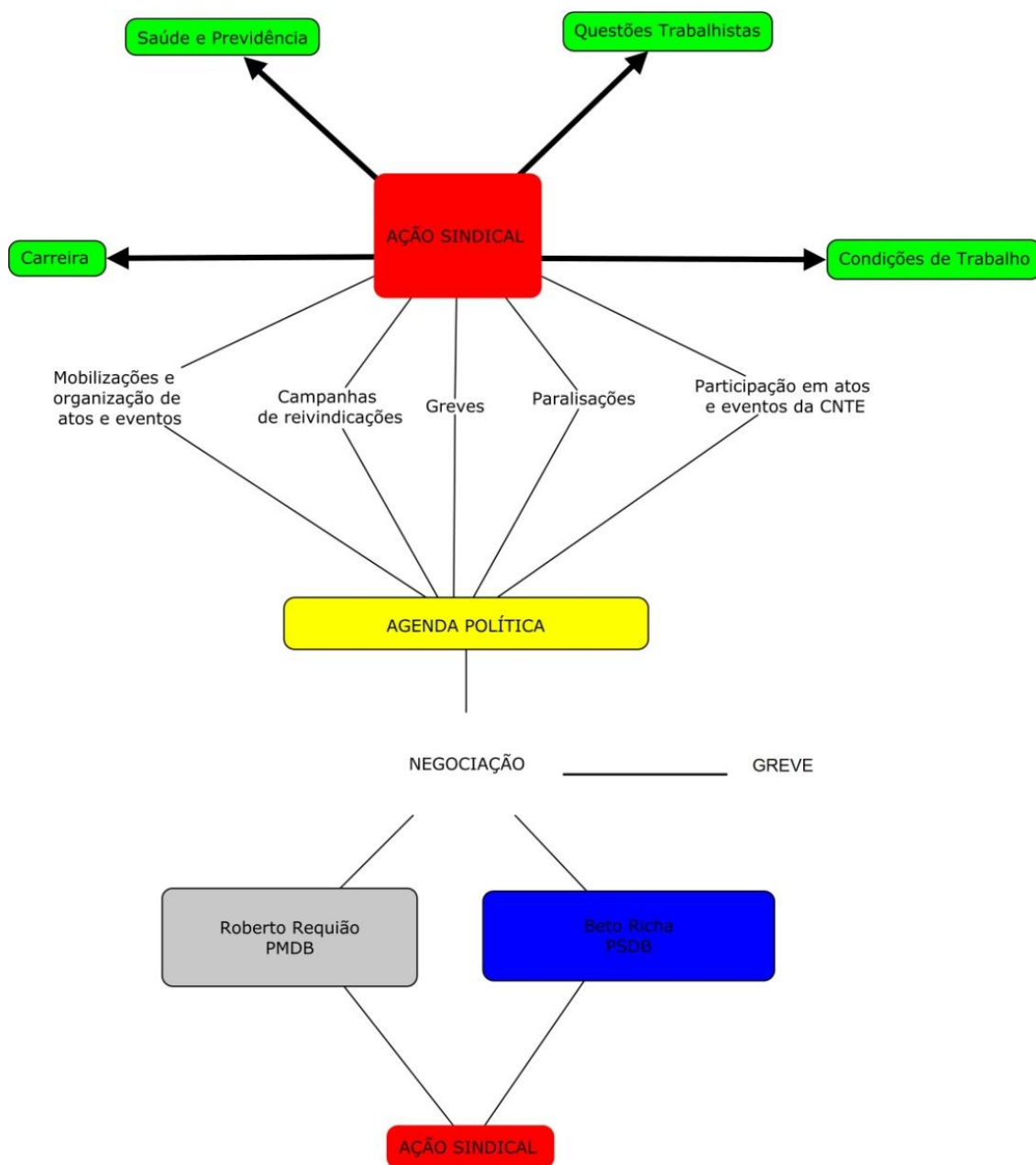
No entanto, no período, nem todas as demandas foram passíveis de negociação com os governos, algumas ficaram apenas no campo das estratégias, conforme demonstrou a figura 12 que sintetizou as estratégias da ação sindical:



Assim, as parcelas no contexto de negociação com os governos foram justamente as demandas que chegaram à conjuntura de negociação e também as demandas presentes na estratégia de greves que revelam o jogo político da relação entre sindicato e o governo Beto Richa.

No contexto da negociação com os governos, observamos que as pautas centrais da carreira foram a questão salarial, a jornada de trabalho, a movimentação na carreira e os concursos, já a das condições de trabalho foi a hora-atividade, enquanto no contexto de greves as reivindicações presentes na rubrica da carreira foram a data base e a manutenção da estrutura da carreira. Quanto às condições de trabalho estavam presentes as demandas de infraestrutura e porte das escolas e, por fim, sobre a saúde e previdência, a pauta central foi a manutenção do fundo da Paraná Previdência.

Diante disso, a análise que nos permite uma melhor interpretação da negociação nos dois governos, pode ser sintetizada novamente pela figura 8, conforme segue:



Nesse sentido, o contexto de negociações no governo Roberto Requião sobre a questão salarial foi de avanço no que se refere à implantação do plano de carreira, sem grandes avanços na pauta da equiparação salarial entre os servidores com o mesmo nível de formação.

Sobre a jornada de trabalho, a APP- Sindicato enfim conquistou o avanço da efetivação do cargo de 40 horas, dobra de padrão, após muita mobilização e permanente negociação.

Referente à movimentação no plano de carreira, foi no governo de Roberto Requião que o PDE foi implantado, tal como previsto no plano de carreira, recebeu *status* de política de Estado no tocante à valorização dos professores e mecanismo de formação continuada.

No que se refere à oferta de concursos também se observou uma nítida política permanente de contratação via concursos públicos nesse governo, com a oferta de pelo menos três grandes concursos e nomeações durante os oito anos de gestão de Requião.

No entanto, quando adentramos a rubrica das condições de trabalho, verificamos que a demanda de ampliação de hora-atividade não avançou, até mesmo porque o governo de Roberto Requião foi um dos contestadores da Lei do Piso por meio da ADIN 4167.

De modo geral, verificamos que as conquistas do período Requião foram frutos de grande organização do magistério e capacidade de negociação da APP-Sindicato, porém a conjuntura governista também era favorável ao contexto de negociação, pois apresentava uma plataforma política considerada progressista para a pasta da educação.

No governo Beto Richa, a capacidade de negociação e mobilização é reorganizada, pois avanços significativos como a implantação de 35% de hora-atividade na jornada de trabalho do professor, somente ocorrem mediante a mobilizações mais intensas da categoria, como por exemplo, a campanha "Hora atividade pra valer" que aconteceu a partir da organização dos trabalhadores e à revelia da determinação do governo e também por causa da greve de uma semana realizada em abril de 2014, enquanto a efetivação completa da equiparação salarial também ocorreu mediante as pressões dos trabalhadores, e por ter sido assumido como compromisso na pauta eleitoral de Beto Richa quando candidato a governador.

Já no que se refere à jornada de trabalho, não houve nova oferta do cago de 40 horas, esta pauta segue sem negociação com este governo. Quanto aos concursos entre 2011 e 2015 ocorreu apenas uma oferta, e poucas nomeações em comparação com as realizadas no governo Requião.

No entanto, quando observamos a estratégia "Greve" verificamos que aparece somente no governo Beto Richa, no qual houve 4 grandes movimentos

grevistas, sendo dois em 2014, um para efetivação da jornada de 1/3 de hora-atividade e outro para pagamento das promoções e progressões em atraso dos trabalhadores da educação. Outras duas greves em 2015 que foram emblemáticas para analisar o contexto de negociação dos servidores com o governo Requião e com o governo Richa.

A primeira greve de 2015 durou aproximadamente 30 dias e foi uma estratégia da APP- Sindicato com demais sindicatos de servidores públicos para manutenção do fundo previdenciário da Paraná Previdência e, em especial, para manter a estrutura do plano de carreira dos professores e o porte das escolas, com a ocupação da ALEP pelos servidores públicos, o projeto foi retirado da pauta do legislativo, pelo menos naquele momento.

Já a segunda greve de 2015, ocorrida em abril, foi fruto da tentativa de barrar novamente a alteração do regime previdenciário dos servidores públicos, via ocupação da ALEP, porém tal intento foi reprimido com forte uso de aparato policial, o resultado foram centenas de servidores feridos, outra tragédia registrada na história do magistério paranaense e a aprovação por ampla maioria da ALEP do saque da Paraná Previdência pelo governo.

Na continuidade da greve, o que esteve em debate foi o pagamento da data-base e a recomposição do índice inflacionário (8,17%), que não foi atendido pelo governo, o qual, primeiramente, não havia apresentado nenhuma proposta e após mais de 30 dias de greve apresentou, por meio das lideranças do governo e da ALEP, Romanelli (PMDB) e Traiano (PSDB), uma proposta de 3,45%, muito inferior a recuperação da inflação do período.

Mesmo assim, a APP-Sindicato decidiu em assembleia histórica com mais de 10 mil trabalhadores da educação encerrar a greve, não por aceitar a reposição do índice inflacionário, mas por entender que o momento não era mais propício para a continuidade da greve frente à sociedade, tratou-se de um recuo estratégico, pois se a greve fosse mantida, não continuaria com a mesma intensidade entre a base.

De toda maneira, o que se percebeu nos processos de negociação do sindicato com os diferentes governos são as mudanças de estratégias sobre as reivindicações, desde a intensidade de mobilização até a capacidade de organização e capilaridade da categoria.

Pudemos verificar que no governo de Roberto Requião a conjuntura de negociação era mais favorável, até mesmo pela proximidade do projeto político, entre sindicato e governo, enquanto no governo Beto Richa, mesmo que com avanços significativos no escopo da valorização docente, eles ocorrem somente mediante a grande organização sindical, incluindo também a estratégia greve, que não tinha sido utilizada no governo de Requião.

Por fim, pode ser considerado um diferencial entre o governo de Beto Richa e Roberto Requião a truculência diante das mobilizações dos servidores, uma vez que a greve de 29 de abril de 2015, tornou-se momento ímpar na história do funcionalismo público paranaense.

"você para
a fim de ver
o que te espera

só uma nuvem
te separa
das estrelas."

Paulo Leminski

REFERÊNCIAS

ALVES, T.; PINTO, J. M. R. **Remuneração e características do trabalho docente no Brasil**: um aporte. Cadernos de Pesquisa, vol. 41, n. 143, 2011. Disponível em <<http://goo.gl/FNSDhx>>. Acesso em: 09 abr. 2012.

ANTUNES, R. C. **O que é sindicalismo?** 6ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1980.

APP- SINDICATO. **Estatuto da APP-Sindicato**. Curitiba, 2013.

_____. **Jornal 30 de agosto**. Janeiro a dezembro de 2003.

_____. **Jornal 30 de agosto**. Janeiro a dezembro de 2004.

_____. **Jornal 30 de agosto**. Janeiro a dezembro de 2005.

_____. **Jornal 30 de agosto**. Janeiro a dezembro de 2006.

_____. **Jornal 30 de agosto**. Janeiro a dezembro de 2007.

_____. **Jornal 30 de agosto**. Janeiro a dezembro de 2008.

_____. **Jornal 30 de agosto**. Janeiro a dezembro de 2009.

_____. **Jornal 30 de agosto**. Janeiro a dezembro de 2010.

_____. **Jornal 30 de agosto**. Janeiro a dezembro de 2011.

_____. **Jornal 30 de agosto**. Janeiro a dezembro de 2012.

_____. **Jornal 30 de agosto**. Janeiro a dezembro de 2013.

_____. **Jornal 30 de agosto**. Janeiro a dezembro de 2014.

_____. **Jornal 30 de agosto**. Janeiro a junho de 2015.

ARANHA, M. L. A. **História da Educação e da Pedagogia**. 3ª ed. São Paulo: Moderna, 2006.

ARAÚJO, F. **Educação política e consciência crítica**: O programa de formação político, sindical e educacional da APP-Sindicato (2007-2009). 98 p. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual de Londrina. Londrina, 2013.

ASSUNÇÃO, A. A.; OLIVEIRA, D. A. Intensificação do trabalho e saúde dos professores. **Educação e Sociedade**, Campinas, v.30, n. 107, p. 349-372, maio/ago. 2009.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa, Portugal. Edições 70, LDA, 1977.

BRASIL. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1934, de 16 de julho de 1934. Rio de Janeiro: Presidência da República, Casa Civil, 1934. Disponível em: <<http://goo.gl/XlwEa6>>. Acesso em: 03 mar. 2010.

_____. **Decreto-Lei n.º 5.452**, de 1.º de maio de 1943. Aprova a Consolidação das Leis Trabalhistas. Rio de Janeiro: Presidência da República, Casa Civil, 1943. Disponível em: <<http://goo.gl/N21YY8>>. Acesso em: 03 mar. 2010.

_____. **Lei n.º 4.024**, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: Presidência da República, Casa Civil, 1961. Disponível em: <<http://goo.gl/GrSW1C>>. Acesso em: 09 abr. 2012.

_____. **Decreto-Lei nº 5.692**, de 11 de agosto de 1971. Fixa Diretrizes e Bases para o Ensino de 1º e 2º graus e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, Casa Civil, 1971. Disponível em: <<http://goo.gl/jwLkPB>>. Acesso em: 09 abr. 2012.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**, de 05 de outubro de 1988. Brasília: Presidência da República, Casa Civil, 1988. Disponível em: <<http://goo.gl/3bc3B8>>. Acesso em: 03 mar. 2010.

_____. **Lei n.º 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Presidência da República, Casa Civil, 1996. Disponível em: <<http://goo.gl/v5VUVr>>. Acesso em: 09 abr. 2012.

_____. **Lei n.º 11.494**, de 20 de junho de 2007. Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, de que trata o art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; altera a Lei no 10.195, de 14 de fevereiro de 2001; revoga dispositivos das Leis nos 9.424, de 24 de dezembro de 1996, 10.880, de 9 de junho de 2004, e 10.845, de 5 de março de 2004; e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, Casa Civil, 2007. Disponível em: <<http://goo.gl/E1LoD2>>. Acesso em: 09 abr. 2012.

_____. **Lei nº 11.738**, de 16 de julho de 2008. Regulamenta a alínea "e" do inciso III do *caput* do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica. Brasília: Presidência da República, Casa Civil, 2008. Disponível em: <<http://goo.gl/4DrjvJ>>. Acesso em: 03 mar. 2010.

_____. **Ação Direta De Inconstitucionalidade nº 4.167**, de 29 de outubro de 2008. Brasília: Supremo Tribunal Federal, 2008. Disponível em: <<http://goo.gl/BSJ1lo>>. Acesso em: 03 mar. 2010.

_____. **Resolução CNE/CEB n.º 2/2009**, de 28 de maio de 2009. Fixa as Diretrizes Nacionais para os Planos de Carreira e Remuneração dos Profissionais do Magistério da Educação Básica Pública, em conformidade com o artigo 6.º da Lei n.º 11.738, de 16 de julho de 2008, e com base nos artigos 206 e 211 da Constituição Federal, nos artigos 8.º, § 1.º, e 67 da Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e

no artigo 40 da Lei n.º 11.494, de 20 de junho de 2007. Brasília: CNE/CEB, 2009. Disponível em: <<http://goo.gl/EojnyH>>. Acesso em: 06 jan. 2016.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Microdados Prova Brasil 2011**. Disponível em: <<http://goo.gl/gSocMT>>. Acesso em: 06 jan. 2016.

_____. **Lei n.º 13.005**, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, Casa Civil, 2014. Disponível em: <<http://goo.gl/5tJLCj>>. Acesso em: 10 jul. 2014.

_____. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Plano Nacional de Educação PNE 2014-2024: Linha de Base**. Brasília, DF: Inep, 2015. Disponível em: <<http://goo.gl/oHXyvP>>. Acesso em: 06 jan. 2016.

_____. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Sinopses Estatísticas da Educação Básica 2014**. Brasília, DF: Inep. Disponível em: <<http://goo.gl/tWuilm>>. Acesso em: 06 jan. 2016.

BOBBIO, N.; MATEUCCI, N.; PASQUINO, G.; **Dicionário de política**. Brasília: UnB, 2004.

BOITO JR., A.; MARCELINO, P. **O sindicalismo deixou a crise para trás? Um novo ciclo de greves na década de 2000**. Cad. CRH, vol. 23, nº 59. Salvador, Maio/Ago 2010. Disponível em: <<http://goo.gl/4CKOU3>>. Acesso em: 12 mai. 2014.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. 16ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

CAMARGO, R. B. Salário docente. In: OLIVEIRA, D. A.; DUARTE, A. C.; FRAGA, L. V.; **Dicionário: Trabalho, profissão e condição docente**. GESTRADO: UFMG, 2010.

CAMPINHO, F. Sindicalismo de estado: controle e repressão na era Vargas (1930-1935) **Revista Eletrônica do CEJUR**, v. 1, n. 1, ago./dez. 2006.

CARDOSO, A. M.; Sindicalismo no Brasil: breve excursão sobre mudanças e permanências. In: **Sindicalismo e Relações Trabalhistas**. Cadernos Adenauer, 2002.

CARDOSO, A.; **A construção da sociedade do trabalho no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

CARISSIMI, A. C. V. **Perfil profissional e condições do trabalho docente: um estudo sobre os professores dos anos iniciais da RME de Curitiba**. 153 p. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2011.

CHIROQUE, S. Sindicato Docente. In: OLIVEIRA, D. A.; DUARTE, A. C.; FRAGA, L. V.; **Dicionário: Trabalho, profissão e condição docente**. GESTRADO: UFMG, 2010.

CUNHA, L. A. **Educação, Estado e Democracia no Brasil**. 2ª ed. Niterói: Cortez, 1995.

DAL ROSSO, S.; Jornada de Trabalho. In: OLIVEIRA, D. A.; DUARTE, A. C.; FRAGA, L. V.; **Dicionário: Trabalho, profissão e condição docente**. GESTRADO: UFMG, 2010.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito administrativo**. 14. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

EVANGELISTA, O.; SHIROMA, E. Professor: protagonista e obstáculo da reforma. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 33, n. 3, p. 531-541, set./dez. 2007.

FAORO, R. **Os donos do Poder: formação do patronato político brasileiro**. 3ª ed., Globo, 2001.

FERNANDES, F. **A Revolução Burguesa no Brasil**. 5ª ed. São Paulo: Globo, 2006.

FERRAZ, M. A.; Sindicalismo Docente no Brasil: elementos para uma análise. In: GOUVEIA, A. B. e FERRAZ, M. A.; **Educação e conflito: luta sindical docente e novos desafios**. Curitiba: Appris, 2012.

FERRAZ, M. A.; GINDIN J. Sindicalismo docente no governo Lula: desafios de protagonismo e fragmentação. In: OLIVEIRA, R. V.; BRIDI M. A.; FERRAZ, M. **O sindicalismo na era Lula: paradoxos, perspectivas e olhares**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2014.

FERREIRA, JR. A. O novo sindicalismo e os Docentes. In: OLIVEIRA, D. A.; DUARTE, A. C.; FRAGA, L. V. **Dicionário: Trabalho, profissão e condição docente**. GESTRADO: UFMG, 2010.

FERREIRA JR. A. e BITTAR, M. **Proletarização e sindicalismo de professores na ditadura militar (1964-1985)**. São Paulo: Terras do Sonhar, 2006.

GATTI, B.; BARRETO, E. S. S.; ANDRÉ, M. E. D. **Políticas docentes no Brasil: um estado da arte**. Brasília: UNESCO, 2011.

GENTILI, P. **A falsificação do consenso: simulacro e imposição na reforma educacional do neoliberalismo**. 3.ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

GINDIN, J. J. **Por nós mesmos**. As práticas sindicais dos professores públicos na Argentina, no Brasil e no México. 280f. Tese (Doutorado) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2011.

GODOY, M. **Vencimento, remuneração e carreira docente no estado do Paraná (2005 - 2012)**. 139 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2014.

GONÇALVES, S. R. **Movimento operário e estado: a APP- Sindicato. A Organização e as lutas dos trabalhadores na educação da rede pública estadual do**

Paraná. 138 p. Dissertação. (Mestrado em educação) - Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2007.

GOUVEIA, A. B. **Partidos políticos e trajetórias da política educacional municipal**: um estudo sobre a administração do PFL em Curitiba e do PT em Londrina (2001-2004). 270 p. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade de São Paulo. São Paulo, 2008.

GOUVEIA, A. B.; TAVARES, T. M. O magistério no contexto federativo: planos de carreira e regime de colaboração. **Retratos da Escola/CNTE**. Brasília, v. 6, n. 10, jan./jun. 2012.

GOUVEIA A. B. e FERRAZ, M. A. Sindicalismo docente e política educacional: tensões e composições de interesses corporativos e qualidade da educação. **Educar em Revista**. Curitiba, n. 48, p. 111-129, abr/jun. 2013.

GROCHOSKA, M. A. **Políticas educacionais e a valorização do professor**: carreira e qualidade de vida dos professores de educação básica do município de São José dos Pinhais/Pr. 269 p. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2015.

LEHER, R. Valorização do magistério. In: OLIVEIRA, D. A.; DUARTE, A. C.; FRAGA, L. V. **Dicionário**: Trabalho, profissão e condição docente. GESTRADO: UFMG, 2010.

LESSARD, C.; KAMANZI, P. C.; LAROCHELLE, M. O desempenho no trabalho dos educadores canadenses: o peso relativo da tarefa, as condições de ensino e as relações entre alunos e equipe pedagógica. **Educar em Revista**. Curitiba, n. 1, p.77-101, 2010.

MADEIRA NETO, A. A. **Sindicalismo no serviço público**. João Pessoa: Editora Sal e Terra, 2002.

MAGALHÃES, M. V.; KLEINKE, M. L. U. Projeção da população do Paraná: tendências e desafios. **Revista Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social**. Curitiba, n. 98, p. 27-43, jan.-jun. 2000.

MEDEIROS, C. A. Industrialização e Regime Salarial na Economia Brasileira: anos 60 e 70. **Revista Economia e Sociedade**. Vol. 2, N. 1 (2), p. 1-189, ago. (1993).

MELO, S. D. G. Trabalho docente e organização sindical em Minas Gerais. **Educar em Revista**. Curitiba, n. 48, p. 93-110, abr/jun. 2013.

MULLER, P.; SUREL, Y. **Análise das políticas públicas**. Pelotas: EDUCAT, 2002.

NAUROSKI, E. A. **Trabalho docente e subjetividade**: a condição dos professores temporários (PSS) no Paraná. 293 p. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2014.

NOGUEIRA, A. J. F. M. Emergência e Crise do Novo Sindicalismo no setor público Brasileiro. In: RODRIGUES, I. J. (org.). **O novo sindicalismo: vinte anos depois**. Petrópolis: Vozes, 1999.

OLIVEIRA, D. A. Trabalho docente. In: OLIVEIRA, D. A.; DUARTE, A. C.; FRAGA, L. V.; **Dicionário: Trabalho, profissão e condição docente**. GESTRADO: UFMG, 2010.

OLIVEIRA, D. A.; ASSUNÇÃO, A. A. Condições de Trabalho Docente. In: OLIVEIRA, D. A.; DUARTE, A. C.; FRAGA, L. V. **Dicionário: Trabalho, profissão e condição docente**. GESTRADO: UFMG, 2010.

OLIVEIRA, R. C. Famílias, poder e riqueza: redes políticas no Paraná. **Sociologias**. Porto Alegre, ano 9, nº 18, jun./dez. 2007, p. 150-169.

OLIVEIRA, R. C. **Famílias Políticas, Desigualdade e Estratificação Social no Brasil Contemporâneo**. XVII Congresso Brasileiro de Sociologia, 20 a 23 de julho de 2015, Porto Alegre (RS). Grupo de Trabalho (GT06) - Desigualdade e Estratificação Social.

PARANÁ. **Mensagem à Assembléia Legislativa do Estado do Paraná: prestação de contas do exercício de 2003**. Disponível em: <<http://goo.gl/J4daoO>>. Acesso em: 28 ago.2015.

_____. **Lei n.º 103**, de 15 de março de 2004. Institui e dispõe sobre o Plano de Carreira do Professor da Rede Estadual de Educação Básica do Paraná e adota outras providências. Disponível em: <<http://goo.gl/CF8EHP>>. Acesso em 28 ago. 2015.

_____. **Mensagem à Assembléia Legislativa do Estado do Paraná: prestação de contas do exercício de 2004**. Disponível em: <<http://goo.gl/PcyM9e>>. Acesso em: 28 ago. 2015.

_____. **Mensagem à Assembléia Legislativa do Estado do Paraná: prestação de contas do exercício de 2005**. Disponível em: <<http://goo.gl/6lPA5n>>. Acesso em: 28 ago. 2015.

_____. **Mensagem à Assembléia Legislativa do Estado do Paraná: prestação de contas do exercício de 2006**. Disponível em: <<http://goo.gl/BHPxli>>. Acesso em: 28 ago. 2015.

_____. **Mensagem à Assembléia Legislativa do Estado do Paraná: prestação de contas do exercício de 2007**. Disponível em: <<http://goo.gl/RJEmp1>>. Acesso em: 28 ago. 2015.

_____. **Mensagem à Assembléia Legislativa do Estado do Paraná: prestação de contas do exercício de 2008**. Disponível em: <<http://goo.gl/1uWA3B>>. Acesso em: 28 ago. 2015.

_____. **Mensagem à Assembleia Legislativa do Estado do Paraná: prestação de contas do exercício de 2009.** Disponível em: <<http://goo.gl/0klxrR>>. Acesso em: 28 ago. 2015.

_____. **Mensagem à Assembleia Legislativa do Estado do Paraná: prestação de contas do exercício de 2010.** Disponível em: <<http://goo.gl/tMm1NU>>. Acesso em: 28 ago. 2015.

_____. **Mensagem à Assembleia Legislativa do Estado do Paraná: prestação de contas do exercício de 2011.** Disponível em: <<http://goo.gl/EQCnhH>>. Acesso em: 28 ago. 2015.

_____. **Mensagem à Assembleia Legislativa do Estado do Paraná: prestação de contas do exercício de 2012.** Disponível em: <<http://goo.gl/P1KiiJ>>. Acesso em: 28 ago. 2015.

_____. **Mensagem à Assembleia Legislativa do Estado do Paraná: prestação de contas do exercício de 2013.** Disponível em: <<http://goo.gl/ZvDMHk>>. Acesso em: 28 ago. 2015.

_____. **Mensagem à Assembleia Legislativa do Estado do Paraná: prestação de contas do exercício de 2014.** Disponível em: <<http://goo.gl/du6nOn>>. Acesso em: 28 ago. 2015.

_____. **Plano de Metas do Governo do Estado do Paraná: 2011-2014.** Disponível em: <<http://goo.gl/App6Oq>>. Acesso em: 15 mai. 2015.

_____. **Plano de Metas do Governo do Estado do Paraná: 2015-2018.** Disponível em: <<http://goo.gl/N9bJxv>>. Acesso em: 15 mai. 2015.

PERONI, V. **Política Educacional e papel do Estado no Brasil dos anos 1990.** São Paulo: Xamã, 2003.

PILOTTO, E. **A educação no Paraná: síntese sobre o ensino público elementar e médio.** Rio de Janeiro: Marques Saraiva, MEC/INEP/CILENE, 1954. (Campanha de inquéritos e levantamentos do ensino médio e elementar, publicação n.º 3).

PITON, I. M. **Políticas educacionais e movimento sindical docente: reformas educativas e conflitos docentes na educação básica paranaense.** 293f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Campinas, 2004.

POULANTZAS, N. **O Estado, o poder, o socialismo.** 4ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

PRZEWORSKI, A. **Capitalismo e Social Democracia.** São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

REALE, M. **Lições Preliminares de Direito.** 27ª ed. São Paulo: Saraiva, 2004.

RECH, P. E. **Faxinal do Céu: Universidade do Professor. A redução dos conceitos de educação e uma ameaça à sua forma pública e democrática.** Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 1998.

RIBEIRO, M.L.S. **História da Educação Brasileira.** 16ª ed. Campinas: Autores Associados, 2000.

RODRIGUES, L. M. Partidos, Ideologia e Composição Social. **Revista Brasileira de Ciências Sociais.** Vol.17, n.º 48. São Paulo: Fevereiro, 2002.

SCHWARZ, R. G. Salário e remuneração. In: THOME, C. F; SCHWARZ, R.G. (orgs.). **Direito individual do Trabalho.** Rio de Janeiro: Elsevier Ed., 2011.

SIMÃO, A. **Sindicato e Estado.** São Paulo: Ática, 1981.

SOUZA, M. N. **Condições de Trabalho e Remuneração Docente: o caso do professor temporário na Rede Estadual de Ensino do Paraná.** 2011, 185p. Dissertação. (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2011.

SUPIOT, A. **A crise do espírito de serviço público.** 2008. Disponível em: <<http://goo.gl/oOpO6Z>> Acesso em: 16 jul.2013.

TAVARES, T. M. **Gestão pública do sistema de ensino no Paraná (1995-2002).** 161f. Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2004.

TAVARES, F. M. M. Regime Jurídico Único. In: OLIVEIRA, D. A.; DUARTE, A. C.; FRAGA, L. V. **Dicionário: Trabalho, Profissão e Condição Docente.** GESTRADO: UFMG, 2010.

TARDIF, M.; LESSARD, C. **O trabalho docente: elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

TEIXEIRA, I. A. C. Carga Horária Semanal. In: OLIVEIRA, D. A.; DUARTE, A. C.; FRAGA, L. V. **Dicionário: Trabalho, Profissão e Condição Docente.** GESTRADO: UFMG, 2010.

TORRECILLA, F.J.M. Avaliação do desempenho e carreira docente: um estudo em 50 países da América latina e Europa. In: UNESCO. **O desafio da profissionalização docente no Brasil e na América Latina.** Brasília: CONSED, UNESCO, 2007. Organização: Sônia Balzano. 56p.

VALERIO, T. F. **A reforma do 2º grau pela Lei 5.692/71 no Paraná: representações do processo;** 122f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2007.

VICENTINI, P. P.; LUGLI, R. G. **História da profissão docente no Brasil: representações em disputa.** São Paulo: Cortez, 2009.

WEFFORT, F. **O populismo na política brasileira.** 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

**ANEXO 1 - COMPOSIÇÃO DOS PARTIDOS, A PARTIR DE SUAS LIDERANÇAS
PARLAMENTARES NO PARANÁ POR MEIO DAS OCUPAÇÕES
PROFISSIONAIS E TRAJETÓRIAS POLÍTICAS.**

Legenda:

	Ramo Empresarial
	Lideranças religiosas
	Lideranças dos movimentos sociais
	Tradição Política
	Tradição Política Familiar
	Sem classificação

Obs: deputado que apresentam duas colorações nos nomes, significam que são advindos de duas trajetórias conforme a legenda.

Deputados da ALEP	Partido	Ocupação/ trajetória política	2003-2006	2007-2010	2011 - 2014	2015-2018
Alceu Maron Filho	PSDB	Advogado. Eleito vereador em Paranaguá 2004			X	
Adelino Ribeiro	PSL	Vendedor. Foi eleito vereador por Cascavel em 1997. O reconhecimento de seu trabalho lhe garantiu a reeleição em 2000 como vereador mais votado.			X	X
Ademar Traiano	PSDB	Advogado e empresário. Foi eleito vereador de Santo Antonio do Sudoeste em 1982 e deputado estadual em 1990.	X	X	X	X
Ademir Bier	PMDB	Elegeu-se vice-prefeito de Marechal Candido Rondon em 1985. Elegeu-se prefeito no ano de 1992, cumprindo mandato entre janeiro de 1993 e janeiro de 1997.	X	X	X	X
Ailton Araujo	Sem partido	Pastor. Líder Religioso Evangélico. Em 1988, foi eleito vereador em Curitiba.	X			
Alexandre Curi	PMDB	Deputado e neto do ex presidente da ALEP nos anos 1980 e 1990 - Anibal Khury.	X	X	X	X
Alexandre Guimarães	PSC	Servidor Público Municipal e filho do prefeito de Campo Largo.				X
André Bueno	PDT	Deputado e filho de Edgar Bueno ex deputado e prefeito Cascavel.			X	X
André Vargas	PT	Comerciante. Eleito Vereador de Londrina em 2000. Militante do PT desde 1983.	X			
Angelo Vanhoni	PT	Eleito Vereador de Curitiba em 1988.	X			

		Atuou no movimento sindical bancário.				
Anibelli Neto	PMDB	Formou-se em Medicina Veterinária e direito. Em 2001, elegeu-se vice-presidente da União Paranaense dos Estudantes (UPE) e presidente da mesma entidade em 2002 e 2003. Elegeu-se vice-presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE) no Paraná, em 2003. Filho do ex-deputado estadual Antônio Anibelli, que ocupou cargo na Assembleia Legislativa do Paraná por sete mandatos.			X	X
Antonio Anibelli	PMDB	Advogado. Foi deputado federal em 1974 pelo MDB.	X	X		
Antonio Belinatti	PP	Radialista e deputado estadual em 1971.		X		
Arlete Caramês	PPS	Ativista do Movimento Nacional da Criança Desaparecida, uma ONG com o objetivo de prevenção e localização de crianças desaparecidas. Eleita vereadora de Curitiba em 2000.	X			
Artagão Junior	PMDB	Deputado e filho do conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE-PR), Artagão de Mattos Leão, ex-deputado estadual.	X	X	X	X
Augustinho Zucchi	PDT	Deputado estadual desde 1994.	X	X		
Barbosa Neto	PDT	Apresentador de TV e jornalista.	X			
Bernardo Ribas Carli	PSDB	Administrador e filho de Fernando Ribas Carli, que foi prefeito de Guarapuava, deputado estadual e federal, e Chefe da Casa Civil do Paraná.			X	X
Beti Pavin	PSDB			X		
Caíto Quintana	PMDB	Advogado. Foi eleito vereador de Planalto em 1974.	X	X	X	
Carlos Simões	Sem partido	Radialista. Foi eleito deputado estadual pela primeira vez no ano de 1990.	X	X		
Cesar Seleme	Sem partido	Advogado. Elegeu-se vereador de Curitiba em 1988 e deputado estadual em 1994.	X			
Chico Brasileiro	PSD	Dentista. Foi vereador por dois mandatos (2000 e 2004) e vice-prefeito de Foz do Iguaçu (2008), tendo assumido neste período também o cargo de secretário municipal de Saúde.				X
Chico Noroeste	PSC	Vereador de Foz do Iguaçu durante as décadas de 1980 e 1990.	X	X		
Claudia Pereira	PSC	Advogada e esposa do ex deputado estadual e prefeito de Foz do Iguaçu, Reni Pereira.				X
Cleiton Kielse	PMDB	Administrador de fazendas. Filho do ex deputado e conselheiro do Tribunal de Contas Quielse Crisostomo da Silva	X	X	X	
Cida Borguethi	PPB	Mulher dos ex prefeito de Maringá e ex deputado estadual Ricardo Barros.	X	X		
Cobra Reporter	PSC	Jornalista.				X
Cristina Silvestri	PPS	Agropecuária. Esposa de Cezar Silvestri, ex-deputado estadual, ex deputado federal, atual secretário chefe				X

		da Casa Civil do Paraná (marido). Cezar Silvestri Filho, ex-deputado estadual, prefeito de Guarapuava desde 2013 (filho).				
Delegado Bradock	Sem partido	Delegado da polícia civil	X			
Dobrandino da Silva	PMDB	Fundador do MDB.	X	X		
Douglas Fabricio	PPS	Administrador e ex- prefeito Campo Mourão 2004.		X	X	X
Dr. Bastista	PMN	Médico. Foi eleito, 2 vezes, vereador do município de Maringá, nas gestões 1993/1996 e 1997/2000.		X	X	X
Duílio Genari	PP	Foi prefeito de Toledo os anos de 1970 e 1980. Deputado estadual desde 1990.	X	X	X	
Durval Amaral	DEM	Advogado e eleito vereador de Cambé em 1982.	X	X		
Edson Strapasson	PMDB	Ex prefeito de Colombo.	X	X		
Edgar Bueno	PDT	Empresário e eleito deputado estadual em 1994.		X		
Elio Rusch	DEM	Deputado. Em 1976 foi eleito vereador por Marechal Cândido Rondon, cargo que ocupou por 14 anos. Em 1990 disputou uma cadeira na Assembléia Legislativa	X	X	X	X
Elton Welter	PT	De família de agricultores. Vereador de Toledo desde 2000.		X	X	
Elza Pereira	Sem partido	De 1993 a 1996, foi a primeira Secretária da Mulher da cidade de Londrina. Duas vezes vereadora em Londrina, de 1997 a 2000, depois de 2001 a 2003.	X			
Enio Verri	PT	Professor da UEM, secretário municipal de Maringá em 2004. Militante das pastorais da juventude e operária. Foi secretário de Fazenda da prefeitura de Maringá na gestão do prefeito José Cláudio Pereira Neto, entre 2001 e 2003 e também secretário de Governo do município entre 2003 e 2004. No final de 2004, assumiu o cargo de Assessor Técnico da Presidência da Comissão Mista de Orçamento do Congresso Nacional. Em 2005 foi convidado pelo ministro Paulo Bernardo para ser chefe de gabinete do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, onde permaneceu até 2006, quando foi eleito deputado estadual pelo PT.		X	X	
Evandro Jr.	PSDB	Deputado e é neto do ex-presidente do Legislativo e atual conselheiro do Tribunal de Contas, Hermas Brandão.			X	X
Evandro Araújo	PSC	Professor do Ensino Superior. Líder Religioso Católico. A experiência política de Evandro Araújo começou em 2005 na Câmara de Vereadores de Marialva, onde foi vereador até 2008 e depois vice-prefeito de 2009 até 2012.				X
Fábio Camargo	PTB	Neto do ex-presidente do Tribunal de		X	X	

		Justiça do Paraná, Desembargador Helianto Camargo, filho do Desembargador Clayton Camargo (eleito Presidente do Tribunal de Justiça para o biênio 2013/2014), e genro do ex-conselheiro do Tribunal de Contas, Rafael Iatauro.				
Felipe Francischini	SD	Advogado. Filho do Deputado Federal Fernando Francischini.				X
Felipe Lucas	PPS	Médico. Vereador de Irati na década de 1980. Foi eleito prefeito da cidade em 1992.	X	X		
Fernando Scanavaca	PDT	Engenheiro Mecânico. Prefeito de Umuarama em duas oportunidades, entre 1997 e 2004.			X	X
Fernando Ribas Carli	Sem partido	Filho de Fernando Ribas Carli, que foi Prefeito de Guarapuava por três mandatos, Deputado Federal, Deputado Estadual e Chefe da Casa Civil do Paraná.	X	X		
Francisco Buhner	PSDB	Deputado e Foi vereador de São José dos Pinhais em duas legislaturas: 1989 e 1993. Foi presidente da Câmara Municipal de São José dos Pinhais em 1995 e 1996, chegando à vice-prefeito do mesmo município nas gestões de 1997 a 2000	X	X	X	X
Geraldo Cartário	PP	Empresário e ex-prefeito de Mandirituba durante os anos de 1980 e 1990.	X	X		
Gilberto Martin	PMDB	médico - prefeito de Cambé 1993			X	
Gilberto Ribeiro	PSB	Apresentador de TV.			X	X
Gilson de Souza	PSC	Pastor. Líder religioso evangélico.			X	X
Guto Silva	PSC	Empresário.				X
Hermas Brandão	PTB	Advogado e prefeito de Andirá em 1977.	X			
Hermas Brandão Jr.	PSB	Advogado e filho do ex deputado e conselheiro do Tribunal de Contas			X	
Hermes Fonseca	PT	Foi prefeito de Cornélio Procópio desde 1982 a 1988. Presidente do sindicato dos bancários de Cornélio Procópio.	X			
Hussein Bakri	PSC	Relações públicas. Comerciante. Hussein Bakri ingressou na carreira política em 1988, quando foi eleito o mais jovem vereador da cidade. No ano de 2000 se elegeu prefeito de União da Vitória, e foi reeleito ao cargo em 2004.				X
Jonas Guimarães	PMDB	É sócio fundador da AVENORTE, o maior abatedouro de frangos do noroeste do Paraná, empregando 900 pessoas diretas e 2.000 indiretamente. É presidente do Diretório do PMDB de Cianorte desde 1969 quando ainda era o MDB e desde então combinou sua vida com trabalho e política.		X	X	X
José Scarpelinni	PMDB	Prefeito de Apucarana em 1974. Fundador do MDB.	X			
Joselito Canto	PSC	Radialista. Eleito deputado estadual pelo Partido Social Cristão nas eleições de 1994	X	X		

Leonardo Paranhos	PSC	Empresário do ramo publicitário e administrador de empresas em Cascavel, Paranhos já possui experiência na área pública. Começou ainda jovem como líder estudantil e em 1997 iniciou a carreira política elegendose vereador em Cascavel. Em 2001, passou a ocupar o cargo de vice-prefeito do município.			X	X
Luciana Rafagnin	PT	Começou sua caminhada de atuação pelos movimentos sociais do Sudoeste paranaense, especialmente na organização das mulheres e no sindicato dos trabalhadores rurais de Francisco Beltrão.	X	X	X	
Luciano Ducci	PSB	Médico. Em 1995 assumiu a Diretoria Geral da Secretaria de Estado da Saúde. Em 1998 assumiu a função de Secretário Municipal de Saúde de Curitiba.	X			
Luiz Accorsi	PSDB	Vereador de Curitiba 1991 e deputado desde 1994	X	X	X	
Luiz Carlos Martins	PSD	Vereador de Curitiba 1988 Locutor e Radialista	X	X		X
Luiz Eduardo Scheida	PMDB	Médico. Foi vereador e prefeito de Londrina.		X	X	
Luiz Fernandes Litro	PSDB	Vereador de Dois Vizinhos desde 1992, empresário do setor Hoteleiro	X	X		
Luiz Nishimori	PP		X	X		
Mara Lima	PSDB	Empresária e liderança dos religiosos evangélicos.			X	X
Marcelo Rangel	PPS	Radialista e advogado.		X		
Marla Tureck	PSD	professora e filha do ex deputado e prefeito de Campo Mourão Nelson Tureck			X	
Marcos Isfer	PSDB	Vereador de Curitiba 1990. Deputado estadual desde 1994	X			
Marcio Nunes	PSC	Engenheiro agrônomo e produtor rural. Foi vice-prefeito e secretário municipal de Agricultura e Meio Ambiente de Campo Mourão, na gestão 1996/2000.				X
Márcio Pacheco	PPL	Marcio Pacheco é policial federal há sete anos, profissão antecedida por 10 anos na Polícia Militar do Paraná. Neste período se formou em Letras Português/Inglês pela Universidade do Oeste do Paraná (Unioeste). Em 2012, Pacheco foi eleito vereador e consequentemente presidente da Câmara de Cascavel.				X
Márcio Pauliki	PDT	Empresário.				X
Maria Victória	PP	Outros / Ensino Superior. Filha dos ex-deputados Ricardo Barros e Cida Borguethi				X
Mauro Moraes	PSDB	Advogado em 1982 venceu sua primeira candidatura a vereador de Curitiba. Foi reeleito quatro vezes à Câmara Municipal. Em 2000, Moraes foi o	X	X	X	X

		vereador mais votado da cidade. Ao todo, Mauro Moraes foi vereador por 20 anos. Seu trabalho como deputado estadual começou em 2002.				
Miltinho Pupio	PTB	Vereador desde 1982 em Jandaia do Sul	X	X		
Natálio Stica	PT	Foi dirigente sindical dos Petroleiros do Estado do Paraná e de Santa Catarina e presidente da Coordenação Nacional do Departamento dos Petroleiros da CUT. Foi eleito vereador de Curitiba em 1992.	X			
Nelson Justus	DEM	Advogado. Em 1990, foi eleito deputado estadual	X	X	X	X
Nelson Luersen	PDT	Deputado. Foi prefeito de Planalto por três mandatos: de 1997 a 2000, de 2001 a 2004 e de 2009 a 2010. E também presidente da Associação dos Municípios do Sudoeste do Paraná.			X	X
Nereu Moura	PMDB	Deputado e começou na vida política, como presidente do Centro de Atividades Estudantis de Guarapuava (CAEG), órgão que congrega estudantes do 1º e 2º grau; Foi presidente do COERES - Conselho Estadual dos Representantes Estudantis do Paraná; Foi membro da UPE (União Paranaense dos Estudantes) e UPES (União Paranaense dos Estudantes Secundaristas); Foi membro fundador da Juventude do PMDB do Paraná; Foi membro fundador da Câmara Júnior de Guarapuava; Assessor do Deputado Nilso Romeo Sguarezi de 1981 a 1986; Assessor o Deputado Mário Pereira de 1986 a 1993, inclusive na Secretaria de Administração e posteriormente na Secretaria de Estado dos Transportes; Assumiu uma cadeira na Assembleia Legislativa do Estado do Paraná em 1993.	X	X	X	X
Neivo Beraldin	PP	Vereador de Curitiba desde 1982.	X	X		
Nelson Garcia	PSDB	Deputado estadual desde 1990.	X	X	X	
Nelson Turek	PDT	Vereador de Campo Mourão desde 1983	X			
Ney Leprevost	PSD	Administrador e comentarista esportivo. Foi eleito vereador de Curitiba em 2000. Neto do ex prefeito de Curitiba, Ney Leprevost.		X	X	X
Osmar Bertoldi	DEM	vereador de Curitiba desde 2000. Empresário do ramo do transporte coletivo.		X	X	
Padre Paulo	PT	Líder religioso católico.	X			
Palozi	PSC	Professor da rede estadual. Prefeito por quatro Gestões Administrativas no Executivo de São Jorge do Patrocínio, 1989/1992, 1997/2000, 2005/2008 e				X

		2009/2012. Iniciou sua vida pública no ano de 1983 quando se elegeu Vereador, exercendo o cargo até 1988 e presidiu a Câmara no Biênio 1985/86.				
Pastor Edson Pracziyk	PRB	Locutor e Radialista. Líder Religioso Evangélico.	X	X	X	X
Paulo Litro	PSDB	Advogado. Filho dos ex-deputados estaduais Luiz Fernandes Litro e Rose Litro				X
Pedro Ivo	PT	Foi eleito prefeito de União da Vitória em 1996. Foi militante das CEB's e fundador do PT Paraná.	X	X		
Pedro Lupion	DEM	Deputado e bisneto do ex-governador do Paraná, Moisés Lupion e filho do deputado federal Abelardo Lupion.			X	X
Péricles de Mello	PT	Deputado e vereador de Ponta Grossa 1988		X	X	X
Plauto Miró	DEM	Agricultor, Pecuarista e Empresário. Neto dos ex senador Flavio Guimarães.	X	X	X	X
Professor Lemos	PT	Professor. Foi presidente da APP-Sindicato.		X	X	X
Rafael Greca	PDT	Engenheiro Civil. Vereador de Curitiba 1982, prefeito de Curitiba 1993	X	X		
Rasca Rodrigues	PV	Agrônomo. Neste período, exerceu cronologicamente diversos cargos técnicos e políticos, entre os quais foi: diretor de Meio Ambiente da Prefeitura de Pinhais (2001 e 2002); presidente do Sindicato dos Engenheiros do Paraná-Senge/PR (2002 a 2003); presidente do Instituto Ambiental do Paraná – IAP (2003 e 2005) e secretário do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Paraná (entre 2006 e 2010).			X	X
Ratinho Jr.	PSC	Empresário.	X			X
Renato Gaucho	PSDB	Vereador de Curitiba 1998, radialista	X			
Reni Pereira	PSB	funcionário público Federal Ministério da Justiça	X	X		
Requião Filho	PMDB	Advogado. É filho do senador e ex-governador Roberto Requião.				X
Ricardo Arruda	PSC	Empresário e Líder Religioso				X
Roberto Aciolli	PV	radialista e apresentador de TV vereador de Curitiba desde 2000			X	
Romanelli	PMDB	Advogado e é um dos fundadores do PMDB do Paraná. Foi vereador de Curitiba e secretário especial de Política Habitacional, no período de 1991 a 1994. Exerceu seu primeiro mandato de deputado estadual em 1994.		X	X	X
Rosane Ferreira	PV	Enfermeira. Auxiliou na implantação da Pastoral da Criança, participou da Pastoral Operária e Familiar e Presidiu o Conselho Municipal de Saúde nos anos de 2004 e 2005. Cuidado e respeito Rosane é uma das fundadoras do Partido Verde em Araucária e atualmente ocupa a vice-presidência do partido no município.		X		
Rose Litro	PSDB	ex mulher do deputado Luiz Fernandes			X	

		Litro				
Schiavinato	PP	Engenheiro Civil. prefeito de Toledo por oito anos, de 2005 a 2012				X
Stephanes Jr	PMDB	Filho de Reynold Stephanes. Vereador de Curitiba em 2000. Movimento estudantil. Economista.		X	X	
Tadeu Veneri	PT	Bancário. Foi dirigente do Sindicato dos Bancários.	X	X	X	X
Tercílio Turini	PPS	Médico. Começou na política partidária em 1974, filiando-se ao MDB a convite do então prefeito de Londrina José Richa, que depois foi governador do Estado, e também do seu secretário de Obras, Wilson Moreira, anos mais tarde prefeito do Município. Firmou-se como liderança no MDB e depois PMDB. Participou da fundação do PSDB em Londrina. Em 2005 filiou-se ao PPS.			X	X
Teruo Kato	PMDB	administrador - empresário do ramo automobilístico		X	X	
Tiago Amaral	PSB	Advogado. Filho do ex-deputado e conselheiro do Tribunal de Contal, Durval Amaral.				X
Tião Medeiros	PTB	Advogado. Tião Medeiros foi assessor da Assembleia Legislativa do Paraná. Em 2011, assumiu a chefia de gabinete da Casa Civil do Paraná. Em 2012 Assumiu a chefia de gabinete da Superintendência dos Portos de Paranaguá e Antonina (APPA).				X
Toninho Wandersheer	PT	Empresário do ramo imobiliário desde 1979. Foi prefeito de Fazenda Rio Grande em 2000 e reeleito em 2004.			X	
Valdir Rossoni	PSDB	Prefeito de Bituruna em 1983.	X	X	X	
Vanderlei Iensen	Sem partido		X			
Waldyr Leite	PPS		X			
Waldyr Pugliesi	PMDB	Dentista e vereador desde 1963 em Arapongas, fundador do MDB		X	X	
Wilmar Reichembach	PSC	Empresário. Em 1992 foi eleito para vereador de Francisco Beltrão.				X
Wilson Quinteiro	PSB	Advogado			X	

FONTE: A autora (2016).

NOTA: Com base nos dados apresentados nos sites: <<http://goo.gl/o40HQO>>. Acesso em: 29 de nov. de 2015; <<http://goo.gl/NVHqEj>>. Acesso em: 27 de nov. de 2015; <<http://goo.gl/SlhfyL>>. Acesso em: 02 de dez. 2015; <<http://goo.gl/yts5O5>>. Acesso em: 29 de nov. 2015.

ANEXO 2 - RELAÇÃO DE NÚCLEOS SINDICAIS, NÚMERO DE FILIADOS, CIDADES DE ABRANGÊNCIA E NÚMERO DE ESCOLAS

Núcleos sindicais	Número de filiados	Cidades de abrangência	Número de escolas
Apucarana	1458	Apucarana, Borrazópolis, Califórnia, Cambirá, Cruzmaltina, Faxinal, Kalorê, Marilândia Do Sul, Mauá Da Serra, Novo Itacolomi, Rio Bom	37
Arapongas	1762	Araponga, Astorga, Cafeara, Centenário Do Sul, Florestópolis, GuaraciJaguapitã, Lupionópolis, Miraselva, Porecatu, Prado Ferreira, Sabaudia	34
Assis Chateaubriand	1495	Assis Chateaubriand, Bragantina (Dist.Assis), Brasilândia Do Sul, Formosa Do Oeste, Guaíra, Iracema Do Oeste, Jesuítas, Maripá, Nova Aurora, Palmitópolis(Dist.Tupassi), Palotina, Terra Roxa, Tupassi	57
Cambará	1392	Abatia, Andirá, Barra Do Jacaré, Cambará, Guapirama, Itamaracá, Jundiá Do Sul, Santo Antonio Da Platina	30
Campo Mourão	3093	Altamira Do Paraná, Araruna, Barbosa Ferraz, Boa Esperança, Campina Da Lagoa, Campo Mourão, Corumbataí Do Sul, Engenheiro Beltrão, Farol, Fênix, Goioerê, Iretama, Janiópolis, Juranda, Luiziana, Mamborê, Moreira Sales, Nova Cantú, Peabiru, Quarto Centenário, Quinta Do Sol, Rancho Alegre Do Oeste, Roncador, Ubiratã Yolanda(Dist.Ubiratã)	97
Cascavel	3161	Anahy, Boa Vista Da Aparecida, Braganey, Cafelândia, Campo Bonito, CapitãoLeônidas Marques, Cascavel, Catanduvas, Céu Azul Corbélia, Encantada Do Oeste(Dist.), Guaraniaçu, Ibema, Iguatu, Lindoeste, Santa Lucia, Santa Tereza Do Oeste, Três Barras Do Paraná, Vera Cruz Do Oeste	94
Cianorte	1456	Cianorte, Cidade Gaucha, Guaporema, Indianopolis, Japurá, Jussara, Malu (Dist.Cianorte), Rondon, São Carlos Do Ivaí, São Manoel Do Paraná, São Tomé, Tapejara Terra Boa, Tuneiras Do Oeste	35
Cornélio Procópio	1728	Bandeirantes, Congonhinhas, Cornélio Procópio, Leopoldis, Nova América Da Colina Nova Fátima, Ribeirão Do Pinhal, Santa Amélia, Santa Mariana, Santo Antonio Do Paraíso, Uraí	46
Curitiba Norte	5791	Região Norte de Curitiba	71
Curitiba Sul	3776	Região Sul de Curitiba	91
Foz do Iguaçu	2193	Foz Do Iguaçu, Itaipulândia, Matelândia, Medianeira, Missal, Ramilândia, Santa Terezinha De Itaipu, São Miguel Do Iguaçu Serranópolis Do Iguaçu	66
Francisco Beltrão	3052	Ampére, Barracão, Bela Vista Da Caroba Boa Esperança Do Iguaçu, Bom Jesus Do	129

		Sul, Capanema, Cruzeiro Do Iguaçu, Dois Vizinhos, Dr Antonio Paranhos, Enéas Marques, Flor Da Serra Do Sul, Francisco Beltrão, Manfrinópolis, Marmeleiro, Nova Esperança Do Sudoeste, Nova Prata Do Iguaçu, Peróla Do Oeste, Pinhal De São Bento, Planalto, Pranchita, Realeza, Renascença, Salgado Filho, Salto Do Lontra Santa Izabel Do Oeste, Santo Antonio Do Sudoeste, São Jorge Do Oeste, Verê	
Guarapuava	1663	Boa Ventura De São Roque, Campina Do Simão, Candói, Foz Do Jordão, Goioxim, Guarapuava, Mato Rico, Pinhão, Pitanga, Santa Maria Do Oeste, Turvo	75
Irati	1893	Fernandes Pinheiro, Guamiranga, Guarauna(Dist. Teixeira Soares), Imbituva, Inácio Martins, Irati, Ivaí, Prudentópolis, Rebouças Rio Azul, São João Do Triunfo, Teixeira Soares	63
Ivaiporã	1482	Arapuã, Ariranha Do Ivaí, Candido De Abreu Godoy Moreira, Grandes Rios, Ivaiporã Jardim Alegre, Lidianópolis, Lunardelli, Manoel Ribas, Nova Tebas, Rio Branco Do Ivaí, Rosário Do Ivaí, São João Do Ivaí	53
Jacarezinho	2085	Carlópolis, Conselheiro Mairinck, Ibaiti, Jaboti, Jacarezinho, Japira, Joaquim Távora Pinhalão, Quatiguá, Ribeirão Claro, Salto Do Itararé, Santana Do Itararé, São Jose Da Boa Vista, Siqueira Campos, Tomazina, Wenceslau Braz	61
Laranjeiras do Sul	998	Cantagalo, Diamante Do Sul, Espigão Alto Do Iguaçu, Laranjal, Laranjeiras Do Sul, Marquinho, Nova Laranjeiras, Palmital, Porto Barreiro, Quedas Do Iguaçu, Rio Bonito Do Iguaçu, Saudade Do Iguaçu, Sulina, Virmond	68
Londrina	5831	Alvorada Do Sul, Assaí, Bela Vista Do Paraíso, Cambé, Curiúva, Figueira, Ibiporã Jataizinho, Londrina, Nova Santa Barbara, Pitangueiras, Primeiro De Maio, Rancho Alegre, Rolândia, Santa Cecília Do Pavão, São Jerônimo Da Serra, São Sebastião Da Amoreira, Sapopema, Sertaneja, Sertanópolis, Tamarana	147
Mandaguari	1298	Bom Sucesso, Jandaia Do Sul, Mandaguari Marialva, Marumbi, São Pedro Do Ivaí	23
Maringá	4301	Ângulo, Atalaia, Colorado, Doutor Camargo Florai, Floresta, Flórida, Iguaçu, Itaguajé Itambé, Ivatuba, Lobato, Mandaguaçu, Maringá, Munhoz De Mello, Nossa Senhora Das Graças, Ourizona, Paiçandu, Presidente Castelo Branco, Santa Fé, Santa Inês, Santo Inácio, São Jorge Do Ivaí, Sarandi	85
Região Metropolitana de Curitiba Norte	2526	Adrianópolis, Almirante Tamandaré, Bocaiúva Do Sul, Campina Grande Do Sul, Campo Magro, Cerro Azul, Colombo, Doutor Ulysses Guajuvira, Itaperuçu, Pinhais, Piraquara, Quatro Barras, Rio Branco Do Sul, Tunas Do Paraná	112

Região Metropolitana de Curitiba Sul	3000	Agudos Do Sul, Araucária, Balsa Nova, Campo Do Tenente, Campo Largo, Contenda Fazenda Rio Grande, Lapa, Mandirituba Piên, Quitandinha, Rio Negro, São José Dos Pinhais, Tijucas Do Sul	134
Paranaguá	1993	Antonina, Guaraqueçaba, Guaratuba, Matinhos, Morretes, Paranaguá, Pontal do Paraná	64
Paranavaí	2917	Alto Paraná, Amapora, Cruzeiro do Sul, Diamante do Norte, Guairaça, Inajá, Itauna do Sul, Jardim Olinda, Loanda, Marilena Mirador, Nova Aliança do Ivaí, Nova Esperança, Nova Londrina, Paraíso do Norte Paracity, Paranaipoema, Paranavaí, Planaltina do Paraná, Porto Rico, Querência do Norte, Santa Cruz do Monte Castelo, Santa Isabel do Ivaí, Santa Mônica, Santo Antonio do Caiuá, São João do Caiuá, São Pedro do Paraná, Tamboara, Terra Rica, Uniflor	67
Pato Branco	1636	Bom Sucesso do Sul, Chopinzinho, Clevelândia, Coronel Domingos Soares, Coronel Vivida, Honório Serpa, Itapejara do Oeste, Mangueirinha, Mariópolis, Palmas, Pato Branco, Reserva do Iguaçu, São João Vitorino	76
Ponta Grossa	4908	Arapoti, Bom Jardim do Sul, Carambeí, Castro, Cologeras(Dist.Arapoti), Guamirim(Dist. Arapoti), Imbau, Ipiranga, Jaguariaiva Ortigueira, Palmeira, Pirai do Sul, Ponta Grossa, Porto Amazonas, Reserva, Sengés Telemaco Borba, Tibagi, Ventania	166
Toledo	1509	Diamante do Oeste, Entre Rios do Oeste Marechal Candido Rondon, Mercedes Nova Santa Rosa, Novo Sarandi (Dist. Toledo), Ouro Verde do Oeste, Pato Bragado Quatro Pontes, Santa Helena, São Jose das Palmeiras, São Pedro do Iguaçu, Toledo, Vila Nova	69
Umuarama	2627	Alto Paraíso, Alto Piquiri, Altonia, Cafezal do Sul, Cruzeiro do Oeste, Douradina, Esperança Nova, Francisco Alves, Icaraima, Iporã, Ivate, Maria Helena, Mariluz, Nova Olímpia, Perobal, Peróla, São Jorge do Patrocínio, Tapira, Umuarama, Vila Alta, Xambrê	71
União da Vitória	1387	Antonio Olinto, Bituruna, Cruz Machado, Dorizon (Dist. Mallet), General Carneiro, Mallet, Paula Freita, Paulo Frontin, Porto Vitória, São Mateus Do Sul, União Da Vitoria	53